

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Ana Paula Carvalho Schmidt

**O BRASIL IMAGINADO POR CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA: UMA  
ABORDAGEM SISTÊMICO-FUNCIONAL DO DISCURSO ELEITORAL**

Santa Maria, RS  
2021



Ana Paula Carvalho Schmidt

**O BRASIL IMAGINADO POR CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA: UMA  
ABORDAGEM SISTÊMICO-FUNCIONAL DO DISCURSO ELEITORAL**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Letras**.

Orientadora: Sara Regina Scotta Cabral

Santa Maria, RS  
2021

Schmidt, Ana Paula Carvalho

O Brasil imaginado por candidatos à presidência: uma abordagem sistêmico-funcional do discurso eleitoral / Ana Paula Carvalho Schmidt.- 2021.  
287 p.; 30 cm

Orientadora: Sara Regina Scotta Cabral  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2021

1. Linguística Sistêmico-Funcional 2. Discurso político eleitoral 3. Irrealis 4. Imaginários. I. Scotta Cabral, Sara Regina II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, ANA PAULA CARVALHO SCHMIDT, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

**Ana Paula Carvalho Schmidt**

**O BRASIL IMAGINADO POR CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA: UMA ABORDAGEM SISTÊMICO-FUNCIONAL DO DISCURSO ELEITORAL**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Letras**.

**Aprovado em 13 de agosto de 2021:**

---

**Sara Regina Scotta Cabral, Dra. (UFSM) - Videoconferência**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Cristiane Fuzer, Dra. (UFSM) - Videoconferência**

---

**Reginaldo Teixeira Perez, Dr. (UFSM) - Videoconferência**

---

**Erick Kader Callegaro Corrêa, Dr. (UFN) - Videoconferência**

---

**Rodrigo Esteves de Lima Lopes, Dr. (Unicamp) - Videoconferência**

Santa Maria, RS  
2021

NUP: 23081.100217/2021-02 Prioridade: Normal

**Homologação de ata de banca de defesa de pós-graduação**

134.332 - Bancas examinadoras: indicação e atuação

**COMPONENTE**

Ordem	Descrição	Nome do arquivo
2	Folha de aprovação	Folha de aprovação.pdf

**Assinaturas**

**09/11/2021 11:39:23**

REGINALDO TEIXEIRA PEREZ (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR)

06.55.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DCS

**11/11/2021 14:53:32**

CRISTIANE FUZER (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR)

08.03.00.00.0.0 - VICE-DIREÇÃO DO CAL - VD-CAL

**11/11/2021 15:20:28**

ERICK KADER CALLEGARO CORRÊA (Pessoa Física)

Usuário Externo (024.\*\*\*.\*\*\*.\*\*) 1960

**16/11/2021 20:08:04**

Rodrigo Esteves de Lima Lopes (Pessoa Física)

Usuário Externo (206.\*\*\*.\*\*\*.\*\*) 1960

**23/11/2021 10:05:02**

SARA REGINA SCOTTA CABRAL (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR)

08.38.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS - DLTV

Código Verificador: 984986

Código CRC: 3bf301f1

Consulte em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html>



## DEDICATÓRIA

*À Ana Vitória*





## AGRADECIMENTOS

*No âmbito profissional*

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo fomento recebido, na forma de bolsa de estudos e taxa de bancada, ao longo de todo curso de doutorado. Esse apoio viabilizou a dedicação exclusiva e a continuidade da pesquisa mesmo quando esta passou a ser feita de modo remoto, devido à pandemia global;

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sara Regina Scotta Cabral por compartilhar seu conhecimento minucioso da língua portuguesa e da Linguística Sistêmico-Funcional, sempre de forma didática; pela receptividade, escuta e acolhimento dedicados a cada um de seus orientandos; por dialogar, questionar e incentivar as nossas trocas no Grupo de Pesquisa em Discurso Político (GEDP); pela disponibilidade para discussão, face a face ou *online*, em dias e horários pouco convencionais; pelo exemplo de profissional que agrega, estimula o trabalho cooperativo entre os orientandos; por possibilitar que eu participasse do Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa antes de ter ingressado no curso de doutorado; por ser incansável em dedicar tempo aos seus orientandos, organizando reuniões semanais, grupo de estudos, eventos e colocando-nos todos em movimento;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria por estimularem o diálogo sobre a pesquisa no decorrer das disciplinas cursadas; em especial, agradeço à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vaima Regina Motta, cuja disciplina, Linguística do Texto, foi fundamental para a troca de rumos do projeto de pesquisa;

Ao Prof. Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa (UFN) pelas conversas sempre frutíferas e pela coautoria em publicações acadêmicas;

Ao Prof. Dr. Orlando Vian Júnior pelas contribuições durante o II Seminário de Pesquisa SAL, que serviram de incentivo para a troca de projeto de pesquisa e por chamar minha atenção para o foco linguístico da tese, durante a banca de qualificação;

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristiane Fuzer pelas contribuições durante a banca de qualificação, bem como a disponibilidade para sanar dúvidas por e-mail;

Ao Prof. Dr. Reginaldo Teixeira Perez, que nos deu uma aula sobre teoria política na banca de qualificação, generosamente indicou bibliografia e compartilhou suas publicações mais recentes;

Ao Prof. Dr. Rodrigo Esteves de Lima Lopes (UNICAMP) e à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Anabelle Lukin (Mcquire University) pela indicação de bibliografia e pelas contribuições em apresentações orais em eventos;

À minha orientadora de iniciação científica e mestrado, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Desirée Motta Roth, que oportunizou meu primeiro contato com o fazer científico nas Ciências da Linguagem: participei dos primeiros congressos nacionais e internacionais e aprendi sobre os ganhos do trabalho em conjunto, a coautoria;

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roseli Gonçalves do Nascimento, do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, quem primeiramente ensinou-me sobre Linguística Sistêmico-Funcional, em uma disciplina da graduação, chamada Gramática Funcional da Língua Inglesa;

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Graciela Rabuske Hendges e à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Marcuzzo, minhas orientadoras na época em que participei do projeto de extensão Línguas no Campus, nos últimos anos de minha graduação em Língua Inglesa, e à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Susana Reis, as quais me apresentaram a potencialidade da implementação dos princípios da Linguística Sistêmico-Funcional ao ensino de língua inglesa;

À Helen e à Fabrícia, secretárias administrativas do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, por sempre anteciparem e buscarem solução para problemas e responderem prontamente a nossas dúvidas;

Aos colegas do GEDP pelas efervescentes conversas em nossas reuniões semanais ou quinzenais, face a face ou por meios eletrônicos. Nos últimos três anos, o cenário político brasileiro deu-nos pauta diariamente para debate;

Aos coautores do Grupo de Pesquisa: Anidene Cecchin, Débora Spanamberg, Erick Callegaro, Nédilã Chagas, Carla Gerhardt e Sabrina Schmidt. Com vocês, aprendi que conhecimento se constrói em redes de colaboração;

Às companheiras de percurso, que desenvolveram parte de suas pesquisas de doutorado na mesma época que eu e compartilham alegrias, angústias, refeições, editais, informações: Aline Arnemann, Helena Selbach, Michele Rocha de Oliveira e Patrícia dos Santos.

### *No âmbito pessoal*

Ao Mateus, meu esposo, cuja parceria transcende a convivência amorosa e familiar. Agradeço pelas nossas discussões em torno da epistemologia de nossas áreas de pesquisa – Física e Linguística. A partir dessas discussões, aprendemos a ampliar nossa visão e a enxergar mais e mais longe, tomando emprestado o olhar um do outro. Além disso, seu conhecimento sobre o paradigma quantitativo ajudou-me a ganhar tempo e trabalhar de forma eficaz com um número tão grande de dados, ensinando-me, pacientemente, o básico de programação para que eu pudesse entender e utilizar ferramentas da Linguística de *Corpus*. Faço minhas as tuas palavras: “sem você teria sido muito mais difícil”;

À minha filha, Ana Vitória, que acompanhou, no período de 40 semanas, em meu ventre, a produção e subsequente defesa desta tese e, no pós-parto, foi minha companhia constante na edição da versão final do trabalho – seu sorriso e seus olhinhos muito curiosos me enchiam de energia!

Aos meus pais, Otávio e Maria, que mesmo tendo frequentado a educação formal por tão pouco tempo, entenderam a importância do conhecimento e incentivaram a mim e meu irmão que somente o estudo transformaria a história de nossas famílias. Agradeço pelas orações, pela educação recebida ao longo da vida, pelas palavras de incentivo e pela torcida constante;

Ao meu irmão, Paulo Juliano, pelo empréstimo de material de Direito Constitucional durante a primeira fase do projeto, na qual a análise de leis relacionadas às promessas de campanha ainda fazia parte dos objetivos da tese.



## RESUMO

### O BRASIL IMAGINADO POR CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA: UMA ABORDAGEM SISTÊMICO-FUNCIONAL DO DISCURSO ELEITORAL

AUTORA: Ana Paula Carvalho Schmidt  
ORIENTADORA: Sara Regina Scotta Cabral

Uma análise diacrônica do discurso político eleitoral contribui para evidenciar quais temas têm sido priorizados e quais têm sido negligenciados pelos governantes. Desse modo, nosso objetivo é identificar, comparar e sintetizar os recursos léxico-gramaticais e semânticos utilizados por candidatos eleitos à presidência do Brasil, no período de 1989 a 2018, na construção de imaginários eleitorais. Ancoramos a análise linguística e dos parâmetros semânticos (LI; LUI; FUNG, 2020) na teoria Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 2014). O processo de geração de dados consistiu na reunião de amostras de discurso político eleitoral, nas modalidades oral (transcrição de 5 entrevistas concedidas ao Programa Roda Viva, da TV Cultura) e escrita (8 Planos de Governo), produzidas por candidatos à presidência que foram eleitos, no período de 1989 a 2018. A partir de uma abordagem qualitativa, complementada por ferramentas quantitativas (SARDINHA, 2004; SCOTT, 2020), a análise e explanação dos dados linguísticos foi organizada em duas fases. Primeiramente, efetuamos a análise dos Planos de Governo e das entrevistas televisivas de cada candidato a partir do estrato da léxico-gramática para identificarmos os principais tópicos que orientaram as propostas de governo e sua respectiva realização por meio da linguagem. A partir das evidências linguísticas, descrevemos o contexto de produção dos textos e as variáveis de registro. No estrato da léxico-gramática, distinguimos orações relacionais atributivas como as mais recorrentes na construção de imaginários. Os candidatos utilizaram Epítetos como “indispensável”, “imprescindível”, “necessário” para expressar o grau de obrigatoriedade ou necessidade de que uma proposta de ação torne-se realidade por meio da atuação do eleitor nas urnas em seu favor. Com relação às formas linguísticas (função *irrealis*) de realização da categoria sociológica de imaginários, estes foram realizados principalmente no participante processo, em grupos verbais temporalmente marcados nas formas futuras do indicativo ou no modo subjuntivo, e também no Atributo e nos recursos de modulação. Os resultados da análise contextual e dos parâmetros semânticos apontam que os imaginários de campanha realizados em orações relacionais, nos Planos de Governo, priorizaram Economia, à exceção de Rousseff que enfatizou o Bem-Estar Social. Nas entrevistas, Collor, Cardoso e Lula trataram de questões relacionadas ao Sistema Político, enquanto Rousseff abordou Economia, e Bolsonaro, Grupos Sociais.

**Palavras-chave:** Linguística Sistêmico-Funcional. Discurso político eleitoral. *Irrealis*. Imaginários.



## ABSTRACT

### THE IMAGINED BRAZIL BY PRESIDENTIAL CANDIDATES: A SYSTEMIC FUNCTIONAL APPROACH TO ELECTORAL DISCOURSE

AUTHOR: Ana Paula Carvalho Schmidt

ADVISER: Sara Regina Scotta Cabra

A diachronic analysis of electoral political discourse contributes to reveal the issues emphasized and neglected by parties. Our aim is to identify, compare, and synthesize lexicogrammatical and semantic resources used for constructing imaginaries by elected candidates to the Brazilian presidency from 1989 to 2018. Both the linguistic and semantic parameters analysis (LI; LUI; FUNG, 2020) are based on Systemic Functional Linguistics theory (HALLIDAY, 2014). The process of data generation consisted of gathering samples of oral (transcription of 5 televised interviews), and written (8 party manifestoes) electoral texts produced by presidential candidates who were elected from 1989 to 2018. A qualitative approach in combination with quantitative tools was used (SARDINHA, 2004; SCOTT, 2020) to analyse and explain linguistic data in two stages. First, we focused on each party manifesto and interview departing from the lexicogrammatical stratum to identify the main issues that guided their campaign proposals as well as its linguistic realization. Based on linguistic evidence, we describe the text's context of production and their register variables. At the lexicogrammatical stratum, attributive relational clauses constructed imaginaries most frequently. The candidates made use of Epithets such as "indispensable", "imperative", and "necessary" to express the degree of obligatoriness and necessity that a proposal become reality through the acting of voters in their favor. In regards to linguistic forms (*irrealis* function) for the realization of imaginaries, it occurred mainly in the process, in verbal groups temporally marked by the future tense or the subjunctive mood. Other forms of realization were in the Attribute or through modulation. The results of the contextual and semantic parameters analysis indicate that electoral imaginaries in relational clauses prioritized the Economic topic in the manifestoes, except in Rousseff's document, which emphasized the Welfare State issue. In the interviews, Collor, Cardoso and Lula approached the Political System category most frequently, whereas Rousseff and Bolsonaro focused on Economy and Social Groups respectively.

**Keywords:** Systemic Functional Linguistics. Electoral Political discourse. *Irrealis*. Imaginaries.





## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Perguntas norteadoras para análise do contexto de situação.....	61
Figura 2 – Dimensões da linguagem.....	64
Figura 3 – Relações paradigmáticas entre os pronomes em língua portuguesa.....	65
Figura 4 – Metafunções da linguagem.....	67
Figura 5 – Tipos de processos do sistema de transitividade.....	75
Figura 6 – Lista de palavras do <i>corpus</i> .....	89
Figura 7 – Lista de concordância de uma amostra do <i>corpus</i> .....	89
Figura 8 – Agrupamento de palavras em uma amostra dos <i>corpora</i> .....	90
Figura 9 – Abordagem trinocular da Linguística Sistêmico-Funcional.....	98



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Temáticas salientes em Planos de Governo do Partido Trabalhista britânico de 2010 a 2017 .....	51
Gráfico 2 – Temáticas salientes em Planos de Governo do Partido Conservador britânico de 2010 a 2017 .....	53
Gráfico 3 – Temáticas salientes no Plano de Governo do Partido dos Trabalhadores brasileiro (2002) .....	54
Gráfico 4 – Temáticas salientes no Plano de Governo do Partido dos Trabalhadores brasileiro (2006 a 2014) .....	55
Gráfico 5 – Recorrência temática nos <i>corpora</i> .....	107
Gráfico 6 – Síntese de categorias de imaginários no discurso de Fernando Collor	112
Gráfico 7 – Síntese de categorias de imaginários no discurso de Fernando Henrique Cardoso 1994 e 1998 .....	135
Gráfico 8 – Síntese de categorias de imaginários no discurso de Luís Inácio Lula da Silva 2002 e 2006.....	181
Gráfico 9 – Síntese de categorias de imaginários no discurso de Dilma Rousseff 2010 e 2014 .....	214
Gráfico 10 – Síntese de categorias de imaginários no discurso de Jair Bolsonaro 2018 .....	239
Gráfico 11 – Formas de realização léxico-gramatical de imaginários .....	266



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos específicos da pesquisa .....	26
Quadro 2 – Classificação dos regimes de governo em <i>A República</i> .....	31
Quadro 3 – Fóruns de comunicação política .....	37
Quadro 4 – Planos de Governo (1989-2018) .....	93
Quadro 5 – Símbolos-padrão das transcrições .....	95
Quadro 6 – Entrevistas ao Programa Roda Viva.....	96
Quadro 7 – Parâmetros de campo, relações e modo.....	99
Quadro 8 – Categorias e subcategorias para codificação de Planos de Governo ..	102
Quadro 9 – Lexemas recorrentes no Plano de Governo de Fernando Collor .....	113
Quadro 10 – Lexemas recorrentes na entrevista televisiva de Fernando Collor .....	129
Quadro 11 – Lexemas recorrentes nos Planos de Governo de Fernando Henrique Cardoso.....	136
Quadro 12 – Lexemas recorrentes na entrevista televisiva de Fernando Henrique Cardoso.....	173
Quadro 13 – Lexemas recorrentes nos Planos de Governo de Luís Inácio Lula da Silva .....	181
Quadro 14 – Lexemas recorrentes na entrevista televisiva de Luís Inácio Lula da Silva .....	206
Quadro 15 – Lexemas recorrentes nos Planos de Governo de Dilma Rousseff .....	215
Quadro 16 – Lexemas recorrentes na entrevista televisiva de Dilma Rousseff .....	230
Quadro 17 – Lexemas recorrentes no Plano de Governo de Jair Bolsonaro .....	240
Quadro 18 – Lexemas recorrentes na entrevista televisiva de Jair Bolsonaro .....	254
Quadro 19 – Relação entre objetivos, métodos e resultados .....	263
Quadro 20 – Parâmetros de campo, relações e modo em Planos de Governo e entrevistas políticas televisivas .....	264



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	23
<b>2</b>	<b>POLÍTICA E LINGUAGEM</b> .....	29
2.1	CONCEPÇÃO CLÁSSICA DE POLÍTICA.....	29
2.2	CONCEPÇÃO REALISTA DE POLÍTICA E O CONTEXTO DE PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL.....	34
2.3	DISCURSO POLÍTICO .....	36
2.4	TEXTOS DO DISCURSO POLÍTICO: ENTREVISTAS TELEVISIVAS E PLANOS DE GOVERNO.....	40
<b>2.4.1</b>	<b>Entrevistas televisivas</b> .....	41
<b>2.4.2</b>	<b>Propaganda político-eleitoral - Planos de Governo</b> .....	46
<b>3</b>	<b>LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL</b> .....	59
3.1	VARIÁVEIS DE REGISTRO NO DISCURSO ELEITORAL .....	59
3.2	LINGUAGEM COMO SISTEMA E FUNÇÃO.....	65
3.3	O BRASIL QUE QUEREMOS: REPRESENTAÇÕES DE FUTURO EM TEXTOS ELEITORAIS .....	75
<b>3.3.1</b>	<b>Imaginários e <i>irrealis</i></b> .....	75
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	85
4.1	ORIENTAÇÃO E ABORDAGEM INVESTIGATIVA .....	85
4.2	<i>CORPORA</i> .....	91
<b>4.2.1</b>	<b>Geração e constituição dos <i>corpora</i></b> .....	91
<b>4.2.2</b>	<b>Organização dos dados linguísticos</b> .....	92
4.2.2.1	<i>Planos de Governo</i> .....	92
4.2.2.2	<i>Entrevistas televisivas do Programa Roda Viva</i> .....	93
4.3	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE EXPLANATÓRIA LINGÜÍSTICA E EXTRALINGÜÍSTICA .....	97
<b>4.3.1</b>	<b>Análise contextual</b> .....	98
<b>4.3.2</b>	<b>Análise léxico-gramatical e dos parâmetros semânticos</b> .....	100
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS</b> .....	105
5.1	FERNANDO COLLOR DE MELLO.....	108
<b>5.1.1</b>	<b>Contexto dos discursos</b> .....	108
<b>5.1.2</b>	<b>Plano de Governo de Fernando Collor de Mello</b> .....	113
5.1.2.1	<i>Imaginários no discurso escrito</i> .....	114
<b>5.1.3</b>	<b>Entrevista de Fernando Collor de Mello</b> .....	128
5.1.3.1	<i>Imaginários no discurso oral</i> .....	130
5.2	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.....	133
<b>5.2.1</b>	<b>Contexto dos discursos</b> .....	133
<b>5.2.2</b>	<b>Planos de Governo de Fernando Henrique Cardoso</b> .....	135
5.2.2.1	<i>Imaginários no discurso escrito</i> .....	137
<b>5.2.3</b>	<b>Entrevista de Fernando Henrique Cardoso</b> .....	173
5.2.3.1	<i>Imaginários no discurso oral</i> .....	174
5.3	LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA .....	178
<b>5.3.1</b>	<b>Contexto dos discursos</b> .....	178
<b>5.3.2</b>	<b>Planos de Governo de Luís Inácio Lula da Silva</b> .....	181
5.3.2.1	<i>Imaginários no discurso escrito</i> .....	182
<b>5.3.3</b>	<b>Entrevista de Luís Inácio Lula da Silva</b> .....	205
5.3.3.1	<i>Imaginários no discurso oral</i> .....	207
5.4	DILMA VANA ROUSSEFF .....	211
<b>5.4.1</b>	<b>Contexto dos discursos</b> .....	211

<b>5.4.2</b>	<b>Planos de Governo de Dilma Rousseff</b> .....	215
5.4.2.1	<i>Imaginários do discurso escrito</i> .....	216
<b>5.4.3</b>	<b>Entrevista de Dilma Rousseff</b> .....	229
5.4.3.1	<i>Imaginários no discurso oral</i> .....	231
5.5	JAIR MESSIAS BOLSONARO.....	238
<b>5.5.1</b>	<b>Contexto dos discursos</b> .....	238
<b>5.5.2</b>	<b>Plano de Governo de Jair Bolsonaro</b> .....	240
5.5.2.1	<i>Imaginários no discurso escrito</i> .....	240
<b>5.5.3</b>	<b>Entrevista de Jair Bolsonaro</b> .....	254
5.5.3.1	<i>Imaginários no discurso oral</i> .....	255
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	261
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	271



## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi inicialmente motivada pelo processo eleitoral brasileiro de 2018, em que as pesquisas eleitorais mostravam crescente intenção de voto no candidato Jair Bolsonaro do PSL – Partido Social Liberal. Isso representava uma mudança de direção política do país após 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores. Nas leituras sobre discurso político em outros países, percebemos essa guinada em favor de líderes que se autodeclaram ou usam léxico relacionado ao campo semântico do conservadorismo em diferentes países na última década. Alguns deles, já estão fora do exercício de um cargo de poder, como Donald Trump, nos Estados Unidos, e Benjamin Netanyahu, em Israel. Na observação de um determinado fenômeno político e linguístico, por ser pela linguagem que esses atores políticos se mantêm no poder, é válido olhar para o passado para sabermos como chegamos ao cenário atual e à linguagem de futuro para conhecermos quais propostas foram lançadas e obtiveram sucesso entre os eleitores.

Os discursos proferidos em período de campanha eleitoral, especialmente por meio de veículos midiáticos, funcionam como um recurso de aproximação dos candidatos junto a seus possíveis eleitores. Neste trabalho, adotamos o conceito hallidayano de discurso como “texto considerado em seu contexto sociocultural” (HALLIDAY; WEBSTER, 2009, p. 247). Nos discursos veiculados em ano eleitoral, os candidatos tanto narram suas próprias experiências bem-sucedidas na vida política ou de seu partido, quanto apresentam suas visões sobre como o país deve ser em diferentes domínios da sociedade. Esses discursos que descrevem um cenário possível e orientam a ação individual frente a situações sociais são denominados, no campo da Sociologia, **imaginários** e têm sido discutidos em trabalhos como os dos linguistas Norman e Isabela Fairclough (2012) e do sociólogo Bob Jessop (2008, 2013), cujas leituras provocaram os primeiros questionamentos desta pesquisa.

No campo da Ciência Política, uma iniciativa que tem contribuído para o estudo do discurso eleitoral é o *Manifesto Project*<sup>1</sup> (*Manifesto Research on Political Representation – MARPOR*). Criado no final da década de 1970, trata-se de um projeto colaborativo internacional cujo objeto de análise é a saliência temática em Planos de Governo e envolve dados de mais de 50 países nos cinco continentes,

---

<sup>1</sup> Mais informações podem ser encontradas em: <<https://manifesto-project.wzb.eu/>>. Acesso em: 12 out. 2019.

incluindo o Brasil. Na página eletrônica do Projeto, os Planos de Governo são disponibilizados gratuitamente em duas versões: uma digitalizada e outra codificada, isto é, com a classificação de passagens do texto de acordo com as categorias temáticas propostas. Esse conjunto de dados fornece categorias temáticas estabelecidas a partir de análise estatística de *corpora* extensos, o que possibilita, aos Estudos Linguísticos, por exemplo, vantagens em tempo e eficiência. Desse modo, **uma primeira contribuição desta tese é verificar categorias temáticas elaboradas no campo da Ciência Política com evidências linguísticas e explicar os significados construídos pelas escolhas léxico-gramaticais dos falantes.**

Estudos em Linguística Sistêmico-Funcional e Análise do Discurso têm tomado como objeto de análise discursos sobre o passado, conforme mapeado por Dunmire (2011) e exemplificado pelas obras de Martin e Wodak (2003) *Re/reading the Past: Critical and Functional Perspectives on Time and Value* e, no contexto latino-americano, Achugar (2008) *What We Remember: The Construction of Memory in Military Discourse*, dentre outros<sup>2</sup>. Assim, visto que se abre uma lacuna para análise de discursos sobre o futuro, unimo-nos ao empreendimento de Dunmire (2011), que analisou as representações de futuro na política de resposta da administração Bush aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Nesse sentido, **uma segunda contribuição desta tese é acrescentar aos Estudos Linguísticos, a partir de uma abordagem sistêmico-funcional, a análise de parâmetros semânticos da linguagem utilizada para representar o futuro.**

A importância de conduzir uma análise de discursos sobre o futuro, especificamente no contexto político, reside na influência que tais discursos exercem em comportamentos e atitudes do presente (DUNMIRE, 2011), por exemplo, na decisão de voto ao longo de campanhas eleitorais. O grupo social de políticos é arrolado por Fairclough (2003) como detentor de poder socialmente ratificado para fazer previsões sobre o futuro, de forma a legitimar injunções sobre o que deve ou não ser feito. Nesse sentido, imaginários possuem poder performativo ao explicarem práticas, fornecendo justificativas (legitimação) para empreender linhas de ação (GRANT, 2014; JESSOP, 2013; FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012).

Em nosso caso, os discursos sobre o futuro selecionados para análise pertencem aos campos de ação da propaganda política e da formação de opinião

---

<sup>2</sup> Por exemplo, Oteiza, Castro e Pinuer (2021); Oteiza (2021); Oteiza e Castro (2019); Pascual (2017); Weber (2019).

pública (WODAK, 2009), os quais abrigam principalmente textos de campanha eleitoral. Pesquisas prévias sobre o discurso eleitoral presidencial brasileiro têm sido realizadas da perspectiva da Análise do Discurso de orientação francesa, com foco em identidade e narrativas de vida em entrevistas do Roda Viva (MAIA, 2015) e na relação entre som (elementos prosódicos) e sentido (PIOVEZANI, 2011) no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. De uma perspectiva funcional, tais estudos têm investigado modais de obrigação e volição (OLIVEIRA, 2019), metáforas ideacionais (SOARES, 2015) e representações de mulher (BATISTA; OTTONI, 2012) em Planos de Governo.

No âmbito de teses de doutorado defendidas no Brasil que fizeram uso da teoria e metodologia da Linguística Sistêmico-Funcional, a maior parte delas, assim como os artigos mapeados no parágrafo anterior (SOARES, 2015; BATISTA; OTTONI, 2012) concentrou-se na metafunção ideacional, a qual também será explorada nesta pesquisa. Utilizada em conjunto com a análise de representações, diferentes domínios discursivos foram explorados nesses trabalhos, como Direito (FUZER, 2008; BORTOLUZZI, 2008), Ensino e Aprendizagem de língua inglesa (BATISTA, 2012), Ensino Médio Técnico (FLORÊNCIO, 2018), Ensino Superior (MILANEZ, 2014), Literatura (RODRIGUES-JÚNIOR, 2006; HOY, 2017), Livro Didático (SILVA, 2012; REPOLÊS, 2019), Formação de Professores (GOMES, 2016; PAPA, 2005; SOUZA, 2018) e Psicologia (MARTINS, 2008). Assim, **uma terceira contribuição desta tese consiste na descrição léxico-gramatical e de parâmetros semânticos de textos do domínio discursivo político, em língua portuguesa, pelos recursos do componente experiencial, da metafunção ideacional.** As teses defendidas que investigaram esse contexto embasaram-se, principalmente, na metafunção interpessoal (CABRAL, 2007; CORRÊA, 2019; RODRIGUES, 2017), à exceção de Rocha (2018) e Arruda (2018) em pesquisas de discurso sobre política no contexto midiático, e DeSouza (2011), que uniu as metafunções ideacional e interpessoal na análise do discurso epistolar de Padre Cícero.

Além disso, no estrato da léxico-gramática, destacamos nosso enfoque em orações de tipo relacional, as quais ou não foram abordadas em trabalhos que se detiveram em tipos de orações específicas, como mentais e verbais (HOY, 2017; NIEDERAUER, 2017; GOMES, 2016) ou foram abordadas juntamente com os demais tipos de oração, em trabalhos que analisaram o total de orações que compõem um *corpus* (ARRUDA, 2018; MARTINS, 2008; RODRIGUES-JÚNIOR, 2006).

Linguisticamente, argumenta López (2018) que a noção de imaginário envolve duas perspectivas temporais, o presente imediato e o futuro. Em concordância com o autor, nossa hipótese inicial era a de que fossem realizados, no estrato da léxico-gramática, por verbos modais deônticos (por exemplo, *dever* ou *ter que*) e pela forma verbal em tempo futuro ou com aspecto de futuro que realiza processos, com base em análises piloto realizadas ao longo do curso de doutorado (SCHMIDT; CABRAL, 2019a; SCHMIDT; CABRAL, 2019b). Nesse sentido, **uma quarta contribuição desta tese é suprir a lacuna de estudos a respeito da realização léxico-gramatical, a partir de elementos caracterizadores de *irrealis*, de imaginários de campanha eleitoral.**

Outrossim, observamos a necessidade de examinar o discurso eleitoral presidencial em um período de tempo estendido em *corpora* relativamente extensos. Isto posto, a pergunta que norteia esta pesquisa é *Como as escolhas linguísticas de candidatos à presidência representam um país imaginado?*

Para abordar essa questão, definimos como objetivo geral do trabalho *identificar, comparar e sintetizar os recursos léxico-gramaticais e os parâmetros semânticos utilizados por candidatos eleitos à presidência do Brasil, no período de 1989 a 2018, na construção de imaginários eleitorais* e traçamos os seguintes objetivos específicos (Quadro 1):

Quadro 1 – Objetivos específicos da pesquisa

1	Identificar qual tipo de oração é recorrentemente utilizado para a construção de imaginários eleitorais;
2	Relacionar a categoria sociológica imaginários aos parâmetros semânticos identificados como categorias temáticas do Projeto MARPOR nos <i>corpora</i> selecionados;
3	Mapear e comparar a recorrência de cada categoria temática do Projeto MARPOR nos <i>corpora</i> ;
4	Definir se há um padrão linguístico (em termos de regularidade/recorrência) de realização da categoria sociológica imaginários ao longo do período analisado.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dos estudos mapeados no Capítulo de Revisão da Literatura, esta tese contribui para o desenvolvimento dos estudos sobre discurso político e Linguística Sistêmico-Funcional em língua portuguesa, realizados no âmbito do projeto CNPq

Sistêmica, Ambientes e Linguagens (SAL) e no Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (NELP), especialmente no âmbito do projeto Mídia, Política e Gramática Sistêmico-Funcional – Fase II, cujos objetivos incluem, dentre outros,

[e]xaminar as práticas discursivas que configuram [...] o discurso político em peças produzidas no Brasil; [p]romover análise de gêneros característicos [...] do discurso político brasileiro, buscando orientação na linguística sistêmico-funcional; [a]nalisar, sob o viés da gramática sistêmico-funcional, textos característicos desses discursos, enfocando as três metafunções da linguagem (ideacional, interpessoal e textual); [d]escrever registros característicos desses discursos (CABRAL, 2018).

Dentre os trabalhos defendidos na Universidade Federal de Santa Maria, destacamos a análise de discursos de posse (RODRIGUES, 2017), de discursos de ex-presidentes (CORRÊA, 2019) e de textos midiáticos sobre corrupção na política (FREITAS, 2017). Além da filiação teórica, esta pesquisa é parte também da área de concentração de Estudos Linguísticos do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria (PPGL/UFSM), na linha de pesquisa Linguagem no Contexto Social.

Esta tese está organizada em cinco capítulos, além desta Introdução. No segundo capítulo, conduzimos uma revisão da literatura para abordar o aspecto contextual político da análise linguística. Primeiramente, revisamos o conceito clássico de política, segundo os gregos, para a seguir adentrarmos o período compreendido pela tese – pós-redemocratização brasileira. A seguir, reunimos conceitos de discurso político de acordo com autores que utilizam os princípios da Linguística Sistêmico-Funcional em suas análises de textos do domínio político. Por fim, caracterizamos os textos que compõem os *corpora*: entrevistas televisivas e Planos de Governo com base em estudos prévios.

No terceiro capítulo, fundamentamos o trabalho do ponto de vista linguístico, dessa forma, abordamos, na perspectiva sistêmico-funcional, conceitos que embasam os procedimentos analíticos, especialmente registro, processos relacionais e *irrealis*. No quarto capítulo, descrevemos os *corpora* e a forma como foram gerados e organizados, bem como elencamos os procedimentos metodológicos adotados. Na sequência, no quinto capítulo, discutimos os resultados. Finalmente, no sexto capítulo, dissertamos sobre conclusões do estudo, futuros desenvolvimentos e limitações encontradas no percurso investigativo.



## 2 POLÍTICA E LINGUAGEM

Este capítulo inicia com uma breve revisão dos conceitos e das ideias de Platão sobre o espaço público e como deveria ocorrer a formação dos indivíduos que governariam as cidades, bem como das de Aristóteles sobre as características de diferentes regimes de governo, relacionando a instituição Estado a uma teoria política em suas dimensões moral e ética (2.1). A seguir, avançamos no tempo e abordamos conceitos do campo da Ciência Política que nos auxiliam no entendimento do quadro político institucional brasileiro (2.2). Na sequência, apresentamos um panorama sobre o conceito de discurso político do ponto de vista dos estudos linguísticos (2.3) e sobre conceitos centrais para a análise que propomos nesta tese.

A partir desse primeiro movimento, tratamos de caracterizar os textos que serão objeto de análise, a saber, entrevistas televisivas de candidatos à presidência e Planos de Governo (seção 2.4).

### 2.1 CONCEPÇÃO CLÁSSICA DE POLÍTICA

O papel central da Antiguidade greco-romana, entre os séculos VIII e VI antes de Cristo (a.C.), para a formação do pensamento político ocidental é indiscutível (NAY, 2007). Esse período histórico abriga o surgimento e desenvolvimento das cidades, por meio da expansão territorial e marítima dos gregos, conjunto de comunidades culturalmente ligadas, especialmente por instituições sociais como língua e religião.

Nesse contexto, foram organizadas as primeiras abordagens a um pensamento racional, em que a palavra desempenhou papel essencial no debate público e na prática da argumentação. Esse pensamento paulatinamente distanciou as esferas da religião e do regime político, à medida que o soberano passou a ser identificado menos com a representação de uma divindade e mais com alguém que racionalizava as decisões que afetavam a comunidade.

Como desdobramento, foram iniciadas escolas que reuniam filósofos com o propósito de refletir sobre o universo separadamente da mitologia sobre o universo, sendo a Escola de Mileto, no início do século VI a.C., um dos primeiros esforços nesse sentido (NAY, 2007). Pouco mais de três séculos depois, Platão fundou uma escola a que denominou Academia, em que ensinou sobre a ordem política com base na moral. Essa, considerada como um conjunto de valores naquela sociedade, conduziria à

tomada de decisões centrada na justiça e na avaliação do que convinha à cidade. A noção de justiça, por seu turno, resultava de um sistema que atribuía a cada cidadão uma função de acordo com suas capacidades, em termos de virtudes e méritos.

Em *A República*, Platão caracteriza a cidade ideal por meio de diálogos fictícios entre filósofos. Nessa comunidade idealizada, o governo é exercido por uma classe de guardiões, que receberia educação separadamente do restante da comunidade, com foco no desenvolvimento físico e intelectual, de acordo com determinadas faixas etárias (PLATÃO, 2012 [427-347 a.C]). Uma vez adultos, viveriam em um lugar comum a todos os guardiões, onde tudo seria compartilhado. Nessa forma de organização socioeconômica, tanto objetos do mundo material quanto familiares do mundo humano, como esposas e filhos, seriam comuns a todos, com o propósito de tornar os guardiões pouco egoístas e ambiciosos, despojados do acúmulo de riquezas e da noção de propriedade privada.

A corrupção parece ter sido uma preocupação subjacente à parte substancial da discussão oferecida por Platão em *A República*. No Livro I, por exemplo, no diálogo entre Sócrates e Trasímaco, este busca explicar, por meio de metáfora, a aparente relação entre a noção de justiça e a perseguição de interesses por parte de quem exerce poder sobre outros. A hipótese de Trasímaco é que os governantes das cidades veem aqueles que estão sujeitos ao seu poder da mesma forma que pastores e vaqueiros veem as ovelhas que engordam.

Em vez de buscar o bem daqueles sob sua responsabilidade, advogam em prol de seus próprios interesses. Assim, o personagem argumenta que a política pode engendrar males à comunidade, uma vez que se torne uma busca pelos interesses daqueles que detêm o poder e não pelos daqueles da comunidade.

Em desenvolvimentos posteriores da argumentação, já sem a presença de Trasímaco, substituído no papel de interlocutor de Sócrates por Adimanto, irmão de Platão, são apresentadas e discutidas formas de governo. A primeira, timocracia, é identificada pelo apreço do governante às honras, especialmente àquelas relacionadas ao contexto bélico. A segunda, oligarquia, é exercida por indivíduos que detêm abundância de recursos materiais, os quais baseiam a manutenção desse sistema de poder no incremento e concentração do patrimônio daqueles que ocupam cargos no governo desse tipo de Estado. Com isso, a população pobre se indigna com a constante desigualdade e demanda um regime de governo em que eles tenham também poder para participar das decisões.



Assim tem origem a terceira forma de governo, chamada democracia, a qual consiste no triunfo das classes economicamente menos favorecidas no combate ao sistema oligárquico, com a conseqüente distribuição da participação no poder. Esse sistema é caracterizado pela liberdade de expressão e liberdade dos cidadãos, ironizadas no diálogo travado, sugerindo uma tibieza tanto da parte dos governantes quanto dos mecanismos de funcionamento do Estado. Por sua vez, a quarta forma de governo discutida é a tirania, considerada um desenvolvimento da democracia, uma vez que a ampliação da liberdade individual cria a conjuntura para o surgimento e êxito de um governo autoritário.

O principal gatilho para isso é a busca por uma figura que proteja a população de seus medos em relação a inimigos e às mazelas de uma suposta desordem. Ao longo da obra, a sugestão de que os filósofos tornem-se governantes de um sistema monárquico, considerada a sociedade política ideal, é reiterada. Esses filósofos receberiam uma educação diferenciada e seriam compelidos por lei a ocupar o poder, uma vez que não teriam inclinação para governar as cidades, diferentemente dos governantes descritos anteriormente, que almejavam honrarias ou enriquecimento, vantagens que podem advir do exercício do poder. No Quadro 2, resumimos os regimes de governo descritos por Platão.

Quadro 2 – Classificação dos regimes de governo em *A República*

(continua)

	<b>Cidade ideal</b>	<b>Timocracia</b>	<b>Oligarquia</b>	<b>Democracia</b>	<b>Tirania</b>
<b>Natureza do regime</b>	elitista e comunitária	aristocrática	oligárquica	popular	despótica
<b>Governantes</b>	o rei filósofo, os guardiões	os homens mais dignos	os ricos	o maior número	o déspota
<b>Princípios de acesso ao poder</b>	o saber, a ciência de governo	a honra	a riqueza	o sorteio	a força

Quadro 2 – Classificação dos regimes de governo em *A República*

(conclusão)

	<b>Cidade ideal</b>	<b>Timocracia</b>	<b>Oligarquia</b>	<b>Democracia</b>	<b>Tirania</b>
<b>Valores morais e princípios do regime político</b>	a virtude dos dirigentes; a competência; a hierarquia; a especialização das classes sociais; a felicidade e o bem de todos	o devotamento; a moralidade; a competência; a hierarquia	o êxito social e material; a hierarquia	a liberdade; a igualdade de todos	a defesa da paz civil (ou luta contra as desordens)
<b>As principais camadas sociais</b>	os guardiões (dirigentes e guerreiros)	os sacerdotes; os guerreiros; os produtores	os ricos e os pobres	os ricos e os pobres	o tirano e o povo
<b>Os principais males da cidade</b>	-	O risco: o gosto crescente das elites pelas riquezas	a corrupção; o crescimento das desigualdades as tensões sociais	a instabilidade das leis; a corrupção; a incompetência dos dirigentes; a manipulação das massas; a desordem	o arbitrário e a violência do poder
<b>O grau de justiça</b>	justiça perfeita	justiça	injustiça	injustiça	injustiça

Fonte: (NAY, 2007, p. 46).

Algumas dessas formas de governo foram apontadas por Aristóteles (1998 [1252]), aluno de Platão, como desenvolvimentos corrompidos daquelas consideradas justas. Assim, a tirania, a oligarquia e a democracia são caracterizadas como governos injustos que decorrem, respectivamente, da monarquia, da aristocracia e da república. A distinção entre as formas injustas e justas de governo reside no foco da promoção do bem. Enquanto nas primeiras os governantes buscam obter vantagens particulares (o bem para si mesmos e para o grupo que representam), nos governos percebidos como justos, busca-se alcançar o bem para a coletividade. Nesse sentido,

a capacidade de bem governar parece estar atrelada à tomada de decisões que resultem em benefício coletivo para os cidadãos.

A partir dessa caracterização das possíveis formas de organização de sociedades políticas segundo a concepção clássica de política, cabe explicar o que constitui a instituição social denominada Estado. Explica Aristóteles que se trata de uma totalidade, composta de partes, “sujeito constante da política e do governo” (ARISTÓTELES, 1998 [1252], p. 41). As partes que o constituem são os cidadãos, organizados, a fim de contribuir para alcançar o bem-estar da comunidade (ARISTÓTELES, 1998 [1252]). A essas partes são atribuídas funções, de acordo com a atividade econômica que exercem, as quais estão relacionadas a uma divisão da sociedade em estratos. Essa perspectiva de descrição e análise da política estabelece uma relação comparativa entre a constituição e o funcionamento de cidades (Estado) e de organismos vivos.

Os cidadãos, por sua vez, são aqueles que têm direito ao voto e ao exercício do governo. Essa definição pode variar, ao longo do tempo, de acordo com a Constituição e a forma de governo adotadas no Estado do qual o cidadão faz parte. Logo, a Constituição reflete o modo de vida dos membros de um determinado Estado. Com relação ao exercício do governo, entretanto, Aristóteles (1998 [1252]) propõe uma ressalva – nem todos os cidadãos almejam participar da vida política, preferindo uma vida livre do jogo político, participando exclusivamente como observadores do fazer político. O próprio Aristóteles fazia parte desse grupo de pessoas, impulsionado por sua condição de residente estrangeiro em Atenas, portanto, sem a possibilidade de exercer seus direitos políticos.

Na seção dedicada à análise comparativa de Constituições (concebidas como regime político adotado nas diferentes cidades), Aristóteles tece críticas a princípios fundamentais de *A República*, de Platão. Contudo, há uma ideia que permeia o pensamento político de ambos filósofos: o conhecimento e o fazer político têm por objetivo organizar e manter um Estado justo. Assim, cabe à política determinar “o que convém à pluralidade” (ARISTÓTELES, 1998 [1252], p. 59) e observar a execução de leis que proporcionem o bem à comunidade. Dentre o conjunto de críticas compartilhadas por Aristóteles na análise dos regimes políticos praticados nas cidades, é perceptível a descrição de elementos que constituiriam um modelo ideal de regime político. Segundo esse modelo proposto por Aristóteles, deve haver uma

reunião de traços do regime oligárquico e do regime democrático e o poder delegado a uma classe socioeconômica intermediária.

A obra de Aristóteles, feitas as devidas ressalvas em relação a temas como escravidão e o papel das mulheres na sociedade, próprias do contexto sociopolítico em que o filósofo escrevia, permanece relevante para o contexto político atual, pois discute questões que perduram ao longo do tempo. Nay (2007) chama a atenção para o fato de que muitas ideias consideradas modernas estão enraizadas no pensamento grego. Por exemplo, as características comuns a cada forma de governo e seus correspondentes cidadãos, o papel da moral e da justiça na política, a análise comparativa de Constituições e a função do estabelecimento de ideais para a prática da política.

Em adição, Chilton (2004) argumenta que a contribuição de Aristóteles para uma teoria que uma linguagem e política reside em apontar que a linguagem tem a função de produzir concepções sobre termos como prejudicial, útil, bom, mau, justo, injusto. Com isso, formam-se grupos sociais e políticos, agrupados em torno de visões compartilhadas acerca desses conceitos.

## 2.2 CONCEPÇÃO REALISTA DE POLÍTICA E O CONTEXTO DE PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

Feitas as devidas referências aos gregos, apresentamos, nesta seção, concepções-chave formuladas mais recentemente (a partir do século XX) em Ciência Política, para entendermos como candidatos à presidência do Brasil representam seus projetos de gestão em discursos de campanha eleitoral. De uma perspectiva realista, tomamos de Weber ([1919] 1970, p. 56) o conceito de política como “o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado”. Desse modo, os textos que compõem os *corpora* deste trabalho são constituintes desse conjunto de esforços dos candidatos à presidência para se inserirem na estrutura de poder do Estado. Weber ([1919] 1970, p. 78), no início do século XX, reconhecia a importância crescente do discurso para o fazer político ao afirmar que “em medida cada vez maior, a **política** se faz (...) com a utilização desses instrumentos que são a **palavra** falada e escrita”. Portanto, Planos de Governo e entrevistas televisivas tratam-se da parcela verbal do

total de esforços para convencimento dos eleitores a apostarem nos imaginários<sup>3</sup> de Brasil lançados pelos políticos em período eleitoral.

O quadro institucional do Brasil, no período em que os textos sob análise foram produzidos, pode ser definido como liberal-democrático. Para melhor compreensão dessa classificação, é necessário separarmos os termos. “Liberal”, segundo Bobbio (2000, p. 7) é o Estado que “tem poderes e funções limitadas” e tem por pressuposto filosófico que

todos os homens, indiscriminadamente, têm por natureza (...) certos direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à segurança, à felicidade – direitos esses que o Estado, ou mais concretamente aqueles que num determinado momento histórico detêm o poder legítimo de exercer a força para obter a obediência a seus comandos devem respeitar, e portanto não invadir, e ao mesmo tempo proteger contra toda possível invasão por parte dos outros (BOBBIO, 2000, p. 7).

Além dessas características, no Estado liberal o individualismo está na base da organização da sociedade, de forma que “primeiro existe o indivíduo singular com seus interesses e com suas carências, que tomam a forma de direitos” (BOBBIO, 2000, p. 15).

Já “democrático” significa que o Estado adota uma forma de governo em que o poder é outorgado aos políticos pela maior parte da população (BOBBIO, 2000). Um conceito central relacionado à liberal-democracia é o de Estado Democrático de Direito. Esse conceito implica a regulamentação dos poderes públicos por normas gerais (BOBBIO, 2000), tais como aquelas contidas na Constituição Federal, para nos determos no exemplo brasileiro. Nesse sentido, a Constituição contém mecanismos que “impedem ou obstaculizam o exercício arbitrário e ilegítimo do poder e impedem ou desencorajam o abuso ou o exercício ilegal do poder” (BOBBIO, 2000, p. 19).

Reunir os dois conceitos, liberalismo e democracia, de acordo com Bobbio (2000, p. 45) “é possível porque ambos têm um ponto de partida comum: o indivíduo. Ambos repousam sobre uma visão individualista da sociedade”. Em um Estado caracterizado como liberal-democrático, o Brasil, por exemplo, importa a defesa do conjunto de direitos fundamentais do indivíduo, afirmados e protegidos pela legislação constitucional. Essa concepção explica a constante menção aos direitos constitucionais nas orações analisadas neste trabalho, o que indica que os candidatos

---

<sup>3</sup> Ver seção 3.3 do capítulo 3 para conceito de imaginário neste trabalho.

reconhecem que as garantias constitucionais devem estar na base de suas propostas – pelo menos discursivamente.

Nesse contexto democrático, cabe introduzir a definição do conceito de democracia competitiva para melhor compreensão dos lexemas utilizados pelos candidatos em relação a quem se destinam. Para Schumpeter (1961, p. 329) “o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor”. Essa afirmação sugere que, na democracia, há primordialmente uma luta por poder político, por parte dos candidatos, em que as propostas de campanha (ações e legislação) fazem parte das estratégias para obter sucesso na disputa pela liderança da nação.

Schumpeter (1961) e Downs ([1957] 2013) concordam que a formulação de propostas de políticas em período eleitoral é um meio de alcançar o maior número de votos em um regime democrático e, conseqüentemente, ser eleito, e não o objetivo a ser cumprido uma vez que o candidato seja eleito. Nesse contexto, o cenário político de disputas eleitorais é assemelhado ao da concorrência empresarial, uma vez que “a pressão da competição motiva o governo do mesmo modo que motiva as firmas privadas” (DOWNS, [1957] 2013, p. 90), embora o objeto de competição difira – o primeiro, por votos, enquanto o segundo, por dinheiro.

Nessa disputa, a ideologia política possui papel relevante na decisão dos eleitores. Downs ([1957] 2013, p. 117) define ideologia como “uma imagem verbal da boa sociedade e dos principais meios de construir tal sociedade”, isto é, propostas de ação para tornar o imaginário de sociedade em realidade.

Uma vez que tenhamos, nestas duas primeiras seções, abordado brevemente aspectos políticos que possibilitam contextualizar a análise linguística, que é o cerne desta pesquisa de doutorado, na próxima seção, reunimos diferentes definições de discurso político na tentativa de delinear a relação entre política e linguagem.

## 2.3 DISCURSO POLÍTICO

O conceito de discurso político no campo da linguagem compõe uma ampla gama de interpretações, variando de uma definição que abarca atividades mediadas pela linguagem exclusivamente em contextos institucionais a uma que inclui conversas sobre política na esfera privada (BAYLEY, 2004, 2005; CHILTON, 2004).

Semelhantemente, nas Ciências Sociais, encontramos essa ampla definição do que pode ser caracterizado como discurso político em estreita ligação aos contextos particulares, ou fóruns, em que trocas linguísticas dessa natureza ocorrem. Na obra *Ay, Europa! Pequeños escritos políticos*, Habermas (2009) distingue três níveis de circulação do circuito de comunicação política (Quadro 3). Em cada um desses níveis, o discurso político é configurado de forma distinta.

Quadro 3 – Fóruns de comunicação política

Modos de comunicação	Fóruns da comunicação política	
Discursos e negociações institucionalizadas	Governo, administração, parlamentos, tribunais de justiça, etc.	Sistema político 1) Instituições estatais
Comunicação de massa baseada nos meios de comunicação, que acontece em esferas públicas dispersas	<p>Opiniões publicadas</p> <p>Sistema dos meios</p> <p>- Políticos - Lobistas - Atores da sociedade civil</p> <p>Público</p> <p>Resultados das pesquisas de opinião</p>	2) Esfera pública política
Comunicação entre os destinatários	Relações organizadas e informais, redes e movimentos sociais	Sociedade civil

Fonte: Traduzido e adaptado de Habermas (2009, p. 160).

Assim, distingue-se o contexto de circulação de discursos políticos institucionalizados, a partir do qual delibera-se sobre a tomada de decisões, daquele dos meios de comunicação, que contribuem para a formação de opinião pública. Por fim, no terceiro nível, da comunicação cotidiana da sociedade civil, formam-se os pontos de vista dos potenciais eleitores (HABERMAS, 2009). Seguindo a trilha de Habermas, três configurações de discurso no campo político são propostas por Bochet et al. (2017). Essa tripartição discursiva está organizada em: discurso político, discurso do político e discurso sobre política.

O discurso político “caracteriza-se por ser mais protocolar e mais performativo, por estar na esfera institucional” (BOCHETT et al., 2017, p. 146), correspondendo ao

primeiro nível de circulação da comunicação política de Habermas (2009), que compreende governo, Casa Civil, tribunais de justiça. O discurso do político, por sua vez, também ocorre “em esfera institucional por partidos políticos no poder”, em “decisões de aliança em questões sociopolíticas particulares” (BOCHETT et al., 2017, p. 147) e possui poder performativo. Aqui, encontramos uma distinção entre os trabalhos de Bochetti et al. (2017) e Habermas (2009) com relação ao meio em que essa comunicação é produzida. Para este, no segundo nível situa-se o discurso midiático, enquanto para aqueles, trata-se de um terceiro nível, o do discurso *sobre* política, incluindo “notícias, reportagens, colunas de opinião, editoriais, falas em programas televisivos e até conversas informais entre eleitores” (BOCHETT et al., 2017, p. 147).

Os estudos desenvolvidos segundo a abordagem da Análise Crítica do Discurso (doravante, ACD), em suas diferentes correntes, têm oferecido interpretações acerca do fazer político.

Norman Fairclough e Isabela Fairclough (2012), por exemplo, defendem que o discurso político é uma forma de argumentação que embasa a tomada de decisões. Eles consideram como político o discurso que é produzido em esferas institucionais, envolvendo a face deontológica da linguagem. Esta é expressa em orações cuja proposição ou proposta contenha escolhas linguísticas acerca de direitos, obrigações e promessas como motivos para agir politicamente. Como exemplificação do que consideram contextos institucionais, esses autores estabelecem uma escala que varia de ambientes políticos com grau de institucionalização mais explícito, como órgãos governamentais, a ambientes nos quais a dimensão institucional é menos substancial, como fóruns de discussão na internet. Apesar de não serem locais de deliberação, os fóruns *online* podem abrigar reivindicações de direitos, por parte dos cidadãos, para que os políticos cumpram obrigações com as quais se comprometeram em campanha. Fornecem, assim, motivos para ação política dos representantes, como resultado de pressão popular.

A partir de uma visão cognitivista, Chilton (2005, p. 30<sup>4</sup>), por sua vez, aponta que a ACD deve “confrontar a questão de como a mente humana funciona quando envolvida na ação política e social, que é amplamente, para os humanos, ação

---

<sup>4</sup> Todas as traduções de trechos de obras em línguas adicionais presentes em citações são de responsabilidade da autora da tese.



verbal<sup>5</sup>". Ele destaca que o termo "político" se refere à qualidade política de uma prática discursiva, especialmente àquelas que produzem e descartam alternativas de ação (CHILTON; SCHÄFFNER, 2002). Nesse sentido, atos políticos como governar, legislar ou fazer oposição, e propósitos como ser eleito, ou ainda, defender ou contrapor a aprovação de uma lei (van DIJK, 2005), contribuem para que uma prática discursiva receba o atributo de política, pois envolvem decisões a favor de determinadas propostas de ação em detrimento de outras.

A relação entre ação política e linguagem é reforçada por Bayley (2005, p. 1), ao afirmar que "a política é conduzida em e por meio de fala e textos, e tais falas e textos colocam em prática a ação política<sup>6</sup>". Mesmo em casos extremos, como na eclosão de guerras, Bayley (2005) sustenta o papel constitutivo da linguagem, pois tais circunstâncias decorrem de tentativas fracassadas de uso da linguagem na resolução de conflitos. Além disso, o autor nos lembra de que passado o período de enfrentamento, quando as nações participantes encaminham as negociações para um armistício, temos documentos, ou seja, linguagem na modalidade escrita, que validam internacionalmente o fim das animosidades.

Para a descrição contextual desses discursos, outra contribuição importante é a recomendação da inclusão de conceitos da ciência política (REISIGL, 2008). Esses conceitos amparam a compreensão acerca da influência de sistemas políticos de diferentes países na produção de textos específicos do campo político.

Com relação ao tópico, o discurso político tem a característica de ser reflexivo (van DIJK, 2005). Por exemplo, em uma entrevista televisiva, em período de campanha, o político tende a falar sobre si mesmo, suas características positivas e medidas que implementará, caso seja eleito. Ao mesmo tempo, para destacar a imagem que constroem acerca de si mesmos para o eleitorado, políticos em campanha falam sobre seus oponentes e governos anteriores de forma a desqualificá-los, como já demonstrado em pesquisas anteriores (BATISTA; ANDRADE, 2017; SOARES; OLIVEIRA; LOPES, 2016; CABRAL, 2015).

O tópico da próxima seção, textos do discurso político, mostra como documentos produzidos em diferentes segmentos políticos se conectam, ecoando pautas e argumentos que justifiquem planos de ação.

---

<sup>5</sup> "[...] to confront the question of how the human mind works when engaged in social and political action, which is largely, for humans, verbal action."

<sup>6</sup> "Politics is conducted in and through talk and texts and such talk and texts enact political action."

## 2.4 TEXTOS DO DISCURSO POLÍTICO: ENTREVISTAS TELEVISIVAS E PLANOS DE GOVERNO

A linguagem desempenha um papel notável no exercício de poder e influência. Sua materialização em textos configura discursos políticos, tanto em instituições políticas tradicionais, como Senado, Câmara de Deputados, partidos políticos, quanto em instituições não reguladas pelo Estado, como organizações não-governamentais. Assim, a gama de textos que podem ser classificados como discurso próprio do campo da política varia desde discursos de posse, passando por panfletos de campanha, a entrevistas na mídia, sendo assim parte integrante de diferentes contextos dos quais agentes políticos participam.

Para a caracterização desses textos, é necessária uma análise sistemática da variação de acordo com características contextuais que, conforme destacam Lukin et al. (2011), é recente (a partir da década de 1950). De uma perspectiva sistêmico-funcional de linguagem, Hasan (2003) endossa essa estratégia, ao se referir à noção de registro, por exemplo, o do campo político, cujos subtipos podem ser identificados, em termos de similaridades e diferenças, via combinação de determinados elementos. Tais elementos incluem conteúdo, papéis dos participantes, modo (por exemplo, persuasivo, informativo, didático) e meio (presença de propriedades de um texto escrito ou oral) do discurso.

A partir dessas orientações, nas subseções a seguir, mapeamos dois textos produzidos em dois campos de ação distintos, respectivamente: entrevista midiática, no campo de formação de opinião pública (subseção 2.4.1) e Plano de Governo, no campo da propaganda política (subseção 2.4.2). O termo campo de ação é tomado de Wodak (2009), que os define como segmentos de uma dada 'realidade' social, por exemplo, a política,

que contribuem para a constituição e 'formação' de um discurso entre as *funções* de legislar, apresentar-se, produzir opinião pública, desenvolver consentimento intrapartidário, fazer propaganda e obter votos, governar e executar, controlar e expressar divergência (oposicionista)" (WODAK, 2009, p. 40, com base em Girth, 1996, grifos no original)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> "[...] which contribute to constituting and shaping the 'frame' of a discourse between the *functions* of legislation, self-presentation, the manufacturing of public opinion, developing party-internal consent, advertising and vote-getting, governing as well as executing, and controlling as well as expressing (oppositional) dissent".

Partindo do entendimento de que textos são realizações de um discurso (WODAK, 2009), é possível afirmar que um discurso neoliberal, por exemplo, é realizado por meio de diversos textos, tanto durante campanha eleitoral (debates televisivos, comícios, Plano de Governo) quanto durante mandato (discurso de posse, em organizações internacionais, em coletivas de imprensa).

A seguir, iniciamos pela esfera midiática por se tratar de um dos primeiros meios nos quais pré-candidatos à Presidência da República têm a oportunidade de comunicar publicamente um projeto de governo e, assim, buscar suporte do eleitorado.

#### **2.4.1 Entrevistas televisivas**

A mídia pode ser vista sob três pontos de vista (GRAHAM, 2004). Primeiramente, como tecnologia, ao considerarmos os meios pelos quais seu produto simbólico é disseminado, como televisão, rádio, imprensa e internet. Um segundo ponto de vista envolve seu conteúdo, por exemplo, notícias, filmes, editoriais. Por fim, há um terceiro ponto de vista, como sugerido por Graham (2004), que acrescenta às visões anteriores o conceito de mediação, “a produção, movimento e transformação de significados em e entre contextos sociais através do espaço e do tempo<sup>8</sup>” (GRAHAM, 2004, p. 54). Assim, a construção de significação nas formas de interação social sob a esfera da mídia é parte de um contexto histórico e cultural. Portanto, na análise de textos midiáticos em um período específico de tempo, além do campo (conteúdo) e do modo (canal) pelo qual os discursos são produzidos e disseminados, é necessário também considerar o entorno de eventos que serviram de pano de fundo para a instanciação de um dado discurso.

Frequentemente, políticos recorrem à mídia, especialmente em ano eleitoral, como uma extensão de sua plataforma de campanha, a fim de disseminar propostas de projetos de governo. Para Bayley (2005), discursos produzidos por políticos na esfera midiática podem ser considerados uma forma de discurso político intermediário, uma vez que ocorrem fora do contexto político institucionalizado, como Câmara dos Deputados ou Senado.

---

<sup>8</sup> “[...] the production, movement, and transformation of meaning within and between social contexts, across space and time”.

No domínio do discurso do político (BOCHETT et al., 2017), inscrevem-se uma gama de imagens oficiais (WODAK, 2009), isto é, autorrepresentações de agentes políticos e representações de seus oponentes. Em busca de obtenção de apoio do eleitorado, candidatos a cargos executivos recorrem a diferentes veículos de comunicação, como jornais, canais de televisão e, mais recentemente, internet, para divulgar propostas em atenção a demandas de diversos segmentos da sociedade. Esses veículos, além de informarem os cidadãos sobre as pautas políticas do dia, influenciam e impactam a opinião pública em eleições (LEMOS, 2003) e durante o exercício do mandato (WALGRAVE, 2008).

Um dos gêneros midiáticos do qual os políticos participam é a entrevista televisiva reproduzida na internet. Com a finalidade de formação de opinião pública (WODAK, 2009; CHILTON, 2004), pode ser transmitida ao vivo nas redes sociais do canal televisivo e, posteriormente, ser compartilhada, na íntegra ou em pequenos recortes, pelos usuários. A entrevista televisiva pode ser definida como “uma conversa de duração variável com personagem notável ou portador de conhecimentos ou informações de interesse para o público” (LAGE, 2011, p. 74). A participação nesse tipo de programa televisivo possibilita aos candidatos o uso de estratégias de campanha, como a promoção de características como sociabilidade e autenticidade, e também o entrelaçamento tático das esferas pública (institucional) e privada (pessoal), conforme demonstrado por Molek-Kozakowska (2013), ao investigar a participação de políticos norte-americanos em programas de entrevistas conhecidos como *talk shows*, em período de campanha eleitoral.

No contexto nacional, a importância da entrevista televisiva para o propósito de propaganda eleitoral pode ser explicada, primeiramente, por dados históricos. Por exemplo, a criação das primeiras emissoras de televisão - TV Tupi Difusora, em 1950, e TV Record, em 1953 (MATTOS, 1990) - e o aumento da percentagem de televisores por domicílio no Brasil, de 9,5%, em 1960, para 40%, em 1970 (SKIDMORE, 1988). A TV Cultura, que veicula o Programa Roda Viva, de onde obtivemos as entrevistas que compõem o *corpus*, foi inaugurada em 1958 e, inicialmente, pertencia ao Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados. Em 1969, foi vendida à Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e Televisão Educativas (MATTOS, 2010).

Linguisticamente, utilizamos a noção de registro e suas variáveis, quais sejam campo (o que está acontecendo na situação/conteúdo), relações (papéis dos participantes) e modo (o papel da linguagem e de outros recursos semióticos),

definidas no Capítulo 3, para expor generalizações sobre entrevistas televisivas, com base em pesquisas prévias. Um contexto situacional consiste na combinação de escolhas no âmbito dessas três variáveis (GRUBER, 2013); dessa forma, exemplos típicos de registro são agrupamentos ocupacionais (LAUERBACH, 2013), como o jornalístico, o jurídico, o médico, o acadêmico, dentre outros.

Com relação à variável campo, o propósito da atividade social, os tópicos abordados, os objetivos sociocomunicativos do registro devem ser considerados na análise. Uma característica identificada no âmbito do tópico é o tipo de informação buscada e fornecida, geralmente relacionada a domínios públicos da vida, especialmente ao político e governamental (FETZER; BULL, 2013), reservando pouco ou nenhum espaço para a troca de informações sobre a vida privada do político. Ressalvas podem ser feitas para casos em que ações do âmbito privado gerem consequências ao desempenho da função pública.

Na variável relações, importam as relações entre os participantes da interação e como elas podem mudar. No caso de entrevistas televisivas com políticos, podemos analisar se os participantes constroem os tópicos da entrevista colaborativamente ou, ao contrário, se há divergência ou conflito nas trocas (LAUERBACH, 2013). Rodríguez (2006), com base em Poynton (1985), afirma que essa variável pode ser subdividida em três diferentes contínuos que ocorrem simultaneamente: poder, contato e envolvimento afetivo.

No contínuo do poder, a posição igual ou desigual de poder associada aos papéis que participantes de uma interação desempenham recebe enfoque. Vista sob esse ângulo, a entrevista televisiva com políticos é caracterizada por relações assimétricas de poder entre entrevistador e entrevistado, uma vez que cabe ao jornalista iniciar, finalizar e incentivar o entrevistado a falar ao longo do programa, além de estabelecer a agenda sobre o que será abordado e o que não entrará na pauta (EKSTRÖM, 2001).

Enquanto no contínuo do contato, é considerada a frequência com que os participantes interagem, devido aos papéis desempenhados, no contínuo do envolvimento afetivo, é observado se os papéis dos participantes abarcam um nível alto ou baixo de envolvimento emocional. Considerando o discurso político televisivo, os papéis que podem ser desempenhados pelos agentes são variados e, às vezes, concomitantes: políticos, jornalistas, membros do Congresso Nacional, colaboradores de instituições midiáticas, oradores persuasivos, pais afetuosos ou, ainda, alguém

interessante e de boa aparência (FETZER; BULL, 2013). Nessa diversidade de vozes, Fetzer e Bull (2013) argumentam que entrevistas políticas vêm sofrendo mudanças em sua organização. Uma forma de constituição de tais mudanças é a ruptura da sequência pergunta-resposta, isto é, o entrevistado responde a questionamentos por meio de perguntas.

Finalmente, na variável modo, importa como a linguagem e outras modalidades semióticas (gestos, imagens, sons) são utilizados em um texto. Para isso, é necessário direcionarmos o olhar para a identificação de relações típicas, explícitas ou implícitas de coesão lexical, sintática e pragmática, coerência tópica e semântica (FETZER; BULL, 2013). Além desses aspectos, interessa também a distinção de quais atividades ou etapas são obrigatórias, isto é, do papel constitutivo ou auxiliar da linguagem no texto, seguindo o conceito de Estrutura Potencial de Gêneros (EPG), elaborado e proposto por Ruqayia Hasan (1989) no livro *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*.

As variáveis de registro referidas nos parágrafos anteriores – campo, relações e modo – formam, nos termos de Hasan (1989), a configuração contextual. Por meio da observação e estudo dessas variáveis, torna-se possível produzir textos que condigam com o que é esperado ou considerado adequado para cada contexto. A configuração contextual “determina o modo como o conteúdo, as relações interpessoais e a estrutura da informação se manifestam no texto” (MOTTA-ROTH; HEBERLE, 2005, p. 28). A título de exemplificação, em entrevistas televisivas com políticos,

os papéis de entrevistador e entrevistado estão constitutivamente associados às atividades de efetuar perguntas e respondê-las, respectivamente. Essa restrição produz uma certa estrutura sequencial básica, que pode, entretanto, se tornar mais elaborada se uma série de atividades opcionais forem realizadas<sup>9</sup> (LAUERBACH, 2013, p. 141).

Portanto, possuir conhecimento da configuração contextual fornece meios para a identificação de significados que são relevantes em cada etapa de uma atividade (HASAN, 1989). Outro fator a ser considerado é abordado por Eggins (2004), com base em Martin (1984), ao sugerir que duas formas de distância sejam examinadas:

---

<sup>9</sup> “[...] the roles of interviewer and interviewee are constitutively associated with the activity of asking questions and responding, respectively. This constraint produces a certain basic sequential structure, which can however become more elaborate if a number of optional activities are realized”.

a interpessoal/espacial e a experiencial. A primeira compreende as possibilidades de retorno (*feedback*) imediato entre os participantes, envolvendo contato visual e aural. A segunda abrange a distância entre a linguagem e o processo social em desenvolvimento, em outras palavras, se a linguagem reflete sobre ou concretiza a experiência (EGGINS, 2004). Com base na comparação entre essas duas formas de distância, a autora identificou características distintivas entre discurso escrito e oral. Os achados de Eggins (2004) apresentam as seguintes especificidades sobre textos orais: são interativos, face a face, envolvem dois ou mais participantes, que estão no mesmo lugar e tempo, e são espontâneos, isto é, menos planejados, se comparados a textos na modalidade escrita.

Sobre a descrição linguística de entrevistas políticas no Roda Viva, destacamos o estudo de Iglésias (2009), realizado sob o aporte da Análise Crítica do Discurso, no qual o autor analisa as falas de Lula sobre ética em duas entrevistas – uma em 2005 e outra em 2006. Os resultados são o mapeamento de recursos para desqualificação do adversário, a construção do argumento de não saber, a qual implica em não compactuação com condutas duvidosas de sua equipe, rememoração dos telespectadores acerca da condenação, ao longo da história, de pessoas inocentes. De uma perspectiva funcionalista, Conceição (2016) pesquisou construções concessivas em 70 entrevistas, sendo uma delas, a de Lula em 2006, que será analisada nesta tese também. Os resultados de Conceição (2016) indicam o conector “mesmo” e suas variações (mesmo que, mesmo se, mesmo assim) como o mais recorrente no *corpus* analisado. A partir da perspectiva da Análise do Discurso de Linha Francesa, destacamos a tese de Maia (2015), a qual se ocupa da construção da identidade política, porém com o foco em imaginários nas narrativas de vida dos presidentes Aécio Neves, Fernando Henrique, Lula e Marina Silva. Nesse trabalho, foram identificados imaginários de “verdade” e representações de “sucesso”, este último, originário do campo da comunicação e retextualizado no *marketing* político.

Portanto, ao reunirmos os trabalhos já desenvolvidos sobre a descrição linguística de entrevistas políticas ao Programa Roda Viva, observamos uma lacuna na descrição léxico-gramatical de imaginários de campanha em relação às propostas para um futuro governo.

No Capítulo de Análise e Discussão dos Resultados, as variáveis de registro são utilizadas como recurso norteador para descrição do contexto de situação em que

as entrevistas do *corpus* são produzidas. A seguir, passamos à caracterização do discurso político eleitoral na modalidade escrita, os Planos de Governo.

#### 2.4.2 Propaganda político-eleitoral - Planos de Governo

Planos de Governo são textos específicos do discurso político que fazem parte da prática social do campo de ação da propaganda político-eleitoral (WODAK, 2009; SAVOLA, 2006). Apesar de esses documentos serem pouco lidos na maioria dos países, eles estabelecem pautas defendidas pelos partidos e embasam comentários e questionamentos aos candidatos na mídia de massa (BUDGE, 1987). Nesse sentido, a informação que a maioria dos eleitores recebe sobre as proposições de candidatos e partidos é de segunda mão (DANDOY; MUSEUR, 2015), adaptada pela mídia e por outros canais de difusão dos partidos, recentemente, redes sociais como *Twitter* e *Youtube*.

Outro argumento teórico para a análise de Planos de Governo são as escolhas léxico-gramaticais dos produtores desses textos. Partimos da hipótese de que alguns lexemas são mais utilizados em detrimento de outros para demonstrar posições ideológicas com relação a determinadas temáticas. Essas escolhas também atuam como uma previsão de quais políticas públicas podem ser priorizadas pelo Executivo, caso o candidato seja eleito (DANDOY; MUSEUR, 2015). Em suma, juntamente com as escolhas no nível da léxico-gramática, outros níveis ou estratos da linguagem (HALLIDAY, 2014), como o semântico, estão envolvidos na construção de sentido. Em outras palavras,

[u]ma campanha eleitoral pode ser vista como uma luta (semiótica): os oponentes empenham-se para impor suas próprias palavras, interpretações, símbolos e significados (preferidos) por supremacia simbólica uns aos outros, a fim de construir e transmitir uma imagem da realidade que favorece o alcance de seus próprios fins sociais, isto é, aumentar seu capital social para controlar outros recursos e, desse modo, controlar o poder<sup>10</sup> (SCRETI, 2013, p. 210).

Para alcançar vitória nessa luta semiótica, um dos artifícios utilizados pelos candidatos é a linguagem persuasiva. Essa afirmação é explorada no estudo de

---

<sup>10</sup> “An electoral campaign can be seen as a (semiotic) fight for symbolic supremacy: competitors strive to impose their own words, interpretations, symbols and (preferred) meanings over those of others, in order to construct and transmit an image of reality that favors achieving of their own social ends, that is, to increase their social capital in order to control other resources, and thereby control power”.



Savola (2006), que estabelece comparação entre os propósitos comunicativos de gêneros publicitários e aqueles de Planos de Governo. Para a autora, a principal função destes textos é a persuasão de eleitores ao direcionamento do voto para determinado partido, assim como na publicidade espera-se persuadir potenciais clientes a escolher um serviço ou um produto. A autora acrescenta que Planos de Governo não costumam ser a primeira forma de contato entre candidatos e eleitores, mas sim um contato secundário após a atenção do eleitor ter sido obtida por outros meios.

Um segundo propósito comunicativo consiste no fornecimento de informações adicionais sobre o programa de governo que provavelmente não tenham sido detalhadas na mídia (SAVOLA, 2006), assim como panfletos de loja trazem especificações sobre o produto que possam ter sido excluídas de comerciais televisivos, por exemplo. Nessa mesma linha de pensamento, partidos políticos têm sido até mesmo comparados a corporações, uma vez que possuem página eletrônica, logotipo e marca (WODAK, 2009). Da mesma forma que ações de *marketing* possuem um público-alvo, esses textos também visam alcançar uma audiência específica, a qual é constituída por adultos aptos a e devidamente registrados para votar.

Sobre as funções desses textos, além de informar os eleitores sobre as prioridades dos partidos, eles também cooperam para a negociação de coalisões, influenciam a formação do governo bem como a proposição de políticas públicas (DÄUBLER, 2012).

No que tange à análise do contexto de situação (variáveis de registro, segundo HASAN, 1989), destacamos o estudo de Banks (2009), em que os Planos de Governo do Partido Trabalhista e do Partido Conservador britânicos para as eleições de 2005 são comparados. Na variável campo, o sistemicista aponta que ambos documentos tratavam das eleições gerais britânicas e das diretrizes dos partidos para aquela eleição. Por sua vez, na variável relações, ele identifica que os dois maiores partidos britânicos estão estabelecendo uma relação comunicativa com potenciais eleitores. Finalmente, as escolhas relacionadas à variável modo nesses documentos correspondem ao gênero Plano de Governo. Assim, o autor conclui que os dois documentos, em termos de contexto de situação, possuem aparentemente similaridades.

Por outro lado, Banks (2009) observa que os Planos diferem na forma de apresentação (formato e extensão) e na ênfase dada ao lexema “imigração”. O

documento do Partido Conservador possui tamanho A4, lembrando o folheto promocional de uma empresa, possui 28 páginas, estampa o termo “imigração” na capa e dedica uma subseção ao assunto, intitulada “Fronteiras seguras e imigração controlada”. De forma distinta, o do Partido Trabalhista apresenta um tamanho de página menor, remetendo a um livro de bolso, possui 112 páginas, e “imigração” é parte de uma subseção de um capítulo denominado “Crime e Segurança”. Curiosamente, este último contém mais que o dobro de ocorrências do lexema em comparação ao primeiro. Além disso, as ocorrências de “imigração” funcionam como um Modificador, o que implica uma representação como característica de outras entidades e não um fenômeno em desenvolvimento no contexto social.

No estrato da léxico-gramática, a análise desses documentos apontou que o tempo verbal empregado majoritariamente é o futuro do presente do indicativo em conjunto com o aspecto verbal contínuo, cooperando para que o Plano de Governo seja um plano de ação do partido. Em adição, o uso repetido do pronome pessoal “nós” como ferramenta de identificação e de pronomes indefinidos como “cada”, “todo” e “todos/todas” é empregado para destacar que o alvo das políticas é a totalidade, ou a maior parte possível, da população britânica (SAVOLA, 2006).

No contexto brasileiro, a análise sistêmico-funcional dos Planos de Governo dos quatro candidatos mais cotados à Presidência da República em 2014 evidenciou ampla ocorrência de metáforas ideacionais (SOARES, 2015). Como explica Halliday (2014, p. 709), esse tipo de metáfora não faz parte de interações espontâneas e cotidianas, que ocorrem no ambiente familiar e da vizinhança, “mas sim é associada com os discursos da educação, da ciência, da burocracia e da lei<sup>11</sup>”. A pesquisa de Soares (2015) reforça essa afirmativa de Halliday (2014), uma vez que Planos de Governo fazem parte do discurso da burocracia e o *corpus* analisado pela autora era constituído de frequente número de nominalizações, as quais funcionaram como estratégia de apagamento de agência.

Conseqüentemente, o(s) autor(es) dos Planos de Governo apresentam baixo nível de responsabilidade e comprometimento em relação ao que é proposto no texto. Além disso, tais escolhas léxico-gramaticais operam para o estabelecimento de generalizações sobre a realidade. Exemplos de metáforas ideacionais são nominalizações (Exemplo 1), características estruturais “por meio das quais qualquer

---

<sup>11</sup> “[...] but rather it is associated with the discourses of education and science, bureaucracy and the law”.

elemento ou grupo de elementos vem a funcionar como um grupo nominal na oração<sup>12</sup> (HALLIDAY, 2014, p. 94). Verbos (Exemplo 1) e conjunções (Exemplo 2) são elementos da oração frequentemente transformados em substantivos (nomes) (EGGINS, 2004).

Exemplo 1	A <u>redefinição</u> do papel do Estado, entretanto, não se reduz, como supõem alguns, a um programa de <u>privatização</u> ou <u>reprivatização</u> de empresas.	FCM89#P <sup>13</sup>
--------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------

No Exemplo (1), “redefinição”, “privatização” e “reprivatização” são substantivos que derivam, respectivamente, dos verbos “redefinir”, “privatizar” e “reprivatizar”. Nessa oração, há uma subclassificação de “redefinição do papel do Estado” em “privatização” e “reprivatização de empresas”. Essa subclassificação, entretanto, é atribuída a participantes da atividade cuja identidade é indefinida (“alguns”), na oração circunstancial “como supõem alguns”. O candidato destaca que há outras subclasses desse novo papel do Estado, ao utilizar o conector “entretanto”, que marca a introdução de sentido de contraexpectativa em relação à nominalização que inicia a oração (“a redefinição do papel do Estado”) e ao que ela abrange.

O Exemplo (2), a seguir, ilustra a transformação de conjunção em nome. O núcleo do participante “a causa do enfraquecimento das legendas e de seu distanciamento das aspirações populares”, sublinhado na oração, é uma forma metafórica de expressar a relação conjuntiva que, de forma congruente, poderia ser expressa pelo conector hipotático “porque”.

Exemplo 2	Foi esse desajustamento, sem dúvida, <u>a causa</u> do enfraquecimento das legendas e de seu distanciamento das aspirações populares.	FCM89#P
--------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------

Desse modo, a oração em (2) poderia ser realizada congruentemente como “as legendas enfraqueceram e se distanciaram das aspirações populares, sem dúvida, porque desajustaram a correspondência entre discurso e ação”. Para a reformulação

<sup>12</sup> “[...] whereby any element or group of elements is made to function as a nominal group in the clause”.

<sup>13</sup> Os códigos relativos aos exemplos mencionados daqui em diante serão explicados no capítulo de Metodologia.

da oração do exemplo, foi necessário rastrear o referente do dêitico “esse”, a fim de identificarmos a Meta do processo material “desajustar”.

Batista e Ottoni (2012) analisaram a representação de mulher nos Planos de Governo de Dilma Rousseff e José Serra. As autoras concluem que a representação, em ambos os documentos, está alinhada a um discurso conservador de gênero, ao abordar assuntos como pré-natal, parto, aborto, casa e educação dos filhos. Oliveira (2019) investigou os modais de obrigação e volição no Plano de Jair Bolsonaro às eleições de 2018 e constatou que os modais de obrigação são os mais recorrentes no texto cujo alvo da atitude modal são as instituições. Não encontramos teses com análises linguísticas de Planos de Governo, mas apenas uma dissertação – Alves (2004), que enfocou o discurso da imprensa sobre o Plano de Governo de 2002 de Lula, sob a abordagem da Análise do Discurso de Linha Francesa. A autora conclui que a mídia “produziu o sentido de que o PT teria mudado sua postura política e se aproximado do discurso neoliberal” (p. 78).

No campo da Ciência Política, diversas investigações vêm sendo conduzidas tendo como objeto Planos de Governo. Um exemplo é a pesquisa comparativa conduzida por Allen e Bara (2019), entre Planos de Governo dos partidos britânicos Trabalhista e Conservador, nas eleições de 2017. O foco do estudo voltou-se para o mapeamento de saliência temática, isto é, quais temáticas foram privilegiadas e quais foram desfavorecidas nesses documentos. A pesquisa utilizou dados de um projeto de colaboração internacional, chamado *Manifesto Project*<sup>14</sup> (*Manifesto Research on Political Representation – MARPOR*). Criado em 1979, o projeto reúne pesquisadores interessados na análise de conteúdo de Planos de Governo, a fim de investigar as preferências políticas dos partidos, a partir de 1945 até os dias atuais, em mais de 50 países nos cinco continentes.

Os achados de Allen e Bara (2019) revelam que, nas eleições de 2017, o foco foi direcionado para temáticas relacionadas a um posicionamento ideológico de esquerda nos Planos de Governo de ambos os partidos. Resultados semelhantes foram encontrados em Vizoná (2019), ao constatar que, no cenário político brasileiro, houve uma aproximação ideológica e programática entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) nas eleições de 2018. Esses partidos situavam-se em lados opostos desde as eleições de 1994, quando o PSDB

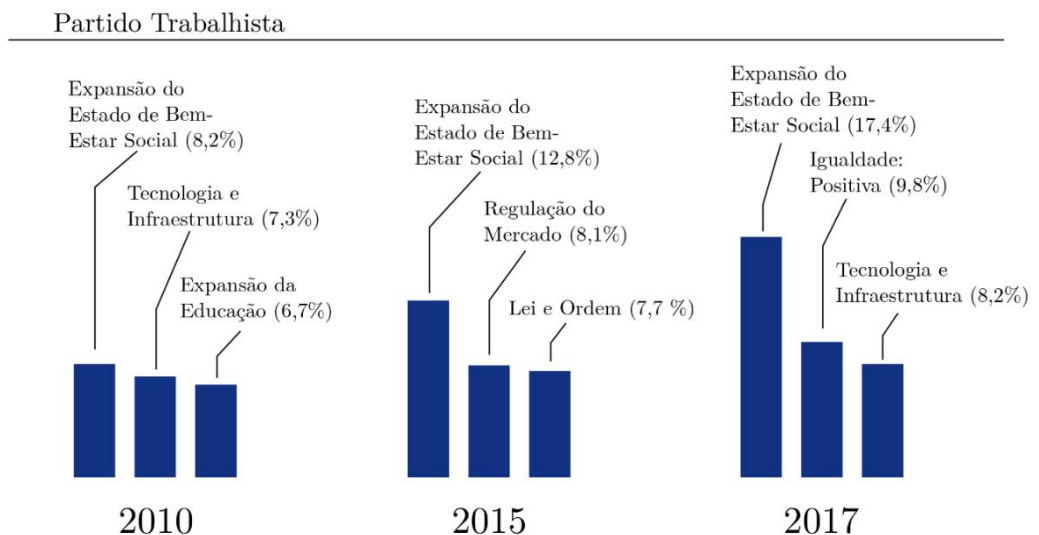
---

<sup>14</sup> Mais informações podem ser encontradas em: <<https://manifesto-project.wzb.eu/>>. Acesso em: 12 out. 2019.

travou relações de aliança com o Partido da Frente Liberal (PFL, atualmente conhecido como Democratas) (VIZONÁ, 2019). Entretanto, a tese defendida por Vizoná (2019) é a de que, nas eleições de 2018, a polarização entre esses dois partidos parece ter sido distendida, com consequente perda da hegemonia nas urnas.

A respeito das temáticas que receberam destaque, Allen e Bara (2019) ilustram, com dados das eleições de 2010, 2015 e 2017, que os Trabalhistas mantiveram constante ênfase na expansão do estado de bem-estar social (Gráfico 1). Já os Conservadores evidenciaram autoridade política, em 2010, expansão do estado de bem-estar social, em 2015, e tecnologia e infraestrutura, em 2017 (Gráfico 2). A seguir, os Gráficos 1 e 2 compilam, de forma comparativa, dados sobre as três principais temáticas identificadas nos Planos de Governo dos partidos britânicos Trabalhista e Conservador, obtidos por Allen e Bara (2019), por intermédio da base de dados do projeto *MARPOR*.

Gráfico 1 – Temáticas salientes em Planos de Governo do Partido Trabalhista britânico de 2010 a 2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em Allen e Bara (2019, p. 127-128).

As porcentagens obtidas com relação à ênfase dada a cada temática basearam-se na metodologia do projeto *MARPOR*, que consiste na codificação de cada sentença de Planos de Governo, com base em um quadro de 56 categorias de políticas mutuamente excludentes (ALLEN; BARA, 2019). O elevado número de sentenças que fazem referência à temática do bem-estar social, que abriga questões

de saúde pública, creche e assistência social, foi constante ao longo de três eleições, dedicando cada vez mais espaço no documento ao assunto.

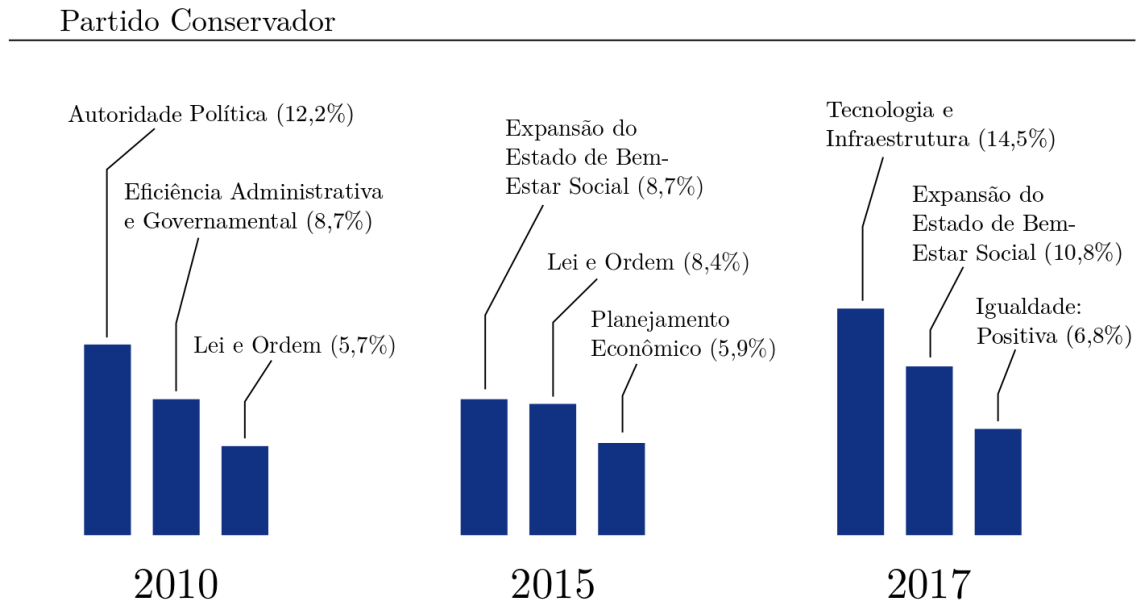
Por outro lado, a expansão do sistema educacional decresceu em ênfase ao longo dos anos, tendo sido a oitava temática mais recorrente em 2015 e sequer sendo mencionada entre as dez temáticas mais recorrentes em 2017. Em seu lugar, entraram questões como regulação do mercado, ordem pública, infraestrutura e igualdade. Outro dado que chama a atenção é a concentração de um terço do Plano de Governo de 2017 em três temáticas: bem-estar social, igualdade positivamente representada e tecnologia e infraestrutura.

Allen e Bara (2019) não especificam a possível motivação para a construção do Plano de Governo do Partido Trabalhista nessas bases, porém podemos inferi-la, com base em dados contextuais, como o fenômeno internacional de migração. Especialmente em 2015, as migrações tornaram-se midiaticamente conhecidas como “crise” de refugiados, influenciando grandemente a campanha em prol da saída do Reino Unido da União Europeia, movimento conhecido como “*Brexit*”, votado em referendo de 2016.

À época, países europeus adotaram medidas conflitantes e situadas em extremos diferentes, desde o acolhimento de refugiados, promovido pela Chanceler Angela Merkel, na Alemanha, até a construção de um sistema de gerenciamento de fronteira e o estabelecimento de um limite de 37,500 solicitações de asilo por ano, na Áustria (RHEINDORF; WODAK, 2018). Nesse contexto, é provável que a concentração do Plano de Governo do Partido Trabalhista em temáticas como bem-estar social, igualdade e infraestrutura esteja relacionado à proposição de soluções em vista da percepção negativa da população acerca do aumento das taxas de imigração, como demonstra estudo de Goodwin e Milazzo (2017). Segundo esses autores, a vinda de pessoas de outras nacionalidades para o Reino Unido foi apontada, por cidadãos britânicos, como motivadora de efeitos negativos na economia, na cultura e no bem-estar social.

Com relação aos Planos de Governo do Partido Conservador (Gráfico 2), como apontado anteriormente, houve uma aproximação temática e ideológica com o Partido Trabalhista, identificada como o posicionamento mais à esquerda desde as eleições de 1964 (ALLEN; BARA, 2019).

Gráfico 2 – Temáticas salientes em Planos de Governo do Partido Conservador britânico de 2010 a 2017

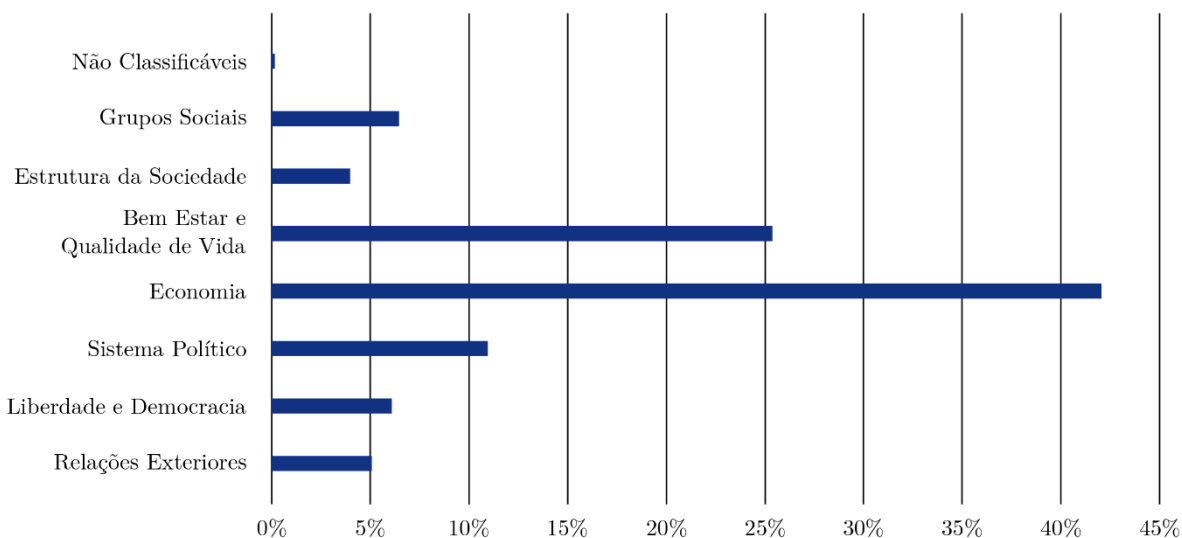


Fonte: Elaborado pela autora com base em Allen e Bara (2019, p. 127-128).

O foco em assuntos como autoridade política, que envolve a competência do partido e do candidato, eficiência administrativa e ordem pública, foi, paulatinamente, movendo-se em direção a temáticas de cunho social, até chegar, em 2017, a priorizar as mesmas temáticas que o Plano de Governo do Partido Trabalhista. Para Allen e Bara (2019), a ênfase em tecnologia e infraestrutura refletiam o comprometimento de Theresa May em alavancar a produção industrial. Já a alternância de foco para bem-estar social e igualdade espelha o objetivo de governar para a totalidade de cidadãos e não para o grupo de apoiadores do partido somente.

O projeto *MARPOR* estabeleceu como um de seus objetivos até 2021 a ampliação da base de dados, incluindo informações sobre países da América Latina. Planos de Governo a partir da década de 1990 de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Uruguai foram os primeiros a serem acrescentados (ARES; VOLKENS, 2017). Entretanto, o método *MARPOR* já vinha sendo utilizado no Brasil, desde 2007, como desenvolvimentos precursores da teoria no cenário de pesquisa nacional (VIZONÁ, 2019). Estudos prévios em Ciência Política que analisaram Planos de Governo das eleições de 2002 a 2014 (VIZONÁ, 2019; MADEIRA; VIEIRA; TAROUÇO, 2017) embasaram a construção dos Gráficos 3 e 4, desenhados a fim de explicitar temáticas colocadas em relevância nesses documentos no cenário político brasileiro.

Gráfico 3 – Temáticas salientes no Plano de Governo do Partido dos Trabalhadores brasileiro (2002)



Fonte: Adaptado de Vizoná (2019).

O Gráfico 3 é uma adaptação de um gráfico apresentado na tese de Vizoná (2019). Originalmente, a autora compara as temáticas em Planos de Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com vistas ao objetivo de sua tese, que é demonstrar uma aproximação ideológica entre esses partidos nas eleições de 2018. Aqui, na presente tese, interessam-nos apenas os Planos de Governo de partidos que venceram o pleito. Portanto, o Gráfico foi adaptado para apresentar somente os dados a respeito do Partido dos Trabalhadores.

Três temáticas predominaram no conteúdo do documento, com proporção considerável de texto dedicada à economia e ao bem-estar social. Vizoná (2019, p. 90) aponta que a argumentação centrou-se em oferecer soluções para “possíveis falhas” da política econômica do PSDB”. A questão econômica também é abordada em ligação com a segunda temática mais recorrente, os programas sociais para promoção do bem-estar da população. Nesse sentido, o candidato e vencedor do pleito de 2002, Luís Inácio Lula da Silva, enfatizou o combate à desigualdade econômica e à pobreza no país.

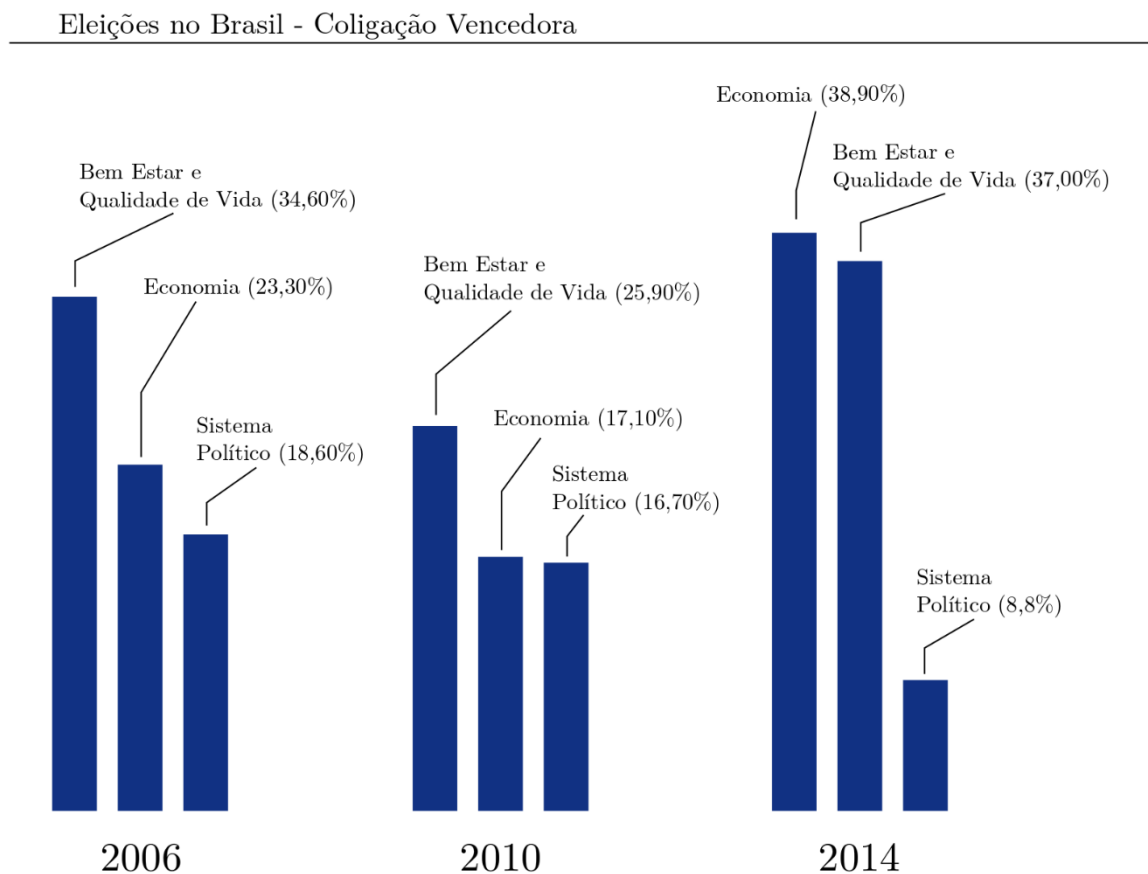
O conteúdo programático de campanha visava amenizar a desconfiança do mercado com relação ao posicionamento ideológico do PT na questão econômica e



de distribuição de renda. Havia a especulação de que o PT, um partido de centro-esquerda (GOULART; FERREIRA, 2016), poderia implementar práticas incompatíveis com uma política econômica liberal. Gomes e Antonioli (2004) pontuam que, nas eleições de 2002, o PT seguiu o mesmo caminho dos partidos de esquerda europeia: da moderação do discurso em termos de conteúdo e posicionamento. Nas três eleições que seguiram, em 2006, 2010 e 2014, o partido prosseguiu obtendo sucesso na disputa.

Vejamos a seguir, no Gráfico 4, a identificação das temáticas que encabeçaram os Planos de Governo do PT em cada uma dessas eleições e a proporção de conteúdo dedicada a cada temática específica.

Gráfico 4 – Temáticas salientes no Plano de Governo do Partido dos Trabalhadores brasileiro (2006 a 2014)



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Madeira, Vieira e Tarouco (2017).

O Partido dos Trabalhadores manteve uma linha programática ao longo dos anos. Políticas sociais e Economia permaneceram entre as três temáticas mais

recorrentes, juntamente com Sistema Político, o qual está relacionado à capacidade do candidato e do partido para governar. Destacamos a mudança na proporção do documento dedicada a cada assunto no período analisado. Nas políticas sociais, há uma continuidade em programas de moradia, acesso à educação e programas de redistribuição de renda. No plano econômico, a ênfase recaiu sobre a redução da pobreza no país (MADEIRA, VIEIRA, TAROUÇO, 2017). O sistema político foi recebendo, paulatinamente, menos espaço, de forma que a distribuição percentual da campanha de 2014 assemelhou-se à 2002, com grande destaque para a economia.

Em 2002, como comentado anteriormente, a pauta econômica recebera destaque para demarcar o posicionamento e a proposta de gestão que se colocava em oposição aos oito anos de governo anteriores, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso.

Já em 2014, há de se levar em consideração as manifestações populares de 2013, inicialmente motivadas por reivindicações sobre a tarifa de transporte urbano, que se ampliaram para uma diversidade de fatores. Tais protestos resultaram em crescente crítica e

[...] queda na aprovação na economia (desemprego, controle dos juros e inflação) [...]. Paralelamente, as divulgações do uso do dinheiro público em obras da Copa do Mundo, das penalidades destinadas aos “mensaleiros” e as recentes denúncias da Operação Lava Jato reforçaram a ideia de corrupção e impunidade no país. Assim, podemos sistematizar como os motivos para a insatisfação do governo Dilma a partir de pesquisas qualitativas e quantitativas: estagnação do crescimento, insatisfação com a qualidade dos serviços públicos da saúde, educação e segurança, corrupção e impunidade, utilização de recursos para obra da Copa do Mundo, processo do “mensalão” e denúncias da Petrobrás (BORBA; VEIGA; MARTINS, 2015, p. 187).

Todos esses fatores podem ter influenciado a preparação do Plano de Governo para as eleições de 2014 de forma a priorizar políticas econômicas na redação do documento. Junte-se a isso, ainda, o impacto negativo causado pela sensação de estagnação na mesma classe social (VEIGA; ROSS, 2016), algo que era contrário ao que a população havia experimentado nos mandatos de 2003 a 2010, com aumento da mobilidade social ascendente.

Os estudos linguísticos reunidos neste capítulo oferecem, em suma, diferentes contribuições à investigação do discurso político. Por exemplo, referenciais teórico-analíticos, como a topologia do discurso político (BOCHETT et al., 2017) e a combinação da Análise Crítica do Discurso e da teoria da argumentação

(FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Em adição, a caracterização da estrutura genérica (FETZER; BULL, 2013), a descrição de estratégias argumentativas (IGLÉSIAS, 2009), o mapeamento de construções com função concessiva (CONCEIÇÃO, 2006) e a identificação de imaginários de identidade do político (MAIA, 2015) de/em entrevistas políticas televisionadas. Com relação aos Planos de Governo, as pesquisas contribuíram para a definição de suas funções (BUDGE, 1987; SAVOLA, 2006; DÄUBLER, 2012), a explicitação de representações (BANKS, 2009; BATISTA; OTTONI, 2012), a descrição de variáveis de registro, tempo e aspecto verbal predominantes (BANKS, 2009), do uso de nominalizações (SOARES, 2015) e de verbos modais (OLIVEIRA, 2019) e a classificação do campo de ação como persuasivo (WODAK, 2009; SAVOLA, 2006).

Os estudos em ciência política, por sua vez, foram incorporados a este capítulo pelos resultados consistentes que vêm sendo obtidos sobre saliência temática (ALLEN; BARA, 2019; VIZONÁ, 2019) por meio da metodologia de codificação de quase-sentenças do Projeto MARPOR (*The Manifesto Project*). Segundo essa metodologia, as unidades de análise são recortadas em torno de um argumento, ideia ou significado (VOLKENS et al., 2013, com base em KLINGEMANN et al., 2006).

A maior parte dos estudos ora descritos foi desenvolvido com base em diferentes vertentes teóricas e abordagens linguísticas, tais como Análise Crítica do Discurso, Análise do Discurso, Funcionalismo norte-americano, Abordagem Histórico-Discursiva, Gramática Discursivo-Funcional e Linguística Sistêmico-Funcional. Entretanto, apenas um deles teve por foco a identificação de imaginários e direcionou a análise para a dimensão ideológica da linguagem (MAIA, 2015).

Desse modo, identificamos a necessidade de conduzir um estudo ancorado em uma teoria linguística que ofereça categorias para a descrição de padrões construídos léxico-gramaticalmente, os quais realizam, na linguagem, os imaginários. Nesse sentido, no próximo capítulo, tecemos considerações sobre a teoria Linguística Sistêmico-Funcional.



### 3 LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Este capítulo, organizado em três seções, apresenta conceitos do embasamento teórico sistêmico-funcional que constituem o cerne das categorias analíticas utilizadas na geração dos resultados. Na primeira seção (3.1) abordamos contexto de situação e variáveis de registro como recursos teóricos para descrição do domínio experiencial de textos da esfera política. Na segunda seção (3.2), discutimos a linguagem como sistema de ordenação paradigmática e sua funcionalidade – organizada em metafunções. Na terceira seção (3.3), elaboramos uma breve revisão sobre a definição de imaginários e sintetizamos as contribuições de trabalhos em Linguística Sistêmico-Funcional que investigaram a categoria linguística *irrealis*, a qual é um importante recurso para conectar imaginários e realização léxico-gramatical.

#### 3.1 VARIÁVEIS DE REGISTRO NO DISCURSO ELEITORAL

A Linguística Sistêmico-Funcional é constantemente referida como uma teoria sociosemiótica da linguagem. Para melhor compreensão acerca do que está implicado nessa afirmação, Halliday (1989) destrinça os termos social e semiótica. Primeiramente, o linguista define semiótica como o estudo do significado, sendo a Linguística um tipo de semiótica, isto é, “um aspecto do estudo do significado” (p. 4) dentre uma gama de modos de significação, como a música, a pintura, a matemática, a vestimenta. O conjunto dos diversos modos de construção de significado constituem a cultura humana (HALLIDAY; HASAN, 1989). Nesse sentido, um dos pontos de vista sob os quais Halliday explica o termo social é como um sinônimo de cultura, em um sentido geral, e de forma específica, como a relação entre linguagem e estrutura social.

Na visão hallidayana, é por meio do estudo de textos que se torna possível alcançar entendimento sobre a linguagem humana. Textos são tomados em consideração em relação ao pano de fundo em que são produzidos, ou seja, os contextos. Com base na teoria desenvolvida pelo antropólogo polonês Bronislaw Malinowski (1984 [1922]), especialmente no que se refere a contexto, Halliday adota, na análise de textos, a noção de contexto de situação. Malinowski (1984 [1922]) chega a essa noção após desenvolver, por anos, pesquisa etnográfica nas Ilhas Trobriand, um arquipélago da Nova Guiné, na Oceania.

Malinowski (1984 [1922]) aprendeu a língua local, chamada kilivila, conseqüentemente, efetuou suas notas de campo nessa língua. Entretanto, ao regressar à Inglaterra, o estudioso enfrentou certa dificuldade na tradução, para a língua inglesa, do material que trazia. Para auxiliar na compreensão, ele acrescentava comentários sobre a situação em que o texto havia sido produzido. Halliday (1989) relata que Malinowski apresenta o conceito de contexto de situação em um artigo publicado em 1923. Em adição, Malinowski percebeu a necessidade de descrição do histórico cultural daquele povo, que ele nomeou contexto de cultura.

Uma segunda fonte teórica que fundamentou a teoria linguística sistêmico-funcional foi o trabalho desenvolvido pelo linguista inglês John Rupert Firth. Na década de 1930, Firth atuou como assistente de Malinowski na *London School of Economics and Political Science* (PLUG, 2008). Fruto dessa colaboração foi o posterior desenvolvimento de categorias descritivas do contexto de situação na década de 1950. Essas categorias orientavam para 1) o papel dos participantes da interação; 2) a ação verbal e não verbal desses participantes; 3) objetos e eventos relevantes para a situação; 4) os efeitos da ação verbal na situação (HALLIDAY; HASAN, 1989).

De acordo com a teoria sistêmico-funcional, há dois tipos de variação na linguagem em termos sociais e funcionais. A variação social é conhecida como dialeto, uma variação na fala relacionada a pertencimento seja a uma região geográfica, classe social, geração, gênero, dentre outras formas de agrupamento social humano. Essa variação é determinada pelo conceito de identidade.

Por sua vez, a variação funcional está relacionada às funções que a linguagem desempenha na ação e interação realizadas por meio de textos orais ou escritos, interessando, nesse caso, identificar quem são os participantes, suas posições e papéis sociais, bem como o objetivo que está sendo alcançado pela linguagem nesse processo. Essa variação funcional é chamada por Halliday (1985) de registro, determinado pelo que o falante/escritor está fazendo, por exemplo, registro jurídico, político, médico.

Matthiessen (2015, p. 18) explica o termo como “a configuração de recursos semânticos que o membro de uma cultura tipicamente associa a um tipo de situação<sup>15</sup>”. Assim, o falante de uma língua possui uma noção do quão provável é a ocorrência de uma palavra específica em um registro da linguagem (HALLIDAY,

---

<sup>15</sup> “[...] the configuration of semantic resources that the member of a culture typically associates with a situation type.

1985). Isso implica uma visão de linguagem como um sistema de escolhas prototípicas para cada situação social.

A categoria linguística de registro, que é parte do contexto de situação, foi apresentada no Capítulo 2, por meio de exemplos de análise de textos pertencentes aos gêneros dos quais esta tese se ocupa. Halliday e Hasan (1989) sugerem perguntas orientadoras na descrição do contexto social de um texto (Figura 1).

Figura 1 – Perguntas norteadoras para análise do contexto de situação



Fonte: Elaborado pela autora com base em Halliday e Hasan (1989, p. 12).

As variáveis, identificadas na Figura 1, são o campo, que envolve a atividade que é realizada por meio do texto e o assunto de que essa atividade trata; as relações, que dizem respeito a quem participa da interação e aos papéis atribuídos a esses participantes e, por fim, o modo, relacionado com o meio de comunicação (oral ou escrito), a função retórica e a forma como a informação é organizada textualmente. Cada uma dessas variáveis de registro corresponde a uma metafunção da linguagem – o campo à ideacional, as relações à interpessoal e o modo à textual<sup>16</sup>. São as escolhas do falante/escritor em cada uma dessas metafunções que constroem o contexto de um texto (FIGUEIREDO, 2010), ao mesmo tempo em que características do campo, das relações e do modo possibilitam a previsão de significados

<sup>16</sup> Abordaremos novamente as metafunções na próxima seção (3.2) ao tratarmos da funcionalidade da linguagem.

experenciais, interpessoais e textuais, respectivamente (HALLIDAY, 2002). Apresentamos, a seguir, um exemplo do registro político.

Exemplo 3	Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero já parabenizar a nova Polícia Penal, que vai sair desta Casa nesta noite: a Polícia Penal Federal, a Polícia Penal Estadual — lá no meu Rio Grande, vai existir também — e a Polícia Penal Distrital <sup>17</sup> .	Registro político
--------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------

Seguindo as perguntas norteadoras de Halliday, apresentadas na Figura 1, em relação ao campo dos discursos, temos que o Exemplo 3 é identificado como político, devido à especificação dos interlocutores (*Sra. Presidente, Sras. E Srs. Deputados*) e do local onde o discurso ocorre (Casa, com letra maiúscula, em referência à Câmara dos Deputados).

No que tange à variável relações, os participantes externos ao texto são o deputado federal Pompeo de Mattos, representante do estado do Rio Grande do Sul, pelo Partido Democrático Trabalhista, e os demais deputados que participam da sessão de 06/11/2019, na Câmara dos Deputados. Os participantes internos do texto também são os participantes externos ao texto, em adição às Polícias Penais Federal, Estadual e Distrital.

As relações de poder são aparentemente equilibradas, pois os interlocutores também são representantes de seus estados de origem no Congresso Nacional. Digo aparentemente, pois fatores como o grau de representatividade de cada partido interferem no equilíbrio de poder nas votações, distribuição de fundo partidário<sup>18</sup>, ocupação de cargos dentro do governo, dentre outros.

Na variável modo, a modalidade é oral, posteriormente transformada em escrita, por meio de transcrição, e o canal é fônico. O discurso político legislativo, conforme apontam estudos prévios desenvolvidos em parlamentos de países

<sup>17</sup> Transcrição do discurso do deputado federal Sr. Pompeo de Mattos. Disponível em: <

<sup>18</sup> O Capítulo II da Lei 9.096/1995 dispõe sobre a constituição e distribuição do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário). Segundo essa lei, 99% “do total do Fundo Partidário serão distribuídos aos partidos [...] na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19096.htm)>. Acesso em: 16 nov. 2019.



européus (ILIE, 2018; ANTELMÍ; SANTULLI, 2010), é majoritariamente argumentativo, na medida em que o parlamentar defende o posicionamento do partido e dos eleitores que representa.

Estreitamente ligada à noção de contexto está a definição de texto, segundo Halliday (1989, p. 1), “qualquer instância de uma língua viva desempenhando um papel em um contexto de situação<sup>19</sup>”, que pode ser oral, escrita ou em qualquer outra modalidade (visual, gestual, dentre outras). Isso implica em conceber textos como constituindo-se, primordialmente, em uma unidade semântica. Por esse motivo, Halliday e Hasan (1989) advogam que uma teoria de texto não pode ser uma ampliação de uma teoria gramatical.

Nessa perspectiva, textos são vistos como ambos um processo de escolhas semânticas, em constante movimento na rede de potencial de significado, e um produto, uma materialidade passível de ser examinada. No primeiro caso, como processo, “é uma instanciação do sistema, pelo que as suas descrição e análise servem o propósito de sabermos coisas sobre o sistema, a única forma de a este chegarmos, em termos de conhecimento descritivo” (GOUVEIA, 2009, p. 19). No segundo caso, como produto, “é a unidade de análise e de descrição na LSF enquanto modelo de análise textual” (GOUVEIA, 2009, p. 19).

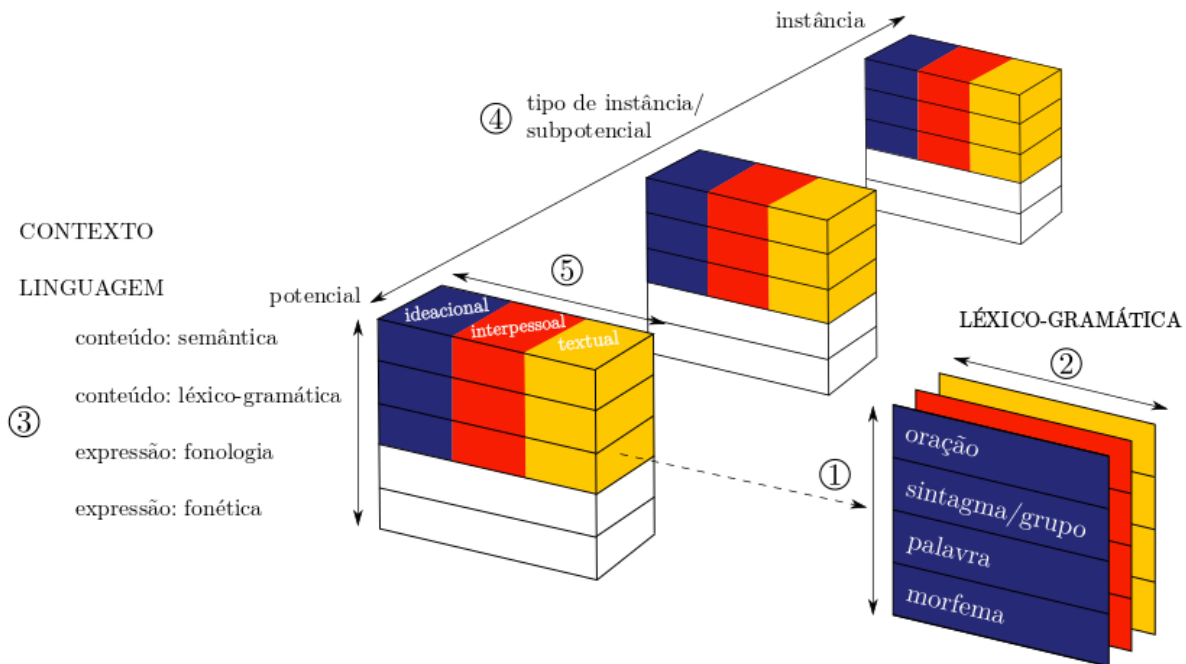
Nesse sentido, Halliday (1985) destaca o papel da linguagem escrita na representação de fenômenos como produtos. Já quando representamos algo oralmente, construímos o significado de que algo acontece ou é realizado (HALLIDAY, 1985). Feitas essas considerações, é possível fazer a distinção entre os papéis e funções de texto e oração na teoria, conforme explana Gouveia (2009, p. 20) “enquanto instanciação do sistema, o texto é a nossa unidade de descrição, mas é a oração que é a unidade principal de processamento da gramática, já que tudo se processa à volta da oração”.

A Figura 2 mostra o modelo geral de acordo com o qual qualquer língua é organizada (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), segundo a teoria linguística sistêmico-funcional.

---

<sup>19</sup> “[...] any instance of living language that is playing some part in a context of situation [...]”.

Figura 2 – Dimensões da linguagem



Fonte: Traduzida da capa frontal de Halliday e Matthiessen (2004).

Na imagem, à esquerda, a relação simbólica entre contexto e linguagem está representada na forma do que Halliday (2014) chama estratificação, ou seja, a classificação em diferentes níveis ou estratos. A relação entre os estratos, ligando um nível de organização a outro, é chamado realização (HALLIDAY, 2014). O mesmo ocorre em cada estrato, a chamada constituência. Desse modo, na abordagem sistêmico-funcional, unidades maiores de linguagem são constituídas por unidades menores, assim como mostrado no canto inferior direito da Figura 2. Isso significa que, no estrato da léxico-gramática, morfemas formam palavras, que por sua vez formam sintagmas ou grupos, e estes formam a oração, em uma escala de níveis.

A linha que vai do potencial à instância indica que o sistema de uma língua, um conceito abstrato, é instanciado em textos, um exemplar concreto. Halliday (2014) esclarece que sistema e texto não são fenômenos independentes. A título de ilustração, o linguista britânico compara os conceitos de tempo e clima, que “são o mesmo fenômeno visto de diferentes pontos de vista do observador<sup>20</sup>” (HALLIDAY, 2014, p. 27). O número 5 na Figura faz alusão à linguagem como função, além de sistema de escolhas, o que será explanado na próxima seção.

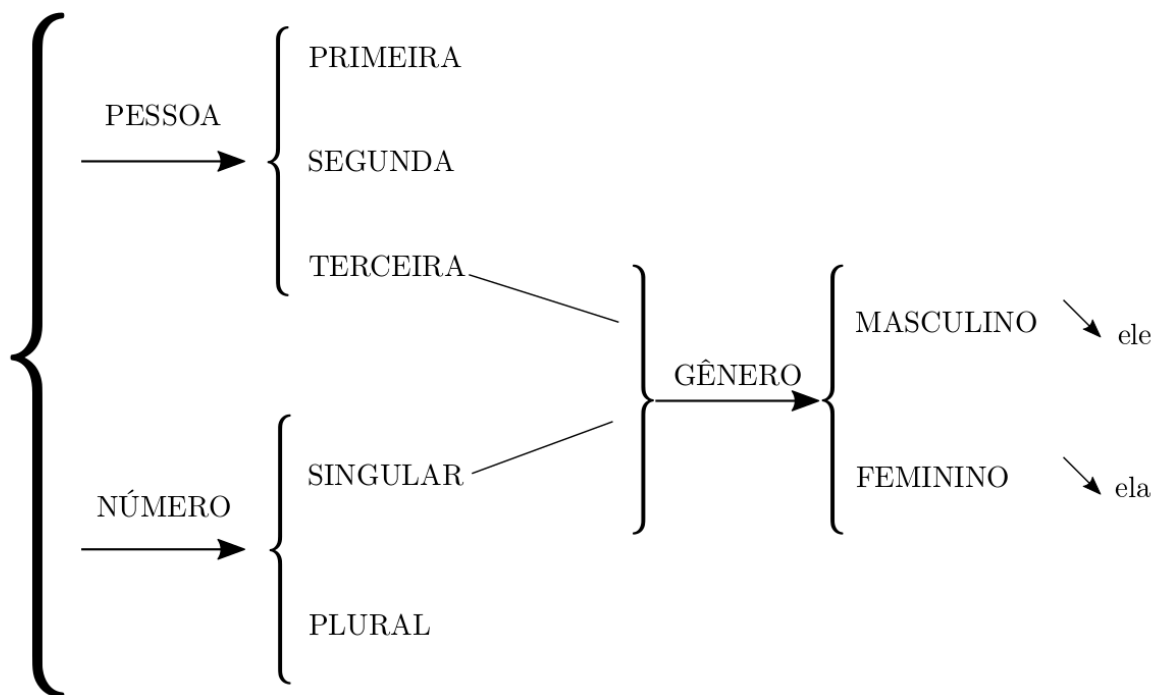
<sup>20</sup> “[...] are the same phenomenon seen from different standpoints of the observer”.

### 3.2 LINGUAGEM COMO SISTEMA E FUNÇÃO

Os termos sistêmico e funcional que compõem o nome da teoria denotam dois princípios basilares para a descrição e explanação linguística nesse quadro conceitual. A linguagem é concebida como um conjunto de elementos que funcionam em conexão uns com os outros (portanto, um sistema). Aqui, Halliday busca em seus antecessores (Saussure, Hjelmslev e Firth) a relação entre sistema e estrutura, sendo esta derivada de escolhas sistêmicas (MARTIN, 2016). Ao mesmo tempo, Halliday se distancia deles, pois prioriza o sistema em relação à estrutura.

Nesses termos, estrutura é compreendida como “ordenamento sintagmático na linguagem: padrões ou regularidades, que respondem à pergunta “o que vai junto com o quê?” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 21). Já sistema compreende “o ordenamento paradigmático da linguagem: padrões ou regularidades, que respondem à pergunta “o que pode figurar em lugar de quê?” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 21). Esse ordenamento paradigmático é formalmente simbolizado por redes de sistemas (MARTIN, 2016), conforme exemplificado pela Figura 3 em relação aos pronomes.

Figura 3 – Relações paradigmáticas entre os pronomes em língua portuguesa



Fonte: Adaptado e traduzido de Martin (2016, p. 40).

Na rede sistêmica ilustrada na Figura 3, as chaves indicam a existência simultânea de dois sistemas, no caso, os de pessoa e de número. Assim, escolhemos uma pessoa e um número na construção de significado em uma oração. Se o falante/escritor escolher a terceira pessoa, então há duas opções que não podem, gramaticalmente, ser escolhidas simultaneamente. Isso implica uma relação *a* [masculino] **ou** *b* [feminino]. As setas indicam a atividade de escolha. A organização de uma língua em redes de sistemas fornece uma visão completa do potencial de significado dessa língua (MARTIN, 2016). Esses sistemas são desenvolvidos em torno de funções para criar, negociar e expressar significado no uso da linguagem (HALLIDAY, 1994, 2014). Assim, “são os usos da linguagem que, por milhares de gerações, têm moldado o sistema. A linguagem evoluiu para satisfazer necessidades humanas; e a forma como está organizada é funcional com relação a essas necessidades<sup>21</sup>” (HALLIDAY, 1994, p. xiii).

Portanto, a funcionalidade é apontada por Halliday (1989, p. 17) como “uma propriedade fundamental da linguagem<sup>22</sup>” por três motivos. Primeiro, por fornecer explicações a respeito do “papel que cada elemento da estrutura desempenha na configuração orgânica do todo<sup>23</sup>” (HALLIDAY, 2014, p. 49) da linguagem. Segundo, pelo fato de a linguagem ser utilizada para cumprir um propósito comunicativo em um determinado contexto, ou, nas palavras de Halliday (1989, p. 10), a “linguagem [...] est[ar] realizando alguma tarefa em algum contexto, em oposição a palavras ou sentenças isoladas que eu possa escrever na lousa<sup>24</sup>”. Terceiro, em razão de que, no âmago de qualquer interação oral ou escrita, a linguagem opera duas funções basilares simultaneamente, as quais foram nomeadas na teoria sistêmico-funcional metafunções (HALLIDAY, 2014). Halliday distingue essas metafunções em ideacional, orientada para a construção de sentido da experiência humana, e interpessoal, voltada para a viabilização de relações sociais, para expressarmos a nós mesmos e influenciarmos os outros (HALLIDAY, 1989).

Além dessas duas funções básicas, Halliday (2014, p. 31) acrescenta uma terceira metafunção, chamada textual, facilitadora da “construção de sequência de

<sup>21</sup> “[...] it is the uses of language that, over tens of thousands of generations, have shaped the system. Language has evolved to satisfy human needs; and the way it is organized is functional with respect to those needs [...]”.

<sup>22</sup> “[...] a fundamental property of language [...]”.

<sup>23</sup> “[...] part played by each element in the organic configuration of the whole [...]”.

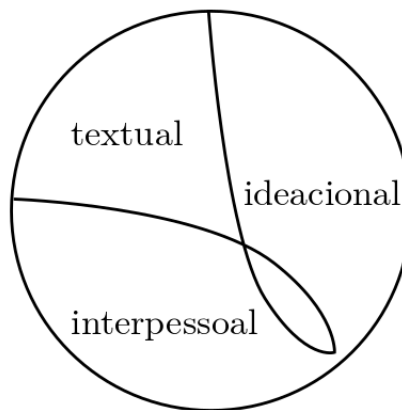
<sup>24</sup> “[...] language that is doing some job in some context, as opposed to isolated words or sentences that I might put on the blackboard [...]”.

discurso, organizadora do fluxo discursivo e criadora de coesão e continuidade<sup>25</sup>. Logo, a metafunção textual realiza as duas primeiras, ideacional e interpessoal, em textos escritos ou falados.

Mishler (1986) discute a utilização da teoria sistêmico-funcional para embasar a análise de entrevistas no campo das ciências sociais, demonstrando que as teorias convencionais de análise de narrativas cobrem o espectro de apenas uma das metafunções propostas por Halliday. Por exemplo, o autor considera a análise de narrativas em entrevistas, de Labov e Waletzky, “um estudo dirigido principalmente para uma análise daquilo que Halliday nomeia função textual<sup>26</sup>” (MISHLER, 1986, p. 77).

Martin e White (2005) comparam as metafunções a lentes complementares por meio das quais é possível interpretar a linguagem em uso. Dada a simultaneidade com que ocorrem essas três metafunções, esses autores propõem a representação reproduzida na Figura 4, que nos lembra da relação de complementaridade entre elas para a construção de diferentes tipos de significado.

Figura 4 – Metafunções da linguagem



Fonte: Traduzida de Martin e White (2005, p. 8).

A metafunção ideacional é subdividida em dois componentes: o experiencial e o lógico. No componente experiencial, o significado de uma oração é concebido como representação de algum tipo de processo, ação, estado ou outro fenômeno

<sup>25</sup> “[...] build up sequences of discourse, organizing the discursive flow, and creating cohesion and continuity [...]”.

<sup>26</sup> “[...] a study directed primarily to an analysis of what Halliday calls the textual function”.

apreendido em nossa experiência (HALLIDAY; HASAN, 1989). Já o componente lógico se trata de “uma rede relativamente pequena de relações lógicas fundamentais<sup>27</sup>” (HALLIDAY; HASAN, 1989, p. 21), evidenciadas na linguagem por relações paratáticas e hipotáticas, que toda língua natural apresenta.

Os significados ideacionais experienciais são manifestados por meio do sistema de escolhas gramaticais da transitividade, estruturados na combinação de participantes, processos e circunstâncias, uma figura cujo centro é o processo (HALLIDAY, 2014). O sistema de transitividade se desenvolveu como “uma forma de aprender sobre e conhecer o mundo<sup>28</sup>” (HALLIDAY, 1985, p. 68). Os processos, como diferentes formas de fabricação de domínios particulares da experiência humana, foram mapeados para descrição da língua inglesa, a princípio.

Nós, systemicistas brasileiros, temos utilizado a mesma descrição, uma vez que a teoria é relativamente recente e está em constante desenvolvimento - suas primícias datam da década de 1960, conforme revelado pelo próprio Halliday em entrevista concedida durante o 25º Instituto e Congresso Internacionais em Linguística Sistêmico-Funcional (THOMPSON; COLLINS, 2001). Atualmente, há seis tipos de processos mapeados. A primeira diferenciação é feita entre nossas experiências do mundo externo e as experiências interiores, de nossa consciência. Os processos que denotam a primeira forma de significado (ações e eventos) são chamados materiais (Exemplo 4).

Exemplo 4	O Governo deve se <u>utilizar</u> [PMAT] de todos os instrumentos legais e de todas as formas legítimas para acabar com a impunidade, penalizar os culpados de delitos contra o erário e a fé públicos	FCM89#P
--------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------

Processos materiais são realizados por verbos como “produzir”, “escrever” ou “utilizar”, que representam ações concretas. No Exemplo 4, o processo material “utilizar”, sinalizado como [PMAT], é empregado pelo então candidato à Presidência da República, nas eleições de 1989, Fernando Collor de Mello, para construir uma representação do papel do Governo Federal no combate à corrupção no serviço público. Os lexemas “impunidade”, “culpados” e “delitos” possibilitam definir o tema da fala de Collor como pertencente ao campo semântico de crime. Já o grupo nominal

<sup>27</sup> “[...] a relatively small network of fundamental logical relations [...]”.

<sup>28</sup> “[...] a way of learning and knowing about the world.”

“erário e fé públicos” remetem a posses e atos do Estado, os quais, no imaginário do candidato, constituem-se em alvos de proteção da administração federal contra crimes.

Processos que expressam o registro, a reação ou a reflexão sobre as experiências do mundo material são denominados mentais (Exemplo 5).

Exemplo 5	Nós <u>acreditamos</u> [PMENT] no futuro do Brasil.	FCM89#P
--------------	-----------------------------------------------------	---------

Nessa oração, Collor utiliza um processo mental cognitivo, “acreditar”, sinalizado como [PMENT], para projetar o conteúdo de sua crença, chamado Fenômeno, segundo as categorias da Linguística Sistêmico-Funcional. Nesse exemplo, o Fenômeno é realizado pelo grupo nominal “o futuro do Brasil”. O uso do pronome “nós” possivelmente faz referência a Collor e sua equipe de campanha/governo e é denominado Experienciador, o participante que experimenta, em sua própria consciência, o processo.

Uma terceira forma de significar envolve efetuar generalizações, identificações, caracterizações e classificações da experiência humana. Essas funções são organizadas por processos relacionais, que estabelecem uma relação entre dois participantes de uma oração. Esses processos expressam representações estáticas, como se não houvesse aporte efetivo de parte do primeiro participante. A implicação disso no discurso político é a de construção da realidade como determinada, certa, em alguns casos, aparentemente, imutável.

O tipo de relação entre os participantes da oração pode ser intensivo, circunstancial ou possessivo. No tipo intensivo, a relação entre os participantes é de atribuição ou de símbolo e valor, em outros termos, “x é a”, conforme exemplificado em (6)<sup>29</sup>.

Exemplo 6	A prioridade máxima do Governo Fernando Henrique <u>é</u> [PREL] a retomada sustentada do crescimento	FHC94#P
--------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------

<sup>29</sup> Apresentaremos mais exemplos de orações relacionais, pois estas constituem o foco de nosso estudo.

Nesse excerto, “x” corresponde ao participante símbolo e é realizado por “A prioridade máxima do Governo Fernando Henrique”, enquanto “a” corresponde ao valor e é realizado por “a retomada sustentada do crescimento”. Esses dois termos da oração estão ligados em uma relação de igualdade pelo processo relacional “é”. Desse modo, “x” tem sua identidade estabelecida em “a”.

Nas orações de tipo circunstancial, a relação entre os participantes é de especificação de modo, causa, acompanhamento, papel, assunto, ângulo ou de localização no tempo e no espaço (Exemplo 7).

Exemplo 7	Eu <u>vou estar</u> [PREL] na luta	JMB18#E
--------------	------------------------------------	---------

A oração acima ilustra uma relação de localização em espaço abstrato, em que o primeiro participante, “eu” (o candidato), situa a si mesmo no espaço “luta”, que constitui uma metáfora lexical para a disputa eleitoral de 2018. A relação entre os dois participantes da oração é estabelecida pelo grupo verbal “vou estar”, que realiza um processo relacional em um tempo futuro, portanto, em um cenário imaginário.

O terceiro tipo, possessivo, estabelece relações de posse, abrangência e envolvimento entre o primeiro e o segundo participante. O verbo lexical que tipicamente realiza essas orações é o “ter”, porém Halliday (2014) assinala que “conter”, “incluir”, “envolver” também são utilizados pelos falantes/escritores para expressar esse tipo de significado. O autor destaca ainda que verbos que denotam necessidade de ter, como “faltar”, “carecer”, “requerer”, não ter, como “excluir”, dever ter, como “merecer”, ter como recurso, como “fornecer”, também são classificados como relacionais possessivos. O Exemplo (8) contém uma realização típica de processos relacionais possessivos, pois o verbo “ter” foi a escolha léxico-gramatical do candidato para ligar os dois termos da oração.

Exemplo 8	milhões de brasileiros marginalizados socialmente (...) <u>terão</u> [PREL] acesso ao consumo de bens de primeira necessidade.	LILS02#P
--------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------



A relação de posse construída em (8) é de ordem abstrata, pois o lexema “acesso”, que realiza o objeto de pertencimento, representa um bem imaterial. O tempo verbal futuro expressa a possibilidade e promessa de um dado segmento da sociedade (“brasileiros marginalizados”) obter um benefício como resultado de seu apoio ao candidato nas urnas.

Cada um desses tipos de oração ocorre, em um sistema de modo, de duas formas: atributivo ou identificativo (HALLIDAY, 2014). Em geral, há dois participantes nesse tipo de oração, os quais recebem diferentes denominações em cada um dos modos de relação. À semelhança dos processos mentais, os participantes das orações relacionais podem ser humanos, mas também atos e fatos.

No modo atributivo, o primeiro participante de orações é chamado Portador, enquanto o segundo é denominado Atributo. O Atributo caracteriza ou classifica o Portador com um exemplo de um grupo e, em nosso *corpus*, é realizado por grupos nominais, geralmente antecidos por artigo indefinido, grupos preposicionais e orações. Esses Atributos podem ser materiais ou semióticos.

Halliday (2014) pontua que o Atributo é uma estratégia que pode ser utilizada por falantes/escritores para avaliação do Portador. Como forma de exemplificação, apresentamos a seguir um excerto do Plano de Governo de Jair Bolsonaro, no qual o candidato adota um posicionamento sobre a saúde pública brasileira.

Exemplo 9	A saúde deveria ser [PREL] <u>muito melhor</u>	JMB18#P
--------------	------------------------------------------------	---------

Nesse exemplo, o candidato desaprova os serviços de saúde oferecidos pelo Estado à população, primeiramente, por meio do verbo modal “deveria”, o qual indica alta obrigatoriedade em um cenário imaginado (realizado pelo tempo verbal futuro do pretérito). Em segundo lugar, a combinação do recurso de gradação “muito” com o termo avaliativo “melhor” constrói significado de que o estado da saúde pública naquele momento (2018) é insatisfatório.

A atribuição pode se desenvolver ao longo do tempo de forma não especificada, o que constitui o caso não marcado. Já o caso marcado pode ocorrer em uma das seguintes fases: 1) tempo, que se subdivide em inceptivo (que expressa o início de um estado, por exemplo, “tornar-se”) e durativo (que expressa um estado que tem

duração, por exemplo, “permanecer”); 2) realidade, que se subdivide em aparente (por exemplo, “parecer”), perceptiva (por exemplo, “soar como”) ou realizada (por exemplo, “resultar”).

No modo identificativo, o primeiro elemento é chamado Identificado e, o segundo, Identificador. Este último é realizado, em geral, por um grupo nominal, iniciado por um dêitico, ou por um nome próprio ou pronome. Essa forma de realização léxico-gramatical caracteriza o Identificador como definido e específico. Além da definição e especificidade como traços diferenciadores das orações identificativas em relação às atributivas, há ainda o fato de o verbo que realiza o processo ser de uma classe que constrói relação de igualdade entre os participantes da oração, os equativos, o que torna essas orações reversíveis. Isso significa que o Identificado pode passar a ocupar a função de Identificador e vice-versa.

No Exemplo (10), retirado de entrevista concedida por Collor ao programa Roda Viva, o candidato utiliza o processo relacional “é” para formular uma definição do lexema “impunidade”.

Exemplo 10	A impunidade é [PREL] a certeza de que o corrupto ou o delinquente tem de que, cometido o ato delituoso ou mesmo o ato de corrupção, nada vai lhe acontecer [...]	FCM89#E
---------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------

No excerto 10, há traços característicos de orações relacionais identificativas. Primeiro, a especificidade dos participantes, que é conferida pelo artigo definido “a”. Em segundo lugar, a reversibilidade da oração possibilitada pelo uso do processo relacional equativo “é”. Desse modo, “a certeza de que o corrupto ou o delinquente tem de que, cometido o ato delituoso ou mesmo o ato de corrupção, nada vai lhe acontecer - é a impunidade” também seria uma reformulação possível. Por fim, a presença dos participantes Identificado, realizado pelo grupo nominal “impunidade”, e Identificador, realizado pela oração relacional possessiva “a certeza de que (...)”, em uma relação de igualdade e identidade.

Além dos processos materiais, mentais e relacionais, considerados os principais, há três tipos de processos secundários, assim considerados por reunirem características de mais de um processo. Os processos de comportamento fisiológico e psicológico são chamados comportamentais (por exemplo, tossir, gargalhar, respirar) (Exemplo 11), os quais apresentam características tanto de processos

materiais quanto mentais. Eles expressam manifestações externas de estados internos, tornando “percepções, pensamentos e sentimentos em ações observáveis<sup>30</sup>” (ROSE, 1996, p. 338).

Exemplo 11	[...] quando Fidel Castro morreu, tava [sic] lá, <u>chorando</u> [PCOMP], aos prantos, no túmulo daquele...daquele...daquele homem que matou tanta gente.	JMB18#E
---------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------

Em (11), o candidato Bolsonaro faz referência ao processo comportamental “chorar” para representar a relação afetiva de amizade entre a ex-presidenta Dilma Rousseff e o líder cubano Fidel Castro, na ocasião do falecimento deste.

Os processos verbais (Exemplo 12), situados na fronteira entre os mentais e relacionais, englobam atividades simbólicas como a criação de narrativas e diálogos e atribuição de fontes nos contextos acadêmico e jornalístico, ao citar ou reportar discurso de outrem (HALLIDAY, 2014).

Exemplo 12	Eu <u>disse</u> [PVERB] “Bom, é preciso primeiro ganhar a eleição para que depois nós possamos oferecer uma proposta concreta a vocês”.	FCM89#E
---------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------

Aqui, Collor (=Eu), participante da oração verbal chamado Dizente, projeta uma segunda oração para citar, de forma direta, o que foi dito por ele em uma reunião com empresários e banqueiros a respeito de seus projetos para gerenciar a dívida externa brasileira. Halliday (2014) indica que “dizer” faz parte de um grupo de verbos chamados não marcados, ou seja, comumente escolhidos por falantes em diálogos.

Por fim, há os processos existenciais (Exemplo 13), que combinam características tanto de processos materiais quanto relacionais e “representam que algo existe ou acontece<sup>31</sup>” (HALLIDAY, 2014, p. 307). Funcionalmente, eles introduzem participantes e fenômenos em narrativas, bem como apresentam lugares e suas características em guias de informações turísticas (HALLIDAY, 2014).

<sup>30</sup> “[...] they render perceptions, thoughts and feelings as observable actions”.

<sup>31</sup> “[...] represent that something exists or happens [...]”.

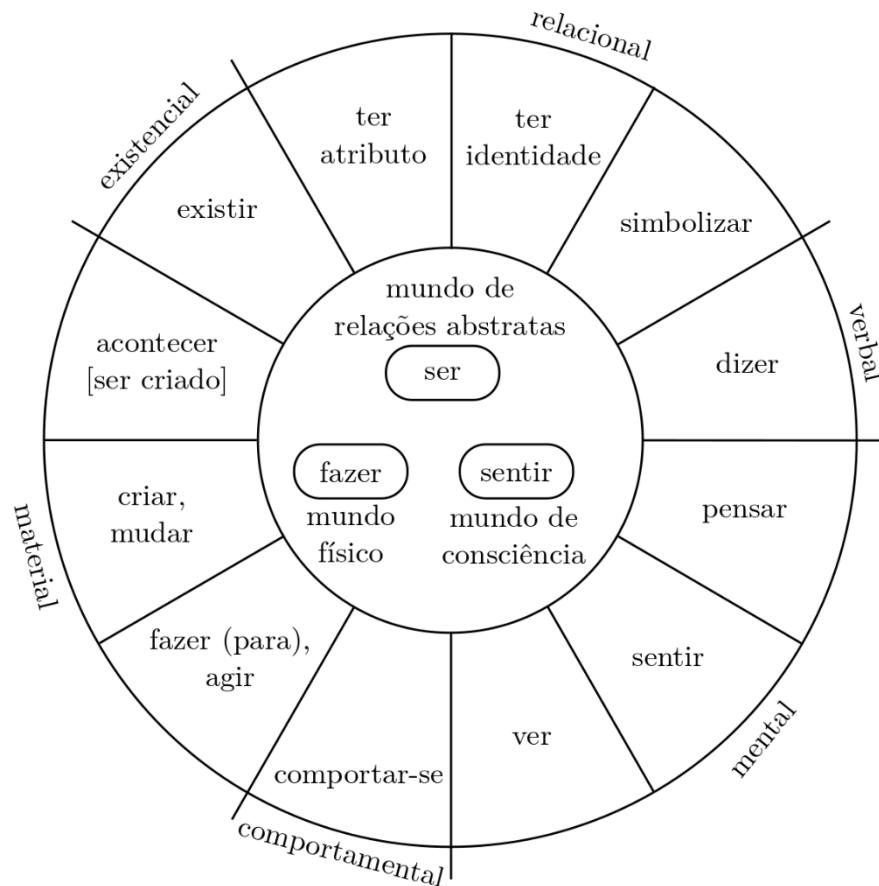
Exemplo 13	[...] se na sociedade de um país, uma sociedade considerada, não <u>houvesse</u> a impunidade, a corrupção, seguramente, ou <u>inexistiria</u> , ou seria muito reduzida.	FCM89#E
---------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------

No Exemplo 13, há duas orações existenciais. Na primeira, dependente, o participante denominado Existente é realizado pelo lexema “impunidade”, precedido de negação, ou seja, estabelecendo um cenário em que essa condição não exista. Na segunda oração, o Existente “corrupção” também é representado como inexistente, desta vez, a negação é dada pelo sufixo – in. Essas orações estão relacionadas hipotaticamente, a primeira postula uma condição (“se não houvesse impunidade”) para que o segundo Existente (“corrupção”) desapareça ou subsista em uma escala muito pequena.

A Figura 5 organiza os seis tipos de processos mapeados nos estudos sistêmico-funcionais de Halliday (2014), de forma a apontar para a relação de continuidade entre eles. Na parte interna do círculo estão elencadas as funções realizadas por meio de cada um desses processos semióticos. No núcleo da Figura, encontramos a classificação dos seis processos em três grandes grupos, de acordo com o âmbito a que cada um se relaciona: se relacionado ao mundo material, ao mundo da consciência ou das relações abstratas.

A disposição dos processos em círculo indica que não há uma relação hierárquica entre eles, mas sim um contínuo, cuja fronteira, em alguns casos, é difícil de ser discernida. As formas pelas quais o componente experiencial da metafunção ideacional configura-se em um texto, segundo Li, Lui e Fung (2020), contribuem para a identificação de tópicos nos discursos políticos.

Figura 5 – Tipos de processos do sistema de transitividade



Fonte: Traduzido de Halliday (2014, p. 216).

### 3.3 O BRASIL QUE QUEREMOS: REPRESENTAÇÕES DE FUTURO EM TEXTOS ELEITORAIS

#### 3.3.1 Imaginários e *irrealis*

O termo **imaginário** é amplamente utilizado em uma variedade de domínios, como o econômico (por exemplo, neoliberal, keynesiana, Bretton Woods<sup>32</sup>), o geopolítico, o político, o social (por meio da emergência e consolidação de conceitos como estado e soberania) (JESSOP, 2008), ou ainda o ecológico (JESSOP, 2013). Taylor (2004, p. 23) define esse conceito como “formas em que as pessoas imaginam

<sup>32</sup> Conferência Financeira e Monetária das Nações Unidas, realizada na cidade de Bretton Woods, New Hampshire, Estados Unidos, de 1 a 22 de julho de 1944. Nessa conferência foram criados o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. Mais informações podem ser encontradas em: <<http://timeline.worldbank.org/#event-bretton-woods-conference-begins>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

sua existência social, como se articulam com os outros, como as coisas acontecem entre elas e seus parceiros, as expectativas que são normalmente satisfeitas [...] realizados em imagens, estórias e lendas<sup>33</sup>". Nesse caso, os imaginários se constituem também por intermédio da linguagem nas modalidades escrita, oral e visual. São considerados discursos que descrevem um mundo possível, como a realidade social deveria ser, o futuro. Na explicação do sociólogo Bob Jessop "[...] um imaginário é um conjunto semiótico (sem limites rigorosamente definidos) que molda a experiência de indivíduos de um mundo extremamente complexo e/ou guia cálculos coletivos sobre esse mundo<sup>34</sup>" (JESSOP, 2013, p. 3).

Nesse processo argumentativo, a identificação, seleção e ênfase de algumas interpretações e atividades em detrimento de outras são favorecidas por meio de três mecanismos: variação, seleção e retenção (JESSOP, 2013). No primeiro mecanismo, uma gama de interpretações tem espaço, oportunizando "a (re)politização de discursos e práticas sedimentadas<sup>35</sup>" (JESSOP, 2013, p. 5). A abertura para diferentes formas de interpretar o mundo oportuniza voz a diferentes grupos sociais, que em períodos históricos ocuparam uma posição menos protagonista no estabelecimento de discursos hegemônicos.

Entretanto, Jessop (2013, p. 6) nos lembra de que "[t]oda narrativa é seletiva, apropria alguns argumentos em vez de outros e os combina de maneiras específicas<sup>36</sup>". Assim, por meio do segundo mecanismo, somente algumas dessas interpretações são selecionadas e transformadas em estratégias ou políticas públicas. Portanto, é crucial também a identificação do que é silenciado ou suprimido nos discursos. Por fim, por meio do terceiro mecanismo, ocorre a retenção daquelas interpretações que se mostrarem eficazes. Esses mecanismos possibilitam elucidar por que alguns discursos se tornam hegemônicos e outros não.

No caso do discurso político eleitoral, os candidatos produzem argumentos em prol de determinadas linhas de ação, avaliando e, muitas vezes, criticando e se opondo aos argumentos e estratégias de candidatos de partidos adversários na

---

<sup>33</sup> "[...] the ways people imagine their social existence, how they fit together with others, how things go on between them and their fellows, the expectations that are normally met" [...] "carried in images, stories, and legends."

<sup>34</sup> "[...] an imaginary is a semiotic ensemble (without tightly defined boundaries) that frames individual subjects' lived experience of an inordinately complex world and/or guides collective calculation about that world [...]."

<sup>35</sup> "[...] the (re)politicization of sedimented discourses and practices."

<sup>36</sup> "All narratives are selective, appropriate some arguments rather than others and combine them in specific ways."

persecução de outros objetivos e interesses (FAIRCLOUGH, 2013). Saull (2018) cita a votação pelo *Brexit*, no Reino Unido e a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, como exemplos da transformação de imaginários de extrema direita em ação política nas urnas. No contexto brasileiro, nas eleições de 2018, um fenômeno semelhante pode ser observado, conforme demonstramos no Exemplo 14.

Exemplo 14	[...] não é essa história, <u>não</u> está <u>bem</u> contada na questão da tortura [...]	JMB18#E
---------------	-------------------------------------------------------------------------------------------	---------

No excerto acima, de entrevista concedida pelo então candidato à Presidência da República, Jair Messias Bolsonaro, ao Programa Roda Viva, a existência de tortura (=questão da tortura) no período do regime militar no Brasil é questionada. Essa afirmação é verificada pelas escolhas lexicais do candidato, ao empregar recursos da metafunção interpessoal como negação (“não”) e gradação (“bem”) para avaliar a forma como a história sobre esse período específico da política brasileira é contada. Wodak (2019) aponta o revisionismo histórico como uma dimensão do discurso de partidos de extrema direita na Europa. Uma característica desse tipo de discurso é construir uma narrativa do passado em que há heróis contra o mal (envolvendo conspirações, inimigos).

Em países do hemisfério norte, tais imaginários concorreram para moldar a evocação e reprodução de atitudes, com base em raça e racismo, no que tange a políticas de imigração. Saull (2018) argumenta que uma mudança nesse quadro político internacional implica o surgimento de um imaginário alternativo de solidariedade e cidadania, o qual deve encontrar adesão entre os eleitores que, por meio de seu voto, podem canalizar esse imaginário até as urnas.

Outro exemplo de imaginários colocados em funcionamento é trazido por López (2018) no contexto de direitos humanos. O desejo de um mundo onde violação de direitos humanos não ocorra ou seja punida posiciona os sujeitos reativamente, levando ativistas a escreverem cartas, assinarem petições, participarem de protestos, contribuírem financeiramente. Assim, organizações de direitos humanos, ao encorajarem tais ações, são produtos de imaginários políticos de direitos humanos.

Um exemplar de análise, trazido por Fairclough e Fairclough (2012), indica perguntas que podem ser formuladas para a identificação de imaginários como, por

exemplo, quais são os objetivos de ação (os imaginários propriamente ditos) e quais ações são requeridas para alcançar esses objetivos (estratégias). Os autores identificam o imaginário da sociedade e da economia baseadas no conhecimento, o que significa que o conhecimento, a ciência e a tecnologia passam a exercer papel crucial no desenvolvimento econômico.

No complexo oracional “*A economia do Reino Unido é uma economia baseada no conhecimento, portanto, se nosso objetivo é competir internacionalmente, devemos investir mais dinheiro em educação e pesquisa*”, a economia do Reino Unido é descrita, utilizando um processo relacional (*ser*), como já participante desse novo sistema. O imaginário é apresentado como uma verdade, uma realidade, não modalizada, portanto, fechando o espaço dialógico para contestação.

Fairclough e Fairclough (2012) utilizam esse exemplo para demonstrar que nem sempre o imaginário é textualizado por meio de um objetivo a ser atingido no futuro, mas sim como uma circunstância. No Exemplo 15, a circunstância está marcada por um conector hipotático (*quando*) que liga a oração dependente, a qual funciona como circunstância, à oração dominante.

Exemplo 15	[...] <u>quando você bota no papel os 65 logo de cara, de idade, a esquerda, como fez, usou dizendo que todo mundo ia se aposentar só depois de morto.</u>	JMB18#E
---------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------

No Exemplo 15, a circunstância indicada pelo então candidato Jair Bolsonaro, de estipular a idade mínima para aposentadoria dos homens em 65 anos de idade, tornou-se um fato no texto da Emenda Constitucional nº 6/2019, aprovada em seu primeiro ano de governo. A proposição em forma de circunstância temporal no discurso de campanha implicou uma tentativa de conduzir a população a reconhecer o imaginário como uma representação factual. Nesse caso, o imaginário adquiriu poder performativo, ao ser apoiado por grupos de pessoas que têm poder de decisão, por meio de leis e outros textos que possibilitam ou limitam a ação humana.

Dados esses exemplos de análise de imaginários no discurso político, os quais serão retomados no Capítulo de Conclusão em comparação a nossos resultados, resta responder ao questionamento sobre o que conduz eleitores a selecionarem e aderirem a um grupo de imaginários e não a outro. Determinados imaginários adquirem sucesso eleitoral ao construírem uma visão idealizada e compartilhada de



nação, a qual, por causa de seus efeitos ou consequências, move os cidadãos a prestarem apoio nas urnas. Essas visões compartilhadas são construídas na linguagem e, ao legitimar formas específicas de subjetividade e agência individual e coletiva (LÓPEZ, 2018), convocam à adesão.

Nesse caso, as pessoas veem suas identidades representadas nos imaginários de campanha e estes alimentam um sentimento de pertencimento, dando voz às demandas de grupos específicos, ao mesmo tempo que promovem o distanciamento de determinadas pautas que se opõem a esses imaginários. Assim, imaginários de campanha se convertem em mecanismos sociais que abrigam reivindicações de benefícios coletivos, que possuem apelo para obtenção de respostas favoráveis em relação a certas formas de agir e existir na sociedade.

A mídia tem papel relevante ao reproduzir ou fornecer espaço para que candidatos exponham “imaginários do que a política pode ser e do que os políticos fazem ou devem fazer<sup>37</sup>” (WODAK, 2009, p. 160) diferentemente das práticas existentes (Exemplo 16).

Exemplo 16	[...] mas enquanto houver o sistema presidencialista, <u>o responsável, aquele que deve conduzir a política do país é o presidente</u> . E ele não pode abrir mão dessa sua autoridade sob pena de ser – como hoje acontece com o atual presidente da República –, ser levado na chacota, ser levado na brincadeira.	FCM89#E
---------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------

Em termos de efeitos na sociedade, o papel dos imaginários consiste em “determinar o que se considera como problemas sociais e como tais problemas devem ser sanados<sup>38</sup>” (DOBBERNACK, 2010, p. 150). Essas seleções, que conectam “estados desejáveis e indesejáveis da sociedade<sup>39</sup>” (DOBBERNACK, 2010, p. 159), tornam o mundo passível de intervenção (MULDERRIG, 2007).

Promessas de campanha, veiculadas na forma de imaginários, podem vir a influenciar tanto a elaboração de proposições normativas, no Poder Legislativo, quanto a adoção de estratégias de gestão, por parte do Poder Executivo, direcionadas a variados segmentos sociais. Para a identificação e categorização de um conceito abstrato como imaginário, é necessária uma abordagem que enfatize a correlação

<sup>37</sup> “[...] of what ‘politics’ might be and what politicians ‘do’ or ‘should do.’”

<sup>38</sup> “[...] determining what counts as a social problem and how such problems should be rectified”.

<sup>39</sup> “[...] desirable and undesirable states of society”.

entre linguagem, texto e contexto, bem como forneça evidências linguísticas que explicitem essa correlação.

Léxico-gramaticalmente, o conceito de *irrealis* e algumas de suas formas de realização, conforme descritas em pesquisas prévias no âmbito da Linguística Sistêmico-Funcional, serão norteadores do mapeamento da categoria sociológica de imaginários com base em evidências linguísticas. Uma das formas pelas quais esse conceito tem sido caracterizado é pelo sistema de aspecto. Halliday afirma que a subcategoria aspectual perfectivo “representa o potencial ou virtual” e “significa objetivo a ser alcançado”, “futuro”, “mudança de estado ou proposta (dependente)”<sup>40</sup> (HALLIDAY, 2014, p. 490) ou ainda “intenção” (HALLIDAY, 2014, p. 569) e propósito, que podem ser expressos por orações perfectivas não finitas (HALLIDAY, 2014). O Exemplo 17, retirado do *corpus*, ilustra esse tipo de oração.

Exemplo 17	Tudo [...] Não é <u>para</u> (eu) ser candidato. Isso é pobre.	FHC94#E
---------------	----------------------------------------------------------------	---------

Nesse trecho, a oração perfectiva não finita é iniciada pelo conector de propósito “para”, o qual introduz um objetivo (ser candidato) que é antecedido por negação (não). Com isso, Fernando Henrique Cardoso expressa que suas decisões e ações enquanto ocupou o cargo de Ministro da Fazenda não possuíam o propósito de qualificá-lo, perante a opinião pública, como um potencial candidato à Presidência da República.

O contraste ou a combinação de seleções é sugerido por Halliday (2003) e Butt (2008) como uma ação analítica útil para o mapeamento do conceito de *irrealis*. Desse modo, ideacionalmente, é possível observar e descrever a experiência humana a partir de diferentes estratos da linguagem. Enquanto Halliday (2003) propõe o entrecruzamento do conceito de *irrealis* com o tempo verbal, Butt (2008) indica contrastar a forma não finita com o tipo de processo.

Apontadas por Butt (2008) e Lukin (2019) como caracterizadoras de *irrealis*, as orações hipotáticas não finitas realizam a função de fala denominada proposta (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1999). Propostas podem ser projetadas (LUKIN, 2019)

<sup>40</sup> No original: “represents the potential, or virtual [...] means goal to be attained, [...] future, [...], change of state or (dependent) proposal” [...] “intention”.

em “orações mentais como pensamento indireto” para expressar “ideias desejadas de estados das coisas<sup>41</sup>” (HALLIDAY, 2014, p. 524-25).

Outro tipo de oração hipotática que realiza ideias de futuro, portanto, *irrealis*, são as condicionais (Exemplo 18), em muitos casos, utilizadas em conexão com o modo imperativo (ZAPPAVIGNA; MARTIN, 2018; HALLIDAY, 2014).

Exemplo 18	Eu não posso tomar as dores do meu filho, <u>se ele está errado</u> , ele paga.	LILS06#E
---------------	---------------------------------------------------------------------------------	----------

Nesse excerto, Luís Inácio Lula da Silva comenta sobre acusações de irregularidades em transações entre a empresa de seu filho Fábio Luís Lula da Silva e uma empresa de telefonia pública. A introdução de uma condição, iniciada pelo conector “se”, não confirma nem nega a afirmação contida na pergunta da jornalista sobre os negócios de Lulinha, como é conhecido o filho do presidente. Desse modo, é necessário que a condição “ele está errado” seja verdadeira para que o resultado “ele paga”, em referência à punição legal, seja cumprido.

Ainda no sistema de transitividade, Butt, Lukin e Matthiessen (2004) explicam que o sentido de *irrealis* pode também ser identificado por espaço abstrato, na Circunstância (Exemplo 19), em combinação com conceitos abstratos, nos demais participantes da oração.

Exemplo 19	[...] a comunidade científica...por exemplo...está no segundo plano aqui no Brasil tá? E eu acho que não interessa <u>onde</u> vai ficar essa...essa...essa...essa parte...né? Ela tem que ter uma pessoa isenta e com conhecimento de causa para levar essa política avante.	JMB18#E
---------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------

Nesse fragmento, o espaço abstrato é marcado pelo adjunto “onde”, o qual serviria para indicar a localização do Ministério de Ciência e Tecnologia na organização da administração federal. Entretanto, por meio do processo mental “acho”, o candidato projeta o conteúdo de seu parecer na oração projetada “não interessa”, que expressa baixo nível de importância à manutenção da pasta ou sua inclusão como parte de outro Ministério. Na oração que segue, o candidato indica o fator que terá alto nível de importância para a condução da Ciência e Tecnologia em

<sup>41</sup> No original “mental’ clauses as ‘indirect thought’ [...] desired (ideas of) states of affair”.

seu futuro governo, as qualificações do Ministro, como “isenção” e “conhecimento de causa”.

O tempo verbal futuro (Exemplo 20) também é sinalizado como um traço fundamental da realização do recurso de *irrealis* (LIU; HOOD, 2019; ZAPPAVIGNA; MARTIN, 2018).

Exemplo 20	Meu primeiro compromisso <u>será</u> o (compromisso) [[de declarar guerra de forma permanente, obstinada e sem tréguas, aos dois piores males [[que infelicitam a Nação, desvirtuam a cidadania e afrontam o nosso patriotismo:]] a inflação e a corrupção]] ]]	FCM89#P
---------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------

Em (20), o processo relacional realizado pelo verbo “ser” constrói relação de identificação entre dois participantes. O Identificado, realizado pelo grupo nominal abstrato “meu primeiro compromisso” tem sua identidade estabelecida no participante Identificador, realizado gramaticalmente por um grupo nominal iniciado por artigo definido, com o nome “compromisso” em elipse, acrescido por duas orações encaixadas, assinaladas por colchetes [[ ]] no exemplo. Semanticamente, o Exemplo (20) é uma representação de Economia e Sistema Político, identificados pelos lexemas “inflação” e “corrupção”, os quais são declarados como inimigos da nação brasileira e que precisam ser combatidos pelo candidato prioritariamente.

Com relação à forma de realização de *irrealis* pela perspectiva da metafunção interpessoal, encontramos alguma discordância entre os autores em LSF. Enquanto Martin (2017) destaca que a polaridade negativa é uma forma de realização do sentido de *irrealis*, Liu e Hood (2019, p. 600) atribuem ao “sistema de modalidade, ao realizar graus entre posições negativas e positivas<sup>42</sup>” a incerteza característica do conceito de *irrealis* (Exemplo 22) e não ao sistema de polaridade que, para essas autoras, está relacionado à noção de *realis*. A seguir, apresentamos um exemplo de como a polaridade negativa (Exemplo 21) pode realizar o sentido de *irrealis*.

Exemplo 21	(Um Brasil) Onde a escola <u>não</u> seja um privilégio, mas (onde a escola seja) um direito.	FCM89#P
---------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------	---------

<sup>42</sup> No original: “MODALITY system in realizing degrees between positive and negative positions”.

Nesse excerto do Plano de Collor, o adjunto de polaridade negativa “não” coloca em oposição (marcada pelo conector “mas”) duas proposições: a primeira, de que a escola é um “privilégio”, e a segunda, de que a escola é um “direito”. Gramaticalmente, o relativo “onde” indica que as orações que seguem têm função de circunstância em relação ao participante indefinido “um Brasil”, além de funcionarem como Atributo para o país imaginado pelo candidato. No estrato da semântica, esse imaginário faz parte de um ideal de Bem-Estar Social, especificamente, às políticas de Educação Básica, o que é sinalizado pelo lexema “escola”.

A modalidade, como já apresentado, também pode ser indicadora de *irrealis* (Exemplo 22).

Exemplo 22	O Estado brasileiro, hoje esclerosado e clientelista, <u>precisa</u> se tornar ágil e eficiente.	FHC94#P
---------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------	---------

O Exemplo (22) foi retirado do Plano de Fernando Henrique Cardoso para as eleições de 1994. Em uma escala de grau de certeza, a obrigação faz parte da modalidade de tipo modulação, realizada nesse excerto pelo verbo modal “precisar”. Esse sentido de necessidade e alto grau de obrigação modula o processo relacional “tornar-se” e, desse modo, indica Atributos pelos quais o Estado deve passar a ser reconhecido - “ágil” e “eficiente”. Nessa oração está implícito o sentido de que, no tempo em que o Plano foi redigido, o Estado brasileiro não apresentava essas características - o processo “tornar-se” pressupõe mudança de um estado presente para um estado futuro. Essa afirmação caracteriza, no estrato da semântica, uma representação de Sistema Político, com ênfase na corrupção, pois na mesma oração os Atributos semanticamente positivos (“ágil” e “eficiente”) são contrastados com as características semanticamente negativas “esclerosado” e “clientelista”, as quais devem ser abandonadas pelo Estado.

No Sistema de Avaliatividade, da metafunção interpessoal, destaca-se a contribuição de Martin e Rose (2007, p. 65), os quais sugerem um conjunto de perguntas para classificação de Afeto, dentre elas, se “os sentimentos envolvem intenção (em lugar de reação) com relação a um estímulo que seja *irrealis*<sup>43</sup>”, realizado

<sup>43</sup> No original: “Do the feelings involve intention (rather than reaction), with respect to a stimulus that is *irrealis*”.

léxico-gramaticalmente, no sistema de transitividade, por exemplo, pelo processo mental desiderativo “querer”, como exemplificado em (23).

Exemplo 23	[...] os conservadores violam os direitos humanos, atacam os movimentos sociais e <u>querem</u> reduzir a participação da cidadania na definição de novos rumos para o país.	LILS06#P
---------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------

No fragmento (23), retirado do Plano de Governo de Lula para as eleições de 2006, quando concorreu ao segundo mandato, o processo mental desiderativo “querer”, assim como apontado por Martin e Rose (2007), expressa sentido de intenção. O candidato faz referência a partidos de centro-direita, identificados como “conservadores”, e desejosos de implementar retrocessos em relação à participação cidadã, conquistada há menos de vinte anos pelas diretrizes da Constituição Federal de 1988.

Bednarek (2008, p. 166), em acordo com Martin e Rose (2007), assinala que “termos de desejo e medo geralmente lexicalizam *irrealis* (desejar, querer, temer, ter medo de)<sup>44</sup>”, embora haja outros tipos de afeto que possam ser categorizados como *irrealis*. Martin (2017, p. 35) enfatiza que “um termo como *irrealis* precisa ser cuidadosamente interpretado com relação aos sentimentos *realis* a que ele se opõe<sup>45</sup>” e não somente em termos gramaticais de aspecto perfectivo *versus* imperfectivo.

Avançamos, no próximo capítulo, para a descrição dos procedimentos metodológicos adotados nesta investigação.

<sup>44</sup> No original: “desire and fear terms usually lexicalize *irrealis* (desire, want, fear, afraid of)”

<sup>45</sup> No original: “A term like *irrealis* needs to be carefully interpreted with regard to the *realis* feelings it opposes”.

## 4 METODOLOGIA

Este capítulo está organizado em três seções. Na seção 4.1, discorreremos sobre o ponto de partida para a construção do argumento e do relato de pesquisa e justificamos a motivação para a combinação das abordagens qualitativa e quantitativa. Na seção 4.2, delimitamos e descrevemos a amostra de textos bem como os critérios utilizados para o recorte. Na seção 4.3, especificamos os passos metodológicos adotados para a análise contextual, de parâmetros semânticos e léxico-gramatical dos *corpora*.

### 4.1 ORIENTAÇÃO E ABORDAGEM INVESTIGATIVA

Com a finalidade de abordar o primeiro objetivo específico da pesquisa, que envolvia mapear e comparar a recorrência de cada categoria temática do Projeto MARPOR nos *corpora* (Planos de Governo e entrevistas televisivas de políticos que fizeram campanha para presidente e foram eleitos), uma orientação indutiva, do ponto de vista qualitativo, auxiliou-nos na identificação dessas temáticas a partir dos dados textuais. Isso significa que, na implementação dos passos de análise, iniciamos pela exploração desses dois grupos de textos que compõem os *corpora*, sem hipóteses pré-estabelecidas, e elencamos as categorias de análise conforme a manipulação do material foi sendo realizada (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010; PIRES, 2010).

Complementarmente, do ponto de vista quantitativo, a orientação indutiva envolveu o registro de escolhas linguísticas observadas em termos de frequência, colocações e agrupamentos semânticos. Esses recursos linguísticos criam e tornam manifestas ideologias (LUKIN, 2019) que podem passar despercebidas durante a leitura (GOATLY, 2004) ou escuta de propostas de futuros governantes. A seguir, destacamos características dessas duas abordagens investigativas – qualitativa e quantitativa – que contribuíram para o desenho do processo de análise e explanação dos dados linguísticos e possibilitaram uma visão mais abrangente dos objetos de pesquisa.

No aspecto qualitativo, dialogamos com uma perspectiva de ciência social crítica, que busca “entender como poder e ideologia operam por meio e ao longo de sistemas de discurso [...]” (DENZIN; LINCOLN, 2018, p. 12). Na teoria sistemicista, como argumenta Lukin (2019, p. x), isso significa entender o papel que escolhas linguísticas e os significados construídos por elas desempenham no estabelecimento e na manutenção de

“comportamentos linguísticos coletivos”. Mantemos em foco também o comentário de Martin (1998, p. 9) para que a combinação da teoria crítica com a Linguística Sistêmico-Funcional seja produtiva.

O posicionamento menos proveitoso do qual eu tenha conhecimento é aquele que glosa a linguística funcional como interessada no textual e os teóricos críticos como interessados no social, cultural e político. Considero esse posicionamento equivocado, uma vez que o político, o social e o cultural podem ser estudados somente por meio de sua instanciação em textos, em diferentes modalidades [...]. A lacuna entre a análise textual e a social precisa ser preenchida, conforme os linguistas tornem-se mais eficazes em formalizar leituras de um número maior de textos mais extensos em níveis mais profundos de abstração e os teóricos críticos tornem-se mais eficazes em concentrar suas leituras nos detalhes de instanciação<sup>46</sup>.

Assim, a teoria linguística sistêmico-funcional oferece recursos teóricos para explorações da interconexão entre texto e contexto nos usos da linguagem em sociedade. Nessa abordagem, assim como nas teorias críticas, entende-se que “a linguagem não é um conduto neutro e objetivo de descrição do mundo” (KINCHELOE; McLAREN, 2006, p. 286), ao contrário, sua plasticidade “é crucial para o seu poder ideológico” (LUKIN, 2019, p. 38), servindo aos propósitos comunicativos de cada falante em operação em diferentes contextos. Assim, “as práticas discursivas são definidas como um conjunto de regras tácitas que regulam o que pode e o que não pode ser dito, quem deve falar [...] e quem deve escutar, de quem são as construções válidas e de quem são as incorretas” (KINCHELOE; McLAREN, 2006, p. 286).

Considerando a característica de plasticidade da linguagem, no grupo de pesquisa em que esta investigação insere-se, *Mídia, Política e Gramática Sistêmico-Funcional – Fase II* (GAP/UFSM 049420), resultados de teses, dissertações e artigos têm descrito e explanado o propósito comunicativo e as diferentes metafunções desempenhadas pela linguagem na sociedade, o que contribui para a difusão do conhecimento de estratégias para um funcionamento eficaz da comunicação humana, especificamente na esfera pública. Em adição, exploramos “situações sociais, situando-as em um contexto histórico mais

---

<sup>46</sup> “The least helpful positioning of which I am aware is one which glosses functional linguists as concerned with the textual, and critical theorists as concerned with the social, cultural and political. I find this misleading, since the social, cultural and political can only be studied through their instantiation as texts, across a range of modalities [...]. The gap between textual and social analysis is one that needs closing, as linguists get better at formalising readings of more and longer texts at deeper levels of abstraction and as critical theorists get better at focusing their readings on the details of instantiation”.



amplo<sup>47</sup>” (NEUMAN, 2011, p. 110), descrevendo-as em termos de variação funcional, o registro.

Devido ao caráter inter e transdisciplinar da abordagem qualitativa, há receptividade para a combinação de diferentes métodos e até mesmo de ferramentas de outra abordagem para interpretação da experiência humana (DENZIN; LINCOLN, 2018). Dessa forma, utilizamos métodos qualitativos e quantitativos, complementarmente, para descrever e explorar os dados, cujos resultados gerados são integrados na etapa de explanação e discussão.

Esse desenho de pesquisa possibilita “ampliar a perspectiva de pesquisa e, assim, [...] examinar como diferentes resultados complementam ou corroboram um ao outro<sup>48</sup>” (DÖRNYEI, 2007, p. 172). Como metaforizam Baker e Egbert (2016), dada a complexidade da linguagem humana, cada método assemelha-se a um conjunto de peças de um grande quebra-cabeças. Desse modo, a utilização de diferentes técnicas metodológicas possibilita uma descrição que tende a ser mais abrangente em comparação àquela conduzida por meio de uma única técnica e, conseqüentemente, revela uma porção maior da figura total que compõe o quebra-cabeças.

Pesquisas recentes que integram o instrumental metodológico da Linguística de *Corpus* à Análise Crítica do Discurso (BAKER, 2020; MULDERRIG, 2011) ou à Linguística Sistêmico-Funcional (LUKIN, 2019; ZAPPAVIGNA, 2011), com o uso de programas computacionais como *WordSmith Tools* (SCOTT, 1997), *Sketch Engine* (KILGARRIFF et al., 2014) ou *AntiConc* (ANTHONY, 2019), demonstraram o potencial de uma abordagem multimetodológica na obtenção de dados em termos de frequência, tendências e padrões (IVANKOVA; CRESWELL, 2009), em recortes temporais específicos para a identificação de formas de realização linguística de temáticas, representações e/ou avaliações em *corpora* extensos, como é o caso desta pesquisa de doutorado.

A definição de *corpus* e sua forma plural *corpora*, neste trabalho, é a de agrupamentos de dados linguísticos em textos escritos ou orais para a investigação e descrição de uma língua ou variedade linguística (SARDINHA, 2004; CRYSTAL, 1994). Estes são objeto de análise da Linguística de *Corpus*, uma ramificação da Linguística que, assim como a Linguística Sistêmico-Funcional, considera a característica probabilística dos sistemas da linguagem (HALLIDAY, 2014; SARDINHA, 2004), segundo a qual “certos

---

<sup>47</sup> “[...] social situations and places them in a larger historical context.”

<sup>48</sup> “[...] to broaden the research perspective and thus [...] test how the different findings complement or corroborate each other.

traços são mais frequentes que outros” (SARDINHA, 2004, p. 23) em determinados contextos. As técnicas da Linguística de *Corpus* possibilitam efetuar o levantamento de “frequências lexicais, palavras-chave e colocações em grandes conjuntos de dados<sup>49</sup>” (LUKIN, 2019, p. ix), o que nos auxiliou, nesta tese, na averiguação da existência ou não de padrões ao longo do período analisado.

Para cumprir o segundo objetivo específico de pesquisa, de identificar qual tipo de oração é recorrentemente utilizado para a construção de imaginários eleitorais, utilizamos duas ferramentas do programa computacional *WordSmith Tools*, versão 8.0 (SCOTT, 2020), a Lista de Palavras (*Wordlist*) e a Concordância (*Concordance*). Como uma primeira aproximação, empregamos a Lista de Palavras para localizar os itens lexicais mais frequentes em cada texto.

A Figura 6 apresenta a tela principal da ferramenta Lista de Palavras, nas duas opções de organização fornecidas pelo programa computacional – por número de ocorrências e por ordem alfabética. Além disso, na aba Estatística (*statistics*), é possível obter informações como o número de itens (*tokens*) e de formas (*types*). No primeiro caso, trata-se do número total de palavras que constituem o texto, em duas categorias: a) palavras corridas (*running words*), que inclui números; b) itens utilizados para a lista de palavras (*tokens used for word list*). Já as formas contêm o número de palavras que não se repetem no texto.

Em um segundo momento, partimos para a ferramenta Concordância (*Concordance*), ao selecionar a palavra mais frequente (palavra nódulo) em um determinado texto e acionar o comando para que o programa mostre quais termos a antecedem e a sucedem (Figura 7).

---

<sup>49</sup> “[...] lexical frequencies, keywords and collocations across large data sets”.

Figura 6 – Lista de palavras do *corpus*

The figure consists of two screenshots of the WordSmith Tools 8.0 interface. The top screenshot shows a window titled 'WordList' with a table of words and their frequencies. The bottom screenshot shows a window titled 'Word list (unsaved)' with a table of words and their frequencies.

N	Word	Freq.	%	Texts	%	Dispersion	Lemmas
1	DE	772	5,31%	1	100,00%	0,96	
2	A	605	4,16%	1	100,00%	0,94	
3	E	595	4,09%	1	100,00%	0,96	
4	QUE	469	3,22%	1	100,00%	0,93	
5	O	373	2,56%	1	100,00%	0,93	
6	DO	286	1,97%	1	100,00%	0,94	
7	DA	276	1,90%	1	100,00%	0,96	
8	PARA	192	1,32%	1	100,00%	0,90	
9	EM	159	1,09%	1	100,00%	0,87	
10	NÃO	152	1,04%	1	100,00%	0,86	

N	Word	Freq.	%	Texts	%	Dispersion	Lemmas
1	#	49	0,34%	1	100,00%	0,68	
2	A	605	4,16%	1	100,00%	0,94	
3	Ã	69	0,47%	1	100,00%	0,90	
4	ABANDONADA	1		1	100,00%	0,00	
5	ABANDONAR	1		1	100,00%	0,00	
6	ABANDONO	1		1	100,00%	0,00	
7	ABERTA	3	0,02%	1	100,00%	0,30	
8	ABERTOS	1		1	100,00%	0,00	
9	ABERTURA	1		1	100,00%	0,00	
10	ABRANDARÁ	1		1	100,00%	0,00	

Fonte: Adaptado de *WordSmith Tools 8.0* (SCOTT, 2020), com base nos *corpora*.

Figura 7 – Lista de concordância de uma amostra do *corpus*

The figure shows a screenshot of the WordSmith Tools 8.0 interface. The main window is titled 'Concord' and displays a concordance search for the word 'BRASIL'. The search results are shown in a table format within the Concord window. The concordance is displayed in Portuguese.

N	Concordance
1	CONSTITUCIONAL EFICIENTE. FRATERNO. O BRASIL LIVRE. Propomos um governo decente
2	por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Que atenda aos
3	todos nós, brasileiros natos ou de coração. Um Brasil de diversas opiniões, cores e
4	FRATERNIDADE! Quebrado o atual ciclo, com o Brasil livre do crime, da corrupção e de
5	espaço para populistas e suas mentiras O Brasil precisa se libertar dos corruptos. O povo
6	E DEVERES. A forma de mudarmos o Brasil será através da defesa das leis e da
7	assim como tem o dever de obedecer as leis do Brasil. IMPRENSA LIVRE E INDEPENDENTE.
8	da prosperidade Não permitiremos que o Brasil prossiga no caminho da senidão. Nosso
9	da Nação e da família brasileira. Queremos um Brasil com todas as cores verde, amarelo, azul
10	de São Paulo Epidemia de crack, introduzido no Brasil pelas filiais das FARC. Corrupção
11	privada e à Constituição Brasileira! UM BRASIL EM ROTA FISCAL EXPLOSIVA!
12	da miséria em todo o mundo. Mesmo assim, o Brasil NUNCA adotou em sua História
13	Está previsto pelo atual governo que para 2019 o Brasil terá déficit primário de R\$ 139 bilhões.
14	Social está previsto em R\$ 288,3 bilhões. O BRASIL É MAIOR QUE NOSSOS
15	MAIS FORTES que todos esses problemas. O Brasil passará por uma rápida transformação
16	dinheiro do POVO obtido pelos impostos. MAIS BRASIL. MENOS BRASÍLIA. Brasília não pode
17	população vive nos outros 5.570 municípios do Brasil. Os ministros passam a ser executivos
18	. A Globo, em seu documentário A Guerra do Brasil (dezembro de 2017 chama atenção para
19	têm uma população 50% maior que a nossa. No Brasil, 786 mil pessoas foram assassinadas
20	nr armas de fogo é muito menor que no Brasil. No Canadá são 600 homicídios por

Fonte: Adaptado de *WordSmith Tools 8.0* (SCOTT, 2020), com base em dados dos *corpora*.

Em complementação aos resultados de concordância, fez parte de um terceiro momento a busca por sequências combinadas de dois itens lexicais que ocorressem conjuntamente em mais de um texto com frequência (BIBER; CONRAD; REPPEN, 1998), os chamados feixes lexicais (*lexical bundles*) (BIBER; CONRAD, 1999), agrupamentos lexicais (*cluster*) (SCOTT, 2015), ou pares ou conjuntos de palavras (*n-grams*) (FLETCHER, 2020).

Figura 8 – Agrupamento de palavras em uma amostra dos *corpora*

N	Cluster	Freq	Set	Length
1	QUE O BRASIL	5		3

Fonte: Adaptado de *WordSmith Tools 8.0* (SCOTT, 2020), com base em dados dos *corpora*.

No exemplo da Figura 8, o agrupamento é formado por três lexemas “que”, “o” e “Brasil” e foi encontrado cinco vezes ao longo do Plano de Governo do candidato Jair Bolsonaro.

Neste trabalho, como está descrito nas próximas seções, adotamos o devido cuidado para que os resultados quantitativos fossem, primeiramente, testados em pequenas porções de textos, a fim de entender como o programa funciona, o que é e o que não é contabilizado como itens (*tokens*) e forma (*types*) para, subsequentemente, examinar alguns lexemas no entorno da palavra nóculo, a fim de mapear, na camada semântica, quais sentidos são expressos no conjunto de instanciações repetidas de um dado agrupamento lexical.

Justificamos a investigação de padrões léxico-gramaticais e semânticos de textos do domínio político eleitoral por fornecerem dados para que possamos prever, nas próximas eleições, as possíveis ênfases temáticas pautadas pelos candidatos. Essa informação ajuda-nos a entender quais áreas temáticas vêm sendo relegadas por candidatos eleitos em textos de campanha e, conseqüentemente, como cidadãos, efetuar escolhas eleitorais futuras em que pese a ênfase dedicada a temáticas de interesse pouco exploradas.

Na seção a seguir, explicamos como os textos foram obtidos e quais os procedimentos realizados para organização dos dados linguísticos.

## 4.2 CORPORA

### 4.2.1 Geração e constituição dos *corpora*

Reunimos amostras de discurso político pré-eleitoral, nas modalidades escrita (8 Planos de Governo) e oral (transcrição de 5 entrevistas concedidas ao Programa Roda Viva, da TV Cultura) produzidos por candidatos à Presidência da República que foram eleitos no período de 1989 a 2018. Os Planos de Governo produzidos a partir de 2010 foram obtidos por meio da página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral<sup>50</sup>. Já para os anos anteriores, como esse documento não constituía requisito para concessão do registro de candidatura, de acordo com a legislação eleitoral (Resolução TSE nº 22.156/2006 e anteriores)<sup>51</sup>, os Planos foram obtidos, gratuitamente, por meio de cadastro na página eletrônica do Projeto *MARPOR*, referido anteriormente no Capítulo 1.

Ainda nessa etapa da reunião de amostras de discurso político pré-eleitoral, os arquivos de áudio e vídeo das entrevistas foram acessados por meio do canal do Programa Roda Viva na plataforma de compartilhamento de vídeos *Youtube*<sup>52</sup>. Na sequência, para análise linguística, esses arquivos foram retextualizados na forma de transcrições. Esse processo é discutido e detalhado na próxima seção – *Organização dos dados linguísticos*.

---

<sup>50</sup> Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br>>. Acesso em: 10 set. 2020.

<sup>51</sup> Agradeço à Secretaria de Gestão da Informação do Tribunal Superior Eleitoral por haver fornecido esse esclarecimento em mensagem eletrônica de 10 maio 2019.

<sup>52</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/rodaviva>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

A totalidade dos *corpora* é formada por 871.920 *tokens* (incluindo números no formato de datas, quantias monetárias, porcentagens, dentre outros). Incluímos os números porque observamos recorrência significativa deles nos documentos.

## 4.2.2 Organização dos dados linguísticos

### 4.2.2.1 Planos de Governo

O tratamento dos Planos de Governo para submissão ao programa computacional *WordSmith Tools 8.0* (SCOTT, 2020) envolveu os seguintes passos:

1) transformação dos arquivos, originalmente de extensão .pdf, para extensão .doc e .txt (este configurado no padrão de codificação Unicode), com preservação da ortografia original, nos casos anteriores à Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa posta em vigor em 2009;

2) realização de testes com pequenos trechos dos textos, por meio dos quais verificamos que palavras separadas por hifens e barras podem ser contabilizadas como duas palavras (se tal opção for selecionada nas configurações do programa), tendo consequências semânticas. Por exemplo, em caso de colocação pronominal, tratam-se de dois termos, como em “destruí-lo”. Entretanto, em casos de palavras compostas por justaposição, como é o caso de “infra-estrutura”, grafada com hífen antes da Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa, consideramos que, semanticamente, trata-se de uma única palavra. Para fins de padronização, contabilizamos essas ocorrências como duas palavras no estrato léxico-gramatical, porém na análise destas em relação ao cotexto e contexto de uso, na explanação no estrato da semântica, tais ocorrências foram reputadas como uma unidade lexical.

Após o processamento dos arquivos em .txt pelo programa, foram gerados arquivos na extensão .xlsx. Todos os arquivos contendo os textos e os resultados receberam identificação individual por um código composto das letras correspondentes às iniciais do nome do candidato, seguidas pelos dois últimos dígitos do ano em que o Plano de Governo foi publicado, e de cerquilha, mais a letra P para indicar “Plano”. Assim, FCM89#P será lido como Fernando Collor de Mello, ano de 1989, Plano de Governo. O conjunto de Planos analisados está sintetizado no Quadro 4:

Quadro 4 – Planos de Governo (1989-2018)

#	Candidato	Lema de campanha	Nº de tokens	Nº de types	Código
1	Fernando Collor de Mello	O fenômeno Collor	14.547	3.498	FCM89#P
2	Fernando Henrique Cardoso	Mãos à obra Brasil: proposta de governo	63.307	7.064	FHC94#P
3	Fernando Henrique Cardoso	Avança, Brasil: proposta de governo	80.279	8.136	FHC98#P
4	Luís Inácio Lula da Silva	Um Brasil para todos	25.126	4.308	LILS02#P
5	Luís Inácio Lula da Silva	Lula de novo com a força do povo. Lula Presidente – Programa de Governo 2007/2010	9.427	2.248	LILS06#P
6	Dilma Vana Rousseff	Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira	4.431	1.314	DVR10#P
7	Dilma Vana Rousseff	Programa de Governo Dilma Rousseff – 2014: Mais mudanças, Mais futuro	10.052	2.281	DVR14#P
8	Jair Messias Bolsonaro	O caminho da prosperidade: proposta de Plano de Governo	7.689	2.222	JMB18#P
<b>Total da amostra</b>			214.858	31.071	

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados dos *corpora*.

Na quarta coluna, da esquerda para a direita, contabilizamos o número total de palavras no texto, mesmo que haja mais de uma ocorrência em todo o texto (*tokens*), incluindo números, como informado anteriormente. Já na quinta coluna, o número de formas (*types*) agrupa o número de palavras diferentes no texto, sem contar as ocorrências repetidas.

Na próxima subseção, justificamos a escolha de entrevistas televisivas como amostra de discurso eleitoral na modalidade oral, descrevemos a forma de obtenção, procedimentos e normas de transcrições dessas entrevistas e apresentamos dados quantitativos da composição da amostra.

#### 4.2.2.2 Entrevistas televisivas do Programa Roda Viva

Recorremos ao estudo da linguagem em entrevistas televisivas em período de campanha devido à aproximação que esses textos possuem com interações espontâneas, como uma conversa. Nesse sentido, mesmo que o candidato receba as

perguntas antecipadamente e possa planejar suas respostas, haverá situações de réplica, típicas da oralidade, que escaparão ao planejamento prévio do discurso.

Na composição desse *corpus*, descartamos discursos institucionais, como em propagandas eleitorais na televisão, porque são previamente produzidos pela equipe do candidato, mesclando modalidade escrita – o discurso planejado – e oral – a fala do candidato no horário eleitoral gratuito de que dispõe. Os debates também foram excluídos como possibilidade de análise devido ao curto tempo de fala de cada candidato, diferentemente da entrevista, em que somente um candidato possui em torno de uma hora de programa para o desenvolvimento de argumentação sobre as propostas de governo.

A transcrição das entrevistas de Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva foram obtidas na página eletrônica do projeto Memória Roda Viva. Esse projeto, fruto da colaboração entre Fundação Padre Anchieta, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)<sup>53</sup>, disponibiliza transcrições de entrevistas realizadas no Roda Viva de 1986 a 2009.

Essas entrevistas foram escutadas e comparadas à transcrição. Como resultado, incluímos: 1) “falsos começos”, por entendermos que palavras enunciadas e imediatamente substituídas também são escolhas do falante; 2) palavras faltantes; 3) correção de palavras transcritas de forma equivocada pelo transcritor ou sinalizadas como inaudíveis; 4) remoção de informações paralinguísticas, como [risos] e [tosse], bem como contextuais, como o nome completo, data de nascimento e morte de um autor literário citado pelo entrevistado, pois nosso interesse recai sobre as palavras do falante.

As entrevistas de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro foram transcritas, em uma primeira versão, com o auxílio do aplicativo de áudio livre e aberto *VB-Audio Voicemeeter*<sup>54</sup>. Como algumas palavras estavam sendo perdidas na transcrição automática, devido à dicção dos entrevistados, os áudios foram escutados, comparados à primeira versão da transcrição gerada pelo aplicativo, a qual foi corrigida manualmente. Para fins de padronização com as transcrições obtidas na página eletrônica do projeto Memória Roda Viva, os dados paralinguísticos foram excluídos dessas transcrições também.

---

<sup>53</sup> Disponível em: <<https://rodaviva.fapesp.br/>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

<sup>54</sup> Disponível em: <<https://www.vb-audio.com/Voicemeeter/index.htm>>. Acesso em: 9 jul. 2021.



As entrevistas foram transcritas de acordo com o padrão ortográfico da língua portuguesa, o que acarreta a perda de sentidos expressos especificamente na oralidade, como ritmo e entonação. Entretanto, uma vez que o foco deste trabalho é voltado para as realizações linguísticas no estrato léxico-gramatical, seguimos a sugestão de Halliday (1985) de que a utilização de normas de transcrição envolva a seleção de sinais que representem características importantes para o propósito em vista.

Em complementação a essa visão de Halliday, concordamos com Garcez, Bulla e Loder (2014, p. 268) sobre a importância de efetuar escolhas justificadas no trabalho de transcrição como “parte do trabalho analítico, uma vez que tem implicações de ordem prática”. Desse modo, justificamos a utilização da ortografia da língua portuguesa escrita, a fim de tornar a transcrição acessível a leitores que possuam pouco ou nenhum conhecimento de parâmetros de transcrição, pois utilizamos uma gama reduzida de símbolos.

Estamos atentas à ressalva de que “esse procedimento nivela diferenças que podem ser relevantes para os participantes” (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014, p. 268), a exemplo de variações linguísticas; entretanto, reconhecemos que pode haver um estranhamento da parte dos leitores da transcrição, que podem “ter a impressão (negativa) de que esses participantes têm uma fala “desviante” ou que são “desleixados” e “ignorantes” (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014, p. 268). Com essas ressalvas em vista e a fim de assegurar a possibilidade de replicação dos resultados pela comunidade científica, apresentamos, no Quadro 5, o conjunto de símbolos-padrão que foram utilizados em nossas transcrições.

Quadro 5 – Símbolos-padrão das transcrições

(continua)

OCORRÊNCIA	SINAIS	EXEMPLOS
Truncamento	/	e comé/e reinicia
Interrogação	?	e o Banco...Central...certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos...ou três razões...
Superposição, simultaneidade de vozes	[ ligando as linhas	A. [ na casa da sua irmã B. [ sexta-feira?

Quadro 5 – Símbolos-padrão das transcrições

(conclusão)

OCORRÊNCIA	SINAIS	EXEMPLOS
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação.	“ ”	“o cinema falado em língua estrangeira”

Fonte: Adaptado de Preti (1998, p. 12-13).

Assim como os Planos de Governo, as transcrições foram arquivadas eletronicamente em formato .doc e .txt (seguindo o padrão de codificação Unicode) para processamento pelo *WordSmith Tools 8.0* (SCOTT, 2020). Para armazenar os resultados, foram gerados arquivos em .xlsx. Todos os arquivos receberam identificação por meio de um código composto das letras correspondentes ao nome do candidato seguidas dos dois últimos dígitos do ano da entrevista e de cerquilha, mais a letra E para indicar “Entrevista”. Assim, FCM89#E será lido como Fernando Collor de Mello, ano de 1989, Entrevista. O Quadro 6 apresenta as especificidades de cada transcrição.

Quadro 6 – Entrevistas ao Programa Roda Viva

#	Entrevistado	Data	Duração	Transcrição em número de páginas	Nº de tokens	Nº de types	Código
1	Fernando Collor de Mello	08/08/1989	1h	14	6.415	1.648	FCM89#E
2	Fernando Henrique Cardoso	21/07/1994	54m27s	16	6.812	1.450	FHC94#E
3	Luís Inácio Lula da Silva	16/10/2006	1h20m31s	24	9.262	1.796	LILS06#E
4	Dilma Vana Rousseff	28/06/2010	1h20min14s	24	8.219	1.700	DVR10#E
5	Jair Messias Bolsonaro	30/07/2018	1h21min50s	28	9.259	2.067	JMB18#E
<b>Total da amostra</b>				106	39.967	8.661	

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do *corpus*.

A diferença entre o número de páginas das transcrições, apresentados na quinta coluna, da esquerda para a direita, deve-se à distribuição dos turnos de fala

entre entrevistado e entrevistadores. Por exemplo, a entrevista FHC94#E apresenta pouco mais que o dobro de itens da entrevista FCM89#E, apesar de possuírem duração temporal próxima. Tal diferença pode ser atribuída ao fato de que o candidato Fernando Henrique Cardoso permite poucas interrupções dos entrevistadores, o que pode ser observado pelo número de vezes em que há sobreposição de vozes sem que o candidato ceda o turno de fala.

A seguir, organizamos os procedimentos de análise linguística e extralinguística para realização dos objetivos específicos de pesquisa.

#### 4.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE EXPLANATÓRIA LINGUÍSTICA E EXTRALINGUÍSTICA

O título desta seção remete ao capítulo de Vian Jr. e Ikeda (2006), no qual os autores pontuam que a análise linguística de textos sob a abordagem teórica da Linguística Sistêmico-Funcional é explanatória e não interpretativista, seguindo Halliday e Hasan (1976). Metodologicamente, para desenvolver essa explanação, parece haver concordância entre linguistas de orientação sistemicista e funcionalista (LI; LUI; FUNG, 2020; VIAN JR.; IKEDA, 2006; FIRTH, 1957) de que os níveis extralinguístico e linguístico sejam explorados. Firth (1957, p. 192) destaca que o significado “não pode ser alcançado de uma só vez por uma análise em um nível”<sup>55</sup>. Na mesma linha, Li, Lui e Fung (2020), caracterizam essa abordagem como trinocular (Figura 9) por explanar a análise de três diferentes perspectivas: de cima (parâmetros contextuais), ao redor (parâmetros semânticos) e de baixo (parâmetros léxico-gramaticais).

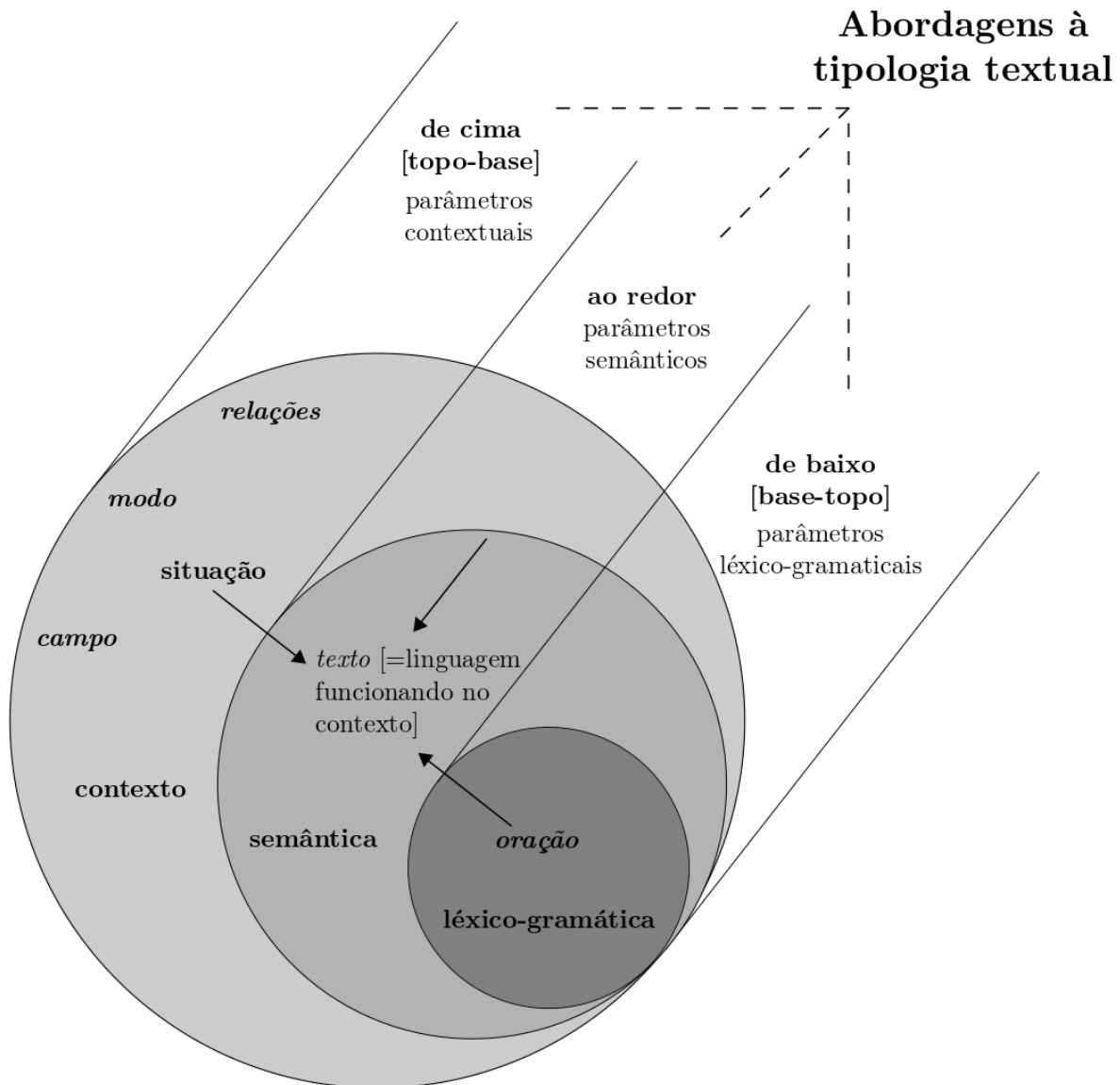
Desse modo, como o objetivo geral desta pesquisa é *identificar, comparar e sintetizar os recursos léxico-gramaticais e os parâmetros semânticos utilizados por candidatos eleitos à presidência do Brasil, no período de 1989 a 2018, na construção de imaginários eleitorais*, dividimos nossa análise em duas etapas. Na subseção 4.3.1, que trata das variáveis de registro, relatamos os procedimentos para a descrição do contexto de produção e de situação dos textos que constituem os *corpora* selecionados. Na subseção 4.3.2, que aborda os procedimentos de análise no estrato da léxico-gramática, recorreremos ao instrumental da Linguística de *Corpus*, ao processarmos os textos no programa *WordSmith Tools 8.0* (SCOTT, 2020) para

---

<sup>55</sup> “[...] cannot be achieved in one fell swoop by one analysis at one level”.

identificarmos, classificarmos e compararmos os resultados de recorrências nos *corpora*.

Figura 9 – Abordagem trinocular da Linguística Sistêmico-Funcional



Fonte: Adaptada de Li, Lui e Fung (2020, p. 21).

#### 4.3.1 Análise contextual

A **primeira ação** da análise contextual consistiu em situarmos cada texto em seu contexto de produção, retomando, em forma de linha do tempo, acontecimentos políticos transcorridos no período entre as eleições e o término do primeiro ano de

governo de cada presidente, pelo viés da democracia, no contexto político brasileiro. A seguir, a **segunda ação** de análise contextual consistiu da descrição do registro de cada conjunto de textos que formam os *corpora*. Para tanto, baseamo-nos nos parâmetros da análise de registro do discurso político proposta por Li, Liu e Fung (2020). Os autores organizam variáveis de parâmetros contextuais (Quadro 7) para a descrição de campo, relações e modo, as quais serão retomadas no capítulo de Conclusão com os dados de nossos *corpora*.

Quadro 7 – Parâmetros de campo, relações e modo

(continua)

Parâmetro contextual	Glosa	Variáveis	Exemplos
Campo	O que está acontecendo	processo sociossemitico	Tipos de discurso político de acordo com a natureza da atividade – explicar (uma ideologia ou uma política), debater (uma ideologia ou política), registrar (uma atividade política), persuadir (a audiência de uma agenda política) e assim por diante.
		domínio experiencial	Tipos de discurso político de acordo com o “assunto”, por exemplo, em termos de atividades políticas
Relações	Quem está participando	papel institucional	tipos de discurso político de acordo com o papel institucional: o discurso político de diferentes tipos de atores políticos e combinações de papéis (por exemplo, discurso de representante do governo – representante estudantil; entrevistador – representante do governo)
		papel do poder (status)	tipos de discurso político de acordo com o papel/status, em termos de poder baseado em expertise, hierarquia institucional e assim por diante (por exemplo, assimetria no discurso entre representante do governo – representante estudantil)
		contato (familiaridade)	tipos de discurso político de acordo com quão bem os interagentes conhecem uns aos outros (por exemplo, um membro do Legislativo de um partido político específico interagindo com um outro membro do Legislativo de um partido diferente <i>versus</i> com um membro do Executivo do mesmo partido);
		papel sociometrico	tipos de discurso político de acordo com as relações afetivas entre os interagentes (por exemplo, o grau de empatia colocado em ação por atores políticos em uma reunião)

Quadro 7 – Parâmetros de campo, relações e modo

(conclusão)

Parâmetro contextual	Glosa	Variáveis	Exemplos
Modo	Que papel a linguagem desempenha	meio/canal	Tipos de discurso político de acordo com o meio e o canal, por exemplo, discurso político escrito em uma carta aberta, propaganda em pôsteres, panfletos ou páginas eletrônicas, discurso falado face a face em um evento político (acompanhado por outros sistemas semióticos expressos por meio do corpo)
		divisão do trabalho	tipos de discurso político de acordo com desempenho de papel majoritário ou minoritário no contexto em que opera – um papel minoritário facilitando uma atividade social não linguística (por exemplo, o discurso político durante uma operação do Movimento Central de Ocupação) ou um papel majoritário constituindo a atividade do contexto (por exemplo, discurso político em uma entrevista durante o mesmo movimento)
		orientação	tipos de discurso político de acordo com orientação primária para o campo (por exemplo, discurso político na discussão de uma ideologia ou política), relações (discurso político na construção de uma conexão ou empatia entre os atores políticos)

Fonte: Traduzido de Li, Liu e Fung (2020, p. 68).

Uma vez conduzidas as etapas de descrição do contexto político-eleitoral de produção dos textos e das variáveis dos parâmetros contextuais, na próxima subseção enumeramos os procedimentos adotados para o mapeamento, nos *corpora*, das categorias **temáticas** que se revelaram mais e menos recorrentes no discurso de políticos que foram eleitos presidentes. Identificamos, juntamente com os imaginários (JESSOP, 2013) dessas temáticas para futuros mandatos, a respectiva realização léxico-gramatical.

#### 4.3.2 Análise léxico-gramatical e dos parâmetros semânticos

Nossas unidades de análise são orações. Na maior parte dos exemplos, tomamos orações dominantes como foco. Entretanto, consideramos também orações dependentes cujo verbo realiza um processo relacional, embora estejam relacionadas a orações dominantes que representam outros tipos de processo semiótico.

Com o propósito de descrever a realização léxico-gramatical da categoria sociológica imaginários em textos do domínio político eleitoral, escritos em língua portuguesa, estabelecemos os seguintes procedimentos:

- 1) Geração de listas de palavras para cada conjunto de textos, utilizando o *WordSmith Tools 8.0* (SCOTT, 2020);
- 2) Levantamento dos dez primeiros itens gramaticais e dos dez primeiros itens lexicais nos Planos de Governo e nas transcrições das entrevistas em termos de recorrência;
- 3) Elaboração, com base na literatura (HALLIDAY, 2014; FUZER; CABRAL, 2014) de uma lista de processos que caracterizam orações relacionais, a partir dos resultados obtidos no procedimento 2, os quais indicaram a sobressalência, dentre os dez itens lexicais mais frequentes, de processos que formam esse tipo de oração;
- 4) Busca de verbos que realizam esses processos nos *corpora* com o auxílio da ferramenta *Concordance* do programa *WordSmith Tools 8.0* (SCOTT, 2020);
- 5) Seleção de orações relacionais a partir dos processos, segmentação de acordo com as categorias do sistema de transitividade e classificação em atributivas ou identificativas;
- 6) Verificação e exclusão manual de verbos com potencial para realização de processos relacionais, mas que eram verbos auxiliares (em estruturas passivas e/ou tempo composto), o que resultou em redução do cômputo final das ocorrências (VIAN JR.; RAMALHO, 2018);
- 7) Marcação de lexemas pertencentes a campos semânticos etiquetados de acordo com as categorias temáticas do Projeto MARPOR;
- 8) Recorte daquelas com potencial para realização de imaginários, de acordo com os marcadores de *irrealis* apontados na literatura (HOLSTING; NIELSEN, 2020; LIU; HOOD, 2019; DUNMIRE, 2011; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004);
- 9) Classificação de cada oração de acordo com as categorias temáticas do Projeto MARPOR para Planos de Governo da América Latina (KRAUSE; LEHMANN; MATTHIEß et al., 2019) e organização dos resultados obtidos em tabelas, em termos de recorrência, para cada texto;
- 10) Comparação dos dados para definir se há um padrão de escolhas léxico-gramaticais e temáticas nos textos ao longo do período de 1989 a 2018.

Para a realização do procedimento 9, adaptamos e utilizamos os sete domínios de proposições em Planos de Governo: **1) relações internacionais; 2) liberdade e democracia; 3) sistema político; 4) economia; 5) bem-estar social e qualidade de vida; 6) estrutura da sociedade; 7) grupos sociais.**

Cada uma dessas categorias abriga subcategorias que englobam diferentes aspectos sobre o mesmo tema. Assim, Relações Internacionais abrangem assuntos como anti-imperialismo e paz; liberdade e democracia envolvem questões de direitos humanos; Sistema Político está relacionado à autorrepresentação que o candidato constrói de sua capacidade para governar a nação; Economia engloba tecnologia e infraestrutura, protecionismo e livre iniciativa; educação e saúde constituem a categoria de Bem-estar Social; segurança pública é compreendida por Estrutura da Sociedade; finalmente, minorias e classes profissionais constituem a categoria de Grupos Sociais. A lista de subdivisões é longa, portanto, não se resume aos subtópicos citados, os quais serviram para ilustração de cada categoria. O Quadro 8 detalha as subcategorias ora apresentadas.

Quadro 8 – Categorias e subcategorias para codificação de Planos de Governo

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
Relações internacionais	Relações exteriores especiais, anti-imperialismo, Forças Armadas, paz, cooperação entre as nações, União Europeia
Liberdade e democracia	Liberdade e direitos humanos, democracia, constitucionalismo
Sistema político	Des/centralização, eficiência governamental e administrativa, corrupção, autorrepresentação
Economia	Livre iniciativa, incentivos, regulação de mercado, planejamento econômico, corporativismo, protecionismo, objetivos econômicos, gerenciamento de demanda keynesiana, produtividade, tecnologia e infraestrutura, economia controlada, nacionalismo, ortodoxia econômica, análise marxista e economia anti-crescimento
Bem-estar social e qualidade de vida	Proteção ambiental, cultura, justiça social, expansão ou limitação do estado de bem-estar social, educação
Estrutura da sociedade	Estilo de vida nacional, moralidade tradicional, segurança pública, harmonia social, multiculturalismo
Grupos sociais	Organizações sindicais, agricultura, classe média e categorias profissionais, minorias e grupos demográficos não econômicos

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Volkens et al. (2013) e Krause, Lehmann e Matthieß et al. (2019).



A seguir, organizamos a descrição e discussão dos resultados por candidato. Iniciamos cada seção pela apresentação do contexto político da época em que os textos foram produzidos. Subsequentemente, construímos um inventário dos recursos léxico-gramaticais e dos parâmetros semânticos utilizados nesses discursos para conceituar e caracterizar categorias temáticas recorrentes na amostra, bem como possíveis soluções (imaginários) para problemas representados.



## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

As eleições têm permeado a constituição da cidadania no Brasil desde a Proclamação da República, em 1889, tendo sido extintas apenas durante a implantação do Estado Novo, no período de 1937 a 1945. Mesmo com a instalação de um governo dirigido pelas Forças Armadas e a extinção de partidos, em 1964, as eleições para presidente foram mantidas, em caráter indireto, bem como o mandato fixo e a impossibilidade de reeleição. Nesse percurso histórico, passamos do voto em cédula para a urna eletrônica, de uma parcela reduzida da população apta a votar para o sufrágio universal.

Nesse sentido, argumentamos que uma análise linguística sistêmico-funcional, a partir das variáveis de registro de textos (HASAN, 1989) do contexto eleitoral, pode fornecer perspectivas a respeito do conteúdo proposto em determinados períodos históricos, por quais partidos e alianças, na criação de cenários futuros imaginados para o Brasil por meio da linguagem.

Conforme discutido no Capítulo 3, contextualmente, a variável de registro campo possibilita-nos descrever os Planos de Governo como propostas de gestão dos candidatos às eleições presidenciais brasileiras em 1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018. O modo é escrito, o canal é gráfico e o texto é constitutivo da atividade, o que significa que a ação de persuadir os eleitores é feita, de forma predominante, verbalmente.

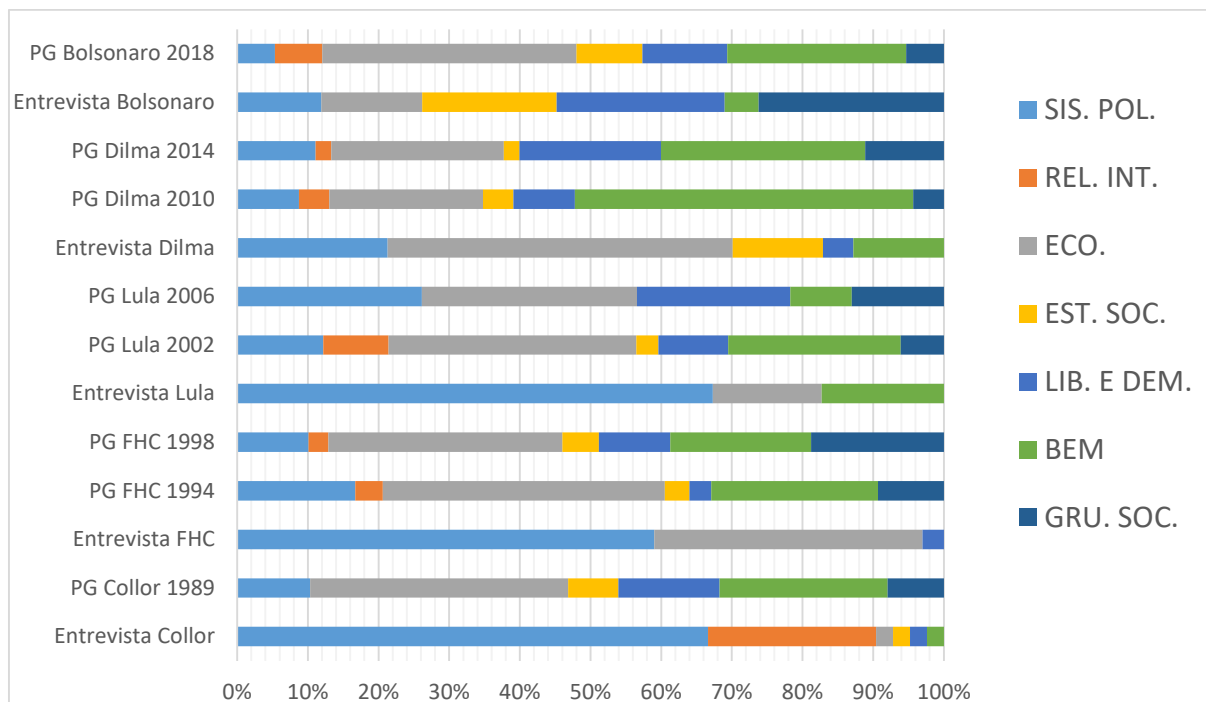
As entrevistas televisivas tratam de temáticas do domínio político em geral. Nas duas mais recentes, em 2010, com Dilma Rousseff e, em 2018, com Jair Bolsonaro, o âncora efetuou questionamentos sobre a vida privada do candidato no último bloco do programa. Com relação à estrutura composicional da entrevista, o Programa Roda Viva, da TV Cultura, possui um formato diferenciado das entrevistas realizadas em outros canais televisivos. O entrevistado senta-se no centro do cenário, rodeado por 4 entrevistadores, convidados especificamente para cada edição do programa. Os participantes entrevistado e entrevistadores interagem no formato pergunta-resposta, com a mediação do âncora do programa. Na ocasião, ao entrevistado são feitas questões sobre sua plataforma de governo, sobre seus futuros assessores e também sobre mudanças que pretende realizar na nação. A entrevista constitui, então, uma ocasião propícia para que imaginários sejam apresentados ao público e metas sejam estipuladas como modos de angariar votos dos eleitores telespectadores.

Na variável modo, o programa é organizado em três blocos: há uma apresentação inicial do âncora, posteriormente cada jornalista convidado possui um turno de fala para fazer seus questionamentos e, de forma intercalada, são apresentadas gravações com perguntas gravadas com público externo ao programa. Finalmente, como terceiro bloco e no fechamento do programa, o âncora propõe perguntas de cunho pessoal, em uma provável tentativa de arrefecer os ânimos suscitados ao longo do programa. O texto é multimodal (fônico, gestual) e a linguagem é constitutiva da atividade.

Cientes do papel do desdobramento de ações políticas na história, esboçamos, na primeira subseção referente a cada candidato (*Contexto do discurso*), o panorama histórico e político em que os discursos objeto de análise foram produzidos. Trata-se de uma tentativa de contextualizar períodos eleitorais no Brasil e historicizar suas raízes, como pano de fundo para a explanação da análise linguística, na qual verificamos correlações entre elementos contextuais favoráveis à eleição de cada presidente e as escolhas léxico-gramaticais desses políticos na amostra de linguagem que compõe os *corpora*.

Na sequência, a segunda subseção busca, com o aporte da semântica e da léxico-gramática, identificar e comparar pautas políticas enfatizadas no discurso desses candidatos à Presidência do Brasil, no período de 1988 a 2018. Essas pautas constroem imaginários sobre sete tópicos, codificados de acordo com as categorias do Projeto MARPOR (KRAUSE; LEHMANN; MATTHIEß et al., 2019): **Relações Internacionais, Liberdade e Democracia, Sistema Político, Economia, Bem-Estar Social, Estrutura da Sociedade e Grupos Sociais**.

No nível da Semântica, ao longo do período de 1989 a 2018, nos Planos de Governo, os imaginários de campanha realizados em orações relacionais priorizaram Economia, à exceção de Dilma Rousseff que enfatizou o Bem-Estar Social. Nas entrevistas, Collor, FHC e Lula trataram de questões relacionadas ao Sistema Político, enquanto Dilma abordou Economia, e Bolsonaro, Grupos Sociais (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Recorrência temática nos *corpora*

Fonte: Elaborado pela autora.

Por outro lado, à exceção de Bolsonaro, observamos ausência de perguntas e respostas, nas entrevistas dos demais candidatos, direcionadas para Grupos Sociais. Nos Planos de Governo, em 5 de um total de 8 documentos há ausência ou pouca menção ao tópico Relações Internacionais. Além desse tópico, observamos que os 4 Planos dos candidatos petistas também abordaram pouco ou nada o tópico de Estrutura da Sociedade, que envolve questões sobre nacionalismo, moralidade tradicional e segurança pública.

Comparamos nossos dados com os resultados de pesquisas desenvolvidas sob o escopo do Projeto MARPOR sobre Planos de Governo de eleições para presidente do Brasil de 1989 a 2014 (VIZONÁ, 2019; MADEIRA; VIEIRA; TAROUCO, 2017) e a própria classificação disponível na página eletrônica do Projeto. Como o enfoque nesses estudos de Ciência Política é a saliência, em outros termos, as categorias temáticas mais recorrentes no texto integral dos Planos, encontramos algumas diferenças ao investigarmos somente os trechos que exprimem sentido de futuro. Uma delas diz respeito ao Plano de Fernando Henrique para as eleições de 1998. Na classificação da totalidade do texto, a Categoria de Bem-Estar Social foi a mais recorrente, enquanto em nossa análise de imaginários sobressaiu-se a Categoria Economia. A segunda divergência está relacionada ao Plano de Governo de Dilma

Rousseff para as eleições de 2014. Enquanto nos estudos prévios destaca-se a Categoria Economia, em nosso estudo os imaginários construíram representações de Bem-Estar Social.

Ao mesmo tempo, demonstramos como essas projeções para o futuro do Brasil são realizadas nos estratos da semântica e da léxico-gramática, ao examinar as escolhas linguísticas dos candidatos em textos produzidos nas modalidades escrita (Planos de Governo) e oral (entrevista televisiva). Analisamos as marcas linguísticas seguindo categorias léxico-gramaticais do sistema de transitividade e os parâmetros semânticos identificados como categorias temáticas do Projeto MARPOR, com o objetivo de explicar como imaginários são construídos em amostras de textos de campanha eleitoral.

Os resultados a seguir apresentados fornecem dados para a avaliação do momento político em que esta tese é produzida, uma vez que traz resultados situados geográfica (contexto político brasileiro) e historicamente (período de 30 anos). Outra característica do ano de conclusão desta pesquisa de doutorado é tratar-se de ano pré-eleitoral. Assim, como não conhecemos os candidatos às futuras eleições, é necessário olhar retrospectivamente para as escolhas linguísticas de políticos cuja atuação já conhecemos.

De modo geral, a análise linguística tornou possível traçar um perfil de cada presidente eleito de acordo com suas escolhas léxico-gramaticais nos Planos de Governo e nas entrevistas. Fernando Collor assume a responsabilidade pela modernização mercadológica; Fernando Henrique Cardoso propõe ações alinhadas à pauta econômica neoliberal; Luís Inácio Lula da Silva planeja mudanças em prol de questões sociais; Dilma Rousseff, na mesma linha, indica foco em políticas sociais com ênfase nas mulheres, ao mesmo tempo em que inclui elementos liberais nas propostas econômicas e, finalmente, Jair Bolsonaro sinaliza que atuará em defesa dos direitos dos trabalhadores das Forças Armadas, alinhado a políticas neoliberais e à flexibilização das leis para facilitar o armamento da população.

## 5.1 FERNANDO COLLOR DE MELLO

### 5.1.1 Contexto dos discursos

Em janeiro de 1985, na última eleição indireta do Brasil, Tancredo Neves foi eleito o primeiro presidente civil desde 1964. Em sua vida privada, Tancredo lutava

contra uma enfermidade e, na véspera de assumir o governo, teve de se submeter a uma cirurgia. Após sete procedimentos cirúrgicos e 39 dias no hospital (SKIDMORE, 1988), Tancredo faleceu em 27 de abril de 1985. O vice-presidente, José Sarney, havia sido empossado em 22 de abril para que fosse dado prosseguimento ao processo de transição para um regime democrático. A tarefa de substituto seria árdua, principalmente no que tange à economia. Em 1986, em uma tentativa de minimizar a inflação, o presidente lançou o Plano Cruzado, convocando os cidadãos a fiscalizar os preços no comércio (SKIDMORE, 1988). Entretanto, o sucesso do Plano não perdurou, visto que o congelamento de preços influenciou o aumento da demanda de bens, gerando “escassez de produtos essenciais, como carne e leite” (MACIEL, 2008, p. 147). Ajustes precisaram ser feitos por meio de medidas para reequilíbrio da situação econômica, incluindo o chamado Plano Cruzado II, pacote que aumentava impostos indiretos, reajustava preços de bens e serviços, concedia subsídios para exportações e isentava do índice da inflação “variações de preços de produtos considerados supérfluos, como cigarros e bebidas<sup>56</sup>”. Esse plano foi aprovado na reta final do governo Sarney, logo após as eleições de 15 de novembro de 1989, contribuindo para o percentual de avaliações negativas da gestão, que chegava a 60%<sup>57</sup>.

O pleito de 1989 marcou a retomada do voto direto após duas décadas de eleições indiretas, decididas ora pelo Congresso Nacional, ora pelo Colégio Eleitoral (PORTO, 1995). Nessa ocasião, três acontecimentos chamaram a atenção: 1) a ocorrência de um segundo turno de votações; 2) o elevado número de candidatos (22); 3) o aumento do número de eleitores, em comparação aos dados da última eleição presidencial direta (de 15. 543.332<sup>58</sup> em 1960 para 82.074.718 em 1989) (PORTO, 1995). Fernando Collor apresentava-se como alguém cujas ideias não se alinhavam às ideologias partidárias vigentes. Tampouco demonstrava estar disposto a construir alianças com a mídia ou com nomes importantes do empresariado brasileiro. Desse modo, o candidato foi lançado “como alguém distante dos partidos, sem apoio dos grandes empresários ou da imprensa tradicional” (GOMES, 2014, p.

---

<sup>56</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cruzado>>. Acesso em: 10 maio 2019.

<sup>57</sup> Fonte: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/07/epoca-negocios-aprovacao-de-temer-e-a-pior-desde-o-governo-sarney.html>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

<sup>58</sup> Disponível em:

<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/representacao\\_politica/1974/rep\\_polit\\_m1974aeb\\_214.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/representacao_politica/1974/rep_polit_m1974aeb_214.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2019.

47). Ao se mostrar desvinculado de grupos de interesse, Collor construiu para si a representação de candidato independente, solitário na luta pela renovação na política. Quase trinta anos depois, nas eleições de 2018, assistimos ao triunfo de um discurso semelhante de um candidato que, como veremos adiante, não contou com o apoio da mídia, mas utilizou as redes sociais para se aproximar dos eleitores.

Entretanto, apesar da autorrepresentação como *outsider*, isto é, alguém “que se tornou politicamente proeminente a partir de uma posição externa ao sistema partidário nacional<sup>59</sup>” (KENNEY, 1998, p. 59), a edição do Jornal Nacional de 15 de dezembro de 1989, um dia após o debate entre Collor e Lula, sugere fortemente que Collor possuía respaldo da rede de televisão Globo. Essa edição do telejornal apresentou um resumo do debate, em que as falas de Collor ocuparam 69,2% do tempo e os trechos selecionados mostravam declarações assertivas do candidato (PORTO, 2008).

Além do discurso de renovação do fazer político, o êxito de Collor deveu-se também a cinco fatores: 1) baixa popularidade da gestão anterior, de José Sarney; 2) indignação popular contra os políticos e a administração pública; 3) crises internas de partidos maiores que o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), pelo qual concorreu; 4) receio do empresariado de uma vitória eleitoral dos partidos à esquerda; 5) popularidade de uma proposta de centro-direita entre o eleitorado de baixa renda e baixa escolaridade (LAMOUNIER, 1989). Na base desses fatores, estava a exploração de “um cenário de corrosão no campo de atuação do serviço público” (ITUASSU, 2008, p. 108) durante a campanha do “caçador de marajás”, com a promessa de reforma do aparelho estatal, incluindo as despesas com recursos humanos (COLLOR, 1991). Essa proposta de diminuição do papel do Estado ia ao encontro do interesse de grupos sociais específicos e parecia estar em acordo com o crescimento do neoliberalismo em âmbito internacional. Nesse sentido, explica Almeida (2009, p. 156), “[a] crise dos regimes socialistas do Leste Europeu apontava a justeza de programas que contemplassem a abertura ou liberação comercial e financeira e a “reforma” do Estado”. Por outro lado, o discurso de Collor também era direcionado às massas, os “descamisados” (SCHNEIDER, 1991), por meio de propostas que visassem à melhoria do bem-estar social.

---

<sup>59</sup> “who have become politically prominent from outside of the national party system”



Tais elementos contextuais auxiliam na compreensão do cenário nacional durante a transição de um período de vinte anos de regime militar para um período de regime civil, de sistema presidencialista, que poderia se tornar parlamentarista em plebiscito projetado para o ano de 1993. Entretanto, essa possibilidade de mudança de sistema governamental foi amplamente rejeitada, levando à segunda eleição do período de redemocratização, em 1994. Os primeiros passos para configuração da conjuntura que levaria à próxima eleição tiveram início ao final do primeiro ano de mandato de Collor. Uma sucessão de episódios de má conduta de agentes públicos estampava os jornais do país. Bernardo Cabral, Ministro da Justiça, pediu demissão em meio ao escrutínio de sua vida privada, em relação ao relacionamento amoroso com Zélia Cardoso de Melo, Ministra da Economia<sup>60</sup>. Esta, por sua vez, foi substituída cinco meses depois, sob suspeita de ter fornecido informações privilegiadas a respeito da suspensão das exportações de café<sup>61</sup>. Rogério Magri, Ministro do Trabalho, foi denunciado por corrupção passiva<sup>62</sup>.

Além desses escândalos na esfera institucional, familiares de Collor também contribuíram para o abalo da credibilidade política do presidente. A primeira-dama, Rosane Collor, foi afastada da presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA) após abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito por utilização fraudulenta dos recursos da instituição<sup>63</sup>.

Em 1992, Pedro Collor, irmão do então presidente Fernando Collor, concedeu entrevista à revista *Veja*<sup>64</sup>, em que acusou o irmão e o tesoureiro da campanha eleitoral, Paulo César Farias, de participarem de esquema de corrupção. Em setembro do mesmo ano, os presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação Brasileira de Imprensa protocolaram pedido de *impeachment*, o qual foi votado e aprovado pela Câmara e pelo Senado nos meses seguintes. Em 29 de dezembro de 1992, Collor apresentou carta de renúncia, antes da última votação. Apesar disso, o

---

<sup>60</sup> Disponível em: <[https://elpais.com/diario/1990/10/17/ultima/656118001\\_850215.html](https://elpais.com/diario/1990/10/17/ultima/656118001_850215.html)>. Acesso em: 30 jun. 2021.

<sup>61</sup> Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_11&pasta=ano%20199&pesq=z%C3%A9lia%20cardoso%20de%20melo](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_11&pasta=ano%20199&pesq=z%C3%A9lia%20cardoso%20de%20melo)>. Acesso em: 12 maio 2019.

<sup>62</sup> Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015\\_1992\\_00196.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1992_00196.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2021.

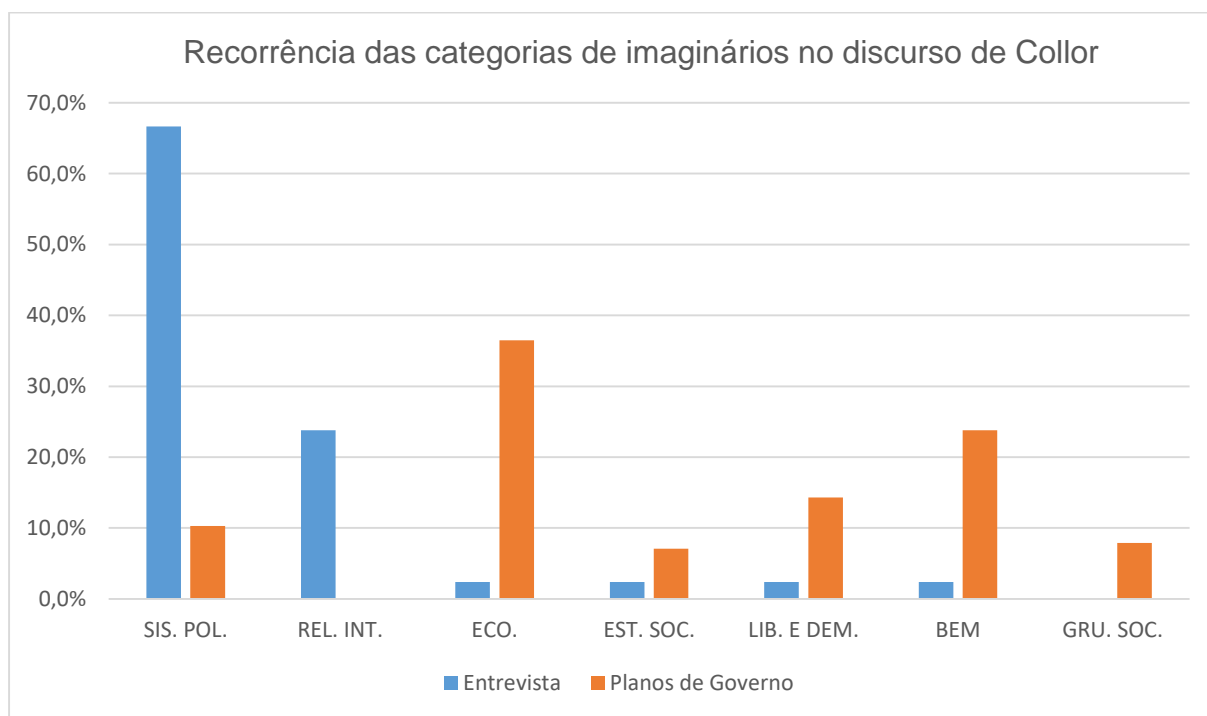
<sup>63</sup> Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=C91BA6943521DD474F18EB4F05160B8F.proposicoesWeb2?codeor=1243612&filename=Avulso+-PRC+47/1991](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C91BA6943521DD474F18EB4F05160B8F.proposicoesWeb2?codeor=1243612&filename=Avulso+-PRC+47/1991)>. Acesso em: 30 jun. 2021.

<sup>64</sup> VEJA. Pedro Collor conta tudo. São Paulo: Editora Abril, nº 1.236, 27 de maio de 1992.

Congresso conduziu o processo de *impeachment*, condenou-o por crimes de responsabilidade e cassou seus direitos políticos pelo período de oito anos. Com a saída de Collor, assumiu temporariamente o poder o vice-presidente, Itamar Franco, cujo mandato durou cerca de dois anos (29/12/1992 a 31/12/1994).

A seguir, exploramos os padrões linguísticos (seção 5.1.2) identificados no Plano de Governo de Fernando Collor de Mello. Em termos gerais, no Plano de Governo, a temática de alta recorrência nas orações analisadas foi **Economia**, enquanto na entrevista televisiva foi a de **Sistema Político**. O Gráfico 6 aponta a porcentagem de orações que constroem imaginários sobre cada categoria temática em relação ao número total de orações relacionais que realizam imaginários no *corpus*.

Gráfico 6 – Síntese de categorias de imaginários no discurso de Fernando Collor



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados dos *corpora*.

Além das temáticas recorrentes, observamos que duas temáticas não são abordadas pelo candidato – no Plano de Governo, as Relações Internacionais e, na entrevista, os Grupos Sociais.

### 5.1.2 Plano de Governo de Fernando Collor de Mello

Para cumprirmos o primeiro objetivo específico desta tese, de *identificar qual tipo de oração é recorrentemente utilizado para a construção de imaginários eleitorais*, efetuamos um levantamento com auxílio do programa computacional *WordSmith Tools 8.0* (SCOTT, 2020), para quantificarmos as ocorrências léxico-gramaticais. Identificamos que o Plano de Governo de Collor apresenta alta ocorrência de orações relacionais (325 cujos processos representam 9,3% de 3.498 *types*) que constroem tanto representações quanto imaginários. Ao recortarmos somente as orações que contêm representações de futuro, obtivemos um total de 128 orações. O Quadro 9 mostra os resultados obtidos pela ferramenta *Wordlist* a partir dos quais selecionamos os dez lexemas mais recorrentes no texto. Destacamos em negrito as variações do lema “ser”.

Quadro 9 – Lexemas recorrentes no Plano de Governo de Fernando Collor

PLANO DE GOVERNO	
Itens lexicais mais frequentes	<b>Lexicais:</b> não, <b>é</b> , estado, política, país, <b>será</b> , governo, sociedade, Brasil, <b>ser</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do *corpus*.

À exceção do processo “ser”, que será explorado na exemplificação e análise dos imaginários de campanha, distinguimos dois padrões de uso com relação ao primeiro e ao quarto lexema do Quadro 9. O adjunto modal “não” compôs 13 orações em que é seguido pelo modalizador “podemos”. Aquilo que é representado como algo que o candidato julga impossível, na posição R2<sup>65</sup>, na maioria dessas orações, é realizado por um processo - “continuar”, “abandonar”, “esperar”, “pensar”, “esquecer”, “prescindir” e “ter”. A título de exemplificação, a oração “não podemos abandonar o esforço pela integração latino-americana” faz referência à política externa de seu governo perante os países vizinhos. A oração finita “(nós) abandonar o esforço pela integração latino-americana” é uma proposta que visa colocar o Brasil nas

<sup>65</sup> No Programa *WordSmith Tools 8.0* (SCOTT, 2020), a identificação das palavras à direita da palavra nó é feita pela letra R, que é a inicial de “right”, direita em inglês. Assim, posição R1 significa a primeira palavra à direita da palavra nó, R2 é a segunda palavra à direita da palavra nó e assim por diante.

negociações então incipientes sobre a construção de um bloco de cooperação econômica latino-americano.

O segundo padrão de uso traz nove orações em que o lexema “política” é classificado como “econômica”. Algumas dessas orações fazem referência ao passado, ao apresentarem, no participante Circunstância, adjuntos como “na última década” e “há dez anos atrás”. Outra forma de referência ao passado ocorre no grupo nominal “postura histórica da política econômica” ou em oração de aspecto verbal iterativo “práticas especulativas a que a política econômica tem forçado as empresas brasileiras”, que indica uma ação que começou no passado e persiste até o tempo presente em que o Plano de Governo é escrito.

Na subseção a seguir, discutimos os imaginários construídos no Plano de Governo de Collor, com base na análise e classificação de um total de 128 orações relacionais, das quais selecionamos um exemplar para cada categoria e subcategoria temática.

#### 5.1.2.1 *Imaginários no discurso escrito*

Ao abordarmos o segundo objetivo específico de pesquisa - *classificar as orações selecionadas nas categorias do Projeto MARPOR e quantificar a recorrência temática em cada Plano e entrevista* – diferenciamos **Economia** como a categoria mais recorrente no Plano de Governo. Sob esse termo hiperônímico, Collor de Mello tratou de uma diversidade de termos hiponímicos - economia de livre mercado, tecnologia e infraestrutura, corporativismo, ortodoxia econômica, protecionismo, crescimento econômico, sustentabilidade, regulação de mercado e incentivos. Os recursos lexicais que sinalizam imaginário foram sublinhados.

(24)	O que <u>pretendemos</u>	é	verdadeiramente	democratizar o capital das empresas públicas
FCM89#P	<i>Identificador</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Circunstância de Modo</i>	<i>Identificado</i>

No Exemplo (24), o processo mental desiderativo “pretender”, que constitui parte do participante Identificador, marca a intenção do candidato em relação à ação, realizada pelo processo material “democratizar”, contida no participante Identificado. Essa ação significa, em outros termos, possibilitar a participação de investidores do

setor privado no capital de empresas públicas. Essa representação futura alinha o discurso do candidato a uma economia de livre mercado, em que o papel do Estado é reduzido.

No Exemplo (25), o imaginário de **tecnologia e infraestrutura** é realizado por um processo cujo verbo é conjugado no futuro do presente - “implicará”.

(25)	(...) o programa brasileiro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	<u>implicará</u> ,	sem prejuízo de sua autonomia,	um gerenciamento de projetos e de seus resultados
FCM89#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Circunstância de Contingência - falta</i>	<i>Atributo</i>

O Portador é um programa nacional para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Na sequência da oração, não incluída na classificação acima - “pelos instrumentos que, para este fim, serão criados por sugestão da própria comunidade científica” - a responsabilidade por esse gerenciamento é transferida para a comunidade científica de forma indireta, uma vez que o candidato aponta, primeiramente, um participante não humano, “instrumentos”, como agente realizador desse gerenciamento.

Entretanto, a origem desse agente é a comunidade de pesquisadores brasileiros, portanto, os agentes humanos sobre quem recai a responsabilidade de administrar o programa proposto pelo candidato. A Circunstância de Contingência é direcionada à comunidade científica, ao antecipar possíveis reações negativas dessa parcela da sociedade com respeito à falta de autonomia (realizada pelo sintagma preposicional “sem”) no programa de gerenciamento de projetos proposto por Fernando Collor.

No Exemplo (26), o imaginário é realizado no Atributo pelo lexema “dever”, que tem sentido de obrigação, compromisso, complementado pela oração material não finita que realiza o Portador.

(26)	É	<u>dever</u> do Estado	dar aos sindicatos a liberdade de ação
FCM89#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

Semanticamente, o Portador sinaliza uma ação a ser colocada em prática, “dar aos sindicatos a liberdade de ação”, a qual o candidato considera atribuição do Estado, logo, responsabilidade dele, caso seja eleito para representar o Estado. Esse imaginário está identificado na subcategoria **corporativismo**, pois direciona o discurso a entidades trabalhistas em sentido positivo, de assegurar-lhes o direito de organizarem-se e conduzirem suas atividades de representatividade.

No Exemplo (27), o imaginário vai de encontro a uma política econômica protecionista. Ao contrário, demonstra apoio a uma economia de livre mercado.

(27)	Este (o setor de energia elétrica)	é	um setor onde os capitais privados <u>poderão</u> entrar
FCM89#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Linguisticamente, o imaginário é realizado no Atributo por um verbo modal, conjugado no futuro do presente. Esse modalizador, “poderão”, indica a possibilidade de abertura para participação do setor privado em empresas públicas. Nesse caso, a prestadora de serviços pública é identificada no Portador, “setor de energia elétrica”, pelo recurso pronominal (“este”) de presunção de participante (conforme MARTIN; ROSE, 2007). Isso ocorre porque essa oração do Exemplo (27) faz parte de um encadeamento de seis orações que a antecedem e tratam sobre o mesmo participante. Por esse motivo, na oração em destaque, “setor de energia elétrica” é retomado cataforicamente, pois o leitor pode recorrer à porção de texto precedente para localizar o referente do pronome.

Em (28), temos um imaginário relacionado à pauta de crescimento econômico.

(28)	<u>Serão</u>	necessários,	a partir de 1990,	volumes elevados de recursos
FCM89#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Circunstância de localização</i>	<i>Portador</i>

Assim como no Exemplo (25), o padrão de realização de imaginário ocorre no processo relacional, via conjugação de um verbo no futuro do presente - “serão”. Esse processo liga o Portador, realizado pelo grupo nominal “volumes elevados de recursos”, ao qualificador “necessários”, que realiza o Atributo. Nesse excerto, há

duas realizações de avaliação: primeiro, “necessários”, no Atributo, imprime o sentido de que algo deve ser providenciado, e segundo, “elevados”, no Portador, enfatiza quantitativamente “volumes de recursos”.

No excerto a seguir (29), o imaginário de **sustentabilidade** constitui mais um exemplo de realização no processo.

(29)	sem que	(projeto na área de proteção ambiental)	<u>seja</u>	compatível com a manutenção do equilíbrio ecológico
FCM89#P	<i>Elemento textual</i>	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Porém, nesse caso, o modo verbal que realiza léxico-gramaticalmente a noção de *irrealis* é o subjuntivo. Por essa escolha linguística, Collor manifesta o propósito (“seja”) de preservação ecológica ao caracterizar, no Atributo, o Portador elíptico “projeto na área ambiental”. A avaliação é feita no Atributo, pelo Epíteto “compatível”, que indica que essa é a condição *sine qua non* para que os projetos nessa área recebam aprovação do Executivo.

Na passagem (30), o imaginário de **regulação do mercado** é realizado de forma diluída nos três participantes da oração.

(30)	Nosso <u>objetivo</u> paralelo à recuperação da confiança na moeda	<u>será</u>	o (objetivo) de estimular a competição, ampliar o mercado interno e melhorar, significativamente, o poder aquisitivo da população brasileira.
FCM89#P	<i>Identificador</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificado</i>

No Identificador e no Identificado pelo nome da área semântica de propósito (GARCIA, 1967) “objetivo” e no processo pela forma futura “será”. Por meio de orações não finitas no Identificador, Collor estabelece as ações irrealis, no momento em que o Plano é escrito, de “estimular a competição”, “ampliar o mercado interno” e “melhorar o poder aquisitivo da população brasileira”, isto é, de interferir, via estímulos governamentais, no funcionamento da economia nacional.

O Exemplo (31) remete a uma política econômica de **incentivos** em que o processo “será” marca a intencionalidade do candidato em mudar o estado em que o Banco do Brasil, instituição financeira parcialmente pública, se encontra.

(31)	(O Banco do Brasil) (...)	<u>será</u>	um dos maiores e mais bem aparelhados bancos do mundo
FCM89#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Nesse fragmento, há a pressuposição de que, no momento em que o Plano de Governo é escrito, o Banco do Brasil carece da característica apontada no Atributo. Desse modo, ao elaborar a oração no tempo futuro, o(s) autor(es) do texto expressam sentido de propósito na relação entre Atributo e Portador – o de tornar “o Banco do Brasil um dos maiores e mais bem aparelhados bancos do mundo”.

A segunda categoria mais recorrente no Plano de Governo de Collor é a de **Bem-Estar**. Nessa categoria, Collor aborda a expansão da educação, cultura, igualdade e expansão do estado de bem-estar social.

O Exemplo (32) diz respeito a um imaginário de **expansão da educação** e é realizado na Circunstância, pelo lexema da área semântica de propósito (GARCIA, 1967) “metas”.

(32)	(nós)	tendo	por <u>metas</u> ,	desenvolver a complementação e aperfeiçoamento da atual rede escolar
FCM89#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	Circunstância de Modo <sup>66</sup>	<i>Identificador</i>

Esse fragmento é uma oração dependente que faz parte de uma oração dominante de tipo material – “será preciso unir esforços para criar condições de estender a pré-escola a todas as crianças, tendo por metas desenvolver a complementação e aperfeiçoamento da atual rede escolar”. O Identificado em elipse “nós” provavelmente faz referência ao candidato e sua equipe de trabalho. O processo identificativo possessivo, em forma de gerúndio, expressa uma posse abstrata da promessa contida no Identificador. Esta é realizada por oração material não finita e expressa uma medida que será tomada em relação à rede escolar brasileira.

O Exemplo (33), que traz um imaginário sobre **cultura**, trata-se de uma oração circunstancial que é parte de um complexo oracional cujo verbo principal também é

<sup>66</sup> Classificamos “por metas” como Circunstância de Modo de acordo com Moura Neves (2011).



relacional “*O papel do Estado, ao contrário, é o de estimular, incentivar e proporcionar meios [...]*”.

(33)	<u>para que</u>	todos	tenham	acesso à cultura
FCM89#P	<i>Elemento textual</i>	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Nesse exemplo, o elemento textual “para que” exprime uma circunstância de propósito, finalidade. O acesso universal (expresso pelo pronome indefinido “todos”) à cultura é o resultado esperado do cumprimento das ações de “estimular”, “incentivar” e “proporcionar meios”, definidas como dever do Estado.

O imaginário de **expansão do estado de bem-estar social** exemplificado em (34) é direcionado à saúde pública.

(34)	Ao lado da política de valorização dos profissionais de saúde,	é	<u>indispensável</u>	criar condições [[para que hospitais e centros médicos, <<devotados ao atendimento público,>> tenham o mesmo padrão de qualidade de que desfrutam os hospitais que hoje se dedicam a atender a parcela mais privilegiada da população brasileira.]]
FCM89#P	<i>Circunstância de Acompanhamento</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

O futuro gestor, na Circunstância de Acompanhamento, retoma a oração precedente, em que a representação da classe médica é de uma categoria financeiramente desvalorizada. A partir dessa afirmativa, em (34), Collor declara como informação dada a “valorização dos profissionais de saúde” e apresenta uma medida adicional direcionada à saúde pública brasileira. Essa medida é realizada por oração material não finita no Portador. As escolhas léxico-gramaticais expressas na função Portador indicam que há uma diferença, em termos de qualidade de atendimento, quando comparados os serviços prestados em instituições públicas e privadas. Esse sentido é comprovado pela adjetivação de “padrão de qualidade” pelo Epíteto “mesmo” e pela oposição lexical entre os grupos nominais “atendimento público” e “parcela mais privilegiada da população brasileira” e pelo uso do processo “desfrutar”

somente ao falar da rede privada de atendimento hospitalar, o que constrói significado de privilégio, benefício, vantagem em relação ao atendimento público.

No Exemplo (35), que apresenta imaginário de **igualdade**, o candidato identifica-se como aquele que irá vocalizar as demandas da camada menos privilegiada da população brasileira.

(35)	(eu)	<u>quero</u>	ser	a voz dos oprimidos. Dos desassistidos. Dos espoliados e dos humildes
FCM89#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>		<i>Identificador</i>

Nessa oração, constituída por um grupo verbal, “quero ser”, o processo mental volitivo “querer” expressa léxico-gramaticalmente o desejo e a pretensão do candidato (em elipse no Identificado) – colocar-se como aquele que irá lutar pelo direito dos desfavorecidos, os quais são representados de forma avaliativa, no Identificador, pelos Epítetos “oprimidos”, “desassistidos”, “espoliados” e “humildes”. O uso de pronome pessoal na primeira pessoa do singular personifica o nome abstrato “a voz”, ao identificá-la com a pessoa de Collor na representação sendo construída.

A terceira área de políticas mais recorrente no Plano de Governo, **Liberdade e Democracia**, abordou questões acerca de constitucionalismo (de forma positiva e negativa), liberdade, democracia em geral e direitos humanos.

A oração em (36) ilustra um imaginário positivo de **constitucionalismo** e reforça o papel da Constituição Federal e a importância de colocar em prática o que consta nesse texto jurídico.

(36)	Exatamente	por isso,	<u>é</u>	<u>preciso</u>	complementar o enunciado dos desejos expressos pelas disposições do texto constitucional em realidades práticas
FCM89#P	<i>Circunstância de modo</i>	<i>Elemento textual</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

O imaginário é realizado no Atributo em combinação com o processo, os quais formam a expressão moduladora “é preciso”. Essa expressão constrói sentido de obrigação, dever de realizar a ação contida no Portador, realizada por oração material

não finita – de converter a recém aprovada Constituição Federal (com menos de um ano à época em que o Plano foi redigido) em exercício dos direitos nela declarados.

Já o Exemplo (37) traz uma representação negativa de **constitucionalismo**. Nele, o grupo verbal “deixem de ser” implica uma pressuposição de que, no momento em que o candidato efetua essa afirmativa, os direitos anunciados na Constituição não são fielmente cumpridos.

(37)	<u>para que</u>	eles	deixem de ser	meras e vãs promessas nunca cumpridas
FCM89#P	<i>Elemento textual</i>	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Esse exemplo refere-se à Constituição Federal de 1988, referida em oração antecedente pelo grupo nominal “novos direitos econômicos e sociais”, o qual é retomado pronominalmente no Portador de nosso exemplo pelo pronome “eles”. A oração (37), na totalidade de suas partes, realiza uma Circunstância. Iniciada pela locução da área semântica de propósito “para que” (GARCIA, 1967), expressa intencionalidade do candidato, qual seja, mudar o caráter dos direitos econômicos e sociais, qualificados avaliativamente por Collor como “meras e vãs promessas”, e passar a cumpri-las.

No Exemplo (38), apresentamos uma segunda representação negativa de Constitucionalismo.

(38)	é	<u>preciso</u>	[[dar vida, consistência e aplicabilidade aos novos direitos econômicos e sociais]]
FCM89#P	<i>processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

Nessa oração, o imaginário é realizado pela expressão moduladora “é preciso”. Esse padrão de realização pode ser observado em outros exemplos abordados nesta subseção, nos quais o processo relacional “ser” é utilizado em conjunto com um Epíteto (preciso, necessário, indispensável). Semanticamente, essa construção oracional expressa o grau de necessidade ou importância de que a proposição ocorra no futuro governo. Nesse caso, em (38), a ação defendida pelo candidato é realizada, gramaticalmente, por uma oração não finita, no participante Portador. Ao clamar pela necessidade de implementar a nova Constituição de 1988 (“novos direitos econômicos e sociais”), implicitamente, o candidato afirma que a legislação acerca dos direitos

fundamentais do cidadão brasileiro ainda carece de “vida”, “consistência” e “aplicabilidade”.

O imaginário do excerto (39) refere-se à **liberdade** ao identificar “o Governo” como mediador (“indutor”) dos interesses da sociedade.

(39)	O Governo,	por consequência,	<u>será</u>	apenas o indutor daquilo que todos queremos [...] [[melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro]]
FCM89#P	<i>Identificado</i>	<i>Circunstância de Causa: resultado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

No estrato da léxico-gramática, o imaginário é realizado pelo processo relacional realizado pelo verbo “será”, que identifica um papel que o candidato idealiza desempenhar na administração federal.

O Exemplo (40) representa um imaginário de **democracia**, em que o candidato sinaliza que é simpatizante do regime parlamentarista.

(40)	a adoção do parlamentarismo,	mais que uma probabilidade,	é	o <u>anseio</u> de parcela ponderável de importantes correntes políticas
FCM89#P	<i>Identificado</i>		<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

Apesar de a oração ser temporalmente localizada no tempo presente, identificamos o lexema da área semântica de intenção (GARCIA, 1967) - “anseio” – como recurso linguístico que realiza o imaginário. Ressaltamos que o candidato também busca apoio no discurso de outros, ao mencionar que a mudança de sistema de governo é o desejo de “parcela ponderável” da classe política, o que significa que ele possui apoio nessa empreitada, se tiver a oportunidade de colocá-la em pauta.

No Exemplo (41), Collor aborda um imaginário de **Direitos Humanos** para ressaltar a importância de preservar a liberdade de imprensa, conquistada recentemente (há menos de um ano da produção do Plano de Governo), pela Constituição Federal do Brasil de 1988.

(41)	a vigilância da imprensa livre que temos	<u>há de</u>	ser	um fator decisivo	para que tenhamos um novo padrão de respeito e desempenho moral na vida pública brasileira.
FCM89#P	<i>Portador</i>	<i>Modulador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Oração intensificadora: Causa - propósito</i>

O imaginário, nesse exemplo, é realizado pela expressão moduladora “há de”, que possui, nesse contexto, significado de *dever*. Desse modo, o candidato enfatiza a importância fiscalizar (sentido realizado pelo grupo nominal “a vigilância”) os dispositivos do artigo 220 da Constituição Federal<sup>67</sup>, que trata dos direitos e deveres relacionados à Comunicação Social. Essa fiscalização é qualificada como “decisiva” para alcançar o propósito descrito na oração intensificadora de Causa – de alcançar “um novo padrão de respeito e desempenho moral”. Ora, se o padrão é qualificado como “novo”, está implícito que no momento das eleições vigora um padrão “velho” de respeito e moral na sociedade, no qual talvez haja pouco respeito com relação à imprensa, já que o candidato chama a atenção dos leitores para a necessidade de velar pela liberdade de imprensa no país.

Na Categoria **Sistema Político**, Collor aborda sua competência pessoal (autorrepresentação), eficiência administrativa e governamental, descentralização e corrupção.

Na oração do Exemplo (42), Collor constrói uma **autorrepresentação** de líder competente para promover mudanças.

(42)	minha <u>pretensão</u>	é	a (pretensão) [[de liderar as transformações [[que a própria sociedade será chamada a materializar]] ]]
FCM89#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

Nesse caso, assim como apontado em exemplos anteriores, o candidato recorre a um nome da área semântica de intenção (GARCIA, 1967), “pretensão”, que realiza o Identificado, para imaginar um objetivo futuro de sua gestão. Esse objetivo ou “pretensão” é definido, na função Identificador, pelo processo material “liderar”, enquanto à sociedade cabe o papel de “materializar”, isto é, fazer acontecer, as

<sup>67</sup> Disponível em:

<[http://www.senado.gov.br/Relatorios\\_SGM/CCS/Legisla%C3%A7%C3%A3o/000\\_CF%20artigos%20relativos%20ao%20CCS.pdf](http://www.senado.gov.br/Relatorios_SGM/CCS/Legisla%C3%A7%C3%A3o/000_CF%20artigos%20relativos%20ao%20CCS.pdf)>. Acesso em: 4 jul. 2021.

transformações que o candidato prospecta para a sociedade. O uso do pronome possessivo na primeira pessoa do singular indica que Collor assume responsabilidade pela ação propalada no Identificador de “liderar as transformações”.

O imaginário materializado em (43) está relacionado à **eficiência governamental e administrativa** que o candidato pretende implementar durante seu mandato.

(43)	Todo o setor público (...)	<u>estará</u>	sob permanente, constante e aberta fiscalização de todos.
FCM89#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Nesse exemplo, o imaginário é realizado léxico-gramaticalmente pelo processo “estar”, cujo verbo está conjugado no futuro do presente. O Portador “todo o setor público” é caracterizado como em estado de permanente abertura para que o cidadão fiscalize suas práticas.

Na oração (44), o imaginário é de **descentralização**, em que o candidato demonstra apoio a iniciativas que visem fortalecer o setor econômico da região norte do país (sentido realizado no Portador), ao citar, na Circunstância, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência Desenvolvimento Amazônia (SUDAM), bem como a Zona Franca de Manaus, estabelecida então, há vinte anos, pelo decreto lei nº 288/67.

(44)	Todas as iniciativas [[que visam a modificar este quadro]] (...)	como a consolidação definitiva da Zona Franca de Manaus e a transformação institucional da SUDENE e da SUDAM	<u>serão</u>	preocupação de meu Governo.
FCM89#P	<i>Portador</i>	<i>Circunstância de Modo</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Nesse fragmento, o imaginário é realizado léxico-gramaticalmente pelo processo “serão”, na forma futura. As iniciativas direcionadas a regiões específicas do país, conforme exemplificado pelo candidato, são caracterizadas como centrais (sentido realizado pelo Ente “preocupação”) na realização da agenda programática.

No Exemplo (45), o imaginário faz referência à **corrupção** e coloca abstrações no participante Portador como “probidade”, “honradez”, “equilíbrio”, “serenidade”,

“devotamento às causas coletivas”, “inteireza de caráter e retidão moral”, consideradas características indispensáveis (sentido realizado no Atributo) pelo candidato ao gerir a coisa pública (*res publica*).

(45)	A probidade, a honradez pessoal, o equilíbrio, a serenidade, o devotamento às causas coletivas, a inteireza de caráter e a retidão moral	no trato da coisa pública	<u>serão</u>	requisitos indispensáveis
FCM89#P	<i>Portador</i>	<i>Circunstância de Causa - propósito</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Assim como no Exemplo (44), o imaginário é realizado pelo processo “ser” na forma futura e liga o Atributo “requisitos indispensáveis”, que constrói sentido de necessidade, às características morais positivamente representadas no Portador. A reunião dessas características em um candidato é vista como mandatória para a finalidade, definida na Circunstância, de gestão dos interesses públicos.

Na categoria **Grupos Sociais**, o candidato aborda os subtemas grupos de trabalhadores e grupos de agricultores.

A oração (46) constrói um imaginário sobre **trabalhadores em geral**, em que o candidato se compromete a elevar o papel do trabalhador ao de parceiro do desenvolvimento do país e dos resultados obtidos.

(46)	(o trabalhador brasileiro)	<u>passa a ser</u>	o parceiro do desenvolvimento, dos seus frutos
FCM89#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

O imaginário é realizado léxico-gramaticalmente pelo grupo verbal “passa a ser”, que indica noção de futuro, de um papel que o Identificado não desempenha no momento da fala, mas que o candidato propõe que ele desempenhe em um momento posterior às eleições.

Outro grupo social abordado pelo candidato é o de **trabalhadores do campo**, como ilustra o Exemplo (47).

(47)	O Banco do Brasil, (...)	<u>terá</u>	um papel decisivo	para aprimorarmos a ampliação da área cultivada e melhorarmos os índices de produtividade na agricultura
FCM89#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Oração intensificadora: Causa - propósito</i>

O Portador Banco do Brasil é caracterizado como um ator institucional que possuirá “papel decisivo”, ou seja, será um ator crucial para o fomento de melhorias na produtividade agrícola, objetivo definido na oração intensificadora de Causa-propósito. O imaginário, por sua vez, é realizado pelo processo “terá”, em sua forma futura.

Na categoria **Estrutura da Sociedade**, Collor aborda estilo de vida nacional em geral, moralidade tradicional, mentalidade cívica e segurança pública.

A proposta contida em (48) faz referência positiva ao **estilo de vida nacional** que é vivenciado pela população no ano de 1989 – a transição do primeiro governo civil eleito indiretamente para o primeiro eleito de forma direta, após duas décadas de regime militar.

(48)	<u>que</u> (=essa transição pacífica)	<u>represente</u>	a modernidade e a realização das aspirações nacionais
FCM89#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

Esse processo de mudança no sistema de eleição é qualificado, no Identificado, com o Epíteto “pacífica”. Nesse sentido, o candidato constrói uma relação de correspondência entre o participante Identificado “transição pacífica”, em referência ao processo de redemocratização, que deve ter o significado de “modernidade e realização das aspirações nacionais”. Essa relação de equivalência entre Identificado e Identificador é estabelecida pelo processo relacional “representar”. O modo oracional subjuntivo atua como marcador de imaginário nesse exemplo, uma vez que é ele que cria a identidade para “transição pacífica”.

O Exemplo (49) realiza um imaginário de **moralidade tradicional**, o qual é realizado léxico-gramaticalmente por uma condição, introduzida pela partícula “se”, e pelo processo relacional “estar” conjugado no pretérito imperfeito do modo subjuntivo.

(49)	como se	(nós)	<u>estivéssemos</u>	condenados [[a
	<i>Elemento textual</i>	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>
FCM89#P	(nós)	permanecer	na estagnação sob o império da lei do mais forte]]	
	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>	



O candidato coloca uma questão hipotética sobre o povo brasileiro permanecer indefinidamente sob um regime autoritário em que a força tem papel central na sociedade. O elemento textual “como se” aponta para uma afirmação subjacente à situação irreal colocada por Collor, que poderia ser textualizada como um contra-argumento. Assim, a situação hipotética é “como se estivéssemos condenados [...], que pode ter uma negação implícita, com sentido de “mas não estamos condenados [...]”.

No excerto (50), o imaginário convocado pelo candidato é de **mentalidade cívica**, o qual é realizado, léxico-gramaticalmente, pelo processo “ser” na forma futura.

(50)	esta	<u>será</u>	a forma mais lúcida de começarmos a fazer com que todos tenham o sentido da necessidade de sua participação na vida pública do país
FCM89#P	<i>Identificador</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificado</i>

A referência é de tipo textual, realizada pelo dêitico “esta”, que faz referência à recuperação de trechos anteriores, nos quais o candidato fala de “democracia participativa” em um chamado direcionado aos jovens da nação. A convocação para que a juventude se envolva em ações e decisões que afetem a sociedade é qualificada como “mais lúcida” no Identificado do Exemplo (50). Também é justificada, nesse mesmo participante, pelo propósito de conscientizar a população em geral sobre a importância do comprometimento de cada cidadão com “a vida pública do país”.

No imaginário construído em (51), a temática **segurança pública** é abordada com foco em “crime” e “violência”.

(51)	O combate ao crime organizado e às formas mais torpes de violência contra a vida humana,	no entanto,	só	<u>será</u>	eficaz	na medida em [[que aparelharmos convenientemente o sistema policial]]
FCM89#P	<i>Portador</i>	<i>Elemento textual</i>	<i>Elemento interpessoal</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Circunstância de Modo</i>

Nesse exemplo, a noção de futuro é realizada pelo processo “será”, que conecta a característica “eficaz”, no Atributo, ao Portador “o combate ao crime organizado”. Entretanto, para que o Portador possa ser caracterizado dessa forma, há uma condição, expressa pelo elemento interpessoal “só”, que é um marcador de contraexpectativa (MARTIN; WHITE, 2005). Isso significa que a eficácia esperada precisa cumprir um requisito para ocorrer, que é investir financeiramente no sistema policial, sentido realizado na oração encaixada “[[que aparelharmos convenientemente o sistema policial]]”, a qual compõe a Circunstância de Modo.

Como mostramos no Gráfico 5, no início desta seção, o candidato Fernando Collor de Mello não construiu imaginários sobre relações internacionais no Plano de Governo.

Uma vez que exemplificamos as principais temáticas abordadas no texto programático de Collor bem como detalhamos a respectiva realização linguística dos imaginários construídos, avançamos, na subseção seguinte, para a análise da transcrição da entrevista concedida ao Programa Roda Viva pelo presidenciável no período pré-eleitoral.

### 5.1.3 Entrevista de Fernando Collor de Mello

O mesmo levantamento quantitativo conduzido no Plano de Governo foi realizado na entrevista televisiva com a ferramenta *Wordlist* do *WordSmith Tools 8.0* (SCOTT, 2020). Identificamos que, da mesma forma que o Plano de Governo, a entrevista também apresenta alta ocorrência de orações relacionais (241 das quais os processos contabilizam 15% de 1.648 *types* que compõem somente as falas do candidato na transcrição). Somente o processo “ser” e suas variações são responsáveis por mais de 60% das ocorrências de orações relacionais (ver Quadro 10 para as variações mais frequentes). Desse modo, atendemos à ação descrita como primeiro objetivo específico desta pesquisa, a de *identificar qual tipo de oração é recorrentemente utilizado para a construção de imaginários eleitorais*. Do total de orações relacionais identificadas no texto, 42 delas apresentam configurações de futuro.

## Quadro 10 – Lexemas recorrentes na entrevista televisiva de Fernando Collor

ENTREVISTA	
Itens lexicais mais frequentes	<b>Lexicais:</b> não, é, muito, <b>seja</b> , estado, bom, <b>ser</b> , poder, hoje, sociedade

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados dos *corpora*.

A alta recorrência de negação, realizada pelo Adjunto “não”, no Plano de Governo, foi igualmente registrada nas falas do candidato no texto transcrito da entrevista. Se no Plano, o padrão utilizado com frequência por Collor remetia à impossibilidade de realizar alguns processos, pelo agrupamento “não podemos”, na entrevista, os padrões em destaque são “não somos” e “não somente”. No primeiro caso, a referência no plural é uma generalização para falar do povo brasileiro. Nas orações em que essa formulação é utilizada, Collor contrasta ações prejudiciais ao meio ambiente praticadas por outras nações, em que “não somos” funciona como um indicador de exclusão do Brasil do grupo que exerce essas práticas. A maior parte dessas orações é construída temporalmente na forma contínua, o que indica a persistência e repetição dos seguintes atos por parte de alguns países “Não somos nós, por exemplo, que *estamos soltando* bombas atômicas no Atol de Mururoa”, “Não somos nós que *estamos soltando* bombas atômicas no deserto de Nevada” e “Não somos nós que *estamos causando* as chuvas ácidas nas florestas do Canadá nem nas florestas da Escandinávia”, para citar alguns exemplos.

No segundo caso, o padrão “não somente”, da perspectiva da metafunção interpessoal, exprime polaridade negativa ao mesmo tempo em que, a partir da metafunção textual, acrescenta uma ideia e expande o conteúdo de que se fala. A título de ilustração, trazemos a seguinte oração “eu gostaria bastante de poder contar *não somente* com o apoio da Rede Globo de Televisão, *mas também* da SBT, como da Manchete, como da Record, como da Bandeirantes”. Nessa fala, o candidato estende o sentido da afirmação de que já possui o apoio de uma rede de televisão (Rede Globo) e representa outras emissoras como alvo de seu desejo de apoio, manifestado pelo processo mental desiderativo “gostaria”.

Feitas essas considerações gerais sobre padrões de representação diferenciados no *corpus* FCM89#E, prosseguimos para o detalhamento temático e

linguístico das representações de futuro construídas pelo candidato ao longo da entrevista ao Programa Roda Viva da TV Cultura.

### 5.1.3.1 Imaginários no discurso oral

A entrevista concedida por Fernando Collor de Mello foi transmitida em 8 de agosto de 1989, em torno de três meses antes do primeiro turno eleitoral daquele ano. A categoria de **Sistema Político** foi a mais recorrente na interação entre entrevistado e entrevistadores, da qual apresentamos um exemplo na oração (52)

(52)	é	<u>necessário</u>	a obstinação, a decisão e a coragem [[de poder reduzir esse Estado]]
FCM89#E	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

Nessa passagem, o imaginário é realizado pelo lexema “necessário” e é construído acerca da capacidade do candidato de promover mudanças no país. Os nomes abstratos “obstinação” “decisão” e “coragem” ocorrem três vezes ao longo da entrevista, de forma conjunta. A oração encaixada que forma parte do Portador trata da redução das responsabilidades do Estado com a sociedade. Nesse sentido, o discurso de Collor alinha-se aos pressupostos do neoliberalismo.

A segunda Categoria mais recorrente, **Relações Internacionais**, a qual esteve ausente no texto do Plano de Governo, apresenta, no Exemplo (53) um padrão de realização de imaginário semelhante ao do Exemplo (52), por um elemento que, da perspectiva da metafunção Interpessoal, realiza modulação e indica o grau de obrigação (FUZER; CABRAL, 2014) de uma proposição.

(53)	É	<u>preciso</u>	[[que cada um de nós, isso sim, varra a sua própria casa]]
FCM89#E	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

Na metafunção Ideacional, o Portador é realizado por uma proposta, no modo imperativo, em que Collor utiliza uma metáfora lexical para indicar que cada governante, “cada um de nós”, é responsável por cuidar de seu próprio país, representado na oração por “própria casa”. Nesse trecho, o que está em jogo é a noção de soberania nacional. Collor deixa claro que não aceitará intervenções de

outros países no Brasil, especialmente no assunto que é tratado nas orações que antecedem a oração do exemplo (53): meio ambiente. A expressão metafórica modal “É preciso” expressa um apelo do candidato ao telespectador da necessidade de defesa da não interferência externa em um assunto considerado de âmbito doméstico por ele – a preservação do meio ambiente brasileiro.

O imaginário da terceira temática abordada na entrevista, **Economia**, é realizado léxico-gramaticalmente pelo subjuntivo do verbo “ser” para indicar que o modelo econômico que será implementado pelo candidato objetiva que o cidadão seja menos atormentado pela falta de oportunidades.

(54)	um modelo econômico	[[que possa fazer com que	o nosso cotidiano	não	<u>seja</u>	tão atropelado	como ele hoje é]]
FCM 89#E			<i>Portador</i>	<i>Elemento interpessoal</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Circunstância de Modo - Comparação</i>

Pela utilização de uma Circunstância de Comparação, Collor indica que, no momento em que concede a entrevista, a situação é de apreensão em relação à igualdade de oportunidades de emprego e condições de vida dignas para todos os brasileiros.

Na Categoria **Estrutura da Sociedade**, o Exemplo (55) trata-se de uma oração encaixada, que retoma o Portador por meio do pronome relativo “que”, em referência “[a]o que tem hoje”, mencionado na oração antecedente.

(55)	[[que (o que tem hoje)	não	<u>tenha</u>	muitas dificuldades]]
FCM89#E	<i>Portador</i>	<i>Elemento interpessoal</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Esse Portador significa pessoas que têm condição financeira favorável e a preocupação do candidato para que essas pessoas não venham a passar por dificuldades. Na sequência da entrevista, Collor atribui a causa do conflito entre classes sociais à “falta de referências na sociedade”.

A fala do candidato, no Exemplo (56), no imaginário de **Liberdade e Democracia**, insere-se no contexto histórico de que as eleições de 1989 seriam a

primeira disputa de presidenciáveis após um longo período de governos militares e um curto período de transição conduzido por civis.

(56)	é	<u>fundamental</u>	que haja, primeiro, a legitimidade do poder
FCM89# E	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

Por esse motivo, o Portador é realizado pelo grupo nominal “a legitimidade do poder”, o que sinaliza uma preocupação do candidato com relação ao respeito e cumprimento do resultado das eleições. O imaginário dessa Categoria é realizado no Atributo, assim como nos exemplos (52) e (53), em que o candidato caracteriza a proposição da função Portador com caráter de urgência, obrigatoriedade ou necessidade, nesse caso, realizado pelo Epíteto “fundamental”.

Por fim, na Categoria **Bem-Estar Social**, o candidato constrói como objeto de ação do Estado fornecer condições materiais mínimas para o funcionamento da Educação Básica.

(57)	<u>seja</u>	<u>possível</u>	dar um pedaço de giz	para que a professora possa dar aula
FCM89#E	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>	<i>Oração intensificadora: Causa - propósito</i>

Nesse fragmento, o imaginário é realizado pelo modo oracional subjuntivo em conjunto com o Atributo “possível” que expressa significado da probabilidade de ocorrência de uma série de ações enumeradas por Collor, das quais o Exemplo (57) é apenas uma delas. Essas ações justificam a “redução do Estado”, mencionada em orações anteriores desse mesmo bloco de fala. No Portador, há a representação de uma ação que envolve um objeto tipicamente associado à profissão de professor, o giz, o que identifica o público alvo da proposta realizada nessa oração material não finita.

Na próxima seção, contextualizamos o cenário político que propiciou a eleição de Fernando Henrique Cardoso para, a seguir, descrevermos e explanarmos as características linguísticas dos textos eleitorais produzidos pelo candidato para as eleições de 1994 e 1998.

## 5.2 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

### 5.2.1 Contexto dos discursos

A instabilidade econômica, herdada de governos anteriores, persistia, mesmo após a implantação de diferentes medidas e constante troca de ministros. A nomeação do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), para assumir o Ministério da Fazenda, contribuiu para a contenção da inflação, “feito que garantiu a ele o passe para a presidência no primeiro turno<sup>68</sup>” (FIGUEIREDO, 2010, p. 122) nas eleições de 1994. Governou o país por dois mandatos consecutivos (1995-1998 e 1999-2002), tendo sua candidatura endossada pelos partidos de centro-direita - Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O apoio desses partidos visava conter a aliança formada pelos partidos de esquerda em prol da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva.

Como candidato dos partidos ideologicamente de centro-direita e direita, FHC apresentava-se “como o candidato das mudanças, das reformas, do progresso acoplado à estabilidade e à ordem” (ALMEIDA, 2010, p. 112) e propunha “um modelo de administração gerencial pautado pela lógica de mercado e pelos critérios de “eficiência” e “qualidade” na prestação de serviços” (LIMA, 2005, p. 204). Nesse sentido, concebia suas diretrizes governamentais com base em valores liberais, tais como eficiência de gastos governamentais, liberdade de comércio nos âmbitos nacional e internacional e privatização de empresas estatais. Assumidamente liberal na política (CARDOSO, 2016), por outro lado, Fernando Henrique, em seu trabalho acadêmico, foi muito influenciado pelo marxismo (CARDOSO, 2013).

Nas relações econômicas internacionais, o governo caracterizou-se pelo estreitamento de laços no âmbito do incipiente Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), assinado em 1991 pelos governos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. Em termos de relações entre os poderes, FHC contava com significativo suporte político-partidário de ampla coligação presente nos Ministérios, no Legislativo e nos governos estaduais da federação (SALLUM JÚNIOR, 1999). No âmbito da saúde, durante os dois mandatos presidenciais, a “redução da universalidade do direito à saúde” (VIANA, 2004, p. 195) foi o padrão da reforma conduzida pelo

---

<sup>68</sup> “[...] achievement that gave him the ticket to [...] the presidency in a single round election.”

governo, por meio do incentivo às empresas privadas de serviços de saúde. Fernando Henrique contava com “apoio quase unânime da grande mídia” (ALMEIDA, 2010, p. 119), pela qual era apresentado como “intelectual brilhante, com prestígio internacional; político afeito ao diálogo, reformista moderado, moralmente inatacável” (SALLUM JÚNIOR, 1999, p. 42). Ao desfrutar de credibilidade e prestígio na mídia, legitimava suas decisões de reformas como parte de um projeto neoliberal, alinhado ao crescimento dessa tendência em nível global na década de 1990.

Esse projeto neoliberal, cunhado como Consenso de Washington pelo economista John Williamson, consistia em dez áreas de reforma econômica que estariam alinhadas às recomendações de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial para os países em desenvolvimento, especialmente aqueles da América Latina (WILLIAMSON, 2004). Dentre essas recomendações estavam a estabilização de preços, considerada uma das principais realizações da gestão FHC (HUNTER; POWER, 2007) e a privatização de empresas estatais. No Brasil, os governos conduziram esse processo em larga escala, tendo vendido 73 empresas públicas entre 1990 e 1996<sup>69</sup>. Entretanto, apesar do apoio da mídia e do Congresso na condução de reformas econômicas, na etapa final do mandato, o percentual de reprovação do governo FHC era considerável (36%) e superava a percentagem daqueles que julgavam a gestão positivamente. Além disso, a taxa média anual de desemprego atingia 7,1% em 2002, tendo sido a mais alta desde 1998, quando atingiu 7,6%<sup>70</sup>. Esses fatores influenciaram negativamente a candidatura do então Ministro da Saúde, José Serra, concorrente pela mesma coligação do presidente em exercício, às eleições presidenciais de 2002. Em resposta, FHC e Serra “interpretavam a crise econômica como resultante das pesquisas (que indicavam que a oposição poderia vencer as eleições)<sup>71</sup>” (PORTO, 2007, p. 25).

Com relação às temáticas recorrentes nos Planos de Governo e na entrevista, identificamos semelhança às escolhas no Plano e entrevista do antecessor de FHC – Fernando Collor. Na modalidade escrita, prevaleceu Economia, enquanto na modalidade oral, Sistema Político. O Gráfico 7 aponta a porcentagem de orações que

---

<sup>69</sup> Disponível em: <<https://www.economist.com/special-report/1997/12/04/a-very-big-deal>>. Acesso em: 7 jun. 2021.

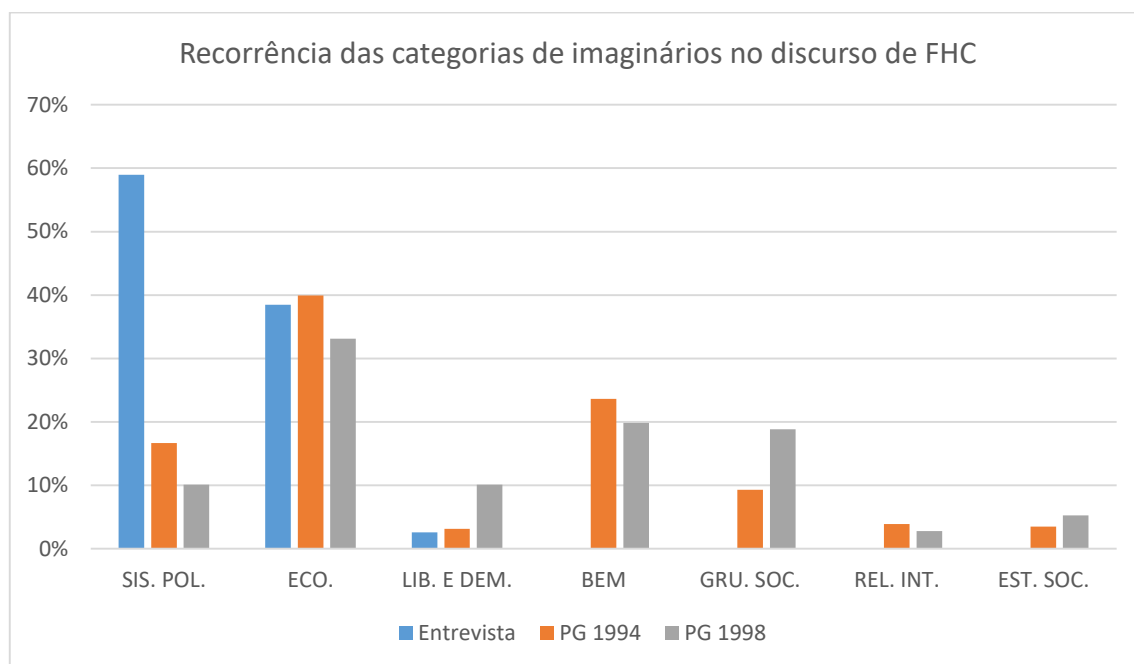
<sup>70</sup> Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9183-pesquisa-mensal-de-emprego-antiga-metodologia.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 7 jun. 2021.

<sup>71</sup> “[...] interpreted the economic crisis as resulting from the polls (which indicated that the opposition could win) [...]”.



constroem imaginários sobre cada categoria temática em relação ao número total de orações relacionais que realizam imaginários nos *corpora*.

Gráfico 7 – Síntese de categorias de imaginários no discurso de Fernando Henrique Cardoso 1994 e 1998



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados dos *corpora*.

Nos Planos de Governo, todas as categorias foram abordadas, porém em menor medida Liberdade e Democracia em 1994, e Relações Internacionais, em 1998. Já na entrevista, Bem-Estar Social, Grupos Sociais, Relações Internacionais e Estrutura da Sociedade não foram abordadas. Desse modo, a entrevista centrou-se em torno de três tópicos apenas: Sistema Político, Economia e Liberdade e Democracia.

Na sequência, apresentamos dados gerais sobre as escolhas léxico-gramaticais frequentes nos Planos de Governo para, em um segundo momento, enfocamos a constituição e realização dos imaginários de campanha.

### 5.2.2 Planos de Governo de Fernando Henrique Cardoso

No levantamento realizado com auxílio do programa computacional *WordSmith Tools 8.0* (SCOTT, 2020), a recorrência de orações relacionais repete-se em ambos

os Planos de Governo de Fernando Henrique Cardoso (Quadro 11). No Plano de 1994, localizamos 952 ocorrências de verbos que realizam processos desse tipo de oração, o que representa 13,5% de um total de 7.064 *types* que compõem o documento. Destes, mais da metade diz respeito ao lema “ser” em suas diferentes formas. Já no Plano de 1998, contabilizamos 961 ocorrências de verbos que realizam, no estrato da léxico-gramática, orações relacionais, o que corresponde a 11,8% de um total de 8.136 *types*. Assim como ocorreu no Plano de 1994, mais da metade dessas ocorrências é realizada pelo lema “ser” e suas variações lexicais.

Quadro 11 – Lexemas recorrentes nos Planos de Governo de Fernando Henrique Cardoso

PLANO DE GOVERNO – 1994	
Itens lexicais mais frequentes	é, não, governo, recursos, desenvolvimento, país, Brasil, sistema, <b>ser</b> , setor
PLANO DE GOVERNO – 1998	
Itens lexicais mais frequentes	é, ações, desenvolvimento, não, recursos, programa, governo, serviços, saúde, programas

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do *corpus*.

Distinguimos um padrão de uso, no Plano de Governo de 1994, com respeito ao terceiro item lexical mais frequente – “governo”. Os agrupamentos ou *clusters* “Governo Fernando Henrique” e “governo federal” são seguidos por verbos que realizam processos materiais situados no tempo futuro para expressar ações concretas, por exemplo, “o Governo Fernando Henrique vai executar” ou “o governo federal atuará”. A representação veiculada é a de um gestor e de uma equipe administrativa dinâmicos, ao explicitar quais atos serão propostos para implementação ao longo de um prospectivo mandato.

Essa representação também é expressa no Plano de Governo de 1998, porém pelo uso do lexema “ações”, segundo mais frequente no relatório da *Wordlist* (SCOTT, 2020). A função recorrente é marcar o objetivo da ação; em vista disso, esse lexema é seguido na posição R1 de um conector de propósito, “para”, e em R2, de um grupo nominal, que pode ou não consistir em uma nominalização, como “ações para (R1) a erradicação do analfabetismo (R2)” ou “ações para (R1) as centrais de marcação de

consulta (R2)”. Um segundo padrão de uso descreve “ações” de forma avaliativa, pelos Epítetos de apreciação “integradas” e “estratégicas”.

Ainda no Plano de Governo de 1998, diferenciamos um padrão de uso para o terceiro lexema mais recorrente, “desenvolvimento”, em situação semelhante ao uso de “ações”, isto é, para expressar propósito, finalidade. O agrupamento lexical que realiza essa função é “para o desenvolvimento” e os lexemas que ocuparam a posição R1 mais comumente foram “sustentado”, “sustentável”, “socioeconômico”, “urbano” e “regional”, as quais definem a característica de ou classificam esse desenvolvimento. Ao analisarmos as posições “L”<sup>72</sup>, isto é, à esquerda do agrupamento “para o desenvolvimento”, localizamos processos materiais, que sinalizam 1) feitos da gestão 1995-1998, como em “*A prioridade dada pelo Brasil ao Mercosul nos últimos quatro anos foi essencial para o desenvolvimento do bloco*”; 2) atos para um segundo mandato, por exemplo, “*integrar as ações de governo e criar parcerias com as instituições de pesquisas do país para o desenvolvimento de tecnologias ambientais*”.

Portanto, a realidade representada pelas escolhas léxico-gramaticais mais recorrentes nos textos dos Planos de Governo de Fernando Henrique é a de um governante que trabalhou ou trabalhará ativamente para causar mudança em diferentes setores da sociedade brasileira.

Prosseguimos a análise, na próxima subseção, em um escopo reduzido de orações – somente relacionais que funcionam para expressar ideias de futuro, hipótese, em contextos irrealis.

#### 5.2.2.1 *Imaginários no discurso escrito*

Os Planos de Governo, na Categoria mais recorrente – **Economia** – tratam especialmente de assuntos relacionados a Tecnologia e Infraestrutura, Ortodoxia Econômica e Economia de Livre Mercado. Em menor proporção, tópicos como Protecionismo, Crescimento Econômico, Incentivos, Planejamento, Objetivos Econômicos, Economia Controlada, Sustentabilidade, Regulação do Mercado, Corporativismo e Gerenciamento da Demanda Keynesiana são abordados pelo

---

<sup>72</sup> No Programa *WordSmith Tools 8.0* (SCOTT, 2020), a identificação das palavras à esquerda da palavra nó é feita pela letra L, que é a inicial de “left”, esquerda em língua inglesa. Assim, posição L1 significa a primeira palavra à esquerda da palavra nó, L2 é a segunda palavra à esquerda da palavra nó e assim por diante.

candidato. Ressaltamos que, no Plano de Governo de 1998, metade das orações que versam sobre Economia tratam de **Tecnologia e Infraestrutura**, enquanto em 1994, esse tópico correspondia a aproximadamente um terço do total de orações.

Essa subcategoria é ilustrada pelo Exemplo (58), no qual o imaginário é realizado pela expressão moduladora “é necessário”, que implica assertividade na proposta de ação contida no Portador.

(58)	No curto prazo,	é	<u>necessário</u>	[[promover a reorganização e modernização tecnológica do setor industrial]]
FHC94#P	<i>Circunstância de Localização - tempo</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

O Portador, por sua vez, é realizado por uma oração material não finita, o que se constitui em elemento realizador de *irrealis*, conforme Halliday (2014). A marcação circunstancial do Adjunto “no curto prazo” especifica a localização, em uma escala temporal de prioridade ou urgência, que a ação “promover a reorganização e modernização tecnológica do setor industrial” ocupa.

Essa construção de necessidade aparece em outros trechos dos Planos de Governo com alguma frequência. Além da expressão “é necessário(a)”, há também realizações de imaginários por meio de expressões como “é importante”, “é indispensável”, “é preciso” e do verbo modal “dever”. Dentre as ações que ocupam o papel de Portador desses Atributos estão “apoiar a indústria nacional”, “criar os recursos [[que serão investidos]]”, “consolidar um modelo de desenvolvimento”, “manter um ritmo de investimentos da ordem de R\$ 3,5 bilhões por ano”, “readequear a estrutura portuária”, “melhorar a infra-estrutura (*sic*) física das escolas”, para citar alguns exemplos. Essas promessas envolvem projetos concretos, articulados pelos processos “apoiar”, “criar”, “consolidar”, “manter”, “readequear” e “melhorar” que, combinados com as expressões moduladoras na função Atributo, constroem um sentido de alto grau de certeza de que serão cumpridos pelo candidato na futura gestão.

Outra forma bastante comum de realização de imaginários nos textos é circunstancialmente, por Adjuntos de Localização temporal. Por exemplo, “para os próximos quatro anos”, “neste segundo semestre de 1998”, “a partir de 2002”, “no ano 2003”, “no período 1999-2002”. As orações que apresentam esse padrão, quando

identificativas, distinguem um objeto de investimento, dentro do período mencionado, como “gás natural”, “petróleo” ou “transporte”. Quando de tipo atributiva, qualificam uma obra, contida no Portador, como “A energia adicional”, “O empreendimento total” ou “As obras civis” com Atributos tais como “disponível”, “pronto” ou “em plena operação” dentro do prazo estipulado na função Circunstância. Com isso, o candidato define para o eleitorado não somente a tarefa a ser realizada, mas o prazo em que ela será feita, o que contribui para marcar as declarações com alto grau de certeza face às incertezas inerentes a um tempo futuro.

Além dos recursos de modulação e de Circunstância de Localização temporal, uma terceira forma de concretização linguística de cenários futuros ocorreu pelo uso de processos relacionais realizados por verbos no tempo futuro, tais como “ser”, “estar”, “ficar”, “resultar” e “ter”. Essas orações, em geral, discorreram sobre obras, como a identificativa “(O açude do Castanhão, no Ceará) *será* o maior açude do semi-árido”, em que o Identificado elíptico é representado pela definição que receberá no futuro, na função de Identificador – o maior açude dentre um grupo de açudes de uma região específica do Brasil. Outro exemplo de oração relacional cujo verbo principal é apresentado em tempo futuro refere-se a grupos sociais específicos, como na atributiva a seguir, em que o grupo nominal “Egressos de cursos técnicos ou superiores” é caracterizado como “alvo de política específica”. Trata-se de abstrações do discurso político eleitoral, sem o uso de modalização, nas quais o processo principal, “ser”, define, com alto grau de certeza, o que esse grupo virá a ser no governo Fernando Henrique.

Uma quarta forma de realização de imaginários é por nomes da área semântica de propósito (GARCIA, 1967). Desse modo, lexemas como “objetivo”, “meta” e “projeto”, no Portador ou no Identificado, são definidos pela ação contida no Atributo ou Identificador com perspectiva de concretização futura. Passagens com exemplos de ações construídas dessa forma estão no Plano redigido para as eleições de 1998, como nestes Identificadores “reforçar a convergência de programas governamentais de caráter universal voltados [...] para a iniciação e formação profissional”, “atender às necessidades de deslocamento da população e de mercadorias” e “racionalizar e democratizar o uso da água como fator de desenvolvimento e qualidade de vida”. Esses participantes, realizados por orações materiais não finitas, apresentam significado de ações voltadas para transformar e impulsionar a preparação de mão de

obra (“iniciação e formação profissional”), o setor de transportes (“deslocamento da população e mercadorias”) e o gerenciamento de recursos naturais (“uso da água”).

Uma quinta forma de realização de imaginários de **Tecnologia e Infraestrutura** ocorreu por meio do modo subjuntivo, como nos excertos a seguir, em que o elemento coesivo “que” retoma o participante de oração anterior. Semanticamente, o Portador “que (=uma nova política para a C& T no Brasil)” e os Identificados “o motor do progresso” (Exemplo 59) e “laboratórios centrais”, que constituem exemplos de uso do modo subjuntivo, fazem referência ao papel do desenvolvimento científico e tecnológico no fomento da economia nacional.

(59)	em que	o motor do progresso	<u>sejam</u>	os modos mais avançados de produzir.
FHC94#P	<i>Conector</i>	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

Por fim, uma sexta forma de realização de imaginários ocorreu por modalização realizada pelo Atributo “possível”. A título de exemplificação, citamos uma oração não finita “melhorar o funcionamento do transporte de passageiros e de cargas”, e uma nominalização “a realização de experimentos”, as quais funcionam como Portadores de orações relacionais em diferentes passagens dos *corpora*. A primeira tem sua viabilidade estabelecida em uma escala de baixo grau de possibilidade de realização (expressa pelo Atributo “possível”). A segunda faz referência à participação do Brasil no consórcio internacional para construção da Estação Espacial Internacional. Nesse contexto, a nominalização é representada como um potencial resultado (expresso pelo Atributo “possível”) da cooperação do país nesse programa.

Os imaginários de **Ortodoxia Econômica** são realizados, na maioria dos casos, pelos recursos de tempo futuro e modulação. Um exemplo de uso do primeiro recurso consta em (60), no qual a forma futura do processo “significar” descreve como “benefício” as decisões adotadas por Fernando Henrique, enquanto Ministro da Fazenda.

(60)	a introdução do Real e a redução da inflação	<u>significarão</u>	um novo benefício
FHC94#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

O artigo definido no participante Atributo indica uma classe, a dos novos benefícios, os quais serão resultado da implementação da nova moeda, o Real, em substituição ao Cruzeiro Real, que estava em vigor desde 1993.

Verificamos outras orações relacionais nos textos que realizam imaginários léxico-gramaticalmente por verbos no tempo futuro, assim como em (60). Essas orações expressam imaginários de moeda forte, redução do déficit orçamentário e políticas de atração de investimentos. Majoritariamente, nessas representações de futuro, o lema “ser” é utilizado em orações atributivas como “vários projetos *serão* capazes de atrair tanto investidores nacionais quanto estrangeiros”, que ilustra a caracterização dos projetos de governo para a área econômica em termos de capacidade para aumentar a entrada de recursos financeiros no país. Um outro exemplo, em oração identificativa - “um dos objetivos centrais do próximo período de governo *será* exatamente o (objetivo) de [[equacionar de forma duradoura a situação das finanças públicas]]” – aponta para um certo grau de certeza de reeleição, ao mencionar, no Identificado, “próximo período de governo” e estabelecer ação a ser realizada, expressa por oração não finita, no Identificador.

Em outros fragmentos dos textos, referências a políticas econômicas realizadas por orações materiais não finitas na função Portador, como “garantir a estabilidade do ambiente econômico” e “garantir um ambiente atrativo e confiável para os investidores estrangeiros”, têm seu *status* de prioridade justificado por expressões moduladoras como “é preciso” e “é necessário”.

Semelhantemente, na subcategoria **Economia de Livre Mercado**, os recursos linguísticos utilizados para realização léxico-gramatical de imaginários são a forma futura do processo “ser” e recursos do sistema de modulação. Apresentamos, no Exemplo (61), o padrão de uso de forma futura. Nessa oração, Fernando Henrique destaca o papel do setor privado em parcerias com o setor público para a realização de obras.

(61)	o setor privado	<i>será</i>	responsável por parcela expressiva dos investimentos
FHC98#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Essa representação é reiterada em outra passagem do texto, em que a oração não finita, na função Portador, “estabelecer uma verdadeira parceria entre setor

privado e governo, entre universidade e indústria”, é uma ação e, ao mesmo tempo, posição político-econômica sobre a relação entre Estado e iniciativa privada. Essa visão ocupa centralidade na futura gestão, pois o candidato argumenta que “*será fundamental*”. Ainda nessa linha de pensamento, identificamos também uma oração atributiva, em que o Portador “o processo de liberalização da economia e a abertura para o exterior” será detentor, em tempo futuro (realizado pelo processo “*terá*”), de “*seguimento*”. Essa oração é parte do Plano para as eleições de 1994, portanto, “*seguimento*” refere-se à continuidade de uma política iniciada na gestão anterior, de Itamar Franco.

Uma segunda forma recorrente de realização de imaginários de **Economia de Livre Mercado** é por meio de expressões moduladoras ou do verbo modal “dever”, especialmente, seguidos por orações não finitas, como na identificativa “(O Estado) *deverá* ter a capacidade [[de produzir ...]] com os mesmos níveis de eficiência do setor privado”, por meio da qual o candidato atribui à máquina estatal, com alto grau de certeza, um julgamento de sua capacidade de atuar segundo parâmetros da iniciativa privada. Já em orações atributivas, como exemplifica “é *preciso*, além disso, redefinir áreas de atuação do Estado”, a representação construída é a da necessidade (realizada pela expressão moduladora “é preciso”) de propor modificações (“redefinir”) no nível de participação e responsabilidade (referido por “áreas de atuação”) do Estado em linhas de atuação.

Os imaginários de **Protecionismo** são avaliados negativamente, no estrato da semântica, e realizados, no estrato da léxico-gramática, por tempo futuro e modulação (dar bens e serviços), assim como observamos na representação dos tópicos anteriormente discutidos. O Exemplo (62) demonstra o uso de modulação marcada pelo verbo modal “dever”, o qual indica alta obrigatoriedade da proposição.

(62)	O projeto de um novo modelo de desenvolvimento	<u>deve</u>	ter,	necessariamente,	uma dimensão internacional.
FHC94#P	<i>Portador</i>	<i>Modulador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Circunstância de Modo</i>	<i>Atributo</i>

Nesse exemplo, em lugar de destacar uma política que proteja a produção nacional, Fernando Henrique destaca que as relações econômicas internacionais, a importação (realizadas no Atributo “uma dimensão internacional”) farão parte do



modelo de gestão econômica que pretende implementar em seu mandato, por ele qualificado como “novo”.

Outras realizações de imaginários de **Protecionismo** envolvem o uso de processos relacionais realizados por verbos no tempo futuro, especialmente em orações de tipo atributiva. Alguns exemplos são a possessiva “essa inserção (na economia internacional) *terá* impacto decisivo” e as intensivas “*será preciso* competir com os próprios países desenvolvidos” e “os bens e serviços *made in Brazil* terão maior qualidade e preços menores”. Subjaz a essas declarações o compromisso do candidato em desenvolver estratégias para inserir (significado realizado pelo Portador “essa inserção”), de modo bem sucedido (realizado pelos Atributos “impacto decisivo” e “maior qualidade e preços menores”), as empresas brasileiras (realizada pelo Portador “os bens e serviços *made in Brazil*”) no mercado internacional.

Os imaginários de **Incentivos** são realizados pelos recursos linguísticos de modalidade e nomes da área semântica de propósito (GARCIA, 1967). No excerto (63), o imaginário é realizado na função Portador pelo processo relacional “ser” cujo verbo está na forma futura em combinação com o Atributo “possível”.

(63)	é	irrealista	[[imaginar que, apenas com a reforma tributária, <u>será possível</u> [[obter recursos suficientes]] para financiar os investimentos de que o país necessita]]
FHC94#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

A proposição colocada na função Portador é caracterizada como “irrealista” e contribui para uma representação favorável de uma política de incentivos, ao chamar atenção para a adoção de uma gama de estratégias em vez de centralizar esforços em uma somente (sentido realizado ao restringir “reforma tributária” pelo recurso de gradação “apenas”) para a implementação de programas de incentivo (realizado por “investimentos de que o país necessita”).

Ainda no domínio da modalidade, em termos de possibilidade, há um exemplo nos *corpora*. Na oração identificativa “*Podem* (as micro, pequenas e médias empresas), por isso, ser foco de políticas governamentais”, vemos que além de incentivar as grandes indústrias nacionais, existe a possibilidade (realizada pelo operador modal “podem”) de que a futura administração desenhe políticas de incentivo voltadas às empresas de menor porte.

Exemplos de realização de imaginários de **Incentivos** pelo lexema “objetivo”, pertencente à área semântica de propósito, são orações identificativas, nas quais a função Identificador dá a conhecer o conteúdo do objetivo, quais sejam “formar parcerias com cerca de 80 ONGs até 2002”, que representa política de incentivo ao terceiro setor; “realizar 860 mil operações anuais de crédito”, que sinaliza políticas de incentivo a empréstimos e financiamentos; “o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundeb)”, este último identificado como “instrumento” para atingir um objetivo, qual seja, aprovar uma política de valorização da categoria docente da Educação Básica.

Nas orações que realizam imaginários de **Incentivos** pelo uso de formas futuras, o Portador “o Estado” recebe o papel a ser desempenhado na futura gestão FHC de “promotor de investimentos e projetos considerados relevantes”. Em outra oração atributiva do *corpus*, o Portador “Uma nova política de crédito” é classificado como “prioridade do governo”.

Os imaginários de **Crescimento Econômico** são realizados, léxico-gramaticalmente, por modulação e pela função Circunstância de propósito. A oração (64) apresenta o padrão de realização por expressão moduladora - “é preciso” - e esboça a concepção do candidato sobre o uso dos “recursos” e das “vantagens” de que o Brasil dispõe.

(64)	é	<u>preciso</u>	usar de forma inteligente nossos recursos naturais e nossas vantagens comparativas atuais
FHC94#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

No excerto, essa concepção é manifestada na função Portador, em forma de oração não finita iniciada por processo material, em que há uma avaliação positiva do papel das potencialidades do Brasil (expresso na circunstância de modo “de forma inteligente”) no crescimento econômico. Além desse exemplo, em outra passagem, identificamos uma oração atributiva composta por verbo modal, na qual o panorama econômico imaginado pelo candidato, evidenciado no Portador “As perspectivas da política econômica”, é representado em termos de “dever” futuro relacionado ao estado de “implantação do novo padrão de crescimento”.

O segundo padrão de realização de imaginários de **Crescimento Econômico**, realizado por orações circunstanciais, indica objetivo, propósito, como na seguinte passagem “*para que* (o país) tenha condições de forjar um novo modelo de desenvolvimento”. Assim como no exemplo do parágrafo anterior, em que Fernando Henrique qualifica com o Epíteto “novo” o nome “padrão de crescimento”, na oração deste parágrafo, há uma reiteração desse Atributo, ao qualificar “desenvolvimento”. Deprendemos dessa repetição lexical que o candidato visa diferenciar seus projetos do histórico de realizações de gestões passadas, como símbolo de novidade.

No Exemplo (65), o imaginário de **Planejamento** é realizado pelo grupo verbal “continuará a ser” e pelo Atributo “prioritário”, o qual qualifica a nominalização, contida na função Portador, que incorpora a ação planejada de “viabilizar novos projetos e a retomar obras paralisadas”.

(65)	<u>continuará a ser</u>	<u>prioritário</u>	para o governo	o esforço de viabilizar novos projetos e retomar as obras paralisadas.
FHC98#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Circunstância de Ângulo – ponto de vista</i>	<i>Portador</i>

No excerto (65), o grupo verbal que realiza o processo atributivo se desenvolve ao longo do tempo de forma durativa, isto é, expressa um estado atual prospectado para durar pelo período de mais um mandato. O atributo “prioritário” indica o grau de relevância que a proposta ocupa nas diretrizes de um segundo mandato de Cardoso. Já os Epítetos “novos” e “paralisadas”, no Portador, caracterizam, respectivamente, “projetos” e “obras”, em outros termos, essas combinações lexicais conectam, respectivamente, futuro – projetos para o mandato pleiteado na campanha - e passado – ações para a retomada de obras financiadas com recursos públicos, seja de sua primeira gestão ou de gestões anteriores.

Nesse mesmo campo da modulação, localizamos outros dois exemplos nos *corpora*, que fazem uso da expressão moduladora “é preciso” em orações relacionais atributivas. Desse modo, ações representadas na função Portador como “dar indicações claras sobre quais são nossas prioridades em matéria de política econômica” e a encaixada “[[que o governo federal atue, decididamente, no sentido

de buscar um maior equilíbrio econômico e social entre as regiões do país]]” são classificadas em termos de urgência e prioridade na administração FHC.

Outras formas de realização de imaginários dessa subcategoria incluem: a) o uso de lexemas que indiquem futuro, como “previsão”, associados a um período específico no futuro, na função oracional Circunstância, como em “a *previsão* de investimentos para o 1995-1998 é a seguinte”, ou ainda, b) o uso de processos cujos verbos estão na forma futura, como na oração identificativa “estes elementos *serão*, portanto, a base da nossa estratégia de médio prazo”, em que o Identificado “estes elementos” faz referência a um conjunto de orações antecedentes no texto que descrevem linhas de ação em termos de planejamento econômico.

Os imaginários de **Regulação do mercado** são instanciados em orações temporalmente situadas no futuro. Uma dessas orações é apresentada no Exemplo (66).

(66)	(nós)	<u>teremos</u>	o cuidado [[de não somente reforçar o poder regulamentador e fiscalizador do governo]]
FHC94#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

No excerto, o imaginário é realizado pelo processo relacional “ter” cuja forma verbal está no futuro do presente do modo indicativo. O candidato identifica-se como alguém cuja gestão irá “reforçar o poder regulamentador [...] do Estado” na nominalização que realiza a função oracional Identificador.

Assim, como em (66), as orações atributivas “*será* preciso estabelecer claramente o papel do governo” e “*será* necessário estabelecer mecanismos transparentes, competentes e preservadores do interesse público” também fazem uso de modulação. O significado dessas orações enfatiza o papel chave (pelos Atributos “preciso” e “necessário”) do governo na manutenção da economia, comprometido com os interesses da sociedade (realizado pela caracterização de “mecanismos” como “preservadores do interesse público”).

Imaginários de **Sustentabilidade** são linguisticamente construídos por recursos de modulação. Em (67), o processo “ser” cujo verbo está na forma futura, em conjunto com o lexema “necessário”, aponta para o Portador, realizado por uma

oração encaixada, cujo conteúdo versa sobre o compromisso do futuro governo com a proteção ambiental conjugada à economia.

(67)	será	<u>necessário</u>	[[que o governo esteja sempre pronto para responder às demandas de preservação do meio ambiente, de uso racional e renovável dos nossos recursos naturais e da busca de padrões de crescimento sustentável]]
FHC94#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

Outro exemplo do *corpus* que utiliza modulação indica o caráter prioritário, pelo Atributo “indispensável” de uma ação realizada no Portador, em uma oração encaixada nominalizada “[[que o uso de tecnologias modernas de produção seja associado a novas práticas de manejo, transporte e armazenamento]]”. Em outra passagem, o Atributo “fundamental” sinaliza ordem de prioridade, para que a ação, descrita na oração encaixada “[[que a política urbana articule todos os seus elementos em torno da sustentabilidade do ambiente urbano]]” seja uma realidade futura.

Identificamos ainda um outro trecho do texto em que o modo subjuntivo coopera para a realização de imaginários sobre o meio ambiente. Trata-se das orações atributivas “em que as preocupações com a ecologia *estejam* efetivamente presentes” e “[[que o governo *esteja* sempre pronto para responder às demandas de preservação do meio ambiente]]”. Esta última faz parte de complexo oracional que realiza oração relacional atributiva e é avaliada com o Atributo “necessário”. Essas orações constroem ações ou estados do potencial gestor destinadas a conjugar o desenvolvimento econômico e a integridade dos recursos naturais do país.

**Objetivos econômicos** envolveu abordagens sobre geração de riqueza para investimento, expansão da infraestrutura de portos fluviais e gestão de recursos hídricos (Exemplo 68).

(68)	É	<u>preciso</u>	[[fazer com que a água “viaje” [[até onde será consumida]] ]]
FHC98#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

Como o excerto (68) mostra, a expressão moduladora “é preciso”, formada por processo atributivo e Atributo, realiza o imaginário de melhoramento da logística de distribuição de água pelo país. Há ainda outros dois exemplos nos *corpora* que enfatizam a questão de gerenciamento de recursos hídricos, porém a realização léxico-gramatical de realidade imaginada é configurada por formas diferentes de futuro do indicativo. Uma dessas orações, no futuro do presente, “Será possível, assim, a integração econômica do cerrado brasileiro ao Nordeste”, expressa significado de baixa modalidade, no campo da possibilidade (pelo Atributo “possível”), com baixo grau de certeza de que a ação, contida no Portador, será de fato concretizada. A outra, no futuro do pretérito, “a má distribuição sazonal da chuva não *seria* problema tão grande”, constrói o significado de minimização da importância (pela negação do Ente “problema”) de situação (“má distribuição sazonal da chuva”) hipotética, irreal (pelo processo “*seria*”) caso o candidato seja eleito e possa propor e implementar políticas públicas de recursos hídricos.

Na subcategoria **Economia Controlada** (Exemplo 69), o lexema “meta” indica imaginário que se refere ao controle de aumentos (realizado pelo processo material “fixar”, que é parte do Identificador) anuais (marcado circunstancialmente pelo grupo adverbial “a cada ano”) no salário-mínimo.

(69)	A <u>meta</u> do Governo Fernando Henrique	é	[[fixar aumentos reais no salário-mínimo a cada ano]]
FHC94#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

As outras orações no *corpus* que realizam imaginários desse subtópico fazem-no por meio dos processos relacionais “ser” e “ter” em orações de tipo atributiva, em que esses processos são parte de um grupo verbal com o primeiro elemento “continuará”, o qual além de expressar a ideia de futuro, também sinaliza que se trata de uma ação iniciada no passado ou no presente e que terá prosseguimento caso nenhum evento contrário (uma derrota nas urnas, por exemplo) venha a interromper seu curso. São exemplos desse caso “Nesse novo contexto, fica claro [[que o Estado *continuará* a ter um papel decisivo na definição dos rumos do país]]” e “essa *continuará* a ser uma preocupação central da política externa brasileira”.

Na subcategoria **Corporativismo** (Exemplo 70), a possibilidade de adoção por parte do Identificado em elipse “políticas setoriais” (que também é Meta do processo

“adotar”), em conjunto com o verbo modalizador “poderão”, aponta para um futuro em que Fernando Henrique buscará conciliar os interesses de “governo”, “trabalhadores” e “empresários”, ou seja, diferentes setores da sociedade, portanto, alvo de propostas caracterizadas como “setoriais”.

(70)	<u>poderão</u> ser adotadas	(políticas setoriais)	envolvendo	o governo, os trabalhadores e os empresários
FHC94#P	<i>Oração material</i>	<i>Meta Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

Nesse Exemplo, o processo identificativo “envolver” representa uma relação de posse não material, no sentido de o Identificado conter o Identificador. Desse modo, são identificados os participantes ou envolvidos na elaboração de “políticas setoriais”, porém a implementação destas apresenta baixo grau de certeza, pois o candidato utiliza um verbo modalizador em vez de um modulador para graduar a afirmação.

A subcategoria **Gerenciamento da Demanda Keynesiana** trata de políticas econômicas orientadas para a demanda. Nesse caso, o consumidor recebe a identidade de “o grande fiscal” (Exemplo 71).

(71)	<u>será</u>	ele próprio (= o consumidor)	o grande fiscal capaz de desestimular práticas comerciais levianas ou desonestas
FHC98#P	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>	<i>Identificado</i>

A afirmação de Fernando Henrique é marcada pelo processo relacional “ser”, que indica, de forma abstrata, a tarefa do Identificador “ele próprio”, o consumidor, que é a de atuar como agente fiscalizador e denunciador de más práticas nas relações comerciais. Devido à natureza dessa tarefa e sobre quem recai a responsabilidade, observamos um foco, no Plano de Governo, em satisfazer as demandas da parte dos consumidores e menos dos fornecedores de produtos e serviços.

A segunda categoria mais recorrente nos Planos de Governo de Fernando Henrique foi a de **Bem-Estar Social**. Nela, o candidato tratou de expansão e limitação do estado de bem-estar social e da educação, cultura e igualdade.

O candidato fez uso majoritariamente de processos relacionais atributivos para construir imaginários de **expansão do estado de bem-estar social**. O excerto (72)

ilustra um recurso linguístico recorrente no texto para destacar o nível de prioridade de uma determinada ação - Atributos apreciativos.

(72)	<u>Será</u>	fundamental	[[dotar a população, rural e das pequenas cidades, de moradia adequada e serviços sociais de qualidade]]
FHC98#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

A ação representada no Portador, voltada à população brasileira em geral (“população rural e das pequenas cidades”), remete ao compromisso de melhorar o sistema de habitação nacional bem como o fornecimento de serviços. Esse compromisso é qualificado como “fundamental”, ou seja, prioritário.

Em outras passagens do texto, encontramos estruturas semelhantes a essa, em que um Atributo apreciativo qualifica ou caracteriza uma ação. É o caso de “*É importante* ressaltar [[que alguns investimentos (...) *deverão continuar sendo* financiados com os recursos orçamentários]]”. Nessa afirmação, há o que Halliday (2014, p. 569) nomeia “elaboração hipotática cíclica<sup>73</sup>”, em que há uma relação hipotática de fase entre os elementos do grupo verbal. Nessa relação, o primeiro processo constituinte da Verbiagem relativa ao processo verbal “ressaltar”, o processo “continuar”, é utilizado para expressar uma ideia irreal, portanto, inexistente no momento presente, mas a ser realizada no futuro, de “manutenção”, “continuidade”. Este, por sua vez, é elaborado pelo segundo processo do grupo, “ser”, em conjunto com o processo material “financiar”, em uma ação que será gradualmente implementada (HALLIDAY, 2014), a de “ser financiado com recursos orçamentários”, realizada no Portador.

Em adição à expressão moduladora, formada por Processo + Atributo, “é importante”, o Plano de Governo de 1994 salienta como “necessárias” e “precisas” as ações futuras “estimular os estados e municípios a aumentarem significativamente seus gastos em saúde”, “construir um sistema de Previdência [[que ofereça a certeza de uma vida tranquila para os mais velhos]]” e “redefinir o sistema de financiamento habitacional”. O candidato apresenta, em sua campanha a um primeiro mandato, propostas de ação voltadas para a saúde, sistema previdenciário e facilitação do acesso a empréstimos para aquisição de moradias.

<sup>73</sup> No original “time-phased dimension” (HALLIDAY, 2014, p. 569).



Já no Plano de 1998, as propostas são articuladas, além de saúde e moradia, em torno da temática educação. Na saúde, os atos de “continuar ampliando os gastos públicos com saúde”, “Quanto à saúde da criança [...] ampliar os esforços já realizados” e “para melhorar o sistema de atendimento às emergências [...] trabalhar em duas áreas complementares” são caracterizados com alto grau de necessidade pela expressão moduladora “é preciso”. Em acréscimo a esses excertos, ao focar a questão habitacional, o seguinte Portador -“ir muito além disso, [[dando prioridade à construção civil, não só como alternativa de redução do déficit habitacional e de melhoria da qualidade de vida, mas também como estímulo à criação de empregos, melhoria na renda e revitalização das cidades]]” - também é qualificado por meio do mesmo recurso – a expressão moduladora “será preciso”.

Nos trechos sobre educação, os objetivos do governo, para uma segunda gestão, são representados como “indispensáveis” e envolvem a qualificação docente, na oração encaixada “[[que exigências maiores de qualificação profissional e de desempenho correspondam a níveis mais elevados de remuneração]]”, e o atendimento escolar à faixa etária de zero a três anos, na nominalização “cooperação entre as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social”. No primeiro caso, o candidato sugere que o aumento do salário do magistério da Educação Básica seja uma forma de incentivo para que essa classe profissional busque participar de cursos de formação contínua e, por “desempenho”, a proposta parece ir em direção a algum tipo de métrica ou avaliação de resultados dos docentes, assemelhando-se a práticas da iniciativa privada. No segundo caso, o candidato admite, em oração anterior à exemplificada acima, que a Educação Infantil é de responsabilidade dos municípios, porém destaca as secretarias municipais que deveriam estar envolvidas para prestar um atendimento de qualidade a essa faixa etária.

Outra forma recorrente de construção de imaginários é pelos lexemas “compromisso”, “meta” e “objetivo”. Vejamos os seguintes exemplos extraídos do Plano de Governo de 1994: “O *compromisso* do Governo Fernando Henrique é o (compromisso) de criar as condições necessárias para a implantação e consolidação do SUS” e “que (=o Programa de Saúde para Idosos) tem como *meta* promover o bem-estar físico, psíquico e social da população da terceira idade”. Nesses dois casos, o participante Identificado, realizado por grupos nominais, um deles elíptico, recebem sua identidade pelo participante Identificador, realizado por oração não finita, que indica ação futura, não marcada circunstancialmente. As escolhas lexicais do

candidato para a construção dos Identificadores, em ambas as orações, iniciados por processos materiais, evidenciam atos concretos que serão empreendidos no contexto específico da saúde pública. Já no Plano de Governo de 1998, fragmentos que contêm imaginários de campanha, referem-se a estados, por meio do processo relacional “ser” e são situados no tempo presente. Essas orações identificam quais são as metas a serem desenvolvidas em futuro próximo, caso o candidato seja eleito. Por exemplo, na área da Saúde, temos “Ampliar as iniciativas de promoção da saúde bucal é *meta* do Ministério da Saúde”. Por sua vez, na área da Educação, a oração atributiva “São outras *metas*: ampliar o número de bolsas-escola e garantir a jornada escolar ampliada para as crianças retiradas do trabalho; reforçar a convergência de programas governamentais de caráter universal voltados para o acesso, reingresso, permanência e êxito escolar, [...] programas de transporte escolar, aceleração de aprendizagem, merenda escolar, saúde do escolar, alfabetização de jovens e adultos, “toda criança na escola”, entre outros”.

O modo imperativo, em orações possessivas também configurou a realização de imaginários conforme pode ser observado nos exemplos a seguir: “[[*que torne* efetivas as medidas previstas no Estatuto e demais leis relacionadas à criança e ao adolescente]]”, “evitar que o direito do cidadão *tenha* o cunho do clientelismo”, “para que (nossas crianças) *tenham* saúde”, “para que aqueles que vivem em habitações sub-humanas *tenham* acesso a uma casa digna”, “que (uma política para salário-mínimo) *seja* compatível com o financiamento da previdência social e com as finanças dos estados e municípios” no Plano de 1994.

Formas verbais futuras também cumpriram seu papel na realização de imaginários no discurso de Fernando Henrique. Localizamos os seguintes exemplos com processo relacional de posse utilizado em combinação com o lexema “objetivo”, retirados, respectivamente, dos Planos de 1994 e 1998: “As reformas nas áreas sociais *terão* como objetivo central proporcionar ao cidadão os bons serviços públicos a que ele tem direito”, e “a Política Nacional de Habitação *terá* como objetivos principais a universalização do acesso à moradia adequada”. Processos de “ser” no futuro também foram identificados: “garantir fontes estáveis e suficientes de recursos *será* uma das principais ações do Governo Fernando Henrique”, “(a criação da Agência Nacional de Saúde) *Será* também um marco na vigilância sanitária brasileira”, “A redução da mortalidade infantil *será* ainda maior”, “O poder público, nos seus três níveis, *será* o promotor das medidas”.

Observamos ainda a utilização de modulação no futuro para indicar o grau de obrigatoriedade da proposta: “O Programa Comunidade Solidária *deverá* ter ampla ação na região”, e “O município *deverá* ter um papel fundamental no tratamento dos problemas habitacionais, retirados do Plano de Governo de 1994. Em 1998, “O próximo período governamental *deverá* representar um marco histórico”, “as tarifas *devem* se constituir no principal instrumento para a obtenção dos recursos financeiros necessários”, “numerosas iniciativas em curso *deverão* constituir um quadro de referência”, “Tais planos *deverão* estar articulados com as estratégias regionais”, “nos próximos quatro anos *deverão* ser: [...] o forte estímulo aos investimentos no setor de saneamento básico”.

Ao mesmo tempo em que propõe políticas de ampliação do estado de bem-estar social da população, o candidato também anuncia algumas medidas de **limitação do estado de bem-estar social**, como é o caso do Exemplo (73).

(73)	A participação do setor privado	também	deverá	ser	importante
FHC98#P	<i>Portador</i>		<i>Modulador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Nesse fragmento, assim como em outros exemplos encontrados nos *corpora*, a representação do Estado e das políticas estatais traz elementos da iniciativa privada, como considerar “a participação do setor privado”, nominalização que realiza a função de Portador em nosso exemplo. Outros recursos linguísticos incluem processos no tempo futuro, como na oração identificativa “uma das tarefas fundamentais do governo (...) *continuará* a ser o aperfeiçoamento do sistema previdenciário”; e modo subjuntivo, como na atributiva “que (um Estado menor) *seja* forte e ágil”, em que o candidato propõe a redução da responsabilidade do Estado sobre o bem-estar da população e argumenta seu posicionamento ao caracterizar esse “Estado menor” com a potencialidade de apresentar traços como “força” e “agilidade”.

Com relação à **expansão da educação**, os recursos linguísticos utilizados para a criação de imaginários favoreceram a utilização de lexemas atributivos do campo da modulação, como “necessário” (Exemplo 74), “preciso”, “importante”, “indispensável”.

(74)	Nesse caso,	<u>será</u>	necessário	[[formar em serviço docentes sem nível médio completo]]
FHC98#P		<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

Em outras passagens do texto, identificamos orações que seguem esse padrão, “*é preciso* repensar o que está sendo feito”, “*É preciso* modificar, (...) o perfil educacional [[que resulta de tais problemas]]”, “*É importante* [[que se exija, (...) um plano consistente de melhoria do sistema escolar, de atualização de professores e de aumento salarial]]”, “O desenvolvimento científico e tecnológico do país é *indispensável* para alcançar a nova organização econômica e social [[que almejamos]]”. Nessas passagens, há uma abordagem da Educação, preocupada, no primeiro exemplo, com evasão e taxas de repetência; no segundo exemplo, em promover melhorias na Educação Básica, especialmente em relação à equivalência entre formação contínua de profissionais do ensino e remuneração correspondente; já o alvo do terceiro exemplo é o ensino superior e sua contribuição para impulsionar a economia do país.

Outros fragmentos incluem representações no campo da possibilidade, como “Em quatro anos de governo não é *possível* corrigir tudo na educação brasileira”. Nessa declaração, o candidato se exime parcialmente da responsabilidade, ao apontar que as questões educacionais são muitas (“tudo”) e que o tempo do qual disporá para promover mudanças (circunstancialmente marcado por “em quatro anos de governo”) é escasso. Há ainda exemplos que fazem uso de modulação, como a oração identificativa “a qualidade da educação, em todos os níveis, *deve* ser um objetivo central da ação governamental” e “a educação *deve* se tornar ao mesmo tempo mais atraente e mais importante”. Nesta última declaração, está implícito que a Educação, no modelo atual da época em que o texto foi escrito, não era considerada atraente e importante ou o era em um patamar inferior àquele que é proposto pelo postulante.

As formas futuras do processo “ser” também foram mobilizadas pelo candidato, conforme a identificativa “O Governo Fernando Henrique *será* o promotor, coordenador e gestor das prioridades educacionais”. Processos que indicam continuidade, como a oração atributiva “*tornando* os mestrados mais eficientes” e a identificativa “O novo sistema *continuará tendo* nas universidades de pesquisa suas

instituições centrais, geradoras de conhecimento e promotoras de ensino de alto padrão” abordam políticas de expansão do ensino superior, a fim de qualificar os cursos de mestrado – ação cujo resultado é realizado pelo Atributo “eficiente” - e de definir o papel das universidades que também são centros de pesquisa ao caracterizá-las como “centrais”, “geradoras de conhecimento” e “promotoras de ensino de alto padrão”.

Por outro lado, a **limitação da educação** se dá no momento em que o candidato estimula o sistema privado de educação, como ocorre no Exemplo (75).

(75)	é	preciso	uma política	para o ensino particular
FHC94#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>	<i>Circunstância de causa-propósito</i>

Outro exemplo nesse sentido é a oração identificativa “a universidade de pesquisa não *pode ser* o único modelo para todo o sistema”. A representação de Educação nesses dois exemplos expressa o cenário da época da primeira eleição a que Fernando Henrique concorreu, em que o número de alunos matriculados em universidades privadas ultrapassava o de matriculados em instituições federais<sup>74</sup>. Nesse cenário, as instituições privadas de ensino também ocupam posição no esboço de propostas de governo.

No que tange à **cultura**, a maioria das representações ocorre no Plano de Governo de 1994, e o texto recorre novamente a lexemas atributivos moduladores como “preciso” e a lexemas que indicam planejamento de ação futura, como “objetivo” e “meta” (Exemplo 76).

(76)	As metas para o período 1999-2002	são:	[[aumentar o número de turistas estrangeiros para 5,5 milhões por ano; aumentar a receita turística em moeda estrangeira para 4,9 bilhões de dólares por ano; elevar para 35 milhões o número de desembarques aéreos nacionais; democratizar o turismo doméstico, incorporando trinta milhões de novos turistas brasileiros]]
FHC98#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

<sup>74</sup> Disponível em: [https://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao\\_1980-1998.pdf](https://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf). Acesso em: 21 jun. 2021.

Em outras passagens do texto, localizamos representações semelhantes que remetem à ideia de urgência, prioridade, como em “*é preciso* investir em marketing no exterior”.

Há também o uso de modulação, como na oração identificativa “Um exemplo que *deverá* ser seguido é o (exemplo) do Prodetur-Nordeste”. Identificamos um exemplo de oração identificativa de baixa obrigatoriedade, com o modalizador “poder” – “Outros campos onde o Estado *pode* colaborar com a criação cultural (...) é na área da formação e qualificação de recursos humanos”. Há também o uso de orações atributivas possessivas na construção desses imaginários “O PNMT tem como *objetivo* melhorar a qualidade do produto turístico brasileiro”, “o cinema nacional *terá* condições de afirmar-se como verdadeira indústria”, “O Governo Fernando Henrique *terá* uma participação intensa e imediata na reabilitação das instituições culturais”. Por fim, o processo relacional “ser”, nas orações identificativas “A meta *será* [[dobrar para 3 milhões o número de turistas estrangeiros no país]]” e “que (Ministério da Educação e do Desporto) *será* o organismo encarregado de coordenar nacionalmente, junto com os estados, municípios, confederações e federações, associações, clubes e demais entidades esportivas, a definição e implementação de um Programa Nacional de Esportes”. Nessas representações, observamos o desenho de políticas que incluem, principalmente, o desenvolvimento do setor turístico.

As representações sobre **igualdade** também priorizaram o uso de lexemas do campo da modulação, como a expressão “é preciso” (Exemplo 77).

(77)	É	preciso	[[colocar o povo em primeiro lugar]]
FHC98#P	Processo relacional atributivo	Atributo	Portador

Outros exemplos desse tipo de realização léxico-gramatical são encontrados no Plano de Governo de 1998, como nas orações atributivas “*É preciso*, sim, [[que os frutos dessa nova etapa do desenvolvimento brasileiro sejam distribuídos]]” e “*É preciso* [[distribuir os frutos do crescimento]]”. Em ambos os casos, o candidato advoga a distribuição “dos frutos” do “desenvolvimento” e “do crescimento”, portanto igualdade, nessas orações, é entendida como igualdade econômica. Em outra passagem, o processo relacional possessivo “ter” contribui para a realização de imaginários, como é o caso da seguinte oração atributiva “para que toda família

considerada pobre *tenha*, pelo menos, um litro de leite por dia”. Nesse exemplo, a igualdade é representada como justiça social, o direito à alimentação.

A Categoria **Sistema Político** explorou as subtemáticas de eficiência governamental e administrativa, descentralização e centralização, competência pessoal e do partido.

Em relação à **eficiência governamental**, o foco léxico-gramatical na realização de imaginários é a modulação, a qual serve como estratégia discursiva para destacar a necessidade da implementação das ações descritas no Participante Portador, tal como ocorre no Exemplo (78).

(78)	Além disso,	<u>será</u>	<u>preciso</u>	[[mobilizar todos os esforços	para racionalizar o uso de recursos do setor]]
FHC98#P	Conector	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>	<i>Oração intensificadora: Causa - propósito</i>

Outros exemplares do uso desse recurso incluem as seguintes orações atributivas retiradas do Plano de 1994 “*É preciso* [[que o governo tenha realmente a capacidade de regular a prestação de serviços públicos]]” e “*É preciso* [[criar as condições para a reconstrução da administração pública]]”. Essas representações de políticas expressam foco em aspectos como “capacidade” e “condições” para que o Estado cumpra seu papel de prestador de serviços aos cidadãos.

Outras formas de realização de imaginários incluem formas verbais futuras, como nas identificativas “O financiamento do Programa Comunidade Solidária, (...) não *implicará* a criação de novos fundos”, “a orientação geral para as obras em andamento *será* a (orientação geral) [[de criar as condições para sua conclusão]]”, em 1994, e “A carreira (...) *significará* a garantia de reconhecimento da aptidão do servidor”. E também por orações atributivas, por exemplo, “*irá torná-lo* (=o Estado) mais competente e voltado à inovação social”, “Por isso, (vários projetos que constam dos programas setoriais de investimentos) *serão* objeto de novas avaliações”, “os resultados que se *poderão* obter com os mesmos recursos hoje aplicados *serão* muito mais expressivos [[do que no passado recente]]”, em 1994, e em 1998, “As disparidades dos sistemas educacionais *continuarão* a ser objeto de atenção”.

Outras realizações incluem o uso do modo subjuntivo, como em orações atributivas “os recursos disponíveis (...) *sejam* suficientes para a conclusão dos

investimentos”, retirada do Plano de Governo de 1994, e “Uma reforma tributária [[*que torne mais racional o sistema existente*]]” e “*para que* (micro, pequenas e médias empresas) possam ter participação maior no comércio exterior”, retiradas do Plano de Governo de 1998. Além disso, observamos o uso de modulação como nas seguintes atributivas “Uma verdadeira reforma administrativa *tem que* resultar de uma política lúcida e clara” e “Essas mudanças *devem* tornar as instituições mais ágeis e menores”. No Plano de 1998, observamos também processos que indicam mudança de estado, como nas identificativas “Estes *passam a ser* os critérios de julgamento de seu desempenho pessoal” e “o mérito *passa a ser* o critério mais importante”; circunstâncias de propósito, por exemplo, a atributiva “*para tornar possível* [[aumentar e distribuir a riqueza]]”; e o lexema “meta” como na identificativa “a *meta* desse monumental trabalho de simplificação e eliminação de excessos é [[compactar as dez mil leis [[antes mencionadas]] ]].”

No subtópico **descentralização**, encontramos o mesmo padrão de realização de imaginários, inicialmente por expressões moduladoras (Exemplo 79) e verbo modal.

(79)	É	necessário	também	promover a integração regional
FHC94#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>		<i>Portador</i>

Outros exemplos ao longo dos corpora incluem as seguintes orações atributivas: “*é indispensável* a definição de um modelo institucional-legal [[que fixe a competência de cada esfera de governo]]”, “*é inadiável* a definição de um novo pacto federativo”, “o Programa de Recuperação Descentralizada de Rodovias (...) *deverá ter* sua segunda fase negociada e implementada”.

Além desse padrão de realização, outro detectado envolve verbos no tempo futuro, como nas seguintes orações atributivas: “As ações *terão* uma estreita cooperação com estados e municípios”, “onde *terão* assento os Secretários de Agricultura dos estados da região”, “que (municípios) *serão* responsáveis pela compra dos gêneros alimentícios e pela escolha do cardápio”, e a identificativa “as principais ações do Governo Fernando Henrique *serão*: [[Rever o papel das três esferas de governo (...)]], localizadas no Plano de Governo de 1994. No Plano de Governo de 1998, são exemplos as seguintes orações atributivas: “A descentralização *será*



tríplice” e “a construção de um sistema federativo digno do nome venha a resultar do entendimento”.

Outrossim, há o uso de lexemas que indicam ação futura, como “meta” e “objetivo”, dos quais são exemplos a oração identificativa: “O *objetivo* estratégico é [[o (objetivo) de promover e consolidar a desconcentração econômica]]” e a oração atributiva “São outras *metas*: [[intensificar, por meio de ações especiais, o apoio aos municípios [[que implantem programas federais de erradicação do trabalho infantil]] ]]", todas retiradas do Plano de Governo de 1998.

O que identificamos nessas orações são ações, expressas por orações não finitas ou nominalizações, voltadas para o fortalecimento da cooperação entre os diferentes entes federativos.

Na direção oposta, localizamos uma menção à questão de **centralização** (Exemplo 80).

(80)	o regime federativo	tampouco	<u>pode</u>	ser	obstáculo a mudanças
FHC98#P	<i>Portador</i>	<i>Conector</i>	<i>Modalizador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Nesse excerto, o candidato faz uma ressalva à defesa da descentralização, mapeada nos exemplos anteriores. Por meio do conector “tampouco”, ele rechaça a possibilidade (“pode”) de que a constituição do país em diferentes níveis federativos sirva de impedimento (“obstáculo”) aos objetivos apresentados no Plano de Governo.

As representações de **competência pessoal** do candidato foram realizadas, no estrato da léxico-gramática, principalmente por verbos no futuro, como ilustra o Exemplo (81).

(81)	a ação do Governo Fernando Henrique	será	rápida e abrangente
FHC94#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Nesse excerto, o candidato qualifica-se, indiretamente, pois o Portador é “a ação do Governo” e não “Fernando Henrique”, com as características de rapidez e abrangência. Outras passagens nos *corpora* que seguem esse padrão de realização linguística, isto é, uso da forma futura, são as orações identificativas: “Minha única bússola *será* o interesse da nação” e “O que vai diferenciar os candidatos não *serão*

os temas de campanha” e a oração atributiva “A grande questão a ser enfrentada pelo próximo governo (...) *será política e social*”. Na primeira dessas três orações, o candidato mostra-se comprometido na defesa dos interesses da população brasileira. A segunda e a terceira oração são direcionadas a seus adversários e definem questões às quais ele considera que os outros candidatos devem devotar atenção.

Outras formas de realização linguística de imaginários incluem o uso de um processo mental “pretendo”, que indica desejo, intencionalidade, na identificativa “(Eu) *Pretendo ser o promotor deste salto para a prosperidade*”, no Plano de Governo de 1994 e o uso do lexema “meta”, no Plano de 1998, na oração identificativa “Agir consistentemente nesta direção, em permanente diálogo com a sociedade, é a *meta das metas* de um candidato que se elegeu em nome da mudança”. Nessa última passagem, Fernando Henrique identifica-se como alguém que foi eleito pela capacidade de promover mudanças.

No que tange às representações de **competência do partido**, os imaginários também foram realizados léxico-gramaticalmente por expressões moduladoras, tal como observamos no Exemplo (82).

(82)	é	<u>preciso</u>	[[reformular o ideário liberal]]
FHC94#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

Nesse excerto, Fernando Henrique identifica a corrente de pensamento político que embasa seu Plano de Governo e aponta a necessidade de repensar a forma como os preceitos do liberalismo são colocados em prática no contexto brasileiro. Encontramos também uma ocorrência com processo mental desiderativo em combinação com processo relacional identificativo “(o PDT) *quer* [[*representar também a sede por justiça social e bem estar das massas marginalizadas*]]”, em referência a partido adversário – o Partido Democrático Trabalhista. Nesse fragmento, Fernando Henrique representa o desejo do partido em questão de ser a voz dos injustiçados e desassistidos no país, mas na verdade utiliza essa construção para estabelecer contraste entre as propostas de seu partido e as de seus oponentes.

Na Categoria **Grupos Sociais**, o discurso pré-eleitoral do candidato foi direcionado a agricultores, grupos de trabalhadores em geral, grupos demográficos

não econômicos (jovens e mulheres) e minorias desfavorecidas (população negra e indígena).

O grupo social para o qual há o maior número de orações relacionais construindo representações foram os **agricultores**. Mais uma vez, na redação das propostas, o sentido de obrigatoriedade ou necessidade está presente na transitividade das orações, como no Exemplo (83).

(83)	É	<u>preciso</u>	[[reconhecer que o homem do campo não tem sido ouvido em uma de suas reivindicações mais legítimas]]
FHC94#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

Na proposta de governo para as eleições de 1994, Fernando Henrique defende “criar as condições para que a agricultura, a indústria e os serviços possam aumentar a competitividade”, “readequá-lo (=sistema de transporte brasileiro)” e “reconhecer que o homem do campo não tem sido ouvido em uma de suas reivindicações mais legítimas” com os Atributos “é necessário” e “é preciso”. Essas escolhas léxico-gramaticais significam que as demandas do trabalhador rural serão tratadas com prioridade.

Outra forma de realização de imaginários é por meio de lexemas que apontam para ações futuras, como “alvo”, “objetivo” e “meta”. No Plano de 1998, o candidato busca suporte a políticas expressas por processos materiais, em orações identificativas, na função Identificado, como “irrigar mais 200 mil hectares de terras”, “incorporar 200 mil hectares de fruticultura irrigada”, “implantar um modelo descentralizado e participativo de ação fundiária”, “investir a soma de R\$ 1 bilhão por ano nessas modalidades de aquisição de terras”, “ampliar a Previdência Rural”, “profissionalizar 640 mil pequenos agricultores”, e a oração nominalizada “a reestruturação dos serviços de assistência técnica e extensão rural”, de forma que estas duas últimas ações são voltadas para assentados e produtores de agricultura familiar. O então Presidente Fernando Henrique mantém o foco no desenvolvimento do setor agrícola na construção de propostas de governo para um prospectivo segundo mandato e modela em detalhes as ações, ao especificar quantidades (em hectares, monetária ou de beneficiários) envolvidas na concretização dessas promessas de campanha.

Mapeamos ainda a realização de imaginários por meio de verbos no tempo futuro, como nas orações atributivas, do Plano de 1994, “No Governo Fernando Henrique, o agricultor *vai ter vez*”, “o agricultor (...) *vai ter voz*”, “a atenção aos pequenos produtores e aos trabalhadores sem-terra *será* tão importante quanto o aperfeiçoamento dos instrumentos clássicos da política agrícola” e “a agricultura *será* ainda elemento indutor da instalação de agroindústrias”. No Plano de 1998, as identificativas “A agricultura familiar *passa a ser*, assim, o mecanismo agregador da política agrícola e da reforma agrária”, “A prioridade para os próximos anos *será* [[financiar investimentos [[que permitam ao pequeno agricultor, incluindo as famílias dos assentamentos, melhorar a sua capacidade de competir no mercado]] ]]", e as atributivas “Com essa obra, a região *deverá* tornar-se grande produtora de frutas e olerícolas do Nordeste”, “se (=setor produtor de algodão) *tornará* novamente um fornecedor expressivo no mercado interno e externo”.

Outras ocorrências de imaginários, em menor escala, incluem orações circunstanciais atributivas “*para torná-los* (=órgãos de pesquisa e assistência técnica ao setor agropecuário) mais eficazes”; processos no tempo contínuo “*tornando-o* (o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária) um dos órgãos mais fortes” e modalização com o verbo “poder”, como na oração atributiva a seguir, retirada do Plano de Governo de 1998, “Benefícios previdenciários para os trabalhadores rurais (...) não *podem ser* inferiores ao salário mínimo”.

No subtópico **grupos de trabalhadores**, a principal forma de realização de imaginários deu-se por meio de verbos no tempo futuro, como na oração exemplificada em (84).

(84)	a geração de empregos	<u>será</u>	uma questão-chave	para o Brasil	nos próximos anos
FHC98#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Circunstância de causa-propósito</i>	<i>Circunstância de localização - tempo</i>

A nominalização que realiza a função Portador aponta para uma ação (“gerar empregos”) caracterizada como central (“questão-chave”) nas proposições de políticas trabalhistas do futuro governo. Ademais, em outros fragmentos, como nas orações identificativas “que (=a criação de novos polos turísticos) se *refletirão* em investimentos, empregos e renda” e “No Governo Fernando Henrique, a prioridade

*será* a geração de empregos”, e na atributiva “na consolidação do processo de abertura *estará* presente a necessidade [[de se evitar a destruição de empregos]]”, no Plano de 1994, a tarefa de ataque ao desemprego é reforçada. No Plano de 1998, localizamos os seguintes exemplares que constroem sentido orientado para solucionar o desemprego no país – a oração identificativa “a mão-de-obra [[a ser contratada pelos tomadores dos recursos]] *deverá* ser constituída, preferencialmente, pelos chefes de família desempregados da região” e a atributiva “A criação de empregos *resultará* da aceleração do crescimento econômico”, “*tornará possível* a geração de 600 mil novos empregos” e “o crescimento econômico *será* responsável por mais um milhão de empregos”.

Outra forma de realização de imaginários é por meio de léxico que indique intenção futura, tais como “objetivo”, “prioridade” e “meta”, conforme podemos observar nas orações identificativas do Plano de 1994 “A *prioridade* agora, (...) é [[gerar o máximo possível de empregos]]”, “um programa especial de valorização do servidor público [[*tendo* como *objetivo* o incremento na qualidade da prestação dos serviços públicos]]”, e as seguintes orações identificativas, no Plano de 1998: “A *meta* é [[beneficiar cem mil chefes de família por ano]]”, “A *meta* [[de duplicar as exportações (...)]] representa em si mesma uma fonte de novos empregos” e “A fixação do limite tem a *intenção* [[de coibir a substituição indiscriminada de adultos por jovens]]”.

Identificamos também o uso de modulação na construção dos imaginários de campanha, como na seguinte oração atributiva, retirada no Plano de 1994, “é *imprescindível* o avanço da democratização das relações de trabalho” e nas orações atributivas que seguem, retiradas do Plano de 1998, “é *imperativo* [[reduzir o desemprego hoje existente]]”, “é *preciso* [[insistir sem cessar na política de valorização docente]]” e “*Torna-se necessário* [[substituir a unicidade por outro modelo de organização sindical]]”.

Outras formas de realização, com menor recorrência, incluem o modo imperativo, como na seguinte oração atributiva, retirada do Plano de 1994, “que o custo de produção *seja* competitivo em relação à oferta internacional “ e nesta oração identificativa, localizada no Plano de 1998 “As cooperativas de trabalho (...) não se *constituam* um meio de lesar os trabalhadores”. Além destas, encontramos uma ocorrência de imaginário marcado na função Circunstância da oração atributiva, no Plano de 1998, “A qualificação do pessoal docente é um dos maiores desafios para os *próximos anos*” e uma ocorrência de modalização “[[que não é mais *possível* [[o

governo deixar de considerar a geração e a qualidade dos empregos como critério central de todas as suas ações]]”, oração relacional atributiva retirada do Plano de 1994.

A subcategoria **grupos demográficos não econômicos** apresentou propostas de políticas voltadas a diferentes grupos, especialmente, jovens e mulheres (Exemplo 85).

(85)	As próximas ações no mesmo rumo	<u>serão:</u>	[[ampliar as metas do Plano com ênfase na prevenção; preparar lei [[destinada a punir especificamente a violência doméstica]]; apoiar a instalação, em todo o território nacional, de casas-abrigo para mulheres vítimas de agressões domésticas, a exemplo das que já existem em nove estados; apoiar a expansão das Delegacias Especializadas da Mulher e a requalificação de seus quadros; adotar, nos hospitais da rede pública e conveniada, prontuário específico para as vítimas de violência doméstica e sexual]]
FHC98#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

Outras recorrências de orações que utilizam o tempo futuro, no Plano de 1998, são as seguintes orações atributivas “As políticas de geração de emprego e renda para jovens não *ficarão* restritas aos empregos ou estágios em tempo parcial”, “o trabalho *deverá* estar relacionado com o conteúdo dos cursos frequentados pelos estagiários”, “O participante *terá* acesso aos benefícios”, “A remuneração não *será* inferior ao salário mínimo/hora” e a oração identificativa “(O programa “Meu Primeiro Emprego”) *Terá* os seguintes suportes”.

Outras formas de realização de imaginários incluem as orações identificativas que seguem, as quais utilizam o lexema “objetivo” para marcar a ideia de futuro: “Seu *objetivo* é [[oferecer oportunidades de trabalho]]”, “O *objetivo* é [[ampliar o instituto do estágio remunerado]]” e “O *objetivo* é [[beneficiar 200 mil jovens]]”. Há também as orações que fazem uso de modulação, por meio do verbo “dever”, como a identificativa “A iniciativa *deve servir* de exemplo para outras esferas de governo” e as atributivas “Os participantes do sexo masculino *devem* estar quites com o serviço militar” e “(os jovens) *devem* ser alvo de uma política própria de geração de trabalho, renda e qualificação profissional”. Encontramos uma ocorrência realizada pela partícula “se”, em oração intensificadora atributiva “se (um jovem) não tem experiência” e em oração

relacional atributiva na função de Circunstância “*para que* (o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) tenha participação ativa na formulação e no acompanhamento das políticas públicas correlatas”.

Com relação às **minorias desfavorecidas**, as representações construídas pelo candidato utilizam lexemas como “necessário” (Exemplo 86) para caracterizar o Portador – exemplificado como “negros” e “índios”.

(86)	nas áreas de atuação direta do governo,	<u>será</u>	<u>necessário</u>	estimular a presença das minorias, como os negros e índios
FHC94#P	<i>Circunstância de Localização - lugar</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

A Categoria **Relações Internacionais** definiu as diretrizes do futuro governo em relação a internacionalismo, Mercosul, União Europeia e Forças Armadas. Na subcategoria **internacionalismo**, localizamos realização de imaginários em sua maioria positivas, com o uso de expressões ou verbo modulador, como ocorre em (87).

(87)	o Brasil	<u>deve</u>	ter	presença atuante	no cenário mundial
FHC98#P	<i>Portador</i>	<i>Modulador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Circunstância de localização – lugar</i>

Nessa oração, a concepção do Portador “o Brasil” é formulada por um Atributo abstrato “presença atuante”. O processo atributivo possessivo que une as duas Entidades, “ter”, tem o sentido modulado pelo verbo “deve”, que confere alto grau de obrigatoriedade à expectativa do candidato em relação à concretização dessa característica nos atos internacionais dos quais o país venha a participar durante sua gestão. Ainda no campo da modulação e certeza, a expressão “é preciso” constrói o sentido de obrigação para ações específicas da gestão Cardoso, realizadas na função oracional Portador, como “formular uma política clara em relação às regras negociadas internacionalmente” e, também, constrói o sentido de alerta para a postura administrativa a ser adotada, “estar consciente da natureza do problema e do grande desafio que a globalização encerra”, frente a um fenômeno amplamente debatido à época, o limiar do século XXI – a globalização.

Em outra passagem do texto, o verbo no tempo futuro que realiza o processo relacional “ser” liga a definição do cenário internacional em que o Brasil se inserirá, expressa na função Circunstância, “Em um mundo em que existem contrastes, que se acentuam, entre ricos e pobres” a um Portador abstrato como “a paz e a estabilidade”, as quais são caracterizadas como “sempre provisórias”. Pontuamos também, em outro excerto, o uso do modo subjuntivo da oração. O Atributo da oração “a (condição para o êxito da política externa) de que *esteja* efetivamente em sintonia com as necessidades e os interesses do povo [[a que serve]]” e o Identificado de “A construção de uma nova ordem mundial não se fará sem que valores universais *sejam* a sua base” apresentam léxico que abrange “interesses” e “valores” do povo brasileiro. Nesse sentido, Fernando Henrique se compromete a direcionar a política externa brasileira de forma a servir o povo brasileiro na arena internacional.

No Plano de 1998, recuperamos dois exemplos de representação negativa de internacionalismo, como pode ser observado na identificativa “que (=exigências ambientais) *venham* a constituir barreiras não tarifárias” e na atributiva “(O país) *estará* atento, em todos os foros multilaterais ao eventual uso abusivo de exigências ambientais [[que venham a constituir barreiras não tarifárias ao ingresso dos produtos brasileiros no mercado externo]]”, ambas partes do mesmo complexo oracional. Nesses excertos, a representação de políticas internacionais ambientais é negativa, pois esses acordos são interpretados pelo candidato como possíveis barreiras à entrada de produtos brasileiros em outros mercados.

O Plano de Governo de Fernando Henrique Cardoso, diferentemente dos candidatos às eleições de anos anteriores ou posteriores, apresenta imaginários de **União Europeia**, pois a pauta era bastante atual à época, uma vez que o Tratado de Maastricht, que instituiu a União Europeia, havia entrado em vigor no final do ano de 1993. As duas orações que realizam esses imaginários são constituídas por verbos no tempo futuro, como demonstrado no Exemplo (88).

(88)	o evento	<u>será</u>	o marco de um modelo verdadeiramente novo de relacionamento com a Europa
FHC98#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

Nesse excerto, o grupo nominal que realiza a função Identificado, “o evento”, refere-se à Primeira Cúpula Europa-América Latina, realizada no Rio de Janeiro, em



1999, com vistas a aproximar o bloco europeu do bloco sul-americano, o Mercosul. Por ser um evento agendado para um tempo futuro, o candidato utiliza o processo “ser” situado nesse tempo. Na função Identificador, a reunião é definida como “marco”, um acontecimento que irá assinalar a discussão e o comprometimento formal de dois blocos econômicos em torno de pautas em comum. O resultado desse acontecimento (“modelo de relacionamento”) é qualificado como “verdadeiramente novo”, o que aponta para a expectativa de mudanças que essa reunião poderá trazer para as nações envolvidas. O segundo exemplo de imaginário de União Europeia expressa uma previsão sobre a importância da implantação de uma moeda única pelo bloco europeu, o Euro, que seria oficialmente adotado no ano seguinte àquele em que o Plano de Governo é redigido, em janeiro de 1999. Na oração atributiva “que se (=papel da União Europeia) *tornará* ainda mais relevante com a implantação da moeda única”, o candidato avalia positivamente (“mais relevante”) o estado de existência futura (“se tornará”) de uma moeda única adotada pelos vários e diferentes países que formam a União Europeia.

A mesma avaliação positiva sobre a formação de blocos econômicos é reproduzida no imaginário de Mercosul, acordo firmado pelo Tratado de Assunção, três anos antes da produção do Plano de Governo, em 1991 (Exemplo 89).

(89)	O Mercosul	<u>pode</u>	ser	um fator decisivo,
	<i>Portador</i>	<i>Modalizador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>
FHC94#P	na preparação do Brasil e de seus parceiros,	para (o Brasil) inserir-se de forma favorável	num sistema econômico [[em que as exigências de competição são crescentes]]	
	<i>Circunstância</i>	<i>Oração relacional atributiva</i>	<i>Circunstância de Localização - lugar</i>	

Nesse fragmento, o candidato concebe a potencialidade de o bloco sul-americano desempenhar um papel de suma importância (“fator decisivo”) para que os Estados-membros do Mercosul (“Brasil e seus parceiros”) participem com sucesso (“inserir-se de forma favorável”) de um sistema internacional de transações comerciais caracterizado pela competitividade, o que justifica a defesa da existência do bloco.

No Exemplo (90), o candidato justifica o motivo de direcionar investimentos às **Forças Armadas**. Esses investimentos dar-se-ão, especificamente, em infraestrutura,

o que é depreendido pelo grupo nominal que realiza o Portador “o reaparelhamento das Forças Armadas”, isto é, a renovação, o investimento em aparelhos ou material para que possam desempenhar suas atividades.

(90)	O reaparelhamento das Forças Armadas	<u>terá</u>	por objetivo	[[construir uma estrutura mínima compatível com a expressão geográfica e política do país]]
FHC98#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Circunstância de Modo</i>	<i>Atributo</i>

Nessa oração, o tempo verbal futuro em combinação com o lexema “objetivo” funcionam como marcadores de imaginário. Tal investimento em infraestrutura reaparece no Atributo, no grupo nominal “estrutura mínima”, e é justificado pela grandeza territorial (“expressão geográfica”) e pelo papel político (“expressão política”) que o Brasil representa no continente sul-americano.

As políticas representadas na Categoria **Estrutura da Sociedade** eliminam dúvida ou baixo grau de certeza sobre a determinação do candidato em realizá-las, uma vez que observamos a ausência do recurso de modalização na transitividade dessas orações.

O discurso de **Mentalidade Cívica** é mais comumente realizado por meio de processos orientados para um tempo futuro, como demonstra o Exemplo (91).

(91)	(O Programa Comunidade Solidária)	<u>Terá</u>	como princípios	a mobilização e a participação da comunidade
FHC98#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Circunstância de Modo</i>	<i>Identificador</i>

Esse excerto trata de ativismo como mentalidade cívica ao identificar a iniciativa “Comunidade Solidária” como abrangente e fundamentada na “mobilização e participação da comunidade”. Outro trecho em conexão com este apresenta a oração identificativa “Sua referência *será* o programa de valorização da sociedade civil no Conselho da Comunidade Solidária”, também retirada do texto do Plano de 1998, em que, de forma reiterada, a “sociedade civil” constitui a identidade do Programa Comunidade Solidária. Esse Programa foi criado durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso e era voltado para a área social, em uma parceria entre Estado e sociedade civil, para a execução de ações de redução da fome e da pobreza

(SUPLICY; NETO, 1995). A administração do Programa compartilhada com a sociedade civil está representada no Identificador do Exemplo (91), pelo grupo nominal “a mobilização e a participação da comunidade”.

As expectativas do candidato em relação à participação da sociedade civil na administração da nação também foram realizadas em configurações oracionais que utilizaram o modo subjuntivo. Por exemplo, na oração identificativa do Plano de Governo de 1998, “para que ela (=a coisa pública) também possa ser sua”. O candidato convida a população a assumir a responsabilidade, juntamente com o Estado, de preservação dos bens públicos (Identificado elíptico “a coisa pública”). Trata-se de uma Circunstância de propósito realizada por oração (“para que”) que identifica a finalidade e a motivação desse cuidado com os bens públicos. A possibilidade (“possa”) de tornar-se uma espécie de “sócio” (realizado pelo possessivo “sua”) do Estado atua como forma de convencimento para que os cidadãos cuidem do patrimônio público com o zelo de proprietários.

A questão da **segurança pública** é contextualizada em torno do hiperônimo “crime” e as estratégias para combatê-lo são prospectadas como “objetivos” (Exemplo 92) e “metas”.

(92)	(o programa) que	tem	por <u>objetivo</u>	[[assegurar a existência de vagas no sistema penitenciário]]
FHC98#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Circunstância de Modo</i>	<i>Identificador</i>

Nesse exemplo, o candidato compromete-se a implementar um programa (Identificado “que” =o programa) com vistas à ação (realizada pela oração não finita na função Identificador) de garantir (“assegurar”) que haja espaço suficiente para que os condenados cumpram suas penas em lugar específico para esse fim (marcado pelo grupo preposicional “no sistema penitenciário”), o que evita a liberação para cumprimento de pena domiciliar por falta de vagas. Outro exemplo, retirado do Plano de 1994, é a oração atributiva “o controle da criminalidade, em todas as suas formas, e a aplicação rigorosa da lei serão *metas fundamentais* do Governo Fernando Henrique”. Nessa oração, o candidato utiliza o recurso de adjetivação, pelo Epíteto “fundamentais” para qualificar como prioritária a ação futura (“meta”) de enfrentar e

punir (“aplicação rigorosa da lei”) todas as manifestações delituosas (“em todas as suas formas”) que colocam a sociedade em estado de alerta e insegurança.

Fernando Henrique apela também ao apoio da comunidade negra brasileira, ao abordar a subtemática de **multiculturalismo** (Exemplo 93) e expressar expectativas de mudanças para essa parcela da população brasileira.

(93)	(pel)o que	isso	<u>representará</u>	para a impregnação dos valores democráticos	no próprio tecido da sociedade nacional e no padrão de convívio entre os brasileiros.
FHC98#P	<i>Identificador</i>	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Circunstância de Causa - propósito</i>	<i>Circunstância de Localização - lugar</i>

No Exemplo em questão, o Identificado “isso” é um recurso linguístico que retoma anaforicamente um grupo nominal de oração anterior no texto - “combate ao racismo”. Ações de combate ao racismo, pontuadas em orações anteriores, como “correção dos efeitos de injustiças históricas”, “valorização da comunidade negra” e “ampliação das oportunidades de ascensão social de seus integrantes”, simbolizam perspectivas em um futuro próximo (“representará”) de que todos os grupos sociais recebam tratamento de forma equitativa (“valores democráticos”) entre si nas relações sociais, conforme marcado pelo grupo preposicional na função Circunstância de lugar.

Em referência aos **direitos indígenas**, os trechos do Plano de Governo de 1998 que tratam desse assunto introduzem representações situadas no tempo passado, as quais identificam ações já realizadas por Fernando Henrique no primeiro mandato em benefício dessa população, em orações materiais. A seguir, o Plano enumera, em orações materiais não finitas, circunstancialmente situadas no tempo presente, políticas bem delimitadas numericamente a respeito de demarcação de terras indígenas e outros atos envolvidos, tais como reassentamento. É nesse contexto que se insere o Exemplo (94), em que o Elemento Textual “novamente” reitera essas ações concretas contidas na oração anterior.

(94)	Novamente,	(as seguintes metas)	<u>serão</u>	realizações superiores às de qualquer outra administração
FHC98#P	<i>Elemento Textual</i>	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

As ações em benefício das comunidades indígenas brasileiras, por sua vez, são retomadas de forma elíptica na função Portador da oração em (94). Essas ações, denominadas “metas”, no Portador, e “realizações”, no Atributo, são caracterizadas como ousadas e de larga escala pelo Epíteto “superiores”, em comparação a gestões anteriores. A construção do Atributo de forma comparativa expressa o sentido de potencial capacidade do candidato à Presidência para dar continuidade, de forma ampliada, à proteção dos direitos indígenas, iniciada no primeiro mandato.

A Categoria **Liberdade e Democracia** abordou democracia e direitos humanos. O padrão léxico-gramatical recorrente de realização de imaginários de **democracia** envolveu verbos no tempo futuro, como ocorre no Exemplo (95).

(95)	cuja (=de um Estado) motivação primeira	<u>será</u>	a (motivação) de servir seu cliente: o cidadão.
FHC98#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

O cidadão, de forma genérica, identifica a principal motivação do Estado, e é representado como cliente. Essa representação funciona para indicar que os cidadãos serão tratados pela administração como em uma relação comercial, em que o prestador de serviços, nesse caso, o Estado, busca oferecer soluções às necessidades do cliente. Essa concepção da relação entre Estado e cidadãos remete a conceitos do campo da administração e do *marketing*, em que a satisfação do cliente constitui o alvo das organizações empresariais. Além desse exemplo, citamos também uma oração atributiva, retirada do Plano de Governo de 1994, em que os cidadãos são conclamados a agir, em oração não finita, compreendida na função Portador, “Promover a participação social na definição das políticas de saúde e no controle e avaliação de sua implantação”. A essa ação corresponde o Atributo “diretriz fundamental no Governo Fernando Henrique”, o qual enfatiza o sentido do Exemplo (95) de participação ativa e escuta das demandas da comunidade como estratégia de promoção do conceito de democracia.

Outras formas de realização incluem expressões moduladoras, como na seguinte oração atributiva, retirada do Plano de 1994 “Para a formulação dessas diretrizes, *será imprescindível* o concurso da sociedade”. Nesse excerto, a função Portador é realizada pelo grupo nominal “concurso da sociedade”, o qual serve de chamado à participação de cada eleitor(a) na elaboração das linhas de governo e é

qualificado pelo Epíteto “imprescindível”, que aponta para centralidade do envolvimento cidadão na condução da política nacional.

Além de expressões moduladoras, o verbo modal “dever” também caracterizou a realização de imaginários nos Planos de Governo de Fernando Henrique Cardoso como na seguinte oração atributiva, retirada do Plano de Governo de 1998 - “as iniciativas [[que garantam a transparência e a moralidade no gasto dos recursos]] *devem* ser permanentes e estruturadas”. Nessa declaração, o grupo nominal “iniciativa” remete a ações ou projetos classificados como instrumentos que coíbam práticas desonestas na aplicação de recursos federais. Com isso, o candidato expressa o desejo (“devem ser”) de estabelecer uma relação de prestação de contas contínua (realizada pelo Epíteto “permanente”) do Estado para a sociedade.

Nos imaginários de **direitos humanos**, o Estado desempenha papel de agente, conforme demonstramos na classificação da oração (96), em que “Estado” e “sociedade” figuram na função Identificado, no papel de detentores de responsabilidade sobre a tarefa expressa por oração não finita no Identificador.

(96)	Outro dever do Estado e da sociedade	é	[[eliminar o trabalho infantil, prejudicial, humilhante ou escravo]]
FHC98#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

Em outro excerto do texto, a oração identificativa “São outras *metas*: [[fortalecer o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda; o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS; o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, entre outras entidades envolvidas com o problema]]” não apresenta o agente cumpridor das metas. Entretanto, como “o Estado” é mencionado em oração anterior a esta, interpretamos que permanece o mesmo agente. A construção da noção de ação futura, tanto na oração (96) quanto na apresentada neste parágrafo é realizada pelos lexemas “dever” e “meta”, que combinadas com o Identificador realizado por oração não finita, sinalizam ação a ser completada prospectivamente. Nessas orações, em termos de conteúdo, observamos um elemento que se repete, de forma sinonímica, “eliminar o trabalho infantil” e “erradicação do trabalho infantil”, o que indica o nível de preocupação e importância que a temática de direitos e proteção da criança ocupa nas políticas de uma futura gestão.

Na próxima subseção, apresentamos primeiramente um panorama dos itens léxico-gramaticais mais recorrentes em uma amostra de discurso oral de Fernando Henrique Cardoso. A seguir, enfocamos as categorias que foram abordadas, por ordem de recorrência, em entrevista televisiva.

### 5.2.3 Entrevista de Fernando Henrique Cardoso

A transcrição que analisamos nesta subseção é referente à entrevista concedida em 21 de julho de 1994, pelo então candidato Fernando Henrique Cardoso, ao Programa Roda Viva, da TV Cultura. Assim como em todas as entrevistas que compõem o *corpus*, há alta ocorrência de processos relacionais, conforme mostra o Quadro 12. No total, os processos relacionais representam 24,5% de 1.648 *types* que compõem a entrevista (somente a fala do candidato, excluídas as falas dos entrevistadores). Já o lema “ser” e suas variações foi contabilizado em 151 ocorrências, o que representa 9,2% do total de *types*.

Quadro 12 – Lexemas recorrentes na entrevista televisiva de Fernando Henrique Cardoso

ENTREVISTA	
Itens lexicais mais frequentes	não, <b>é</b> , <b>tem</b> , <b>foi</b> , disse, <b>era</b> , <b>ser</b> , vai, <b>ter</b> , coisa

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados dos *corpora*.

Buscamos, com o auxílio do Programa *WordSmith Tools 8.0* (SCOTT, 2020), padrões de uso do primeiro (“não”), terceiro (“tem”) e quinto (“disse”) itens lexicais do Quadro 18, uma vez que o segundo (“é”), o quarto (“foi”), o sexto (“era”) e o sétimo (“ser”) são processos que constituem orações relacionais, as quais analisaremos na próxima subseção.

O item lexical mais recorrente na entrevista, “não”, foi utilizado em treze orações mentais, no agrupamento “não sei”. Os Fenômenos que identificam o conteúdo daquilo que é desconhecido pelo candidato constroem representações acerca de três eventos específicos. Primeiro, a isenção de pagamento de imposto de importação, concedida pela gestão Itamar Franco à seleção brasileira de futebol, ao retornar vitoriosa da Copa do Mundo de 1994, nos Estados Unidos. Esse incidente

resultou em pedido de demissão do secretário da Receita Federal à época, Osiris Lopes Filho (exemplo de oração “eu *não sei* dos detalhes”). Segundo, auxílio da equipe econômica do governo Itamar Franco, em forma de redução de taxa de juros, a bancos de pequeno porte e corretoras (exemplo de oração “eu *não sei* quais são os efeitos, eu não estou no governo, eu não tenho as informações”). Terceiro, a campanha para as eleições daquele ano de 1994 (exemplo de oração “deixa lá para o Lula explicar e brigar lá no PT, caiu por isso ou por aquilo, eu *não sei*”, em referência às pesquisas de opinião desfavoráveis ao candidato do Partido dos Trabalhadores).

O terceiro item lexical mais recorrente, ao ser investigado em seu contexto de uso, assumiu caráter de expressão moduladora. Quase metade das 78 ocorrências, na verdade, são formuladas como “tem que”, cujo sentido é de dever, obrigatoriedade. Destas, a maioria é seguida na posição R1 por processos materiais, como “fazer”, “mudar”, “vencer”, “trabalhar”.

O quinto item lexical em ordem de recorrência, “disse”, é parte de orações verbais em que o principal Dizente é “eu” (29 das 33 ocorrências). Outros Dizentes são “o presidente”, “ela” (em referência a sua esposa, Ruth Cardoso) e “você” (o jornalista que proferiu uma pergunta). As Verbiagens, ou seja, o conteúdo daquilo que é dito, foram realizadas na forma de relato, como “Mas eu já *disse* um milhão de vezes que eu nunca *disse* isso” ou na forma de citações de falas do candidato em outras situações, por exemplo, “eu *disse* ao Celso: “Olha, Celso, a gente escreveu tanta coisa, então é cobrado sempre pelo que escreveu””. Uma parte significativa dessas orações verbais faz referência a esta última citação, a qual, segundo o candidato, foi distorcida pela mídia e ele nega veementemente (“eu *nunca disse*”, em sete orações), ao longo do diálogo com os entrevistadores, a versão noticiada.

Descrevemos os padrões de uso dos itens lexicais mais recorrentes na entrevista televisiva pré-eleitoral de Fernando Henrique Cardoso. À parte dessa visão geral, passamos, subsequentemente, à descrição e explanação das orações relacionais que realizam imaginários de temas que foram priorizados na interação oral, a saber, Sistema Político, Economia e Democracia.

### 5.2.3.1 *Imaginários no discurso oral*

As figuras que constroem imaginários de **Sistema Político** são organizadas em torno de hipóteses. Por exemplo, em (97), o candidato pressupõe que o resultado das



eleições de 1994 é decisivo para a continuidade do recém aprovado Plano Real. Fernando Henrique esboça um futuro em que inexistam o Plano, se o presidente eleito sustentar uma postura contrária.

(97)	Se	(quem vai ganhar)	<u>estiver</u>	contra o plano
	<i>Conector</i>	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>
<i>Oração hipotática</i>				
FHC94#E	não		tem	plano
	<i>Oração existencial paratática</i>			

Nesse exemplo, o Atributo “contra o plano” caracteriza o grupo nominal elíptico “quem vai ganhar” e cria incerteza sobre a estabilidade econômica. Em certa medida, essa fala de Cardoso legitima sua candidatura como símbolo de segurança, uma vez que, como Ministro da Fazenda até março daquele ano e participante ativo dos primórdios do Plano, ele representa alguém que irá defender a manutenção da política econômica iniciada na gestão Franco.

O papel do presidente Itamar Franco em sua candidatura é representado, em outra passagem do *corpus*, que também emprega o recurso linguístico de construção de hipótese. A oração existencial “não teria havido candidatura” descreve um cenário em que Fernando Henrique não teria postulado candidatura. A outra parte que forma o complexo oracional é composta pela identificativa “se eu não tivesse o apoio político do presidente Itamar Franco”; portanto, o participante “eu” é identificado como Possuidor de sustentação política do governo em mandato.

Um terceiro exemplo de situação hipotética expressa uma expectativa frustrada de Cardoso (Exemplo 98). Léxico-gramaticalmente, a oração é organizada no tempo passado (“devia”).

(98)	como	(ele)	<u>devia</u>	estar.	(do meu lado)
FHC94#E		<i>Identificado</i>	<i>Modulador</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

Nesse fragmento, o Identificado “ele” refere-se ao deputado do Partido Popular Socialista, hoje renomeado Cidadania, Roberto Freire, cuja postura Fernando Henrique avalia em termos de comprometimento, realizado pelo verbo modal “dever” e pelo processo “estar”. O Identificado “ele” é situado em uma relação de lugar, “do meu lado”, que o candidato intenciona que Freire ocupe no papel de apoiador.

Na oração (99), a representação é a de capacidade da equipe ministerial. O Atributo “competentes” qualifica o Portador, realizado pelo grupo nominal “os ministros” para poder colocar o programa de governo em ação.

(99)	os ministros	<u>têm que</u>	ser	competentes	para realização desse programa.
FHC94#E	<i>Portador</i>	<i>Modulador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Circunstância de Causa - propósito</i>

Fernando Henrique descreve a característica que orientará a composição de seu futuro governo em nível de crucialidade (sentido realizado pelo modulador “têm que”).

O imaginário apresentado em (100), assim como em (99), aborda características imperativas (sentido realizado igualmente pela expressão moduladora “tem que”), porém desta vez atribuídas a um potencial líder da nação.

(100)	Você	<u>tem que</u>	ter	rumo, liderança, comando, capacidade de energia
FHC94#E	<i>Portador</i>	<i>Modulador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Nesse exemplo, os grupos nominais abstratos que compõem o Atributo desenham o perfil do Portador dêitico “Você”, que pode se referir tanto a Fernando Henrique, quanto a qualquer outro candidato ao pleito. Nesse sentido, localizamos, ainda, em outro trecho, a seguinte oração, também atributiva, que utiliza a expressão moduladora “tem que” para indicar outro predicado essencial ao novo mandatário - “(você) *tem que* ter persistência”. Nesse trecho da entrevista, Cardoso explica o processo de mudanças efetuadas enquanto Ministro da Fazenda e as dificuldades enfrentadas para colocar em prática planos de ação. Assim, ele define a “persistência” como característica fundamental a um gestor público. Destacamos que a expressão “ter que”, em nosso *corpus*, apresenta valor modal na oralidade, como é o caso de entrevistas televisivas.

Em (101), o candidato indica a necessidade de, caso seja eleito, construir alianças com outros partidos.

(101)	(nós)	vamos ter	uma aliança	para realizar tal programa
FHC94#E	Portador	Processo relacional atributivo	Atributo	Oração intensificadora: Causa - propósito

O imaginário, nesse exemplo, é realizado por grupo verbal no tempo futuro – “vamos ter” – que expressa relação de posse entre as entidades Portador e Atributo. O Portador elíptico “nós” faz referência a Fernando Henrique e sua equipe administrativa e assinala a obtenção de governabilidade por meio de estratégias de alinhamento (“uma aliança”), para lograr aprovação de projetos na Casa Legislativa, conforme expresso circunstancialmente pelo grupo adverbial “para realizar tal programa”. Nessa fala, “tal” é uma referência genérica a qualquer proposição política.

Em **Economia**, os imaginários são hipotetizações sobre o contexto econômico da época, como na oração (102) a seguir:

(102)	(isso) = (Se houver reposição)	[...] É	um problema	para o Brasil
FHC94#E	Portador	Processo relacional atributivo	Atributo	Circunstância

Nesse trecho, a realidade não realizada de reposição salarial para o funcionalismo público é representada como ameaçadora à estabilidade econômica, ao ser lexicalizada como um traço problemático (“um problema”) na função Atributo. Desse modo, o candidato sinaliza que, provavelmente, esse assunto será pouco priorizado em seu plano de ação, caso seja eleito.

Outro exemplo de realização de imaginários por meio da partícula “se” em orações hipotáticas condicionais ocorreu na seguinte oração atributiva, em que o candidato constrói um cenário hipotético onde o grupo nominal “Plano Real” é caracterizado como carente de eficácia - “se o Plano Real não tiver sucesso”. A consequência, definida em oração dominante localizada temporalmente no futuro do pretérito, o qual também expressa significado de irreal – “isso afetaria negativamente a minha candidatura” - delinea a potencialidade de derrota eleitoral para Fernando Henrique atrelada ao cumprimento eficaz do Plano Real na estabilização econômica.

O complexo oracional do Exemplo (103) realiza imaginário de **Liberdade e Democracia**, em referência à revisão do texto constitucional de 1988.

(103)	Nós		imaginávamos	o ano passado
	<i>Oração mental projetante</i>			
FHC94#E	que	(nós)	teríamos	a revisão constitucional
	Item textual	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

Nesse Exemplo, o processo relacional é parte de uma oração mental que aponta para uma pressuposição do candidato e de seus aliados políticos, realizada pelo Experienciador “nós”. O conteúdo projetado dessa pressuposição é identificado pela nominalização “a revisão constitucional”, que reformula linguisticamente a ação material de propor e aprovar na Câmara e no Senado mudanças em trechos do texto constitucional. O imaginário, na oração projetada relacional identificativa, é realizado pela temporalidade do processo “teríamos”, a qual estabelece a probabilidade de existência de uma realidade em que “a revisão constitucional” ocorreu.

### 5.3 LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

#### 5.3.1 Contexto dos discursos

Após oito anos da gestão de Fernando Henrique Cardoso (doravante FHC), a percepção da população era a de que as desigualdades sociais se mantiveram e de que as ações do governo não tinham melhorado a situação econômica das camadas menos favorecidas do país (CARREIRÃO, 2007). Devido a essas lacunas, as propostas do candidato do Partido dos Trabalhadores passavam a receber atenção e credibilidade no período pré-eleitoral.

Luís Inácio da Silva, popularmente conhecido como Lula, detinha uma história política no movimento sindical do ABC Paulista<sup>75</sup>, região industrial do estado de São Paulo. Em 1980, havia participado da fundação do Partido dos Trabalhadores e concorreu nas três primeiras eleições à presidência após o regime militar (1989, 1994 e 1998), obtendo a segunda colocação em todos esses pleitos. As eleições de 2002 apresentavam duas peculiaridades: a primeira consistia na possibilidade da eleição de um presidente que não era militar, tampouco proveniente de família com tradição

<sup>75</sup> A sigla surgiu a partir dos três municípios que, originalmente, formavam a região industrial do estado de São Paulo: Santo André, representado pela letra A, São Bernardo do Campo, representado pela letra B, e São Caetano do Sul, representado pela letra C. A sigla D também pode aparecer, representando a cidade de Diadema. Disponível em <<https://www.portogente.com.br/noticias-corporativas/111550-Cidades%20do%20ABC>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

política ou de alto poder econômico (JENSEN; SCHMITH, 2005). A segunda peculiaridade dizia respeito ao fato de FHC concluir o período completo de mandato, ser reeleito e efetuar a transição para outro candidato popularmente eleito, após um período de mais de 40 anos em que tais feitos não ocorreram (JENSEN; SCHMITH, 2005; SILVA, 2003). A democracia parecia estar se consolidando a cada nova eleição presidencial.

Diante da possibilidade de conquistar a presidência, durante a campanha, Lula apresentou e destacou características pessoais como ponderação e disposição ao diálogo com diferentes setores sociais (LEMOS, 2003), portanto, habilidade em negociação, adquirida na experiência como líder sindical. Corroborou a campanha “[o] crescimento do PT, governando estados e municípios importantes, com boa avaliação em vários deles” (CARREIRÃO, 2004, p. 193) e a minimização de questionamentos quanto à capacidade gestora de Lula. Uma vez eleito, destacaram-se, no primeiro mandato de Lula, as políticas sociais, a manutenção da política econômica iniciada na gestão Cardoso e a mudança de foco na política externa, ao buscar aproximação de países da América Latina e de economias emergentes, como China, Índia e Rússia, mercados até então pouco explorados, que possibilitaram novas prospecções de negócios (VISENTINI; SILVA, 2010).

Na economia nacional, uma série de aumentos no salário mínimo - de R\$ 200,00 em 2003 para R\$ 350,00 em 2006 – em conjunto com o programa social de transferência de renda, chamado Bolsa Família, contribuía para ampla aprovação do governo pelos cidadãos (HUNTER; POWER, 2007), o que poderia conduzir a um segundo mandato. Além disso, a inflação desacelerava, chegando a 4% em 2006 (HUNTER; POWER, 2007). Entretanto, o êxito da gestão de Lula foi balançado, em 2005, pela denúncia de um esquema ilegal de financiamento político com finalidade de obter apoio no Congresso, denominado Mensalão. A denúncia envolvia três ministros, deputados e empresários. Na sequência, em 2006, a Polícia Federal descortinou o escândalo da compra de dossiê para destruir a candidatura de José Serra<sup>76</sup>. A eclosão desses acontecimentos resultou em descrédito e retirada de apoio dos eleitores de classe média em prol da reeleição de Lula.

---

<sup>76</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u83557.shtml>>. Acesso em: 24 maio 2021.

Mesmo nessas condições, o presidente encerrou o primeiro mandato com boa taxa de aprovação (52%)<sup>77</sup>. Contudo, a paulatina perda de confiança em um partido de ideologia político-partidária à esquerda abria caminho para a construção de alinhamento com partidos de direita no longo prazo. O segundo mandato de Lula foi marcado por investimentos em infraestrutura, incentivo à expansão de empresas nacionais de grande porte e facilitação de acesso à moradia. Exemplos dessas ações são o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>78</sup>; a concessão de crédito a empresas como Ambev (bebidas), Gerdau (aço), Friboi/JBS (processamento de carnes) e Odebrecht (construção) (MORAIS; SAAD-FILHO, 2012) e o programa de habitação Minha Casa, Minha Vida, que subsidiava a compra de imóveis por famílias de baixa renda. No campo da educação, o governo Lula aprovou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Um dos principais avanços trazidos por essa política pública foi o estabelecimento de um piso salarial nacional para docentes da Educação Básica.

Semelhantemente aos Planos de Governo e às entrevistas de Collor e de Cardoso, a categoria Economia prevaleceu nos Planos de Governo de Lula, enquanto na entrevista sobressaiu-se Sistema Político. O Gráfico 8 aponta a recorrência de orações que constroem imaginários sobre cada categoria temática e a porcentagem que esse número representa em relação ao número total de orações relacionais que realizam imaginários nos *corpora*.

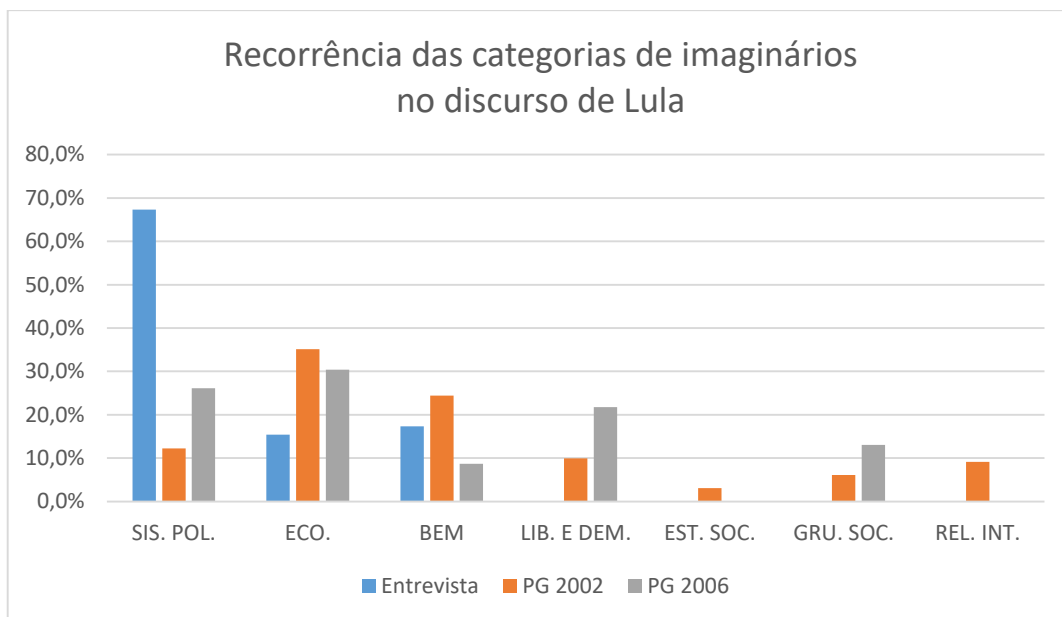
No Plano de Governo de 2006, Relações Internacionais e Estrutura da Sociedade não foram abordados pelo candidato. Na entrevista, as perguntas e respostas centraram-se em torno de três temáticas: Sistema Político, Economia e Bem-Estar Social.

---

<sup>77</sup> Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2006/12/1222248-ao-final-do-primeiro-mandato-lula-e-aprovado-por-52-dos-brasileiros.shtml>>. Acesso em: 24 maio 2021.

<sup>78</sup> Mais informações em: <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: 24 maio 2021.

Gráfico 8 – Síntese de categorias de imaginários no discurso de Luís Inácio Lula da Silva 2002 e 2006



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados dos *corpora*.

### 5.3.2 Planos de Governo de Luís Inácio Lula da Silva

No Plano de Governo de Lula, para as eleições de 2002, há 416 orações relacionais cujos processos correspondem a 9,6% dos *types* do *corpus* LIL02#P. Mais da metade delas possui o lema “ser” em suas diferentes formas como processo. Já no Plano de 2006, os itens lexicais mais recorrentes foram “nacional” (n=59), “desenvolvimento” (n=52) e, em terceiro lugar, os verbos que realizam processos em orações relacionais (n=49), os quais correspondem a algo em torno de 2%, cada um, do total de 2.248 *types* do *corpus* LIL06#P. O Quadro 13 apresenta os principais lexemas nos Planos de Governo de Lula.

Quadro 13 – Lexemas recorrentes nos Planos de Governo de Luís Inácio Lula da Silva

PLANO DE GOVERNO – 2002	
Itens lexicais mais frequentes	governo, é, social, nacional, política, não, renda, desenvolvimento, políticas, país
PLANO DE GOVERNO – 2006	
Itens lexicais mais frequentes	nacional, desenvolvimento, políticas, acesso, governo, social, sistema, política, continuidade, Brasil

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados dos *corpora*.

Ao buscarmos o termo “governo”, no Plano de 2002, via ferramenta *Concordancer* do *WordSmith Tools 8.0* (SCOTT, 2020), observamos alta ocorrência dos *clusters* “nosso governo” e “o novo governo”. Ao realizarmos nova busca somente com esses termos compostos, identificamos que, na maioria dos casos, o primeiro lexema à direita consistia em um processo material realizado por grupos verbais na forma futura. Isso significa que a administração projetada do governo Lula, realizada pelos grupos nominais “nosso governo” e “novo governo” é representada, nas orações, como atuante, uma vez que processos materiais constroem ações.

Ao efetuarmos a mesma busca com os termos mais recorrentes no Plano de Governo de 2006, localizamos usos diversos do lexema “nacional”. A maioria deles refere-se a nomes de iniciativas do governo durante o primeiro mandato ou propostas de ação para um segundo mandato, por exemplo “Plano Nacional de Reforma Agrária”, “Sistema Nacional de Cultura” ou “Política Nacional de Desenvolvimento Regional”. Ao examinarmos a área de abrangência de 5 lexemas precedentes ou subsequentes a esses nomes de propostas de ação, observamos, no intervalo dos 5 precedentes, a presença de processos materiais realizados por grupos verbais no futuro ou no infinitivo com sentido de ação em progresso, por exemplo “dar continuidade”. As orações que contêm o lexema “nacional”, portanto, apresentam propostas de políticas do candidato, em andamento ou a serem implementadas e, assim como ocorreu com o lexema de alta recorrência no Plano de 2002, constroem figuras que expressam atos para causar mudanças, realizados por processos materiais.

Feitas essas observações gerais sobre o *corpus*, avançamos, na subseção a seguir, para a caracterização linguística dos imaginários de campanha nos Planos de Governo.

#### 5.3.2.1 *Imaginários no discurso escrito*

A categoria mais recorrente em ambos os Planos de Governo de Luís Inácio Lula da Silva, assim como nos Planos de Governo de seus antecessores, foi **Economia**. Especialmente, Lula discorreu sobre crescimento econômico e, em menor proporção, sobre tecnologia e infraestrutura, sustentabilidade, planejamento



econômico, objetivos econômicos, regulação de mercado, corporativismo e ortodoxia econômica.

Os imaginários sobre **Crescimento Econômico** foram realizados, na maior parte das ocorrências, por processos relacionais realizados por verbos na forma futura. A gestão Lula é representada por processos que indicam resultados, como é o caso do Exemplo (104).

(104)	Uma política de forte crescimento econômico	<u>resultará</u>	em elevação do salário médio	na economia
LIL02#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Qualificador</i>

Processos como “resultará”, no Exemplo acima, ou “implicará” e “terá”, em outras passagens do texto, constroem relações de ação e solução, mesmo que o Portador seja realizado por grupos nominais de participantes não humanos, como ocorre em (104). Desse modo, a ação englobada pelo Portador em nosso exemplar de análise é a condução de um conjunto de ações, portanto, “uma política”, para impulsionar o crescimento econômico. Este, em termos de capacidade, é avaliativamente definido como “forte”. A “elevação do salário médio” é o que irá acontecer, caso essa “política forte” tenha oportunidade de ser adotada, se o candidato vier a ser eleito.

Além de Processos que indicam resultados, outra forma de representação da futura gestão Lula é realizada por lexemas que apontam ação futura, como “alvo”, “objetivo” e “prioridade”. Em um dado fragmento, o candidato nomeia sua gestão “Novo Modelo”, o qual é conceituado como sinônimo de Crescimento, com letra maiúscula, e este é definido como o “alvo” da administração econômica. Em outra oração do *corpus*, “a ampliação do emprego” recebe ênfase pelo uso da Circunstância de papel “como prioridade” e é identificada como pertencente à “dimensão social da retomada do desenvolvimento”.

Há ainda a representação de ações identificadas como “instrumento” para alcançar os fins propostos no Plano de Governo. Isso ocorre com a utilização de nominalização no Identificado, como em “a busca incessante da retomada do crescimento econômico como meio privilegiado para a geração de empregos e a distribuição de renda”, que é identificada como “instrumento essencial”, em que “essencial” avalia “instrumento” com relação ao seu valor em grau de importância.

Ainda na categoria Economia, em orações sobre **Tecnologia e infraestrutura**, identificamos o mesmo padrão de realização de imaginários observado anteriormente, com o uso de processos relacionais que, gramaticalmente, são instanciados por verbo no tempo futuro, especialmente “ser” e “ter”. Grande parte dessas orações faz alusão ao papel da ciência e da inovação na pauta econômica, como ocorre no Atributo de (105).

(105)	(o país)	<u>deve</u>	ser	capaz,	nos próximos anos,	de produzir e de se apropriar dos avanços científicos e tecnológicos
LIL06#P	<i>Portador</i>	<i>Modulador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Circunstância de Localização - tempo</i>	<i>Atributo</i>

Nesse exemplo, o Atributo avalia o Portador “o país” em termos de capacidade, isto é, posses e ações, ter e fazer o que é necessário, para alavancar a produção científica nacional. Essa capacidade tem caráter de compromisso, realizado pelo verbo modal “deve”, e a ação expressa no Atributo é localizada, temporalmente, ao longo dos quatro anos de um segundo mandato, pela Circunstância “nos próximos anos”. Em outros trechos do Plano de Governo, Portadores como “os centros de pesquisa e de extensão agrícolas” e “a Tecnologia da Informação” também são referidos como parte de futuros investimentos governamentais no intuito de fazer com que o Brasil acompanhe, via produção nacional, as inovações tecnológicas produzidas em outros países. No que tange à questão de infraestrutura, representações sobre o setor dos transportes identificam como “ações prioritárias” e “o objetivo” iniciativas para a melhoria do transporte tanto de passageiros como de cargas.

Outro tópico bastante presente nas escolhas linguísticas para representar o campo da Economia é a **sustentabilidade**. Nas orações que tratam dessa questão é recorrente o uso do lexema “social”, em orações atributivas e identificativas, no Portador ou no Identificado, para caracterizar os nomes que os acompanham como “responsabilidade”, “desenvolvimento”, “dimensão” (Exemplo 106) e “metas”.

(106)	A dimensão social	<u>será</u>	o principal eixo do novo modelo de desenvolvimento
LIL02#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

A ênfase no Qualificador “social” em orações que tratam sobre economia parece uma tentativa de convencer o leitor de que a gestão proposta por Lula abordará essas duas pautas, em conjunto, com o mesmo nível de importância. Essa afirmação, retirada do texto do Plano de Governo de 2002, volta a aparecer em duas orações do Plano de 2006, em que o candidato afirma “a dimensão social tem de ser o eixo do desenvolvimento” e “o nome do meu segundo mandato será desenvolvimento (...) com distribuição de renda”. Tanto essas orações quanto a do Exemplo (106) são relacionais identificativas, portanto, os participantes estão conectados, semanticamente, como equivalentes, o que reforça o sentido de equilíbrio entre aspectos sociais e econômicos na futura gestão do candidato.

Com menor recorrência, os Planos de Governo abordam o **planejamento econômico**. Primeiramente, notamos que os imaginários nesse grupo foram realizados principalmente pelo processo “ser”, como em (107) e fazem parte de orações de tipo atributiva.

(107)	Esse investimento	<u>será</u>	estratégico	para o planejamento regional
LIL02#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Circunstância de Causa - propósito</i>

Isso significa que, assim como no referido Exemplo, as orações que constroem imaginários sobre planejamento econômico fazem-no de forma avaliativa, ao empregar um Epíteto como Atributo ou parte dele. No fragmento acima, esse Epíteto é realizado pelo adjetivo “estratégico”, que atribui um valor para o Portador “esse investimento”, o qual retoma o título da seção do Plano - “investimento em eficiência e competitividade”. Desse modo, o escritor do texto chama a atenção de um público específico, os produtores nacionais, ao se comprometer em destinar verbas para que as indústrias brasileiras possam competir com as grandes indústrias multinacionais em ambos mercados interno e externo.

Para representar os **objetivos econômicos**, destacamos o uso de processos realizados por verbos no tempo futuro do presente, como “ter” e “ser”, que demarcam a temporalidade das propostas contidas nas orações. No Exemplo (108), retirado do Plano de Governo de 2006, sublinhamos o sentido de continuidade no grupo verbal “continuará a ser”, o qual é utilizado para representar uma ação iniciada no passado

– priorizar o setor do turismo - e com potencial de permanecer no foco das políticas de desenvolvimento em uma situação de segundo mandato.

(108)	O turismo	<u>continuará</u> a ser	um dos setores prioritários da agenda do desenvolvimento
LIL06#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Nessa oração, o Atributo também é marcado por um recurso avaliativo, realizado pelo Epíteto “prioritários”, o que reforça a centralidade dessa atividade econômica para a geração de renda e circulação de moeda, isto é, para o desenvolvimento do país, como está caracterizado em parte do Atributo pelo grupo nominal “agenda do desenvolvimento”.

O Plano de Governo apresenta uma menção à **regulação do mercado**. Essa oração tem o imaginário realizado por processo cujo verbo confere ideia de tempo futuro, assim como ilustrado por (109).

(109)	A implantação de um modelo de desenvolvimento alternativo (...)	só	poderá	ter	êxito
	<i>Portador</i>		<i>Modalizador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>
<i>Oração paratática</i>					
LIL06#P	se	(for)	acompanhada	da democratização do Estado e das relações sociais, da diminuição da dependência externa, assim como de um novo equilíbrio entre União, estados e municípios.	
<i>Oração hipotática</i>					

A tarefa de estabelecer diálogo entre entidades sindicais e empregadores, uma referência ao tema de **corporativismo**, é representada em uma oração material em que o candidato propõe a criação de um Fórum Nacional do Trabalho. A oração subsequente, classificada em (110), identifica e projeta o propósito dessa iniciativa.

(110)	Sua finalidade imediata	<u>será</u>	a (finalidade) de preparar, democraticamente, as propostas de alteração da legislação atual
LIL02#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

Identificado e Identificador são formados por grupos nominais que contêm Epítetos, os quais restringem o sentido do nome ou do verbo a que se referem. No Identificado, por exemplo, tomamos conhecimento de que, dentre muitos objetivos do Fórum Nacional do Trabalho, o candidato escolheu colocar ênfase em um, que é caracterizado como “primeiro” ou “prioritário” pelo lexema “imediate”. Já no Identificador, o grupo adverbial “democraticamente” especifica a forma como a ação de “preparar propostas” será manejada, com igual participação das partes envolvidas.

De acordo com definição do Projeto MARPOR, um dos critérios para classificar um trecho de Plano de Governo como relativo a **ortodoxia econômica** é a referência à valorização da moeda nacional. Isso pode ser observado no Exemplo (111).

(111)	É	<u>preciso</u>	evitar que se consolide uma segunda armadilha
LIL02#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

O grupo nominal que compõe o Portador, “uma segunda armadilha”, implica que houve uma primeira armadilha. Esta é nomeada, em oração posterior, de “armadilha cambial” e é localizada temporalmente pelo Adjunto circunstancial “em 1999”, período gerido pela administração Fernando Henrique Cardoso. A chamada armadilha cambial tem relação com uma política de valorização cambial, o que se reflete em aumento de importações, por um lado, e estagnação ou redução do preço das exportações, por outro. Nesse sentido, há uma crítica do candidato à política cambial da gestão em curso. O imaginário é realizado pela união de processo e Atributo, na expressão moduladora “é preciso”, que caracteriza como necessária a ação contida no Portador “evitar que se consolide uma segunda armadilha”. Esta segunda armadilha também é identificada cataforicamente, assim como ocorreu com “armadilha cambial”, em oração subsequente, como “âncora fiscal”, e da mesma forma diz respeito à valorização cambial. Com a valorização da moeda e aumento das importações, os preços dos produtos nacionais ficam “ancorados”, isto é, estabilizados, o que conseqüentemente, contribui para manter a inflação sob controle. Portanto, o candidato manifesta interesse na manutenção da estabilidade da economia, em acordo com a gestão Cardoso, porém compromete-se a evitar as políticas adotadas por ele.

A segunda categoria mais recorrente no Plano de Governo de 2002, porém pouco discutida no de 2006, **Bem-Estar Social**, é especificada em termos de igualdade, expansão da educação e do estado de bem-estar social, cultura e proteção ambiental.

As orações que definem as tarefas e atribuições do governo na promoção de políticas de **igualdade social** são temporalmente situadas no futuro por meio de diferentes recursos gramaticais, como a realização de processos por verbos no futuro do modo indicativo (Exemplo 112) ou no presente do modo subjuntivo e expressões moduladoras, como “ser necessário” e “ser preciso”.

(112)	o novo governo	<u>terá</u>	no centro de suas preocupações	a construção e implementação de estratégias [[que melhorem a distribuição de renda]]
LIL02#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>		<i>Identificador</i>

Em mais de uma oração, a gestão Lula identifica-se pelo Epíteto “novo”, como acontece em (112), para construir contraste com seus antecessores, que representariam o “velho”. Nesse exemplar, o processo relacional identificativo de posse caracteriza o participante “novo governo” como focado em projetar e colocar em prática ações “que melhorem a distribuição de renda” no país. Um outro traço desse “novo governo”, em outra oração do *corpus*, é “a equidade”. Ainda, em outros fragmentos do Plano em que o lexema “governo” ocorre no papel de Portador ou Identificado, a futura administração Lula é retratada como “comprometid[a] com os interesses da grande maioria da sociedade” e possuidora da “tarefa histórica de implementar uma política nacional de inclusão social”. Portanto, a gestão é descrita em torno de duas promessas, a de governar para a maioria e a de amenizar as diferenças sociais e econômicas entre o povo brasileiro.

Em outros exemplos dos *corpora* LIL02#P e LIL06#P, não detalhados aqui, o candidato faz menção aos cidadãos brasileiros e compromete-se a garantir amplo acesso a “serviços” identificados como “direitos inalienáveis” e a “bens” qualificados como “de primeira necessidade”. Ao se voltar para necessidades básicas da população brasileira, Lula apresenta-se como alguém com capacidade para promover mudanças no futuro em relação a questões de desigualdade provenientes do passado. Esse significado de capacidade e determinação em agir, é realizado pelo

processo material “assegurar” e pelo relacional “ter”, que formam os complexos oracionais em que ocorrem “serviços” e “bens”, referidos no início deste parágrafo.

A ênfase nas orações que apresentam representações de **expansão da educação** está em políticas voltadas para a Educação Básica, como ilustra o Exemplo (113).

(113)	é	<u>fundamental</u>	a aprovação do FUNDEB
LIL06#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

A expressão moduladora “é fundamental” constrói a necessidade futura de que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) seja aprovado pelo Poder Legislativo, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). No mesmo campo semântico de palavras que denotam necessidade e importância, identificamos outras passagens referentes à educação que utilizam o lexema “prioridade” para indicar que a ação proposta no Plano de Governo será abordada em primeiro lugar. Tais ações são representadas pelos participantes Portadores “universalizar o ensino do nível pré-escolar até o médio e garantir o acesso à creche”, circunstancialmente marcado pelo grupo adverbial “nos próximos quatro anos” e pelo grupo nominal “Todos os elos educacionais, da creche à pós graduação”, o qual, acompanhado de modulação, reforça a obrigatoriedade e o comprometimento de priorizar todos os níveis educacionais.

Localizamos, ainda, outra representação para a Educação Básica. Nela, a generalização expressa pelo grupo nominal “todas as crianças”, que faz parte dos participantes Identificado e Portador, em diferentes orações, é descrita como potencial detentora de “meios” e “formação educacional adequada”. Os processos relacionais possessivos dessas orações são realizados por verbos no modo subjuntivo, os quais contribuem para expressar o desejo de Lula de que as crianças venham a usufruir desses bens não tangíveis.

A Educação Superior, como foco de imaginário, é abordada em uma oração do *corpus*, na qual o Portador “o sistema de crédito educativo” é caracterizado como potencial “alternativa”, com auxílio do verbo modal “poderia”, para ser rechaçado a seguir, com os Epítetos “insuficiente” e “inadequado”. Com isso, o candidato critica a

política de empréstimos para que estudantes de baixa renda pudessem custear o valor das mensalidades em instituições privadas e, em oração subsequente, representa “a ampliação significativa das vagas nas universidades públicas e a reformulação do sistema de crédito educativo vigente” como “tarefas inadiáveis”.

O futuro estado da **cultura** no Brasil é imaginado em termos de aporte de recursos e garantia à liberdade de expressão, como representado em (114).

(114)	Esse movimento de democratização cultural da sociedade brasileira	só	<u>estará</u>	completo
	<i>Portador</i>	<i>Adjunto</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>
<i>Oração paratática</i>				
LIL02#P	<u>se</u>	(esse movimento)	for acompanhado	da democratização dos meios de comunicação
	<i>Conector</i>			
<i>Oração hipotática</i>				

Nesse complexo oracional, a possibilidade de alcançar o estado de completude atribuído ao Portador “esse movimento de democratização cultural da sociedade brasileira” é condicionado por uma oração hipotática. O processo “estar” projeta o futuro estado como consequência, enquanto o conector “se” estabelece a condição para a realização dela, via “democratização dos meios de comunicação”. Em outras palavras, conforme afirmado em trecho subsequente à oração do exemplo, no texto do Plano de Governo, por “democratização” o candidato significa “liberdade de expressão”.

Outras duas ações propostas no Plano de Governo para o setor da cultura, “encontrar novos mecanismos de financiamento da cultura e de suas políticas” e “uma consistente reforma do Ministério da Cultura”, são marcadas pela expressão moduladora “será necessário(a)”. Ao utilizar o Epíteto “necessário” para caracterizar as ações representadas no Portador, Lula define a escala de importância e prioridade na execução dessas propostas em seu futuro governo.

A **expansão do estado de bem-estar social** é identificada em três orações do *corpus de imaginários*, as quais tratam dos sistemas previdenciário e de saúde (115).



(115)	Uma das estratégias fundamentais [[para induzir a implementação do SUS]]	<u>será</u>	[[capacitar estados e municípios	para planejar o sistema de saúde]]
LIL02#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Oração intensificadora: Causa - propósito</i>

Primeiramente, é preciso situar esse fragmento em seu contexto histórico. Até 1990, os serviços de assistência médica gratuitos eram oferecidos pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e eram restritos aos trabalhadores registrados pela Consolidação das Leis Trabalhistas, o que deixava uma parcela da população desassistida<sup>79</sup>. No momento em que o Plano de Governo de 2002 foi produzido, o Sistema Único de Saúde havia sido instituído há apenas doze anos, com a Lei 8.080/1990, e somente no ano 2000, com a Emenda Constitucional nº 29, foram estabelecidos os percentuais de financiamento sob responsabilidade de cada esfera governamental: federação, estados e municípios. Possivelmente, por esse motivo, o Portador compreende o grupo nominal “implementação do SUS”, uma vez que o sistema ainda passaria por processos de aprimoramento e ampliação de acesso ao longo dos anos. Da mesma forma, o Atributo traz a oração “capacitar estados e municípios”, pois a distribuição de responsabilidades entre os entes federativos ainda era muito recente.

Linguisticamente, a projeção da ação futura representada no Portador é realizada pelo Processo “será”. A ação de “capacitar estados e municípios” é avaliativamente caracterizada como “fundamental” para alavancar uma prestação de serviços eficaz, gratuita e acessível a todos, objetivo declarado na oração intensificadora de Causa “para planejar o sistema de saúde”.

O sistema previdenciário, segundo tópico abordado nas orações sobre expansão do bem-estar social, é representado em termos de suas características obrigatórias, realizadas gramaticalmente pela combinação do modulador “deve” e do relacional “ter”. As passagens apontam “caráter contributivo” e “básico, universal, público, compulsório” como Atributos de uma nova proposta para o sistema previdenciário.

<sup>79</sup> Mais informações em: <<https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/saude/contexto/antes-do-sus-saude-era-para-poucos>>. Acesso em: 29 maio 2021.

A questão de **proteção ambiental** é representada em duas orações do *corpus*, a primeira, classificada em (116), nomeia ações futuras, e a segunda, a qual não classificaremos, nomeia o que se prospecta que a população possua em sua relação com o meio ambiente – “acesso justo e equitativo aos recursos naturais”.

(116)	as ações prioritárias	nesse campo	serão:	[...] Políticas Ambientais, Saneamento e Meio Ambiente.
LIL02#P	<i>Identificado</i>	<i>Circunstância de Localização - lugar</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

Na oração do Exemplo (116), “Políticas Ambientais, Saneamento e Meio Ambiente” são pautas que terão lugar de destaque, conforme definido pela relação de identidade construída entre elas e o Identificado. Desse modo, o Epíteto “prioritárias” caracteriza o Ente “as ações”, no Identificado, e a discriminação desse Ente, no Identificador.

A terceira categoria mais recorrente no Plano de Governo de 2002, e segunda no de 2006, é **Sistema Político**. As orações etiquetadas nessa categoria descrevem representações sobre eficiência governamental e administrativa, descentralização e autoridade política.

Parte significativa das orações sobre **eficiência governamental e administrativa**, primeiro aspecto da categoria **Sistema Político**, foram selecionadas do Plano de Governo de 2002. Nessas orações, Epítetos como “primeira” (Exemplo 117), “prioritária” e “carro chefe” foram utilizados para situar as propostas em ordem de importância na agenda do candidato.

(117)	A primeira das reformas [[a ser encarada pelo novo governo]]	tem	como <u>objetivo</u>	o aumento da eficiência econômica e a redução das desigualdades sociais
LIL02#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Circunstância de Modo</i>	<i>Atributo</i>

Nesse trecho, um governo administrativamente eficiente é representado, no Atributo, como um governo que é eficiente no controle da economia do país, ao mesmo tempo em que trabalha para reduzir a desigualdade social, que também é

econômica, pois a falta de recursos financeiros contribui para restringir ou retardar o acesso de uma camada da população a bens tangíveis e intangíveis.

As outras duas situações de uso de léxico para indicar primazia na questão de eficiência governamental ocorrem com a “Criação do Conselho Federal de Transportes” e “Universalizar o cartão SUS”, identificadas, respectivamente, como “prioritária” e “carro chefe”. No primeiro caso, a ação é realizada em uma nominalização, a qual poderia ser reformulada como “criar o Conselho Federal de Transportes” e, assim, como no segundo caso, ser realizada por uma oração não finita, que expressa a ideia de ação incompleta a ser concluída em algum momento futuro.

Há, ainda, outra passagem na qual economia e igualdade social são referidas como partes de uma mesma política, assim como ocorreu no Exemplo (117). Nesse caso, no participante Identificador, o nome “política fiscal” é modificado pelos adjetivos “de caráter redistributivo” e “indutora do crescimento”. Percebemos que algumas categorias analíticas se fundem. Embora na oração em questão o político cite desafios ao seu futuro governo em termos de eficácia administrativa, as questões econômicas e de justiça social estão presentes também por meio do léxico caracterizador, em que “redistributivo” remete a “redistribuição de renda” e “crescimento” faz referência a “crescimento econômico”.

Adiante no texto, “Caixa Econômica Federal” e “Receita Federal” são objeto de afirmações sobre, respectivamente, seu papel e seu nível de prioridade, nas políticas imaginadas de uma possível gestão de Lula. O papel, logo, a identidade da instituição bancária Caixa é dada pelo grupo nominal “gestora operacional do sistema de financiamento”. Nessa representação, o candidato prospecta que programas de moradia tornem-se acessíveis à população por meio de empréstimos concedidos por essa instituição financeira pública. Já a Receita Federal será alvo de “modernização e profissionalização”. A potencialidade de que essas ações ocorram é calibrada pela expressão moduladora “é preciso”, o que confere significado de alta probabilidade à proposta.

Para finalizarmos a análise de excertos que constroem representações de eficácia administrativa, destacamos o uso dos lexemas “objetivo” e “meta”, em orações relacionais identificativas, para definir a direção dos esforços da futura gestão. Nesses excertos, os Identificadores são realizados gramaticalmente por orações não finitas imperfectivas, como “definir claramente as funções de cada

instância”, “adotar normas de clareza, transparência e eficácia contábil” e “simplificar o sistema tributário nacional”. Essa forma de realização gramatical significa que as ações não estão presas no momento presente (HALLIDAY, 2014), portanto, são futuras, hipotéticas, condicionadas à vitória no pleito eleitoral.

No segundo aspecto da categoria **Sistema Político**, sublinhamos o papel da **descentralização**, isto é, da divisão de responsabilidades entre os entes federativos, conforme estabelece o artigo 18 da Constituição Federal de 1988: “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos (...)”<sup>80</sup>. Em referência a essa cooperação entre os entes federados, o Plano de Governo recorre ao termo Pacto Federativo, que é retomado na oração hipotática do Exemplo (118) pelo item relativo “cujo”.

(118)	cujo princípio (do Pacto Federativo)	<u>será</u>	a descentralização das ações sociais e a valorização da ação local
LIL02#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

A identidade do “princípio (do Pacto Federativo)” é dada pelo Identificador, que contém uma ação convertida em nome, uma nominalização, que poderia ser reformulada como uma oração não finita “descentralizar as ações sociais e valorizar a ação local”. Pelo processo de reformulação, torna-se possível demonstrar o caráter de realidade futura pois os processos estão em uma forma associada ao domínio *irrealis*. Em outra oração retirada do *corpus*, a representação de descentralização é realizada pelo Portador “a coordenação responsável e flexível do esforço dos estados e municípios”. Desse modo, cabe à parte dos entes federados “trabalhar”, “agir”, ações semanticamente relacionadas a “esforço” e à União “gerenciar”, realizada semanticamente pela nominalização “coordenação”, apesar de a Constituição Federal explicitar a autonomia e, portanto, ausência de hierarquia, entre cada uma das partes do Estado Federativo.

Nas ocasiões em que aborda o termo “Pacto Federativo”, em geral, o candidato também faz referência à divisão de recursos orçamentários. Entretanto, localizamos também duas referências à pasta da Saúde sobre redistribuição de atribuições. As

<sup>80</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 31 maio 2021.

orações que realizam o imaginário sobre descentralização no campo da Saúde constroem relação de posse entre um Portador ou Identificado que contenham itens lexicais pertencentes a esse campo semântico, como “as ações e os serviços de saúde” e “o Ministério da Saúde”, e uma identidade ou característica. Com relação ao primeiro, o candidato expressa o desejo de que estes sejam dotados de “organização necessária”. A noção de desejo, expectativa é realizada pelo verbo no modo subjuntivo do processo “ter” (“que tenham”). Em complemento, a informação de que se trata de um projeto relacionado à descentralização é dada por uma Circunstância de Localização – lugar “em cada território”, o que remete aos diferentes entes federativos. No segundo caso, o participante elíptico “o Ministério da Saúde” é caracterizado como detentor de “uma estrutura enxuta”. Essa afirmação é acompanhada de alto grau de certeza, realizado pelo modulador “deverá”, recurso linguístico que pode ser utilizado para exprimir significado de segurança aos eleitores de que a ação de fato ocorrerá.

Um terceiro aspecto da categoria **Sistema Político** diz respeito à **autoridade política** do candidato. As orações selecionadas são realizadas por itens lexicais de necessidade, como em (119), e de obrigação e foram retiradas exclusivamente do Plano de Governo de 2006.

(119)	faz-se	<u>necessário</u>	também	[[eleger governadores e parlamentares comprometidos com as mudanças]]
LIL06#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>		<i>Portador</i>

No mesmo ano em que se realizam as eleições presidenciais ocorrem também eleições para governadores de estado e representantes do Poder Legislativo nos níveis estadual e federal. Com esse cenário em vista, na oração de (119), a ação contida no Portador não é um compromisso do candidato, mas uma convocação deste aos eleitores para agir no dia da eleição. O sentido de convocação é conferido pela expressão moduladora “faz-se necessário”, e o significado de ação a ser completada é realizada pela oração não finita mobilizada no Portador – “eleger governadores e parlamentares comprometidos com as mudanças”. Outro chamamento aos leitores do Plano de Governo é exemplificado por uma oração relacional atributiva do *corpus*. Nela, assim como na oração de (119), o Portador é realizado por uma oração não

finita “reeleger Lula”. Esse Portador é avaliado semanticamente como imprescindível pelo Atributo “fundamental”. Com esse apelo, Lula compartilha com o eleitorado a responsabilidade de atuar para que as propostas se tornem realidade e certeza em um futuro próximo.

Na categoria **Liberdade e Democracia**, representações de democracia, direitos humanos e liberdade utilizam basicamente dois recursos léxico-gramaticais para descrever o futuro: modulação e Epítetos. A oração (120) é parte de um complexo oracional em que o candidato compromete-se a conduzir uma reforma política, caso eleito.

(120)	as disputas eleitorais	<u>sejam</u>	mais transparentes, equânimes e capazes de abrir espaço para o surgimento de novas lideranças
LIL02#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

A consequência ou resultado dessa reforma é condicionada pelo processo “ser” em sua realização gramatical no modo subjuntivo, que denota o sentido de *irrealis*. Ou seja, há um desejo de que o Portador “as disputas eleitorais” tenham por característica a transparência e a justiça, realizadas pelos Epítetos “transparente” e “equânime” no Atributo, mas para que isso ocorra, é necessário que seja proposta e implementada uma reforma política, a qual, por sua vez, está condicionada ao sucesso do candidato no pleito eleitoral.

As representações de **democracia** como obrigação foram constituídas pelo verbo modal “dever” em combinação com os processos “ser” e “ter”. Uma das pautas que faz parte dessas orações é a questão da Previdência Social, a qual abrange aposentadoria e seguridade do trabalhador em caso de acidente ou invalidez. O Epíteto “democrática” se faz presente nas duas orações identificadas como ilustrativas de imaginários sobre a questão previdenciária. Um dos Portadores caracterizados com alto grau de certeza e obrigatoriedade (“deve ser”) de apresentar essa característica é “a gestão”, em referência à administração de um sistema previdenciário público. Um segundo Portador, “assuntos trabalhistas e previdenciários” também é construído como “objeto de ampla e democrática negociação” de forma prescritiva pela expressão moduladora “devem ser”.

Os **direitos humanos** foram representados como Portadores de Atributos em orações relacionais atributivas. Todas as orações que retratam esse tema utilizaram o Epíteto “fundamental” para caracterizá-lo.

(121)	a Política Nacional de Saneamento Ambiental	tem	como <u>objetivo</u> último	[[assegurar os direitos humanos fundamentais de acesso à água potável e à vida em ambiente salubre]]
LIL02#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Circunstância de Modo</i>	<i>Atributo</i>

Nesse excerto, o Atributo é realizado por uma oração não finita, recurso utilizado com frequência nas orações do *corpus* LIL02#P e LIL06#P para construção de imaginários. Com isso, o texto cria o sentido de ação a ser completada em um futuro não especificado. Os direitos humanos são representados como estreitamente ligados ao meio ambiente, uma vez que as nominalizações “acesso à água potável e “(acesso) à vida em ambiente salubre” são significadas como “direitos humanos fundamentais” na composição do Atributo. Esse Atributo é circunstancialmente delimitado como “objetivo” do Portador “a Política Nacional de Saneamento Ambiental”, projeto do Plano de Governo de 2002 que viria a ser implementado no primeiro ano do primeiro mandato de Lula, em 2003.

Identificamos ainda um outro exemplo de ação futura realizada por oração não finita para representar o tópico de direitos humanos. Ocorre em “[[aprofundar a Reforma do Judiciário [[que garante os direitos da cidadania e contribui para a melhoria do ambiente de negócios]] ]]", que constitui Atributo de uma oração circunstancial “[[para se atingir esses objetivos]]”. No Atributo, há uma oração encaixada cujo sentido confere ao Poder Judiciário o papel de assegurado do cumprimento dos direitos do cidadão (“garante os direitos da cidadania”). Além disso, ressaltamos que, juntamente com a oração não finita, o Epíteto “fundamental” é um recurso linguístico mobilizado para destacar a importância da ação projetada para o Poder Judiciário.

No que tange à **liberdade**, a representação construída é a de individualismo, conforme demonstram as escolhas lexicais do candidato no Exemplo (122).

(122)	A democratização e fortalecimento da Secretaria de Previdência Complementar	também	<u>devem</u>	<u>ser</u>	objeto dessas mudanças
LIL02#P	<i>Portador</i>		<i>Modulador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Nesse fragmento, “Secretaria de Previdência Complementar” diz respeito à noção de individualismo por se tratar de órgão governamental responsável por administrar benefícios previdenciários adicionais àqueles do sistema público previdenciário, o que reduz a presença e a responsabilidade do Estado no pagamento de aposentadorias ou pensões. Igualmente no Portador, a noção de democracia é realizada pela nominalização “democratização” e possui caráter de qualificadora, ao modificar o nome que a acompanha “Secretaria de Previdência Complementar”. Desse modo, temos o Portador “a democratização e fortalecimento da Secretaria de Previdência Complementar” como alvo prioritário, situado em uma escala de obrigação, a qual é realizada pela expressão moduladora “devem ser”, cujo Atributo é “objeto dessas mudanças”. Em suma, o Plano de Governo defende uma redução da obrigação do Estado como garantidor da previdência brasileira.

A categoria **Relações Internacionais**, presente apenas no Plano de Governo de 2002, em termos de imaginários, representa relações envolvendo o Mercosul, as Forças Armadas, internacionalismo, paz e anti-imperialismo.

O uso do Ente “**Mercosul**” – Mercado Comum do Sul - implícita ou explicitamente, projeta o bloco econômico com Atributos como “apto”, potencial detentor de “melhores condições” e com necessidade de ser ampliado. No Exemplo (123), temos “a integração energética” na função de Portador, que é qualificada como uma forma plausível (cf. expressão modalizadora “pode ser”) de aprofundar e firmar a relação de cooperação entre os países da América do Sul.

(123)	a integração energética	no continente sul americano	<u>pode</u>	<u>ser</u>	um instrumento eficaz	para a ampliação do Mercosul
LIL02#P	<i>Portador</i>	<i>Circunstância de Localização - lugar</i>	<i>Modalizador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Circunstância de Causa - propósito</i>

Esse movimento para o estreitamento dos laços entre os países do Mercosul é mapeado na Circunstância de Causa, que exprime o propósito da “integração



energética” como “ampliação do Mercosul”. Destacamos que, no momento em que o Plano foi produzido, o bloco era composto por quatro Estados-membros - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – e dois Associados – Bolívia e Chile. Portanto, na representação de Mercosul em (123), o candidato manifesta expectativa de que outros países da América do Sul venham a aderir ao tratado e prevê que uma política energética comum seja um meio para alcançar esse fim.

No Plano de Governo, há a defesa de que o Mercosul seja, além de ampliado, “reconstruído” para abranger a formulação de políticas conjuntas que abordem diversas questões, além da econômica, como cultura, educação, ciência e tecnologia. A consequência dessa reconstrução ou reformulação está configurada em duas orações relacionais atributivas dos *corpora*. Em uma delas, essa ampliação é projetada como resultante em aptidão “para enfrentar desafios macroeconômicos, como os de uma política monetária comum”. Na segunda oração, a consequência será a obtenção de “melhores condições para enfrentar os desafios do mundo globalizado”. Outrossim, a “reconstrução do Mercosul”, em um terceiro excerto dos *corpora*, é identificada como “elemento decisivo” para a chamada “política de regionalização”. Com essa afirmação, o candidato sinaliza aos países vizinhos que é receptivo à adoção de posicionamentos em política externa em consenso, como descrito em outro trecho, em que Lula qualifica a si e a sua futura equipe do Ministério de Relações Exteriores como “abertos a um relacionamento especial com todos os países da América Latina”.

Se, por um lado, o delineamento da política externa da futura gestão petista visa reforçar as relações com os países vizinhos, por outro, a aversão ao **imperialismo** de nações economicamente desenvolvidas é privilegiada, conforme representação de anti-imperialismo do Exemplo (124).

(124)	a ALCA	não	<u>será</u>	um acordo de livre comércio
	<i>Portador</i>	<i>Adjunto modal</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>
LIL02#P	mas	(a ALCA)	(será)	um processo de anexação econômica do Continente
	<i>Conjunção</i>	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que à época era um projeto de acordo para integração comercial entre os países das Américas é negada em sua natureza de “acordo de livre comércio” no Atributo pelo uso que o candidato faz do

Adjunto modal “não”. Na oração seguinte, o Portador “ALCA” recebe o Atributo de “um processo de anexação” em lugar de “acordo” ou “integração”. Essa escolha lexical para representar a ALCA demarca um posicionamento favorável à integração regional dos países da América do Sul, conforme explanado nos exemplos anteriores de representação do Mercosul, o qual foi caracterizado com Epítetos positivos. Já em (124), “anexação” pode haver uma carga semântica negativa, se considerarmos seu sinônimo “incorporação”, em que o processo parece não ser negociado entre as partes ou ser negociado nas bases de desequilíbrio de vantagens para uma das partes, tal como ocorre no contexto empresarial, em que aquelas com maior capital “incorporam” ou “absorvem” outras.

Em adição a essas representações de Mercosul e ALCA, há uma afirmação no Plano de Governo de 2002 (Exemplo 125) que promove o estabelecimento de relações multilaterais, o **internacionalismo**.

(125)	a política externa	<u>será</u>	indispensável	para garantir a presença soberana do Brasil	no mundo
LIL02#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Oração intensificadora: Modo - comparação</i>	<i>Circunstância de Localização - lugar</i>

O Portador “a política externa” é descrito com potencial de obrigatoriedade pelo Atributo “indispensável”, para alcançar a completude da ação futura descrita na oração intensificadora de Modo - “para garantir a presença soberana do Brasil”. Essa ação é localizada “no mundo”, o que implica na adoção de alianças com países de outros continentes e reforça também a postura anti-imperialista, com relação à América do Norte, ilustrada em (124).

Nas representações de **Forças Armadas**, a estrutura da transitividade é formada por uma oração no Portador, que projeta uma ação, um processo relacional de estado “ser”, e um Epíteto, conforme ilustra o Exemplo (125).

(125)	É	<u>imperativo</u>	[[que o novo governo proponha ao Congresso Nacional um debate sobre o papel das FFAA]]	no próximo período
LIL02#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>	<i>Circunstância de Localização - tempo</i>

Nesse caso, o Epíteto “imperativo” classifica a proposta de ação descrita no Portador em termos de obrigatoriedade. A oração encaixada, no modo subjuntivo, “que o novo governo proponha ao Congresso Nacional um debate sobre o papel das FFAA”, indica o que o Congresso deve fazer para “[[definir (...) uma orientação para o reequipamento material das Forças Armadas]]”, propósito este determinado em oração subsequente à de (125), também relacional atributiva, em que a ação que expressa objetivo é realizada na função Portador.

Além dessa proposta de investimento nas Forças Armadas, uma outra representação desse grupo diz respeito ao seu papel na manutenção da paz em nível internacional (Exemplo 126).

(126)	Elas (as FFAA )	<u>deverão</u>	estar	aptas	para desempenhar missões de paz
LIL02#P	<i>Portador</i>	<i>Modulador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Oração intensificadora: Causa - propósito</i>

Assim como no Exemplo (125), a representação de Forças Armadas é construída com base no recurso de modulação, neste caso, pelo modulador “dever” que também expressa a temporalidade da oração. A representação futura das Forças Armadas é de seu dever de estarem habilitadas, portanto “aptas”, para cumprir o objetivo de participar com tropas em operações de manutenção da paz e da segurança em diferentes países, significado que é realizado pela oração intensificadora de Causa “para desempenhar missões de paz”.

Na categoria **Grupos Sociais**, agricultores, especialmente os proprietários de áreas de agricultura familiar, e trabalhadores em geral são alvo das propostas do candidato.

Uma das categorias profissionais de **agricultores** a quem Lula dirigiu declarações de potencial ação foram os pescadores, como exemplifica (126).

(126)	A pesca	é	outro setor [[que ganhará mais importância na política integrada de segurança alimentar, inclusão social e geração de divisas]]
LIL06#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

Nesse trecho, o setor pesqueiro (“a pesca”) é caracterizado como Identificado de “outro setor”, Identificador para o qual será dada “mais importância” na formulação de futuras políticas públicas. Essas políticas estariam voltadas para garantir à população acesso a alimentos de qualidade (realizado pelo grupo nominal “segurança alimentar”) e também aos pescadores, que terão maior renda (realizado pelas nominalizações “inclusão social” e “geração de divisas”).

Em outra passagem do Plano, a agricultura familiar e o agronegócio recebem destaque como participantes na função de Portador. Na oração em questão, a “agricultura familiar”, juntamente com a “Reforma Agrária” e o “incentivo ao agronegócio” são avaliados como “necessário(s)”. Adiante no texto, o Portador “agroindústria” é construído por meio de modulação (“deverá”) no papel de detentor (pelo Processo “ter”) do Atributo “destaque fundamental”. Logo, na representação dos agentes que farão parte das políticas agrícolas, percebemos a presença de dois atores que poderiam ser antagonistas, “agricultura familiar” e “agroindústria”, pois o primeiro é conduzido por pequenos produtores, enquanto o segundo pode ser gerido por empresas de grande porte. Porém, na transitividade das orações formuladas no Plano, esses atores são lexicalizados em conjunto, como um mesmo participante, o que lhes confere condição de igualdade. Desse modo, interpretamos que as pautas, embora aparentemente adversas, serão abordadas com igual foco na gestão Lula.

No trato de assuntos que dizem respeito aos **trabalhadores** em geral, o cerne da preocupação está na proposição de alterações nas leis trabalhistas vigentes à época. É o caso da oração (127), na qual o conjunto de leis modificado é qualificado, no próprio Portador, como “moderno”. Portanto, é possível concluir que a legislação vigente até aquele período é atrasada, se considerarmos o pressuposto que a nominalização “a construção” comporta.

(127)	A construção de uma legislação trabalhista verdadeiramente moderna	somente	<u>será</u>	possível
	<i>Portador</i>	<i>Adjunto</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>
<i>Oração paratática relacional</i>				
LIL02#P	se	no seu processo de discussão	for assegurada	a participação dos diferentes setores sociais interessados
	<i>Oração hipotática material</i>			

No Exemplo (127), “a construção de uma legislação trabalhista verdadeiramente moderna” é condicionada por uma oração hipotática de tipo material, introduzida pelo conector “se”. Nessa condição, o processo nominalizado “participação” traz o significado de que a reestruturação do código de leis trabalhistas será feita colaborativamente com as diferentes partes interessadas – funcionários, empregadores e sindicatos, com destaque para este último, que é retomado adiante no texto, o que também aponta para um imaginário no Plano de Governo.

Em outra passagem, o ato de “reconhecer as centrais sindicais como interlocutores dos interesses dos trabalhadores” é imaginado como “um primeiro passo necessário”. Na visão do candidato, as entidades representativas de classe trabalhista necessitam receber reconhecimento do governo federal, talvez por uma questão de legitimação perante a sociedade, para que sejam porta-vozes dos trabalhadores reconhecidos socialmente.

Por fim, a sétima categoria, em termos de recorrência, é **Estrutura da Sociedade**. Esse tópico teve espaço somente no Plano de Governo de 2002, assim como ocorreu com as Relações Internacionais. Nessa categoria, foram construídas representações de mentalidade cívica, segurança pública, multiculturalismo e nacionalismo.

Em **mentalidade cívica**, o papel da sociedade na administração do país é enfatizado, conforme realizado por grupo nominal na função Portador do Exemplo (128).

(128)	Para mudar o rumo do Brasil	<u>será</u>	preciso	um esforço conjunto e articulado da sociedade e do Estado
LIL02#P	<i>Oração intensificadora: Causa - propósito</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

A ação específica de “mudar o Brasil”, realizada por oração intensificadora de Causa, é um resultado esperado da agência de “Estado” e “sociedade”, conforme expressado no Portador, a qual é considerada necessária (cf. expressão moduladora “será preciso”) nesse processo de mudança.

No Exemplo (129), sobre **segurança pública**, a expressão moduladora “ser preciso” associada ao modo subjuntivo da oração estruturam o sentido de imaginário da proposta.

(129)	É	preciso	evitar [[que a juventude <u>se torne</u> presa fácil da criminalidade, do tráfico de drogas e do contrabando de armas]]
LIL02#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

Essa oração é produzida em sequência a uma oração que aborda a dificuldade de ingresso de jovens brasileiros no mercado de trabalho. Nesse sentido, o excerto (129) constitui-se em uma sequência que associa a dificuldade na obtenção de uma vaga de emprego ao engajamento em formas alternativas de ganho financeiro, disponíveis em negócios ilícitos como tráfico de drogas e contrabando de armas. Desse modo, ao utilizar o processo material “evitar”, na função Portador, com sentido de necessidade dado pelo Atributo “preciso”, resta implícita a relação entre a implementação de políticas de encaminhamento dos jovens ao mercado de trabalho e a proteção desse grupo social, caracterizado no Atributo como “presa fácil”, para que não seja atraído para a criminalidade.

Na oração (130), que constrói representação de **multiculturalismo**, o discurso do candidato é direcionado à população brasileira como um conjunto formado por diferentes grupos econômicos, sociais e étnicos, o que se demonstra pela utilização de “heterogeneidade” e “diversidade” no Portador.

(130)	o respeito à heterogeneidade e à diversidade [[que caracterizam o País]] (...)	<u>será</u>	fundamental
LIL02#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

A oração encaixada “que caracterizam o país” marca uma reorientação política no contexto brasileiro, pois reconhece que o país é formado por diferentes grupos, ao mesmo tempo em que atribui caráter “fundamental” à nominalização “o respeito”, em referência a esses grupos, o que sinaliza uma perspectiva de avanço na luta de muitos deles pelo reconhecimento e respeito social.

As orações encaixadas que são objeto de análise no Exemplo (131) são parte de um complexo oracional que apresenta uma representação de **nacionalismo**.

(131)	(o Brasil)	não	pode	menosprezar
	<i>Experienciador</i>	<i>Adjunto modal</i>	<i>Modalizador</i>	<i>Processo mental emotivo</i>
LIL02#P	a capacidade da comunidade científica, tecnológica e empresarial brasileira [[de desenvolver produtos]]	[[que	<u>sejam</u>	mundialmente competitivos]]
	<i>Fenômeno</i>	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Em (131), o imaginário é realizado pelo modo subjuntivo da oração encaixada que constitui parte final do complexo oracional. O Portador “que” é um recurso para retomar o Ente “produtos” da oração anterior “desenvolver produtos”. Nessa oração encaixada, a noção de *irrealis* reside no potencial das indústrias brasileiras de criarem produtos aptos a participarem do comércio internacional. Na oração mental que inicia o complexo, a junção do adjunto modal “não” e do verbo modalizador “pode” pressupõe a existência de menosprezo pela capacidade produtiva do Brasil em nível de inserção internacional. O Experienciador “o Brasil” faz referência metonímica aos brasileiros ou à sociedade brasileira que seriam a origem desse sentimento de menosprezo. Portanto, se considerarmos o uso de negação em (131) como um recurso linguístico que implica uma realidade alternativa à da proposição, chegaremos à análise de que “o Brasil” ou a sociedade brasileira precisa valorizar o conhecimento desenvolvido nacionalmente na cooperação entre ciência, tecnologia e indústria, o que contribui para uma visão de exaltação da capacidade nacional.

Feitas essas considerações sobre a gestão imaginada de Lula para o primeiro e segundo mandatos, na modalidade escrita, voltamo-nos, a seguir, para os imaginários de campanha construídos em situação dialógica face a face, em programa de entrevistas, no ano eleitoral de 2006.

### 5.3.3 Entrevista de Luís Inácio Lula da Silva

A entrevista de Luís Inácio Lula da Silva concedida ao Programa Roda Viva foi ao ar em 16 de outubro de 2006, aproximadamente duas semanas antes da realização do segundo turno eleitoral, no qual o candidato à reeleição disputou com Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira. Na transcrição das falas de Lula na entrevista, foram contabilizados 1.796 *types*, dos quais os processos que realizam orações relacionais representam em torno de 20%. O lema “ser” é responsável por

quase dois terços desse percentual e, por esse motivo, aparece no Quadro 14, como o segundo item lexical de maior recorrência no *corpus* LIL06#E.

Quadro 14 – Lexemas recorrentes na entrevista televisiva de Luís Inácio Lula da Silva

ENTREVISTA	
Itens lexicais mais frequentes	não, <b>é</b> , sabe, <b>tem</b> , Brasil, fazer, agora, vai, veja, <b>está</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do *corpus*.

O primeiro item lexical do Quadro está envolvido em três padrões de agrupamentos lexicais (*clusters*): “eu não”, “não tem/não existe” e “não pode”. O primeiro agrupamento é seguido, principalmente, por processos mentais (*concordar, confundir, conhecer, gostar, querer, saber*) e pelo modal “poder” seguido de um processo verbal (*dizer, afirmar, responder*). Halliday (2014) explica que os processos mentais são típicos em situações informais de conversa. Nesse sentido, podemos afirmar que a situação de entrevista, mesmo que ordenada por assunto e tempo de fala, compartilha algumas características com outros textos da modalidade oral, por exemplo, o uso de processos que expressam a experiência da consciência do participante.

O segundo agrupamento, “não tem/não existe”, forma orações existenciais, as quais, nos casos do *corpus*, pela precedência do Adjunto modal de negação, indicam a inexistência de algo, expresso por um grupo nominal. A transitividade dessas orações constrói representações sobre economia e corrupção. Alguns exemplos de uso, no caso de economia, são “não existe milagre”, “não existe mágica”, “não tem de onde tirar dinheiro”. Já nas orações sobre corrupção, alguns exemplares são “não existe amigo”, “não existe outro jeito”, em uma tentativa de se distanciar das acusações das quais alguns de seus ministros haviam sido alvo em período recente ao da entrevista.

O terceiro padrão de agrupamento “não pode” é parte de orações materiais que constroem representações de economia e corrupção. A respeito do primeiro tópico, o candidato reclama de restrições orçamentárias, como em “não pode tirar da Previdência”, “não pode tirar da Saúde”, “não pode tirar da folha de pagamento”. Nas representações do segundo tópico, temos construções como “não pode se eximir”, ao



falar de sua responsabilidade em relação às acusações de corrupção contra sua equipe de governo, ou “não pode participar da Telecom e da Telemar”, em resposta a um questionamento sobre a irregularidade moral da sociedade estabelecida entre a empresa do filho do candidato e a Telemar, que possuía parte de seu capital pertencente à União.

Após tecermos esse panorama sobre o item lexical mais recorrente do Quadro 21, o Adjunto modal “não”, destacamos que o terceiro item lexical do Quadro, “sabe”, que apressadamente poderia ser classificado como processo mental, é, na verdade, uma expressão formulaica interpessoal, pois abre o espaço dialógico para o interlocutor concordar ou discordar da proposição do falante. Esclarecemos ainda que o segundo, o quarto e o décimo item lexical em ordem de recorrência são processos relacionais, objeto de análise desta tese, os quais serão destrinchados na próxima subseção.

### 5.3.3.1 Imaginários no discurso oral

A entrevista televisiva se desenvolveu em torno de apenas três tópicos – Sistema Político, Economia e Bem-Estar Social. Destes, o primeiro representa mais de metade das orações que realizam imaginários.

A análise das orações que projetam ideias futuras relacionadas ao **Sistema Político** apontou foco em construções sobre reforma política (Exemplo 132) e corrupção, diferentemente do Plano de Governo, em que as orações versaram sobre eficiência administrativa, descentralização e competência política do candidato.

(132)	você	<u>precisa</u>	<u>tornar</u>	isso (financiamento privado de campanha)	crime inafiançável.
LIL06#E		<i>Modulador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Portador</i>	<i>Atributo</i>

Essa oração exemplifica o uso de um recurso modulador - “precisa” – para expressar o posicionamento do candidato sobre financiamento de campanha com recursos de empresas privadas. Por meio desse recurso, Lula indica o que deve acontecer, que é modificar a legislação (“tornar”) para que o financiamento privado de campanha, referido anaforicamente pelo pronome “isso” na função Portador, venha a

ser regulamentado com a classificação de “crime inafiançável”, isto é, crime cuja soltura do acusado independe do pagamento de fiança.

Ainda nessa linha de pensamento, em outras passagens do texto, orações de tipo atributiva auxiliam na caracterização dessa reforma política projetada no discurso do candidato. Algumas, assim como o Exemplo (132), utilizam de modulação para graduar a necessidade ou obrigatoriedade da declaração, como “você *precisa* ter lei”, ou da interrogação “que status privilegiado *deve* ter alguém?”. A declaração antecede e é reforçada pela oração de (132), portanto, contribui para a defesa da visão de Lula de que o financiamento privado de campanha seja punido. Já a oração no modo interrogativo, toca em outro ponto de uma possível reforma política, qual seja a diminuição do tempo de mandato de senadores. Essa demanda de informação do público abre espaço para posicionamentos que se alinhem ou se distanciem do ponto pelo qual o candidato argumenta – se senadores gozam de alguma condição especial para que permaneçam no mandato por um período mais longo de tempo do que deputados ou presidentes. Ainda sobre o financiamento de campanha, como recurso de persuasão da audiência, Lula representa a mudança na legislação como vantajosa para os partidos, ao qualificar o processo de financiamento público de campanha com os Epítetos “barato” e “sadio”, intensificados pelo recurso de gradação “muito mais”.

Nas representações sobre corrupção, identificamos que o candidato refere-se a si mesmo em terceira pessoa “ele (Presidente da República)” ou “um presidente” (Exemplo 133), como uma estratégia de distanciamento da acusação contida na pergunta dos jornalistas.

(133)	<u>como se</u>	<u>fosse</u>	<u>possível</u>	[[um presidente saber de tudo o que acontece]]
LIL06#E	<i>Conector hipotático</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

O fragmento (133), caracteriza imaginariamente a impossibilidade de um chefe de Estado estar ciente de todos os atos que ocorrem em seu governo, por parte de sua equipe. Nesse sentido, o uso do conector “como se” localiza essa fala em um cenário hipotético, que o candidato imagina que os interlocutores, porventura, tenham criado, em que o presidente de uma nação tem conhecimento sobre as atividades de todos que fazem parte de sua equipe administrativa.

Para se referir às pessoas acusadas de corrupção, o entrevistado utiliza nomes próprios como “José Dirceu”, que foi Ministro Chefe da Casa Civil, e “Palocci”, Ministro da Fazenda ou, ainda, faz referência genérica pronominal por meio do oblíquo “los” ou de elipse, em que o agente é identificado no sufixo do verbo, como em “fizeram”, sem nomear a quem essas menções se dirigem. Uma das orações atributivas que ilustra essas ocorrências é a seguinte “para prendê-los é preciso [[que a gente respeite o funcionamento das instituições]]”, na qual o Portador, realizado pelo ato de respeitar as instituições, é graduado em termos de obrigatoriedade pela expressão moduladora “é preciso” para atingir o propósito, realizado na Circunstância “para prendê-los”. O significado dessa oração implica dois pontos: primeiro, os participantes referidos na Circunstância são as pessoas acusadas de corrupção no primeiro mandato de Lula; segundo, ao exigir respeito pelas instituições, o candidato exime-se da responsabilidade de agir, pois credita a órgãos do Governo Federal a incumbência de investigar e punir atos de corrupção. De forma semelhante, em outra passagem, Lula transfere a responsabilidade aos acusados de crimes de corrupção, ao qualificar como “convincente” e “importante” o ato de “assumir” a culpa.

Um último ponto dentro do tópico **corrupção** diz respeito à compra pelo Partido dos Trabalhadores, às vésperas da eleição, de informações falsas sobre os opositores em nível federal, Geraldo Alckmin, e estadual, o candidato ao governo de São Paulo, José Serra. A transitividade das orações que constroem representações imaginadas sobre esse ponto é organizada pela partícula “se” ou pelo modo subjuntivo, recursos linguísticos utilizados para marcar uma condição com sentido de *irrealis* (HALLIDAY, 2014). A declaração presente nessas orações é de dúvida, como em “se o dossiê é o que as pessoas dizem que é” ou de expectativa, por exemplo, de que as acusações sejam tratadas com seriedade, ao caracterizar “apuração” com o recurso de gradação “mais” em conjunto com o Epíteto “rigorosa”.

Na entrevista, as orações apresentadas sobre **Economia**, ao contrário daquelas do Plano de Governo, giram em torno de um número reduzido de tópicos. Basicamente, os imaginários do entrevistado sobre essa categoria concentram-se em crescimento econômico e políticas de incentivos e desoneração fiscal. Esse último tópico é caracterizado positivamente em orações relacionais atributivas possessivas em que o Portador “a gente” é um prospectivo detentor de “mais redução de juros...do tributo” (Exemplo 134) e “muito mais possibilidade de uma economia flexibilizada” em um cenário futuro.

(134)	eu sou favorável	[[que a gente	<u>tenha</u>	mais redução de juros...do tributo]]
LIL06#E	<i>Oração relacional dominante</i>	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

O complexo oracional de (134) é composto por duas orações relacionais: a primeira circunstancial de causa, em que Lula caracteriza a si mesmo como “favorável”, e a segunda, atributiva possessiva, formada a partir de um processo de encaixamento, que indica em relação a que ele direciona esse posicionamento positivo. Conforme realizado pelo grupo nominal “mais redução de juros...do tributo”, na função Atributo, essa será a característica das políticas tributárias da futura gestão.

Nas orações que constroem representações sobre crescimento econômico, destacamos o uso da expressão moduladora “é preciso” como recurso linguístico que sinaliza a necessidade da existência de certos elementos que favoreçam o crescimento econômico do país. Esses elementos são representados na função Portador como “um pacto” e “um entendimento” e significam que Lula busca cooperação, especialmente dos representantes da Casa Civil, para aprovação de propostas orçamentárias que visem ao crescimento da economia brasileira.

As orações da entrevista que realizaram imaginários de **Bem-Estar Social** circunscreveram-se à Previdência Social e Educação. Nos Planos de Governo, o sistema previdenciário foi representado em termos de suas características. Na entrevista, por seu turno, a discussão enfocou a reforma da Previdência (Exemplo 135) como um possível fruto do próximo período de administração petista, em caso de resultado favorável nas urnas.

(135)	(uma nova reforma da Previdência)	não	<u>vai ser</u>	uma proposta do governo.
LIL06#E	<i>Portador</i>	<i>Adjunto modal</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Entretanto, como sinaliza o Adjunto modal de negação “não”, a responsabilidade pela elaboração da proposta de reforma da Previdência parece não envolver o governo, mas sim a participação de outros segmentos da sociedade civil. Essa reforma é representada no campo da possibilidade em outra oração do *corpus*,

com sentido de baixa modalidade no Atributo “possível” (cf. MARTIN; WHITE, 2005), corroborada pelo conector “se”. Desse modo, a proposta de reforma da Previdência Social é representada distante do polo de prioridades do governo.

A **expansão da educação**, nos Planos de Governo, foi principalmente representada pelo aspecto de torná-la acessível a todos os grupos sociais. Na modalidade oral, entretanto, a pauta foi direcionada para a questão de investimento em infraestrutura na Educação Básica. São três orações na fala do candidato que caracterizam “escola pública”, “professor” e “escolas de ensino médio” como possuidores de bens tangíveis, como “um computador”, “um laptop” e “laboratório de computadores”, respectivamente. Essas representações diferem daquelas dos Planos de Governo, em que os estudantes eram representados como possuidores de bens intangíveis como “acesso” e “educação de qualidade”.

Em suma, léxico-gramaticalmente, descrevemos a realização de imaginários no discurso de Luís Inácio Lula da Silva, nos Planos de Governo, majoritariamente por orações relacionais cujos processos são realizados por verbos no tempo futuro do modo indicativo (62% das orações dos *corpora* LIL02#P e LIL06#P). Na entrevista, os recursos linguísticos mobilizados para representações de futuro foram distribuídos ao longo da fala do candidato de maneira mais uniforme do que nos Planos. Agrupadas, as formas futuras foram as mais utilizadas, tanto no modo indicativo quanto no subjuntivo.

## 5.4 DILMA VANA ROUSSEFF

### 5.4.1 Contexto dos discursos

O período de oito anos de gestão do Partido dos Trabalhadores encerrou-se em 2011 com bastante popularidade. Essas condições favoráveis cooperaram para a campanha da candidata da situação, Dilma Rousseff, Ministra de Minas e Energia no primeiro mandato de Lula, e Ministra da Casa Civil após a demissão de José Dirceu, em decorrência do Mensalão. Com o compromisso de continuidade, expresso no lema de campanha “Para o Brasil seguir mudando”, Rousseff foi eleita em segundo turno, tornando-se a primeira presidenta na história do país. Esse evento foi explorado pela mídia como um sinal de mudança na questão de igualdade de gênero no Brasil. Entretanto, como aponta Fernandes (2012, p. 118), “a argumentação simbólica deve

ser elaborada cuidadosamente, a fim de evitar argumentos reducionistas, uma vez que a desigualdade de gênero também se entrecruza com desigualdade de classe e racial na sociedade brasileira<sup>81</sup>". Portanto, fazia-se necessário ter cautela em relação às expectativas de aumento da participação de mulheres em cargos predominantemente masculinos, como na arena política, pois há outros fatores que não podem ser ignorados como oportunidades a que classes sociais baixas não tinham acesso facilmente e desigualdades de inserção no mercado de trabalho. Por exemplo, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2009, apenas 25% das mulheres negras possuíam emprego formalizado via carteira assinada e 34% da mão de obra feminina, principalmente as negras, ocupava posições relacionadas ao cuidado, como em educação, saúde e serviços domésticos<sup>82</sup>.

Na gestão de Rousseff, políticas públicas em prol da mulher enfocaram especialmente a saúde. São exemplos, o lançamento da Rede Cegonha, voltada para o atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de gestantes e bebês, e o desenvolvimento de medidas de enfrentamento ao câncer de mama e do colo do útero. Já com relação ao mercado de trabalho, Dilma encerrou seu primeiro mandato com taxa de desemprego em 4,3%<sup>83</sup>, a menor desde 2002, ano em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a divulgar a série Pesquisa Mensal de Emprego. Entretanto, ainda de acordo com esse levantamento, o nível de ocupação das mulheres permaneceu menor do que o dos homens. No campo da educação técnica, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado como incentivo à qualificação de mão de obra, a fim de oferecer cursos profissionalizantes gratuitos em parceria com o chamado Sistema S, composto por entidades privadas que atuam na formação de mão-de-obra para diferentes setores, como comercial, rural, industrial (SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP, SESI, SESC, SENAC e SENAI). Além disso, foram construídos novos Institutos Federais de Educação Tecnológica. Houve ampliação do ensino superior, em prosseguimento às políticas iniciadas na gestão anterior, por meio da

---

<sup>81</sup> "The symbolic argument must be made carefully in order to avoid reductionist claims, since gender inequality also intersects with class and racial inequality in the Brazilian society."

<sup>82</sup> Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2021.

<sup>83</sup> Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15432-em-dezembro-taxa-de-desocupacao-fica-em-4-3-e-fecha-2014-com-media-de-4-8>>. Acesso em: 20 maio 2021.

inauguração de novos campi e implementação do Programa Ciência sem Fronteiras, com a concessão de bolsas de intercâmbio nos níveis de graduação e pós-graduação, para promover a internacionalização no campo da ciência e da tecnologia.

Nas eleições de 2014, Dilma foi reeleita em disputa acirrada, com 51,6% dos votos válidos<sup>84</sup>. Contudo, casos de corrupção, que já haviam causado, somente no primeiro ano do primeiro mandato, a demissão dos ministros dos Transportes, da Casa Civil, do Trabalho, das Cidades, do Esporte, do Turismo e da Agricultura (ARAÚJO; COSTA; FITTIPALDI, 2016), voltaram a receber proeminência na cena política. Em 2015, primeiro ano do segundo mandato de Rousseff, foi aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar suspeita de irregularidades na empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), além de práticas de corrupção que envolviam o conglomerado empresarial Grupo Odebrecht. Em decorrência disso, em março de 2015, manifestações populares pediam o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, com apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a qual representava a insatisfação do setor empresarial com o governo. Mais uma vez, o mês de março marcou a história política do Brasil. Há 51 anos, em março de 1964, o presidente João Goulart era destituído, por iniciativa de militares, com endosso de setores da sociedade. No caso de Dilma, esse processo seria concluído em agosto de 2016, quando o vice-presidente Michel Temer, que havia assumido a presidência interinamente desde maio do mesmo ano, foi empossado presidente até o final do mandato.

Como saldo dos 497 dias do segundo mandato, destacaram-se iniciativas de assistência à população pouco favorecida economicamente, como a continuação do Programa Mais Médicos, para suprir a demanda de médicos em zonas periféricas e cidades remotas, bem como a implementação de novas cisternas dentro do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “Água para todos” (Decreto nº 7.535/2011), especialmente no Nordeste do país. Na educação, a gestão continuou o processo de interiorização das universidades federais e deu prosseguimento aos programas PROUNI, PRONATEC e Ciência sem Fronteiras. Na economia, o lançamento do Plano Nacional de Exportações visava aumentar a participação de empresas brasileiras no comércio exterior. Por fim, na cultura, em especial nos esportes, o governo investiu na construção de estádios e em melhorias na

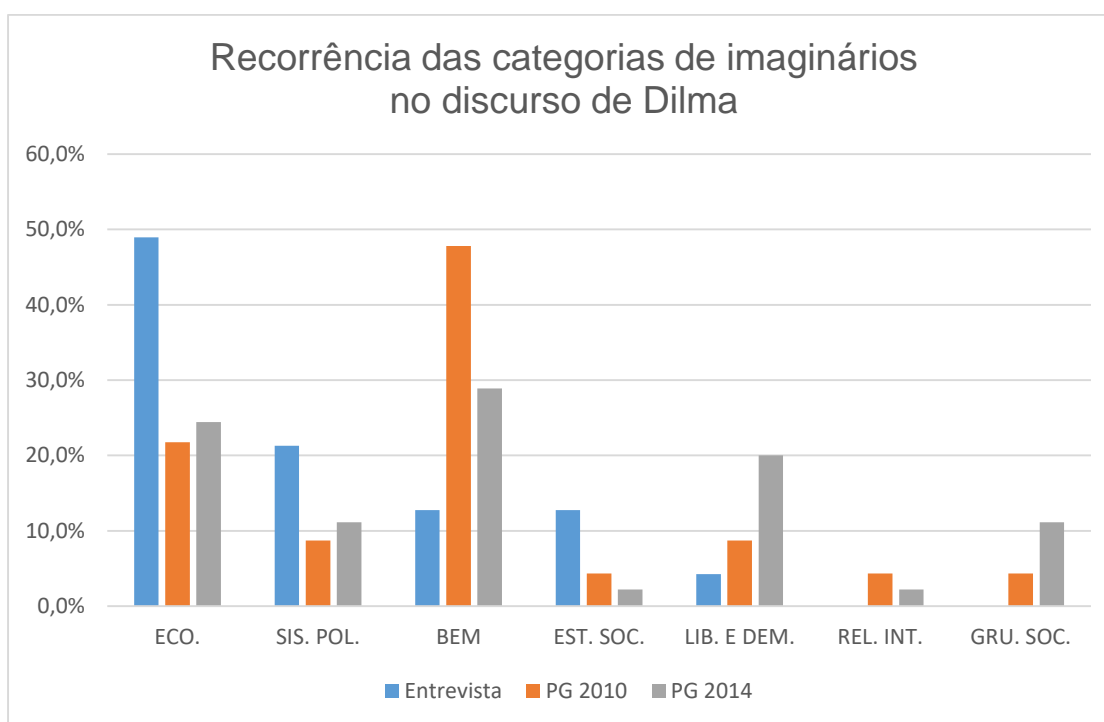
---

<sup>84</sup> Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>>. Acesso em: 24 maio 2019.

infraestrutura e segurança para receber a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016.

Quanto aos documentos que serão analisados nesta seção, diferentemente de seus antecessores, em que a pauta econômica foi enfatizada no Plano de Governo e o Sistema Político na entrevista, a temática de alta recorrência nos Planos de Governo de Dilma foi **Bem-Estar Social**, enquanto na entrevista televisiva foi a de **Economia**. O Gráfico 9 aponta a recorrência de orações que constroem imaginários sobre cada categoria temática e a porcentagem que esse número representa em relação ao número total de orações relacionais que realizam imaginários no *corpus*.

Gráfico 9 – Síntese de categorias de imaginários no discurso de Dilma Rousseff 2010 e 2014



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do *corpus*.

Há coerência temática entre os Planos de Governo de Dilma Rousseff com relação às quatro temáticas mais recorrentes. Entretanto, na entrevista, temas como Sistema Político, menos enfatizados na linguagem escrita, ganham papel de destaque na modalidade oral. Uma explicação para essa mudança temática pode ser encontrada nas perguntas dos entrevistadores, que orientaram a discussão para que a candidata explicasse as suspeitas de corrupção em seu governo.



Apesar de os Planos de Governo de Dilma Rousseff serem compactos, todas as temáticas foram contempladas, assim como o fizera Fernando Henrique Cardoso, porém este ao longo de um número de páginas bastante extenso. Na próxima subseção, passamos à análise e discussão de padrões linguísticos identificados nos Planos de Governo da candidata.

#### 5.4.2 Planos de Governo de Dilma Rousseff

No Plano de Governo de Rousseff para as eleições de 2010, as orações relacionais foram as mais frequentemente mobilizadas pela candidata (n=51), o que representa 3,9% do total de 1.314 *types* do *corpus* DVR10#P. Metade das orações apresentava o processo “ser” em diferentes realizações verbais. No Plano de Governo para as eleições de 2014, as orações relacionais somaram 141 ocorrências em um universo de 2.281 *types* (6,1% do *corpus* DVR14#P). Destas, mais de 50% era formada pelo processo “ser”.

Quadro 15 – Lexemas recorrentes nos Planos de Governo de Dilma Rousseff

PLANO DE GOVERNO - 2010	
Itens lexicais mais frequentes	governo, Brasil, políticas, política, <b>será</b> , Dilma, sociedade, desenvolvimento, <b>serão</b> , programa
PLANO DE GOVERNO - 2014	
Itens lexicais mais frequentes	Brasil, governo, país, Dilma, <b>é</b> , milhões, anos, política, governo, políticas

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do *corpus*.

No Plano de Governo elaborado para as eleições de 2010, o lexema “governo” foi o segundo item mais recorrente (n=34). Gramaticalmente, os padrões de uso desse lexema foram realizados por grupos preposicionais como “no governo Dilma”, “do governo Dilma” ou por grupos nominais como “o governo Dilma”, seguidos de processos materiais na forma verbal futuro do presente do indicativo (12 ocorrências).

Outros grupos frequentes são os preposicionais “no governo Lula-Dilma”, “do governo Lula”, “no governo Lula” e os nominais “o governo Lula”, “o governo do Presidente Lula”, “o governo Lula-Dilma”, seguidos de processos materiais na forma verbal pretérito perfeito do indicativo (13 ocorrências). Esses grupos fazem parte de

afirmações para marcar circunstancialmente a descrição de ações bem-sucedidas dos dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de propostas de ação em uma potencial vitória de Dilma Rousseff.

Com relação ao Plano de Governo para as eleições de 2014, observamos um padrão de combinação de “governo” e “Dilma” em 23 ocorrências, seja realizado gramaticalmente pelos grupos preposicionais “no governo Dilma” e “no segundo governo Dilma” ou pelo grupo nominal “o governo Dilma”. Assim como identificado no Plano de Governo de 2010, essas circunstâncias são seguidas de processos materiais na forma verbal pretérito perfeito do indicativo, à exceção de “no segundo governo Dilma”, que é imediatamente seguido de processos materiais na forma verbal futuro do presente do indicativo. No primeiro caso, para representar feitos da primeira gestão de Dilma e, no segundo, para imaginar ações para um segundo mandato.

Em sequência ao panorama apresentado sobre os padrões léxico-gramaticais nos Planos de Governo na construção de representações e imaginários de campanha, na próxima subseção, exemplificamos e discutimos categorias mais e menos recorrentes de imaginários nesses documentos.

#### 5.4.2.1 *Imaginários do discurso escrito*

A categoria de **Bem-Estar Social** foi identificada como a mais recorrente nas orações relacionais que constituem o *corpus* de *imaginários*, tanto no Plano de Governo de 2010 (47,8%) quanto no de 2014 (28,9%). Nessas orações, a linguagem configura diferentes assuntos, como expansão do estado de bem-estar social, igualdade, cultura, expansão da educação e proteção ambiental.

Um padrão de realização das orações que representam necessidade de **expansão do estado de bem-estar social** é a utilização do processo relacional atributivo possessivo “ter”. Por exemplo, em (136), há uma relação de posse entre os participantes da oração, porém, nesse caso, o imaginário é realizado, gramaticalmente, por um grupo verbal em que a ideia de futuro repousa no primeiro elemento “continuará”.

(136)	O Programa Bolsa Família	<u>continuará</u> tendo	papel relevante	na inclusão social.
DVR10#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Circunstância de Localização - lugar</i>

Uma política que engloba medidas direcionadas às camadas menos favorecidas da população é realizada, semanticamente, pelo Portador “O Programa Bolsa Família”. Essa política é caracterizada pelo Atributo/Possuído “papel relevante” cujo Epíteto (“relevante”) pertence ao campo semântico de palavras que especifica Entes positivamente em termos de importância, ao mesmo tempo em que expressa avaliação na linguagem do autor/escritor do Plano.

Outros exemplos de imaginários de **expansão do estado de bem-estar social** construídos em torno do processo relacional “ter” são encontrados ao longo do *corpus*. Uma dessas orações é formada pelo Possuidor elíptico “(a imensa maioria da população)”, que é uma generalização, pois não especifica um grupo social para quem o discurso é direcionado. Essa generalização projeta que ampla parcela da sociedade brasileira passará a pertencer ao grupo de pessoas que detém o Possuído “uma vida digna”. Em outros trechos, identificamos Possuidores realizados por grupos nominais que representam planos de ação para a administração Dilma, como “a expansão do saneamento básico”, “o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida”, “Tais iniciativas” (em referência aos Programas de Aceleração do Crescimento 1 e 2). Esses Possuidores são caracterizados, respectivamente, com Atributos/Possuídos que representam uma classe de abstrações do campo semântico para descrição de efeito: “forte incidência”, “particular relevância” e “impacto”.

O subtema **igualdade**, presente em seis orações do *corpus*, apresenta imaginários de efeitos futuros de uma política nacional de justiça aos economicamente menos favorecidos e aos racialmente discriminados. Direcionado à audiência de pretos e pardos, que constituem 56,2% da população brasileira, de acordo com resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019<sup>85</sup>, o Exemplo (137) constrói uma representação de um problema social que afeta esse grupo.

<sup>85</sup> Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>>. Acesso em: 15 maio 2021.

(137)	De especial importância para o futuro de nosso Brasil	é	o enfrentamento da violência contra jovens negros
DVR10#P	<i>Atributo</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Portador</i>

O Portador, realizado pelo grupo nominal “o enfrentamento da violência contra jovens negros”, possui “violência” como Núcleo, o que a coloca como questão principal a ser tratada. O marcador de imaginário é realizado pelo nome “o futuro”, que constitui parte do Atributo, e posiciona a questão em termos de temporalidade e relevância. Efeitos futuros de imaginários de políticas direcionadas à população negra são realizados, no nível da léxico-gramática, em outras orações do *corpus*, por grupos nominais como o Atributo “desenvolvido e mais justo” que caracteriza o Portador “país” e o Portador “a luta contra a discriminação e a promoção da igualdade racial” que é caracterizado avaliativamente como “prioritária”. O uso desses Epítetos ressalta o grau de atenção que as pautas raciais receberão na gestão da candidata.

Orações sobre **cultura** conferem centralidade a representações de ações relacionadas aos esportes. Em uma determinada oração do *corpus*, o participante Identificado, por meio de um dêitico, como “este”, faz referência ao ato de sediar as Olimpíadas como uma das ações que serão conduzidas em favor do setor dos esportes. Outro exemplo encontra-se em (138), no qual o participante Portador é realizado por uma oração não finita, “modernizar a organização e as relações do futebol”, e também indica uma ação futura.

(138)	É	<u>urgente</u>	[[modernizar a organização e as relações do futebol]]
DVR10#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

Nas passagens que abordam incentivos ao esporte, Identificados e Portadores são representados como demandantes de esforço e rapidez da gestão Rousseff, seja pelo Identificador “o maior desafio” ou pelos Atributos “prioridade” e “urgente” em relação ao futuro, que é representado circunstancialmente pelos grupos preposicionais “nos próximos anos” e “no próximo mandato”.

O futuro da **educação** nos governos de Dilma Rousseff é representado por Portadores, Atributos e Identificadores que fazem referência a promessas que afetarão a Educação Básica. Em exemplares de orações relacionais possessivas, Identificador e Atributo constroem ações concretas, como a construção de “uma

escola técnica” e abstratas, como “a erradicação do analfabetismo”, no Exemplo (139), com o imaginário realizado lexicalmente pelo item “objetivo”.

(139)	Uma ampla mobilização (...)	<u>terá</u>	como <u>objetivo</u>	a erradicação do analfabetismo;
DVR10#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Circunstância de Modo</i> <sup>86</sup>	<i>Identificador</i>

A respeito de outra temática, a de **proteção ambiental**, o imaginário do Exemplo (140) é realizado lexicalmente da mesma forma que (128), pelo lexema “objetivo”, com sentido de propósito.

(140)	Um programa nacional de defesa urbana	<u>terá</u>	como <u>objetivo</u>	[[prevenir desastres ambientais]]
DVR10#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Circunstância de Modo</i>	<i>Identificador</i>

Situado temporalmente no futuro pelo processo “terá”, o projeto de formular e implementar um programa de preservação do meio ambiente nas cidades brasileiras tem sua identidade dada por sua função – a prevenção de desastres ambientais.

A segunda categoria abordada pela candidata de forma recorrente em ambos os Planos de Governo foi **Economia**. Em 2010, foram cinco orações, dentre as quais a maioria destacou o crescimento econômico e, em 2014, onze orações, das quais grande parte tratou de tecnologia e infraestrutura. Em menor proporção, os Planos de Governo de Dilma Rousseff também abordaram ortodoxia econômica, incentivos, protecionismo, objetivos econômicos, sustentabilidade e economia controlada.

As propostas de políticas para o **crescimento econômico** foram representadas de forma positiva, por meio de Epítetos que fazem parte do participante Atributo, por exemplo “centrais”, “relevante”, “desenvolvido” e “justo”. Esses Atributos projetam características para Portadores realizados por grupos nominais abstratos, como “as políticas industrial, agrícola, energética e de infraestrutura”, “a combinação desses instrumentos” ou “as descobertas do PRÉ-SAL” (Exemplo 141) ou, ainda, para Portadores realizados por nomes concretos, como “o Brasil” e “nosso país”.

<sup>86</sup> Segundo Moura Neves (2000, p. 637), em língua portuguesa, “como objetivo” é classificado como Circunstância de Modo, pois equivale a “na qualidade de”.

(141)	As descobertas do PRÉ-SAL (...)	têm e <u>terão</u>	impacto direto	na industrialização do País,
DVR10#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Circunstância</i>

Desse modo, as promessas de campanha referentes ao subtema crescimento econômico, em orações relacionais, destacam, no participante Portador, generalizações em vez de nominalizações que poderiam indicar ações futuras com tais características.

A informação sobre futuras realizações relacionadas a **tecnologia e infraestrutura** é apresentada por Epítetos que expressam significado de importância e necessidade, por exemplo, “prioritária”, em (142).

(142)	<u>Terá</u>	sequência prioritária	a ampliação e modernização do parque instalado de transmissão de energia.
DVR14#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

O Ente que acompanha esse Epíteto, “sequência”, significa que a ação expressa no Portador já havia sido iniciada, possivelmente, na gestão anterior, pois a afirmação faz parte do Plano de Governo para as eleições de 2014, nas quais a candidata busca a reeleição.

Em outras orações que realizam imaginários sobre essa mesma subtemática, o uso repetido do processo relacional “ser” em sua forma verbal futura (à exceção do Exemplo 142), combinado ao Atributo “necessário”, confere certeza às promessas no campo de inovação tecnológica e melhorias de infraestrutura, em figuras construídas com Portadores como “dar prioridade aos modais ferroviários, hidroviários e à navegação de cabotagem”.

Esse Portador representa uma ação, pois “dar prioridade” equivale à forma verbal “priorizar”, o que reforça o significado do Atributo “necessário” porque expressa comprometimento da candidata com o incentivo a formas alternativas à modalidade rodoviária de transporte, isto é, por meio de trens e da navegação doméstica. Em outra passagem, uma necessidade de ação, caracterizada pelo Atributo “necessária”, no futuro governo, este marcado temporalmente pelo processo “será”, é realizada pela nominalização “a expansão da infraestrutura de fibras óticas e equipamentos de última

geração” com vistas a transformar em realidade a democratização do acesso à internet no Brasil.

Os Exemplos (143) sobre **ortodoxia econômica**, (144) sobre **incentivos** e (145) sobre **protecionismo** seguem o mesmo padrão dos exemplos anteriores de representação de tecnologia e infraestrutura.

(143)	A política macroeconômica	<u>será</u>	consistente com o equilíbrio fiscal
DVR10#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

(144)	A política externa	<u>será</u>	instrumento importante	para o aumento e diversificação geográfica de nosso comércio exterior
DVR10#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Circunstância de Causa - propósito</i>

(145)	Para atingir esses objetivos,	<u>será</u>	essencial	a ação do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do BNB e do Basa.
DVR10#P	<i>Circunstância de Causa - propósito</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

A figura é construída pela junção do processo relacional “ser” na forma verbal futura com um Epíteto na função de Atributo, cujo significado em (144) e (145) é de certeza em relação às ações futuras expressas na Circunstância e no Portador, respectivamente.

O Brasil é colocado como Portador do **objetivo econômico**, na oração do Exemplo (146), realizado pelo Atributo “um país em desenvolvimento”.

(146)	O Brasil	não	<u>será</u>	sempre	um país em desenvolvimento.
DVR14#P	<i>Portador</i>	<i>Adjunto modal</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Circunstância de Extensão - frequência</i>	<i>Atributo</i>

O Adjunto modal “não” denota a negação de que o Atributo, localizado circunstancialmente pelo grupo adverbial “sempre”, seja o real objetivo da proposta. Na verdade, o objetivo econômico que subjaz à declaração é o de que o Brasil deixe

o grupo de países em desenvolvimento e passe para um novo patamar – o de país desenvolvido.

Um projeto relacionado à **sustentabilidade** é localizado circunstancialmente como realidade no ano eleitoral, correspondente ao último ano do primeiro mandato da candidata, pelo grupo preposicional “a partir de novembro deste ano” (Exemplo 147).

(147)	a partir de novembro deste ano,	(a obrigatoriedade da mistura de biodiesel no diesel)	<u>será</u>	7%.
DVR14#P	<i>Circunstância de Localização - tempo</i>	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Identificador</i>

Além do elemento de localização no tempo, o uso do processo “ser” acrescenta significado de realidade estática, determinada. O Identificado, realizado pelo grupo nominal em elipse “a obrigatoriedade da mistura de biodiesel no diesel”, é definido pela quantidade percentual “7%”, que realiza a função de Identificador. Em resumo, a ação projetada para um futuro próximo é representada com alto grau de certeza, dado pelo lexema “obrigatoriedade” no participante Identificado, e estabelece o parâmetro de medida de inclusão de combustível alternativo ao combustível convencional.

Na terceira categoria recorrente, tanto no Plano de Governo de 2010, quanto no de 2014, **Liberdade e Democracia**, o documento trata de assuntos relacionados à democracia em geral, democracia direta e direitos humanos.

Nessa categoria, identificamos três formas de realização de imaginários sobre **democracia em geral**. Primeiramente, no Plano de Governo de 2010, percebemos a construção de realidade e certeza acerca de afirmação contida na oração, pelo uso do processo “ser” na forma verbal futura.

(148)	O Governo Dilma	<u>será</u>	de todos os brasileiros e brasileiras
DVR10#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

A posse do Identificado “o governo Dilma” é realizada, gramaticalmente, pela partícula “de”, no Identificador - “de todos os brasileiros e brasileiras”. Essa relação de equivalência e identificação constrói o imaginário de certeza e realidade a respeito da participação do povo na gestão da candidata.



Um segundo imaginário de democracia em geral, encontrado no Plano de 2014, é realizado com sentido de obrigação e necessidade. Léxico-gramaticalmente, ocorre de duas formas: pelo verbo modalizador “dever” e pelos Epítetos “urgente” e “necessário”, como no Exemplo (149).

(149)	Para nós	é	urgente e necessária	uma ampla e profunda reforma política
DVR10#P	<i>Circunstância de Ângulo</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

Esses Atributos semióticos caracterizam o Portador “uma ampla e profunda reforma política” como algo que precisa ser feito. Os Epítetos que constituem o Portador também expressam significado a respeito dessa reforma, uma vez que “ampla” e “profunda” implicam em muita modificação na organização do fazer político brasileiro. As demais passagens, nas quais os Portadores estão ligados a seus Atributos pelo verbo modal “dever”, estão também relacionadas à reforma política e constituem elementos cujo papel precisa ser considerado, como “valores e representatividade” e “o cidadão”.

Ainda relacionado à reforma política, localizamos uma terceira forma de realização de imaginário de democracia em termos de ação futura a ser concretizada. Essa representação é realizada pelo lexema “objetivo” em três funções diferentes: primeiro, como Circunstância de Modo, da ação indicada no Identificador do Exemplo (150).

(150)	(A reforma política)	<u>Terá</u>	como <u>objetivo</u>	dar maior consistência à representação popular e aos partidos.
DVR10#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Circunstância de Modo</i>	<i>Identificador</i>

Uma segunda função do item lexical “objetivo”, identificada em outra passagem do texto, é como Atributo de ação expressa pelo Portador “ampliar a democracia política”, e a terceira função é a de Identificador de ação apontada no Identificado “resolver as distorções do nosso sistema representativo” em outra oração do *corpus*.

Ainda em torno da reforma política proposta no Plano de Governo para as eleições de 2014 estão os imaginários concernentes à **democracia direta**. Na oração

relacional atributiva do Exemplo (151), o Portador “a participação popular” aparece como elemento causador da certeza de que a reforma política ocorra.

(151)	Para assegurá-la	<u>será</u>	imprescindível	a participação popular
DVR14#P	<i>Oração intensificadora: Causa - propósito</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

Essa certeza é realizada pela oração intensificadora de Causa – propósito “para assegurá-la”, em que o pronome “la” faz referência à reforma política.

Pressuposto no Exemplo (152) está a informação de que o acesso aos direitos garantidos pela legislação brasileira é acessível a uma parcela da população apenas.

(152)	(Um país) [[onde	todas as pessoas	<u>tenham</u>	os mesmos direitos]]
DVR14#P	<i>Circunstância de Localização - lugar</i>	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

Nesse sentido, a oração constrói uma representação futura de relações de igualdade, ao colocar o grupo nominal “todas as pessoas”, generalização que engloba a população brasileira em sua totalidade, em uma relação de detenção, de posse, de gozo (“tenham”) de direitos sem distinção. Este significado é realizado pelo Epíteto “mesmos”, que possui, dentre suas definições, o lexema “igualdade”.

A quarta categoria que aparece de forma recorrente em ambos os Planos de Governo é **Sistema Político**. Nela, a candidata discute a competência do partido, em 2010, e corrupção e eficiência governamental e administrativa, em 2014, na disputa pela reeleição.

No Plano de Governo de 2010, a **competência do partido** é representada como competência da coligação da qual o Partido dos Trabalhadores passou a fazer parte no segundo turno eleitoral. A coligação é mencionada explicitamente nas orações que circundam as relacionais atributivas que constituem nossos exemplares de análise ou, indiretamente, na oração analisada, como ocorre em (153), no participante Atributo, em que “ampla base de apoio” pode ser entendida como uma outra forma de fazer referência aos partidos da coligação.

(153)	Seu governo	<u>terá</u>	uma ampla base de apoio
DVR10#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Ainda nesse mesmo exemplo, o Portador “seu governo” encapsula o sentido de “o governo de Dilma”. Esse Portador é representado como detentor do Atributo “uma ampla base de apoio”, o que confere um significado de solidez e governabilidade ao futuro mandato de Dilma.

Em outra passagem, o Portador “esses avanços” faz referência ao conteúdo de oração antecedente, que menciona os feitos da gestão anterior, de Luís Inácio Lula da Silva, membro do mesmo partido de Dilma Rousseff. Esse Portador é classificado pelo Atributo “possíveis” e indica a possibilidade de que tais avanços continuem a ocorrer na gestão Dilma Rousseff.

Orações que constroem a futura gestão em termos de **eficiência governamental e administrativa** são realizadas por ações na função de Portador - “simplificar” e “estruturar ainda mais e ampliar a eficiência dos órgãos públicos [[que têm por competência o enfrentamento e a investigação da improbidade e o desvio de recursos]]” (Exemplo 154). O primeiro caso é caracterizado como “uma diretriz”, isto é, uma orientação para a promoção do incentivo do governo federal às empresas brasileiras. Essa construção implica o significado de redução dos trâmites burocráticos para o funcionamento e manutenção da atividade empresarial.

(154)	[[estruturar ainda mais e ampliar a eficiência dos órgãos públicos [[que têm por competência o enfrentamento e a investigação da improbidade e o desvio de recursos]] ]]	é	um compromisso [[que <u>continuaremos a manter</u> ]]
DVR14#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Já no segundo caso, a ação que a função Portador realiza está relacionada à eficiência no enfrentamento à corrupção. O imaginário é realizado léxico-gramaticalmente na oração encaixada que constitui o Atributo, “continuaremos a manter”, o que expressa significado de que algo já acontece no tempo presente e continuará a ser feito na realidade futura projetada no Plano de Governo. Além disso,

o lexema “compromisso”, que também é parte do Atributo, funciona como um marcador de responsabilidade assumida pela potencial gestão Rouseff.

No mesmo campo de combate à corrupção, expresso no Portador do Exemplo (155), o imaginário é realizado pelo lexema “meta” no Atributo, que possui orientação futura, de algo a ser alcançado.

(155)	[[Combater a impunidade de corruptores e corruptos (...)]]	é	uma <u>meta</u> [[que teremos forte empenho em cumprir]]
DVR14#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Assim como no Exemplo (154), em que o Ente “compromisso” denotava ideia de responsabilidade, aqui também encontramos como parte do Atributo o Epíteto avaliativo “forte” que caracteriza o Ente “empenho”. Essa combinação de sentidos funciona para descrever o grau de compromisso da futura gestão em tornar concreta a ação expressa no Portador.

A quinta categoria de orações que projetam imaginários de forma recorrente diz respeito a **Grupos Sociais** e abrange propostas direcionadas a agricultores, trabalhadores em geral e às mulheres.

No Exemplo (156), o Portador “todos os **proprietários rurais**” realiza o significado de generalização e abrangência desse grupo na intenção da futura gestão.

(156)	(todos os proprietários rurais)	<u>tenham</u>	a situação de suas propriedades regularizada.
DVR14#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

O significado de intenção é realizado pelo modo subjuntivo da forma verbal do processo relacional “ter”, e o conteúdo de tal intenção é realizado no Identificador “a situação de suas propriedades regularizada”. Desse modo, o futuro desse grupo social é retratado em termos de investimento financeiro direito e controle do desmatamento, pois na oração antecedente são mencionados o “Código Florestal” e o “Cadastro Ambiental Rural”.

Em adição, o futuro para a classe de produtores rurais, especificamente o pequeno produtor, é expresso em outro trecho pelo Identificado “o crédito para agricultura familiar” que projeta esse grupo social por meio do processo relacional

“ser” na forma verbal futuro do presente do indicativo, como beneficiado por investimentos financeiros do governo, realizado pelo Identificador “de R\$ 24,1 bilhões”, o qual determina o montante do aporte imaginado pelo prospectivo governo federal.

As orações que constroem perspectivas para os **trabalhadores em geral** são realizadas com significado de certeza pelo processo “ter” na forma verbal futura, sem uso de modalização. Em diferentes trechos, os Portadores, realizados por grupos nominais como “a política de mudança na qualidade do Emprego” e “A saúde do trabalhador e a prevenção de acidentes” (Exemplo 157), são caracterizados, como já observado em outras orações dos Planos de Governo de Dilma Rousseff, por Epítetos - “forte apoio da educação” e “lugar de destaque”. Este último é interpretado como correspondente ao Epíteto “destacado” ou “proeminente”.

(157)	A saúde do trabalhador e a prevenção de acidentes	<u>terão</u>	lugar de destaque	nas políticas governamentais.
DVR10#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Circunstância de Localização - lugar</i>

As representações de políticas voltadas para as **mulheres** são construídas em forma de estado futuro, pelo processo relacional “ser” (Exemplo 158).

(158)	A implementação da Casa da Mulher Brasileira	<u>será</u>	decisiva
DVR14#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

A promessa de campanha apresentada nessa oração representa com alto grau de importância, pelo Atributo “decisiva”, a ação nominalizada que constitui o Portador “a implementação da Casa da Mulher Brasileira”. Nos termos de Halliday (1998), se “desempacotássemos” a oração, teríamos a oração não finita “implementar a Casa da Mulher Brasileira” ou “A Casa da Mulher Brasileira será implementada”.

Em outra oração do Plano de Governo, o Identificado é realizado pelo grupo nominal “mais empoderamento, autonomia e violência zero” e seu respectivo Identificador “as diretrizes das nossas políticas para as mulheres” significa a orientação das ações da candidata em prol desse grupo social.

No que tange às **Relações Internacionais**, os Planos de Governo de Dilma Rousseff abordam o anti-imperialismo e o internacionalismo. Um exemplo do primeiro encontra-se em (159) e faz parte do Plano de 2010 e, o segundo, encontra-se em (160) e é parte do Plano de 2014.

(159)	O Brasil	<u>permanecerá</u>	fiel aos princípios de não intervenção, de defesa dos Direitos Humanos, de luta pela paz mundial
DVR10#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

(160)	A política externa	tem sido	e	(a política externa)	<u>continuará</u> sendo	mais do que um instrumento de projeção do Brasil	no mundo
DVR14#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>		<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Circunstância de localização - lugar</i>

Os Portadores, realizados pelos grupos nominais “o Brasil” e “a política externa”, estão envolvidos em processos cuja fase da Atribuição é marcada como temporal durativa (HALLIDAY, 2014), isto é, expressam significado de continuidade. Em ambos os exemplos, os processos relacionais “permanecer” e “continuar”, na forma verbal futura, auxiliam na construção de representação de seus respectivos Atributos “fiel aos princípios de não intervenção, de defesa dos Direitos Humanos, de luta pela paz mundial” e “mais do que um instrumento de projeção do Brasil” como elementos presentes na condução atual (do momento em que o Plano é redigido) das relações externas e que farão parte tanto de um primeiro mandato de Dilma Rousseff, em continuidade às duas gestões do Partido dos Trabalhadores, quanto de um segundo mandato, no pleito de 2014, para reeleição da candidata.

Outra categoria abordada de forma menos recorrente (apenas uma oração em cada Plano é dedicada ao assunto) é **Estrutura da Sociedade**. Nela, encontramos propostas relacionadas à segurança pública. Nos dois exemplos a seguir (161 e 162), há representações de combate à violência. Em 2010, o foco é a violência no trânsito (Exemplo 161).

(161)	<u>Será</u>	fundamental	também	a redução dos acidentes de trânsito
DVR10#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>		<i>Portador</i>

Nessa oração, o participante Portador expressa uma ação específica, em forma de nominalização, que pode ser reformulada como “os acidentes de trânsito serão reduzidos”. Essa ação ocorrerá em algum ponto futuro não especificado e o significado de imaginário é realizado pelo processo “será”. O Atributo “fundamental” expressa o grau de importância e obrigatoriedade de que essa ação seja colocada em prática na gestão de Dilma Rousseff.

Em (162), pertencente ao Plano de 2014, o foco é a violência urbana. Nesse excerto, o Identificado é realizado por um grupo nominal abstrato – “a política do governo Dilma” – e representa mais uma diretriz para o combate aos abusos e constrangimentos na sociedade.

(162)	a política do governo Dilma	<u>será</u>	ampliar a presença do Estado	em territórios vulneráveis
DVR14#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>	<i>Circunstância de Localização - lugar</i>

A essa abstração corresponde uma ação, circunstancialmente delimitada “em territórios vulneráveis”, a qual indica que identidade terá essa política em relação ao combate à violência - “ampliar a presença do Estado”. Assim como no Exemplo (161), o significado de imaginário é dado pelo processo “será”.

A seguir, passamos à descrição e explanação das ocorrências de imaginários em orações relacionais no discurso oral da candidata, a fim de estabelecermos semelhanças e diferenças com os resultados obtidos no discurso escrito.

#### 5.4.3 Entrevista de Dilma Rousseff

A entrevista televisiva de Dilma Rousseff ocorreu em 2010, ano do primeiro pleito do qual ela participou para concorrer à Presidência do Brasil. Na transcrição das falas da candidata, contabilizamos um total de 359 orações relacionais cujos processos correspondem a 21,1% do *corpus* DVR10#E (1.700 *types*). A maior parte

dessas orações é constituída pelo processo “ser” (210 ocorrências ou 12,3% do *corpus*) em suas diferentes formas verbais.

Quadro 16 – Lexemas recorrentes na entrevista televisiva de Dilma Rousseff

ENTREVISTA	
Itens lexicais mais frequentes	é, não, acho, <b>tem</b> , Brasil, muito, <b>ter</b> , agora, <b>são</b> , hoje

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do *corpus*.

À exceção dos itens lexicais “é”, “tem”, “ter” e “são”, já computados como relacionais, os demais lexemas presentes no Quadro 16 tiveram recorrência menor no *corpus*, portanto, a observação de padrões de uso resultou em poucos exemplares. A título de ilustração, encontramos sete ocorrências de uso do segundo e terceiro lexemas do Quadro, no tri-grama “não acho que”. Essas orações foram classificadas como mentais por possuírem um participante consciente “eu” e por o processo “achar” ser equivalente em sentido a “pensar”, “considerar”, o qual funciona para apresentar o pensamento da candidata sobre variados temas.

Nessas falas, as orações projetadas pelo processo mental reportam o conteúdo daquilo que a candidata “não acha que”, a saber: a) “a gente pode negociar com o crime”; b) “nós somos todos iguais”; c) “o país esteja passando por uma desindustrialização”; d) “esteja havendo no Brasil desindustrialização”; e) “nós podemos analisar esse período que nós estamos com os mesmos padrões que a gente analisava o Brasil quando a economia crescia um, dois por cento”; f) “é por aí”; g) “as mulheres, elas fazem aborto porque elas são a favor do aborto, né?”. Essas orações projetadas realizam representações sobre violência, igualdade, economia e saúde pública.

Essas orações foram apresentadas como exemplos de outras ocorrências dos lexemas mais frequentes obtidos a partir da ferramenta *Wordlist*, do programa *WordSmith Tools 8.0* (SCOTT, 2020), porém não são o foco de análise da tese. Na sequência, direcionamos a análise para a realização linguística de imaginários no discurso político, com base em excertos da fala da candidata Dilma Rousseff em entrevista ao Programa Roda Viva.



### 5.4.3.1 Imaginários no discurso oral

Na entrevista televisiva de Dilma Rousseff, foram abordados os seguintes tópicos por ordem de recorrência: Economia (23 orações), Sistema Político (10 orações), Bem-Estar Social (6 orações), Estrutura da Sociedade (6 orações) e Liberdade e Democracia (2 orações).

Na categoria **Economia**, a realização de imaginários deu-se, particularmente, no estrato léxico-gramatical, segundo quatro padrões. Um primeiro padrão de uso utiliza verbos no modo subjuntivo (9 ocorrências) em combinação com caracterização por Epítetos, que fazem parte do participante Atributo. Esse grupo de Atributos especifica imaginários de:

1) infraestrutura, como no caso de “acessíveis” que modifica o grupo nominal “esses lugares”, em referência a territórios onde habitam pessoas de baixa renda no país (Exemplo 163).

(163)	[...] que	esses lugares	<u>sejam</u>	acessíveis...
DVR10#E	<i>Elemento textual</i>	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

2) nacionalização, em que “responsável por no máximo 1800” descreve o Portador “uma indústria”, em referência à redução de postos de trabalho na indústria naval (Exemplo 164).

(164)	uma indústria [[que tinha empregado 40 mil trabalhadores]]	fosse	responsável por no máximo 1800.
DVR10#E	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

3) ortodoxia econômica, cujo exemplo (165) não descreve, no Portador, um partido político específico, mas sim, de forma elíptica e generalizada “um partido político”, em referência à totalidade de partidos que formam o sistema partidário brasileiro. Esse grupo nominal é caracterizado como desfavorável à “formalização da autonomia do Banco Central”.

(165)	que (=um partido político no Brasil)	seja	a favor da formalização da autonomia do Banco Central
DVR10#E	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Em um segundo padrão de realização de imaginários, o grupo verbal iniciado pelos verbos “ir” e “ter” (6 ocorrências), com sentido de futuro imediato, indica posse de abstrações por Portadores pronominais que deixam dúvida a respeito de qual é seu referente (Exemplo 166).

(166)	nós	<u> vamos ter </u>	um grande mercado consumidor
DVR10#E	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Nesse exemplo, o uso do pronome “nós” refere-se à equipe de governo, ao governo e aos brasileiros, à candidata e ao Ministério da Economia? Outro caso de indeterminação no Portador ocorre com o uso de “você” (Exemplo 167).

(167)	você	<u> vai ter </u>	um problema sério	na Previdência
DVR10#E	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Circunstância de Localização - lugar</i>

Quem estaria incluído nesse uso de “você” poderia ser o jornalista que realizou a pergunta, o contribuinte, ou a própria candidata, pois na oração anterior o participante Ator “economista” de uma oração material é representado por meio da ação hipotética de reduzir muito a “carga da tributação sobre folha de salário” e, a consequência desse ato está expressa na oração relacional atributiva possessiva “você *vai ter* um problema sério na Previdência”. O pronome “você” também pode ser considerado uma marca de indefinição do discurso oral.

Um terceiro padrão de realização de imaginários, embora menos recorrente (3 orações), utiliza o recurso interpessoal de modulação, com a expressão “tem que” ou “tem de”, que corresponde em sentido ao verbo modal “dever”. Todas as ocorrências desse terceiro padrão deram-se em orações relacionais atributivas possessivas por meio do tri-grama “ter de ter”. Esse padrão é apresentado no Exemplo (168).

(168)	de 2011 a 2014	nós	<u>temos de</u>	ter	uma meta
DVR10#E	<i>Circunstância de Localização - tempo</i>	<i>Portador</i>	<i>Modulador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

A obrigatoriedade expressa pela modulação recai sobre o Portador “nós”. Pressupomos que o pronome que realiza o Portador faça referência à candidata e sua equipe de governo. O objeto dessa obrigatoriedade está representado no Atributo, realizado pelo grupo nominal “uma meta”, a qual é identificada em oração encaixada subsequente “que é a erradicação desses mais pobres”. “Mais pobres” retoma trecho que antecede a oração do Exemplo (168), no qual Dilma comenta sobre o número de pessoas que recebem um quarto do valor de um salário mínimo. No mesmo parágrafo, porém subsequentemente a (168), a oração do Exemplo (166) representa a consequência de mudar a renda desse grupo identificado como “mais pobres”, ter mais dinheiro circulando na economia por meio do aumento de potenciais consumidores.

Um quarto padrão de realização de imaginários de economia ocorreu por meio do lexema “objetivo” (3 ocorrências), que coloca a ação, expressa no Identificado, em um tempo futuro, a ser alcançado, sem o uso de Circunstância de Localização – tempo, como é o caso de (169).

(169)	esse (manter estavelmente um ritmo de crescimento)	é	o <u>objetivo</u> do governo
DVR10#E	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

No fragmento, o Identificado, realizado pronominalmente, retoma uma ação. Apesar de a oração carecer de especificação de tempo, ao considerarmos o contexto da fala – entrevista televisiva em período pré-eleitoral –, situamos a ação como um projeto para os quatro anos seguintes, caso a candidata vença o pleito eleitoral.

A categoria de **Sistema Político** está contida em dez orações, portanto, é a segunda mais recorrente na entrevista. Um primeiro exemplo de construção de *irrealis* é realizado em uma oração hipotática, iniciada pelo conector “se” e que possui “ser” como processo principal, realizado gramaticalmente pela forma futura do modo subjuntivo (Exemplo 170).

(170)	se	a oposição	não	<u>for</u>	uma oposição raivosa
	<i>Conector</i>	<i>Portador</i>	<i>Adjunto modal</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>
<i>Oração hipotática</i>					
DVR10#E	[...] se	pode	governar	com todos os partidos	
<i>Oração paratática</i>					

A oração paratática contém a possibilidade de um resultado “governar com todos os partidos” e, para que este seja concretizado, há um critério, exposto pela oração hipotática de tipo relacional atributiva. O Portador abstrato “a oposição” faz referência aos membros da Casa Civil – Câmara e Senado – pertencentes a partidos com ideologia política diversa daquela do Partido dos Trabalhadores. O critério para governabilidade, segundo Dilma Rousseff, é que a oposição apresente atitudes caracterizadas como facilitadoras de cooperação.

Um segundo exemplo de construção de *irrealis* sobre o sistema político é também pelo processo “ser” na forma verbal futura, porém do pretérito do modo indicativo, como descrito no Exemplo (171).

(171)	(o presidente Lula)	Jamais	<u>seria</u>	[[capaz de [...] ter um tipo de interferência]]
DVR10#E	<i>Portador</i>	<i>Adjunto modal</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Nesse trecho da entrevista, Dilma é questionada sobre o papel que será desempenhado pelo presidente em mandato, membro do mesmo partido que a candidata, em sua futura gestão, caso eleita. “O presidente Lula” é Portador elíptico não somente na oração (171), mas também em outras que fazem parte da resposta ao mesmo questionamento. As duas orações seguem o mesmo formato de organização, ao utilizarem negação (*jamais, não*) + Atributo de capacidade (*capaz de*) + ação. No caso de (171), há negação de interferência de Lula em um mandato de Dilma. Já na outra oração do mesmo trecho, há a negação de “ter um tipo de participação [[que ele mesmo acha indevida]]”. Nessa mesma linha de pensamento, Dilma ressalta, com o sentido de dever, que “um presidente [...] *tem de* ter uma participação mais para solução de problemas”. Desse modo, a candidata afasta vozes contrárias a uma possível participação de Lula em sua gestão.

Nas orações categorizadas como referentes ao **Bem-Estar Social**, registramos menção à Educação Básica e à Saúde pelo uso de lexemas como “professor”,

“magistério” e “tratamento” pertencentes ao campo semântico dos termos hiperonímicos. Nas orações sobre Educação Básica, o foco da candidata é formação e remuneração. A respeito deste último, exemplificamos em (172).

(172)	Para isso (=valorizar o professor),	é	<u>necessário</u>	um salário-mínimo.
DVR10#E	<i>Circunstância de Causa- propósito</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

A valorização do professor está relacionada ao estabelecimento e pagamento de um piso nacional, o qual é realizado, na oração, pelo Portador “um salário-mínimo”. O Atributo “necessário” justifica o meio, isto é, o nivelamento do salário do magistério nacionalmente, para atingir o fim dado pela Circunstância de propósito “para isso”.

Em (173), o imaginário é realizado pelo modal de obrigação “tem de”, que tem equivalência em sentido, nesse contexto, ao verbo “precisar”.

(173)	(a pessoa)	<u>tem de</u>	ter	um tratamento com especialista
DVR10#E	<i>Portador</i>	<i>Modal de obrigação</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Nesse caso, o conteúdo do imaginário de bem-estar volta-se para a questão da saúde pública. Dilma discorre sobre a criação de clínicas para atendimento especializado em enfermidades, por exemplo, atendimento a pacientes com complicações renais ou perda de audição. No Atributo, há essa especificação, pois o grupo nominal “um tratamento” é caracterizado pelo grupo preposicional “com especialista”, o que delimita e direciona o campo de ação do profissional da saúde apto que irá atuar na concretização desse projeto. O Portador a quem é conferido esse direito é elíptico em referência ao grupo nominal “a pessoa” referido em oração anterior.

Apesar de realizado por um dêitico que tem por função, em geral, retomar um referente que tenha sido mencionado anteriormente ou que seja de conhecimento compartilhado com a audiência, nesse trecho, desde a primeira menção, o Portador é referido de forma definida por “a”. Segundo Martin e Rose (2003), o uso de artigos definidos para apresentar participantes no discurso significa que a identidade desse participante pode ser presumida. No caso, “a pessoa” é conhecimento pressuposto e

generalizado que representa “qualquer pessoa” que precise de atendimento especializado.

As projeções em **Estrutura da Sociedade** constituem duas frentes de trabalho: defesa dos direitos reprodutivos das mulheres e segurança pública. No primeiro caso, mostrado em (174), a candidata responde a possíveis discursos que atrelam o ato de interrupção de uma gravidez a um posicionamento favorável ao aborto.

(174)	eu	não	acredito
	<i>Oração mental projetante</i>		
	que	tenha	uma mulher
DVR10#E	<i>Oração existencial</i>		
	que (uma mulher)	<u>seja</u>	a favor do aborto
	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Por meio da estrutura de uma oração mental, assim classificada pelo uso do processo “acreditar”, pois constrói um processo cognitivo do participante “eu” (a candidata), seguida de uma oração existencial, temos uma oração relacional. O conteúdo daquilo em que a candidata não acredita serve de justificativa para mover o debate sobre aborto de uma perspectiva moral para uma de saúde pública. Aqui, o modo subjuntivo em que se realiza o processo “ser” cria um contexto hipotético em que inexistente posicionamento favorável de “uma mulher” em relação ao aborto. Na oração que segue esta do exemplo, a candidata faz uso de comparação para enfatizar o peso que as desigualdades econômicas e sociais têm na forma como as mulheres vivenciam o processo de interrupção da gestação.

Em outra frente, ainda sob a temática de **Estrutura da Sociedade**, os imaginários voltam-se para ações e decisões para melhoria da segurança pública. Por exemplo, em (175), há uma ação representada como necessária na futura gestão de Dilma.

(175)	Junto com isso	é	<u>necessário</u>	[[que o Estado volte para alguns territórios]]
DVR10#E	<i>Circunstância de Acompanhamento - comitativo</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

Para combater o sentimento de insegurança na sociedade brasileira, retratado constantemente pela mídia, a candidata defende a presença das forças policiais em

algumas partes do território nacional classificadas como áreas de domínio do crime e do tráfico de drogas. Essa informação consta em orações que circundam a de nosso exemplo. Em uma delas, o imaginário é realizado por modulação do verbo “**tem de**”, cujo sentido coloca um peso de obrigação para que o governo possua “uma política de conquista do território” como Atributo.

A única oração do corpus DVR10#E que aborda a categoria **Liberdade e democracia** constrói um imaginário sobre alteração na Constituição Federal (Exemplo 176).

(176)	<u>seria</u>	prudente	[[que (a constituinte) fosse uma constituinte exclusiva, uma constituinte específica	para tratar dessa questão]]
DVR10#E	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>	<i>Oração intensificadora: Causa - propósito</i>

No fragmento (176), a instância do processo relacional “ser”, em sua forma verbal futuro do pretérito, realiza léxico-gramaticalmente a noção de futuro. Já a decisão contida no Portador é caracterizada como uma escolha ponderada e racional, o que é realizado pelo Atributo “prudente”. A decisão representada no Portador refere-se à condução de uma Assembleia Nacional Constituinte para tratar especialmente da reforma no sistema político brasileiro, incluindo a questão de financiamento de campanha, e é retomada no exemplo pelo grupo preposicional “dessa questão” na oração intensificadora.

Em suma, os padrões de realização de imaginários na entrevista de Dilma Rousseff são usados para descrever avaliativamente ações ou projetos políticos como “necessário”, quando são parte de Atributos, ou para construir processos de “ser” ou “estar” tanto nas formas verbais futuras do modo indicativo, quanto nas de presente e futuro do modo subjuntivo. Além disso, identificamos também o uso de modulação com o processo relacional “ter”, na forma “tem de ter”, para indicar obrigatoriedade de uma decisão ou ação.

## 5.5 JAIR MESSIAS BOLSONARO

### 5.5.1 Contexto dos discursos

O período que seguiu a destituição de Rousseff, sob administração de Temer, foi caracterizado por ondas de protesto e rejeição por parte da população, em reação a medidas impopulares aprovadas pelo governo, por exemplo, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 55, que estabelece um teto para gastos governamentais por vinte anos. A consequente baixa popularidade da gestão influenciou os resultados obtidos pelo candidato à presidência em 2018 pelo partido de Temer (Movimento Democrático Brasileiro – MDB), Henrique Meirelles, que obteve 1,2% dos votos. Da mesma forma, após quatro anos de investigações da Polícia Federal, em uma operação chamada Lava Jato<sup>87</sup> e seus desdobramentos em diferentes estados da federação, a credibilidade de diversos partidos foi comprometida. Acrescentemos a essa erosão do sistema político o agravamento do quadro de violência no país, com 62.517 homicídios registrados em 2016, segundo dados do Atlas da Violência do IPEA<sup>88</sup>, o que gerou um clima de insegurança na população e estimulou demandas de estratégias mais duras de controle à violência.

Nessas condições, Jair Messias Bolsonaro, candidato pelo Partido Social Liberal (PSL), foi eleito em segundo turno com 55,13% dos votos válidos. Corroboraram sua eleição acontecimentos e discursos que sugeriram uma representação de mártir, que não se enquadrava no sistema vigente e que seria a voz do povo. O principal acontecimento que configurou o martírio foi a facada recebida durante campanha eleitoral em Juiz de Fora, Minas Gerais, levando o candidato a declinar da participação em debates televisivos. Com relação aos discursos de campanha, Daly (2019) identificou características do populismo, conceito utilizado por líderes como Donald Trump, nos Estados Unidos e Recep Tayyip Erdoğan, na Turquia. Essas características envolvem o desafio do sistema vigente, na figura de alguém que não faz parte desse sistema (*outsider*), propagação do medo, adoção de posicionamentos tradicionais com relação a assuntos como família, religião e papéis

---

<sup>87</sup> Mais informações sobre a operação Lava Jato estão disponíveis na página da Polícia Federal: <<http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato/fases-da-operacao-lava-jato-1/fases-da-lava-jato-2014>>. Acesso em: 19 maio 2021.

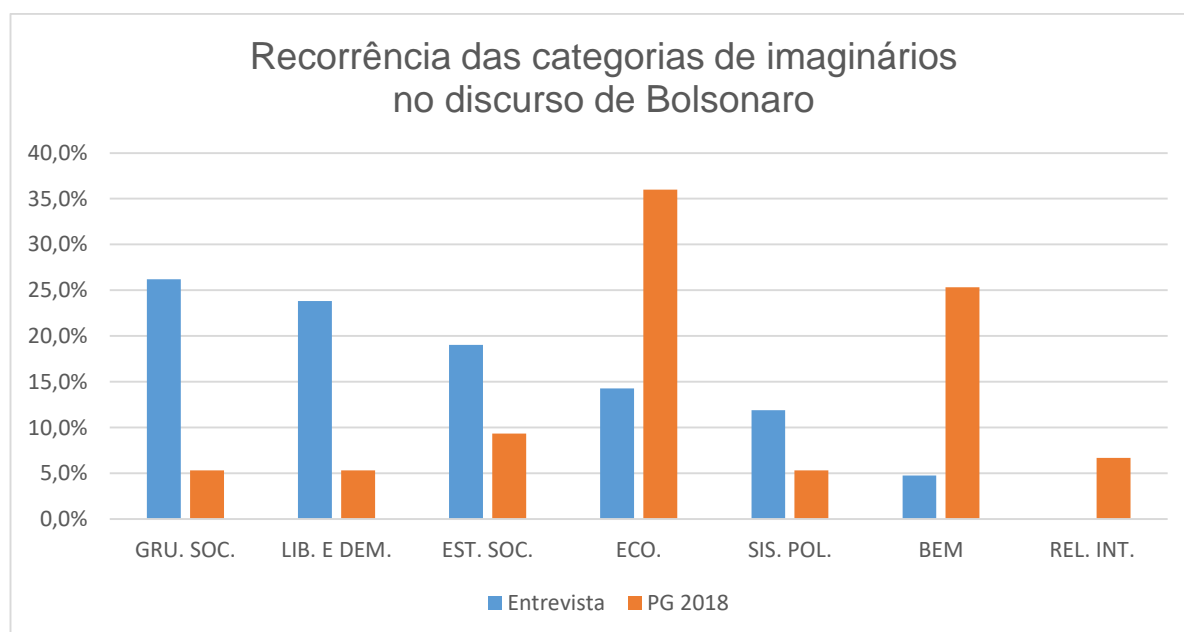
<sup>88</sup> Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>>. Acesso em: 19 maio 2021.



de gênero, desconfiança tanto em relação a instituições nacionais, como o Supremo Tribunal Federal, quanto internacionais, como organizações estrangeiras. Por fim, Bolsonaro estabeleceu proximidade com seu eleitorado, estendendo a plataforma de campanha por meio da internet, especialmente em redes sociais, dando voz a uma agenda política que não teve centralidade nos governos anteriores.

Em termos gerais, o Plano de Governo de Jair Bolsonaro em relação à temática mais recorrente assemelha-se aos de Collor, Fernando Henrique e Lula – Economia. Entretanto, a entrevista televisiva enfoca, em número de orações que realizam imaginários, Grupos Sociais. O Gráfico 10 aponta o número de orações que constroem imaginários sobre cada categoria temática e a porcentagem que esse número representa em relação ao número total de orações relacionais que realizam imaginários no *corpus*.

Gráfico 10 – Síntese de categorias de imaginários no discurso de Jair Bolsonaro 2018



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do *corpus*.

A seguir, analisamos as formas de realização linguística de imaginários no Plano de Governo do candidato Jair Bolsonaro para as eleições de 2018.

### 5.5.2 Plano de Governo de Jair Bolsonaro

No Plano de Governo de Jair Bolsonaro para as eleições de 2018, as orações relacionais foram as mais frequentemente mobilizadas pelo candidato, principalmente, por meio das diferentes formas verbais do processo “ser”. Contabilizamos um total de 115 ocorrências desse processo em um total de 2.222 *types* (5,2%). Em adição a esses resultados, identificamos orações relacionais realizadas por outros processos, como “estar”, “envolver”, “ter”. Com o acréscimo de outras formas de realização dessas orações, classificamos um total de 191 orações cujos processos correspondem a 8,6% do *corpus* JMB18#P e realizam ambos representações e imaginários. Na análise apresentada na próxima subseção, nosso recorte é constituído exclusivamente de orações que realizam imaginários (n=75).

Quadro 17 – Lexemas recorrentes no Plano de Governo de Jair Bolsonaro

PLANO DE GOVERNO	
Itens lexicais recorrentes	Brasil, é, não, <b>ser</b> , <b>são</b> , <b>será</b> , economia, governo, países, nacional

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do *corpus*.

Outro item recorrente, porém nominal, é “Brasil”, com 63 ocorrências (2,8% do total de *types*). Esse lexema é acompanhado de “guerra” em cinco orações: “A Guerra do Brasil” (nome de um documentário citado duas vezes no texto), “o Brasil está em guerra”, “a guerra no Brasil” e “nesta guerra do Brasil”. Esses exemplos metafóricos fazem referência ao contexto de segurança pública e violência no país. Os demais itens lexicais do Quadro 17 possuem percentual de recorrência baixo (<2%) e, portanto, não serão examinadas em detalhe com suas co-ocorrências. A seguir, passamos para a análise qualitativa de exemplares de imaginários no Plano de Governo.

#### 5.5.2.1 Imaginários no discurso escrito

A categoria **Economia** constitui 36% do total de orações relacionais que representam futuro. A análise que segue traz um exemplo das visões do candidato

sobre pautas econômicas como tecnologia e infraestrutura, economia de livre mercado, incentivos, ortodoxia econômica e protecionismo.

De onze orações que tratam sobre **tecnologia e infraestrutura**, há um padrão de utilização de modulação em seis delas. Gramaticalmente, esse padrão é realizado pelo modal de obrigação “dever” e pelas expressões “precisa” e “é necessário”, como é o caso do Exemplo (177).

(177)	É	<u>necessário</u>	[[melhorar a eficiência portuária]] <sup>89</sup>
JMB18#P	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Portador</i>

Nessa oração, o projeto de futuro é encapsulado no participante Portador e refere-se a melhorias na infraestrutura de transportes do país. Outros trechos do Plano de Governo que descrevem ações futuras sobre tecnologia e infraestrutura, combinadas com modulação, compreendem “redução de custos e prazos para embarque e desembarque”, “integração com uma vasta malha ferroviária e rodoviária”, tornar o Brasil “um centro mundial de pesquisa e desenvolvimento em grafeno e nióbio”, e a “ciência (nunca) estéril”. Com relação ao uso da expressão de obrigação “precisa”, esta define o que é necessário ao setor de energia, que ele seja “confiável, a preços justos e competitivos internacionalmente”, na função de Atributo da oração.

As situações futuras que envolvem uma perspectiva de **economia de livre mercado** são localizadas em oito orações. Em metade delas, repete-se o padrão observado no discurso sobre tecnologia e infraestrutura, com a mobilização de verbo e de expressões de modulação como estratégia linguística para indicar o grau de necessidade de que a ação proposta ocorra.

Outros recursos linguísticos que indicam representações de expectativas futuras alinhadas a uma perspectiva de livre mercado foram localizadas no participante Identificador de orações do tipo relacionais identificativas, como ocorre no Exemplo (178), isto é, aquelas que constroem uma relação de definição de identidade entre os participantes.

<sup>89</sup> Os sinais [[ ]] indicam orações encaixadas (HALLIDAY, 2014).

(178)	Nossa <u>intenção</u>	é	[[criar um ambiente favorável ao empreendedorismo]]
JMB18#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

Nesse Exemplo, o lexema “intenção”, que também funciona como marcador de imaginário, define em que constitui a imagem da economia brasileira projetada pelo candidato: um ambiente facilitador para a abertura e manutenção de negócios. Em outro excerto do Plano de Governo, em uma oração igualmente relacional identificativa, o Identificador “o aumento na competição entre empresas” cria a identidade do Identificado “a linha mestra de nosso processo de privatizações”, o que reforça a visão econômica de livre mercado e, conseqüentemente, apela a um grupo específico de eleitores, o empresariado brasileiro.

Há também casos de modulação realizadas em orações relacionais atributivas em outras passagens do texto sobre tecnologia e infraestrutura. Em duas delas, “necessário” constitui-se em Atributo do que deve ser feito: “atrair investimentos” na área de aviação civil e, “remover gradualmente as exigências de conteúdo local”, em referência às regras da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para contratação de fornecedores nacionais na exploração e produção de petróleo no Brasil<sup>90</sup>. Desse modo, Jair Bolsonaro se compromete a agir em prol da abertura dos processos de licitação para que empresas estrangeiras também possam participar, portanto, desfavorecendo as indústrias locais na concorrência. Nessa mesma esteira de pensamento neoliberal, em outra oração, a expressão “é preciso” atribui alto grau de obrigação de que a principal estratégia para impulsionamento econômico seja “um choque liberal”.

As promessas de campanha em torno de **ortodoxia econômica** oferecem representações a respeito da redução do resultado negativo nas contas do governo (*déficit*), de mudanças em uma instituição econômica tradicional, como o Banco Central e de estabilidade da moeda nacional. São cinco orações relacionais atributivas e uma identificativa. Três das atributivas utilizam o tempo futuro – do presente (*voltará, terá*) e do pretérito (*teria*) – e uma utiliza o modo subjuntivo (*seja* - Exemplo 179) na construção desses imaginários.

<sup>90</sup> Mais informações em: <<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/conteudo-local>>. Acesso em: 13 maio 2021.

(179)	o descontrole das contas públicas	nunca	<u>seja</u>	ameaça ao bem estar da população
JMB18#P	<i>Portador</i>	<i>Adjunto de modo</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

O uso do modo subjuntivo (“seja”), em (179), confere sentido *irrealis* à oração. Esse é um recurso de modalização para indicar hipoteticidade (MATTHIESSEN, 2004), portanto, o autor do Plano de Governo prevê o grau de probabilidade de que a situação de “descontrole das contas públicas” ocorra no futuro mandato. Nesse caso, o adjunto de modo “nunca” estabelece baixa probabilidade de ocorrência.

Nas orações atributivas possessivas, o Portador “Brasil” é representado como Possuidor de um futuro próspero com “grau de investimento” e “déficit primário de R\$ 139 bilhões”. A proposta dessas orações, construídas com atribuições ao Portador “Brasil”, realizou-se parcialmente, pois o déficit primário em 2019 somou R\$ 95,1 bilhões, porém falhou em se tornar ação em 2020, segundo ano de mandato do governo, quando alcançou o valor de R\$ 743,1 bilhões<sup>91</sup>.

Em outra passagem, há uma oração relacional atributiva possessiva que confere ao Portador “Banco Central” a projeção de posse de mandatos fixos da diretoria a fim de evitar interferência política. Essa projeção veio a se cumprir no segundo ano de mandato, por meio da Lei Complementar nº 179 de 24 de fevereiro de 2021. Por fim, localizamos também uma oração relacional identificativa que define “Inflação baixa e previsível” como “uma das prioridades inegociáveis” perante a possibilidade de eleição do candidato.

Duas orações caracterizam políticas de **incentivos**, as quais estão relacionadas ao tópico anteriormente referido, o incentivo ao empreendedorismo. O Exemplo (180) ilustra a realização, no nível oracional, dessa política de incentivos ao empreendedorismo.

(180)	Os entes federativos	<u>teriam</u>	no máximo,	30 dias	<u>para dar a resposta final</u>
JMB18#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Adjunto de intensificação</i>	<i>Atributo</i>	<i>Oração intensificadora: Causa - propósito</i>

<sup>91</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/janeiro/governo-central-tem-deficit-primario-de-r-743-1-bilhoes-em-2020#:~:text=CONTAS%20P%C3%9ABLICAS-,Governo%20Central%20tem%20d%C3%A9ficit%20prim%C3%A1rio%20de,743%2C1%20bilh%C3%B5es%20em%202020>>. Acesso em: 13 maio 2021.

Realizada por uma oração atributiva possessiva, na qual a forma verbal no futuro do pretérito do processo “ter” cria uma condição de prazo fixado, o Atributo *30 dias*, para que o Portador “entes federativos” manifeste-se a respeito de abertura e fechamento de empresas. Já na segunda oração que ilustra a caracterização da política de incentivos ao empreendedorismo, o sentido é linguisticamente organizado pelo Atributo “automaticamente autorizada” em relação à ação de abertura e fechamento de empresas.

A discussão das orações analisadas até aqui é reforçada em outro trecho, em uma oração, classificada em (181), que constrói representação negativa de políticas de **protecionismo** econômico.

(181)	Esse	<u>será</u>	nosso foco	[[gerar mais competição]] <sup>92</sup>
JMB18#P	<i>Identificador</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificado</i>	<i>Identificador</i>

Esse excerto exemplifica um caso de introdução catafórica do Identificador e estabelece uma delimitação do Identificado “nosso foco”, em que “nosso” parece fazer referência ao candidato à presidência e sua equipe/partido.

Políticas de promoção do **Bem-Estar Social** são textualmente construídas em torno tanto do sentido de expansão quanto de limitação do estado de bem-estar social e, também, de expansão da educação. A representação dessas subcategorias ocorre em relação a quatro áreas de políticas federais: 1) na expansão do estado de bem-estar social: saúde e distribuição de renda; 2) na limitação do estado de bem-estar social: seguridade social; 3) na expansão da educação: Educação Básica.

O primeiro conjunto de descrições sobre **expansão do estado de bem-estar social** comporta Portadores e Atributos realizados lexicalmente por palavras pertencentes ao campo semântico da **saúde**. São exemplos “atendimento”, “agentes comunitários de saúde”, “saúde” e “cadastro do paciente”. Uma estratégia utilizada pelo candidato para contestar as políticas para a saúde do partido que governou anteriormente é a construção de representação de um discurso de ausência, por meio

<sup>92</sup> Em ordem direta, a oração (160) fica assim retextualizada: “Nosso foco será esse: [[gerar mais competição]]”.

do modal de obrigação “dever” na forma do futuro do pretérito. Assim, em “a população brasileira *deveria* ter um atendimento melhor” e “A SAÚDE *DEVERIA* SER MUITO MELHOR” está implícito que a população carece de bom atendimento e que os serviços públicos de saúde podem ser aperfeiçoados em um patamar elevado em comparação ao cenário corrente.

Além da saúde, ainda sob a subcategoria de expansão do bem-estar social, um segundo ponto abordado no Plano de Governo são as políticas de **distribuição de renda**, exemplificado em (182).

(182)	nossa <u>meta</u>	é	[[garantir, a cada brasileiro, uma renda igual ou superior ao que é atualmente pago pelo Bolsa Família]]
JMB18#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

O autor do texto posiciona-se favoravelmente à manutenção do Programa Bolsa Família, criado na gestão do Partido dos Trabalhadores. Para buscar alinhamento do grupo de eleitores formado pelos beneficiários de programas sociais governamentais, o candidato compromete-se a manter o valor da renda ou, ainda, avança ao projetar o pagamento de valor superior àquele pago pelo governo em mandato. Para tanto, o imaginário é sinalizado pelo lexema “meta”, realizado semanticamente como participante Identificado da oração e direciona para o futuro a ação do candidato, realizada no participante Identificador.

Um terceiro agrupamento de projeções de governo é o caso do Exemplo (183), o qual se ocupa da **limitação do estado de bem-estar social**, especificamente com relação às demandas de **seguridade social**.

(183)	Novos participantes	<u>terão</u>	a <u>possibilidade</u> [[de optar entre os sistemas novo e velho]]
JMB18#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

Em (183), o imaginário contido na oração projeta um novo modelo de sistema de aposentadoria, chamado de capitalização. Esse sistema é representado lexicalmente, no grupo preposicional, como “sistema novo” e consiste em cada cidadão ser responsável pelo acúmulo de contribuições que irão constituir sua própria aposentadoria. O Identificador “a possibilidade de optar entre os sistemas novo e velho” expressa que a mudança será paulatina e coloca os trabalhadores, cuja

identidade, na oração, é construída como “novos participantes”, como protagonistas da decisão de forma que melhor atenda a sua situação específica. Essa estratégia linguística do autor do Plano de Governo encobre uma tentativa de amenizar os efeitos colaterais que tal mudança teria no pagamento de aposentadoria para trabalhadores não mencionados nessa oração ou naquelas que a circundam, por exemplo, os informais. No mesmo parágrafo do Exemplo (183), há outra oração na qual o candidato justifica o Portador “reformas” com o Atributo “necessárias” com a finalidade, expressa nos trechos finais do Plano de Governo, de assegurar que “os idosos” não sejam possivelmente caracterizados com o Atributo “desamparados”.

Um quarto conjunto de descrições diz respeito à **Educação Básica** e faz uso de modulação para sustentar discursos repetidos à exaustão na sociedade brasileira como “A EDUCAÇÃO TAMBÉM *DEVERIA* SER MELHOR”, sustentando o pressuposto de que falta qualidade no ensino público brasileiro e “as crianças e os jovens brasileiros *deveriam* ter um desempenho escolar muito melhor”, com o significado implícito e generalizado de que o desempenho escolar na Educação Básica é insuficiente.

Entretanto, o candidato oferece apenas duas soluções para os problemas citados por ele. Uma solução é descrita como um *dever* em associação ao Portador “a qualificação crescente dos professores” e, a segunda solução é a previsão de criação de escolas cívico-militares. Esta última é apresentada no Exemplo (184).

(184)	(nós)	<u>Teremos</u>	em dois anos	um colégio militar	em todas as capitais de Estado.
JMB18#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Circunstância de localização - tempo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Circunstância de localização - lugar</i>

A solução é localizada no tempo e no espaço, por meio de duas circunstâncias “em dois anos” e “em todas as capitais do estado”. Nessa oração relacional, “um colégio militar” funciona como Atributo concreto, material, que a gestão de Bolsonaro, representada gramaticalmente pelo pronome em elipse “nós”, possuirá. Essa ação é cumprida pelo governo na medida em que 25 estados brasileiros participam do



programa implementado pelo Ministério da Educação, com adesão de 53 instituições de ensino ao longo de 2020<sup>93</sup>.

Os subtemas presentes na categoria **Liberdade e Democracia - constitucionalismo e liberdade** – foram identificados em nove orações. Naquelas que manifestam apoio à Constituição Federal, são construídas relações de posse, por meio do processo “ter”, na forma verbal do futuro do presente, entre os Portadores “todo cidadão” e “todos” em relação ao Atributo “seus direitos preservados”. Em outros trechos, as demais orações nesse subtema constroem relações de identidade, por meio do processo “ser”, por exemplo, entre “a forma de mudarmos o Brasil” = “através da defesa das leis e da obediência à Constituição” ou pela metáfora de que as leis serão “o mapa” de seu governo, como exemplifica (185).

(185)	As leis e, em destaque, Nossa Constituição	<u>serão</u>	nossos instrumentos!
JMB18#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

Nessa oração, “leis” e “Constituição” são identificadas como “instrumentos” do futuro governo. Instrumento pode ser entendido como um meio para alcançar determinado resultado; desse modo, o candidato promove a ideia de que a Constituição servirá de sustentação aos seus atos na gestão do Poder Executivo.

Assim como demonstrado na representação de constitucionalismo, nos trechos do Plano de Governo que abordam **liberdade**, repete-se o emprego de metáfora da Cartografia para conceituar as diretrizes do futuro governo. Em (186), a metáfora é lexicalmente realizada pelo instrumento “bússola”.

(186)	a BÚSSOLA	<u>serão</u>	os princípios liberais democratas
JMB18#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

O Identificado “a BÚSSOLA” (grifo no original) indica que “os princípios liberais democratas” serão a ferramenta que fornecerá direcionamento, orientação, localização, às políticas de um possível governo Bolsonaro. Como demonstrado nesse

<sup>93</sup> Disponível em: <<http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/noticias-lista/91-relacao-dos-municipios-pre-selecionados-para-o-programa-escolas-civicos-militares-foi-ampliada-de-54-para-74-vagas>>. Acesso em: 13 maio 2021.

exemplo, o posicionamento político alinhado ao liberalismo, já comentado nos exemplos sobre a categoria Economia, são reiterados ao longo do documento, ao tratar de outros assuntos.

Outras passagens sobre a subtemática liberdade fazem uso de modulação para significar, seja pelo modal de obrigação “dever” ou pelo “precisar”. Os Portadores, que são aqueles que “devem” ou “precisam” são realizados pelos grupos nominais “as pessoas”, “o povo brasileiro” e “nosso povo”. Os deveres a eles atribuídos são “liberdade de fazer suas escolhas”, “(ser) livre de VERDADE!” e “(ser) livre para pensar, se informar, opinar, escrever e escolher seu futuro”. Na afirmação “ser livre de verdade”, com o Adjunto Modal “de verdade” grafado com maiúscula, subjaz a informação de que o povo não é livre para pensar, fazer escolhas e posicionar-se ideologicamente.

Uma mudança em relação aos candidatos à presidência de anos anteriores é marcada pelo posicionamento de Jair Bolsonaro com relação à categoria **Estrutura da Sociedade** em vista da ênfase em tópicos como segurança pública, estilo de vida nacional e moralidade tradicional. De um total de sete orações mapeadas nessa categoria, quatro delas tratam de segurança pública, com apelo à exaltação das forças policiais. Essa representação está presente no Exemplo (187) a seguir.

(187)	cada um desses heróis	<u>terá</u>	seu nome gravado no Panteão da Pátria e da Liberdade
JMB18#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

O lexema “heróis” e, em outro excerto do Plano de Governo, “guerreiros” remetem ao campo semântico de guerra e exaltação de coragem. Tanto o Atributo “seu nome gravado no Panteão da Pátria e da Liberdade” quanto o Identificador “lembrar o nome de cada um desses guerreiros”, pertencente a outra oração não classificada aqui, realizam uma estratégia discursiva de campanha em prol valorização de um nicho eleitoral específico – os profissionais da segurança pública.

O argumento que justifica o foco nessa categoria profissional é a escalada de violência contra os policiais no exercício da função. Esse argumento é reafirmado em diferentes orações, como na relacional atributiva possessiva “(nós) teremos ainda mais policiais mortos em 2018”. Nesse sentido, a política bolsonarista aborda a questão da segurança pública com o compromisso de proteger e honrar essa

categoria profissional, como ilustrado em outra passagem, na oração “Policiais precisam ter certeza [[que, no exercício de sua atividade profissional, serão protegidos]]” ou em oração que define o Portador “um dos compromissos” como “lembrar o nome de cada um desses guerreiros! ”.

A realização gramatical das orações sobre **estilo de vida nacional** ocorreu por meio de orações relacionais identificativas, das quais (188) é um exemplar.

(188)	2019	<u>SERÁ</u>	O ANO DA MUDANÇA.
JMB18#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

No fragmento, o Identificado “2019”, ligado ao Identificador “o ano da mudança” pelo processo “ser”, representa a probabilidade de eleição do candidato nas eleições presidenciais de 2018. Embora os resultados do pleito sejam desconhecidos no momento da redação do Plano de Governo, nesse excerto o candidato antevê o ano seguinte como promissor. Na oração subsequente à do Exemplo (188) no documento, há uma oração relacional identificativa que segue o mesmo padrão de realização e trata do mesmo tópico, estilo de vida nacional.

Em tal oração, o Identificado “nossa vitória” ligado pelo processo “ser” ao Identificador “contra a servidão”, constitui recurso linguístico que remete a conceitos como nacionalismo e patriotismo, se analisados em conjunto com as orações antecedentes, as quais fazem referência ao “marxismo cultural” e ao “gramscismo”. Nacionalismo e patriotismo são noções geralmente associadas a um pensamento político conservador, ao espectro conhecido como direita.

As expressões mencionadas pelo candidato em oração antecedente, “marxismo cultural” e ao “gramscismo”, por seu turno, fazem referência ao filósofo, economista e militante político da causa comunista, Karl Marx (século XIX) e ao líder do Partido Comunista italiano Antonio Gramsci (século XX). Nessa oração, cujo primeiro elemento é uma Circunstância que localiza o leitor temporalmente - “nos últimos 30 anos” – é estabelecida uma relação com uma oração intensificadora, presente no mesmo excerto, do tipo Causa – propósito, que descreve um objetivo imaginado da influência das ideias dessas figuras históricas: “para minar os valores da Nação e da família brasileira”. Essa estratégia discursiva de ameaça a valores tradicionais, como família, representa os anseios de uma parcela da população, que

se preocupa perante um imaginário social sobre o que seria um governo comunista e que consequências essa ideologia teria na vida dos cidadãos.

A categoria **Relações Internacionais** é concebida em cinco orações que constroem figuras sobre as Forças Armadas, internacionalismo e relações exteriores especiais com um grupo específico de países. Há duas orações que realizam imaginários relacionados às **Forças Armadas**, das quais selecionamos (189) para demonstrar a classificação.

(189)	As Forças Armadas	<u>terão</u>	um papel ainda mais importante
JMB18#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo possessivo</i>	<i>Atributo - Possuído</i>

As escolhas linguísticas do candidato explicam o motivo de preparação das Forças Armadas para um futuro imaginado próximo. No projeto de governo de Bolsonaro, as Forças Armadas serão possuidoras de papel de destaque na gestão, o que está representado pelo Possuído “um papel ainda mais importante”. Em trecho antecedente, o Atributo “preparadas” também faz referência às Forças Armadas e é antecedido pelo modal “precisam”, o que confere alto grau de certeza à afirmação.

As **relações exteriores especiais** com determinados países envolvem um posicionamento político em oposição a países que possuam governantes alinhados a ideais socialistas cujos governos o candidato nomeia como “ditaduras” (Exemplo 190).

(190)	[[que (=todos os irmãos latino-americanos)	<u>estejam</u>	livres de ditaduras]]
JMB18#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Ao mesmo tempo em que a oração “que estejam livres de ditaduras” é uma relacional atributiva, funciona também como Atributo, na forma de oração encaixada, para classificar “irmãos latino-americanos”. O Portador, realizado pelo pronome relativo “que”, retoma “todos os irmãos latino-americanos” e especifica com quais países o futuro gestor buscará estreitar relações de cooperação – todos aqueles que não sejam governados por um líder considerado como possuidor de uma agenda de esquerda, como é o caso atualmente de Venezuela e Nicarágua.

O uso do modo subjuntivo indica que os países vizinhos (“latino-americanos”) ainda não vivenciam um estado de liberdade de governos classificados pelo candidato como “ditaduras”, mas que esse estado é desejado por Bolsonaro.

Em outro fragmento do texto, há a identificação de um segundo grupo de países que parece interessar à política de relações exteriores, realizado na função de Identificador pela oração “fomentar o comércio exterior com países [[que possam agregar valor econômico e tecnológico ao Brasil]]”. A oração encaixada que compõe o Identificador apresenta o verbo modalizador “possam” e indica capacidade de contribuição desses países parceiros na dimensão econômica em relação ao aporte de tecnologia ao Brasil.

Ao tratar de **internacionalismo**, o Plano de Governo retoma lexemas utilizados para tratar de outras temáticas, como “valores” e “povo brasileiro” (Exemplo 191), o que estabelece conexão semântica em torno de posicionamentos relacionados a nacionalismo, patriotismo e conservadorismo.

(191)	A estrutura do Ministério das Relações Exteriores	<u>precisa</u>	estar	a serviço de valores [[que sempre foram associados ao povo brasileiro]]
JMB18#P	<i>Portador</i>		<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Ao Portador “a estrutura do Ministério das Relações Exteriores” é atribuído o dever, por meio da expressão “precisa”, de trabalhar norteado pelos termos utilizados para demarcar uma posição no cenário internacional, quais sejam, de defesa de “valores” imaginados como característicos do tão diverso “povo brasileiro”.

As previsões na categoria **Sistema Político** concentraram-se em descentralização e eficiência governamental e administrativa.

(192)	Os recursos	<u>devem</u>	estar	próximos das pessoas
JMB18#P	<i>Portador</i>	<i>Modulador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Com relação às propostas de **descentralização**, no Exemplo (192), o verbo modulador “devem” realiza um imaginário de obrigatoriedade para o Portador “os recursos” no sentido de que eles sejam descentralizados do controle do governo federal e sejam caracterizados como “próximos das pessoas”, uma vez que esses

recursos seriam administrados pelos governos estaduais e municipais. Como consequência, em trecho subsequente do documento, temos a segunda promessa, concernente ao Portador “obras e serviços públicos” que é caracterizado como potencialmente “mais baratos e com maior controle social” em função da administração descentralizada de recursos.

Para que o governo seja caracterizado como **administrativamente eficaz**, o foco é representado, semanticamente, pela relação de classe – membro entre os grupos nominais “área econômica” e “dois organismos principais”, no Exemplo (193).

(193)	A área econômica	<u>terá</u>	dois organismos principais
JMB18#P	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo possessivo</i>	<i>Atributo</i>

A intervenção projetada na oração acima vai ao encontro da promessa de redução do número de Ministérios; desse modo, os Ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio passariam a fazer parte do Ministério da Economia. Um segundo foco da eficiência administrativa do futuro governo Bolsonaro, em outra passagem, é identificado como “organizar e desaparelhar as estruturas federais”. Implícita nessa oração relacional está a afirmação de que as estruturas federais são desorganizadas e aparelhadas.

Por fim, o futuro imaginado para a categoria **Grupos Sociais** é direcionado a agricultores e um grupo demográfico não econômico – os jovens. Para os trabalhadores rurais, como ilustra (194), o candidato se compromete a agir para identificar “o agricultor e suas famílias” como “os gestores do espaço rural”.

(194)	o agricultor e suas famílias	<u>sejam</u>	os gestores do espaço rural.
JMB18#P	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

O grupo nominal que realiza o Identificador é definido pelo dêitico “os”, o que implica na delimitação de que será somente o Identificado que exercerá essa função e não outros grupos ou instituições, como cooperativas, por exemplo. Esse imaginário

está em estreita ligação com a análise feita na categoria Economia, cujos exemplos realizavam significados associados a incentivo ao empreendedorismo.

A oração dominante (“O Estado deve facilitar que”) sugere significado de propósito para a oração dependente do Exemplo (194). Desse modo, o processo “facilitar” parece apontar para ações governamentais que reduzam barreiras ou exigências dos proprietários rurais a fim de que estes assumam o papel de “gestores”. Tal noção de propósito é realizada pelo uso do modo subjuntivo.

O mesmo sentido é observado no Exemplo (195), no qual a visão de futuro para os jovens brasileiros é justificada, circunstancialmente, a partir do propósito da ação representada pelo processo material “brigar”.

(195)	Brigar	[[para que	os jovens	<u>tenham</u>	um futuro]]
JMB18#P	<i>Processo material</i>	<i>Adjunto conjuntivo de Causa-Propósito</i>	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Dentro da oração encaixada que realiza a Circunstância, o Portador “os jovens” recebe um Atributo marcado, gramaticalmente, por um artigo indefinido “um futuro”. Essa indeterminação de sentido deixa em aberto que tipo de futuro é esse pelo qual o candidato se compromete a brigar.

Em conclusão da análise de exemplos de imaginários para cada categoria no Plano de Governo de Jair Bolsonaro, identificamos que os imaginários são realizados, no estrato da léxico-gramática, pela forma verbal *futuro do presente* (34 ocorrências), *verbos e expressões de modulação*, que expressam alto grau de comprometimento ou obrigação, como “dever”, “precisar”, “é preciso” e “é necessário” (totalizam 22 ocorrências), *modo subjuntivo* (4 ocorrências), futuro do pretérito (3 ocorrências) e lexemas do campo semântico de fim, propósito, intenção (GARCIA, 1967), tais como “intenção”, “meta”, “objetivo” (totalizam 3 ocorrências).

Passamos, a seguir, a descrever os imaginários presentes na entrevista concedida pelo candidato Jair Bolsonaro.

### 5.5.3 Entrevista de Jair Bolsonaro

Realizamos o exame da entrevista concedida em dia 30 de julho de 2018 por Jair Bolsonaro ao Programa Roda Viva. Vale informar que Jair Bolsonaro foi o último candidato a confirmar a aceitação do convite dos editores do programa. No processamento do texto de transcrição da entrevista, destaca-se o item lexical “não”, com 282 ocorrências (13,6% de um total de 2.067 *types*). Esse resultado vai ao encontro do estudo de Corrêa (2019), que demonstra a utilização recorrente desse adjunto negativo em discursos presidenciais pós regime militar.

Em segundo lugar, foram contabilizadas 226 ocorrências do processo relacional “ser” em suas diferentes formas verbais e temporais (Quadro 18), o que representa 10,9% do total de *types* que compõem a entrevista.

Quadro 18 – Lexemas recorrentes na entrevista televisiva de Jair Bolsonaro

ENTREVISTA	
Itens lexicais recorrentes	não, é, <b>tem</b> , agora, <b>foi</b> , Brasil, vai, <b>está</b> , <b>ser</b> , pode

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do *corpus*.

Em terceiro lugar, o processo relacional possessivo “ter”, em suas diferentes formas, ocorre em 75 orações (3,6% dos *types*). Em um terço dessas orações, a ocorrência é imediatamente precedida por negação, na forma dos adjuntos “não” (n=24) e “nunca” (n=1). As palavras que vêm associadas a essa combinação (não+ter) referem-se, em boa parte, ao contexto militar: 1) diretos ausentes na carreira militar - “hora para sair”, “fundo de garantia”, “hora extra”, “direito de fazer greve”; 2) arquivos da ditadura - “nada a esconder”; 3) retaguarda jurídica para atuação das Forças Armadas em comunidades do Rio de Janeiro - “forma de engajamento”; 4) participação em greve da Polícia Militar no Espírito Santo em 2017 - “qualquer contato”; 5) má conduta pessoal na carreira militar - “qualquer problema pessoal”.

Na soma de todas as ocorrências de orações relacionais, realizadas por diferentes processos, tanto em representação de passado e presente quanto em imaginários de possibilidades futuras, obtivemos 353 orações, cujos verbos correspondem a 17,1% do total de *types* do *corpus* JMB18#E. Na próxima subseção,



o foco de análise recai sobre as orações que constroem representações de futuro na modalidade oral da linguagem.

### 5.5.3.1 Imaginários no discurso oral

Na entrevista, o primeiro tópico abordado de forma recorrente foi **Grupos Sociais**. Diferentemente de seus antecessores, Collor, FHC, Lula e Dilma, que dedicaram boa parte de suas falas a questões de Sistema Político e Economia, Bolsonaro foi estimulado pelos entrevistadores a comentar citações diretas de suas falas polêmicas que repercutiram na mídia ao longo dos anos como parlamentar (ANTUNES, 2021). Por exemplo, falas relacionadas ao racismo. De um total de onze orações mapeadas na categoria **Grupos Sociais**, oito delas contêm uma forma particular de representar racismo, que parte de uma perspectiva naturalizada da existência de uma suposta igualdade entre os grupos sociais no Brasil.

A primeira relação de equivalência de sentido caracteriza “eles”, em uma oração, e Portador elíptico em uma segunda oração, pelo Atributo “bons”. Ambos Portadores são recursos coesivos utilizados para retomar o Participante “afrodescendentes” de orações anteriores.

(196)	(eu) acredito	que	(os afrodescendentes)	<u>sejam</u>	bons	(no ensino superior)
JMB 18#E	<i>Oração mental projetante</i>	<i>Adjunto conjuntivo</i>	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>	<i>Circunstância de Localização</i>

O Portador elíptico está exemplificado em (196) no grupo nominal “os afrodescendentes”, mencionado em oração anterior. A escolha do modo subjuntivo da forma verbal do processo relacional “ser” complementa a oração projetante mental “eu acredito” e indica a crença do candidato na potencialidade de que afrodescendentes tenham bom desempenho no ensino superior, além de embasar o questionamento da oração seguinte “por que não estudam no ensino básico aqui atrás?”.

Desse modo, na demanda de informação do falante, está implícito que a falta de dedicação aos estudos na Educação Básica resulta na necessidade de criação de cotas raciais para ingresso no ensino superior. Apesar de a porcentagem de ingresso de pretos e pardos no ensino superior, se considerada em conjunto, estar próxima ao

percentual de ingresso de brancos, 38,2% e 42,6% (INEP, 2021), respectivamente, há ainda lacunas que precisam ser supridas, como a igualdade de acesso aos cursos com alta concorrência pelas vagas.

Por seu turno, a segunda relação de equivalência de sentido, construída em outro fragmento da entrevista, é sobre o candidato: se *eu=racista*, logo, *eu=preso*. Inferimos, dessa afirmação, que como o candidato não se encontra na situação de detento na ocasião da entrevista, ele não é racista. Chama a atenção o uso do pronome pessoal “eu”, não somente no Exemplo (196), mas de forma recorrente na fala do candidato durante a entrevista. É o quarto lexema em frequência (232 ocorrências) na transcrição da entrevista. Essa constatação torna possível, inclusive, estabelecer um comparativo com o ex-presidente Fernando Collor que, em seus textos de campanha analisados nesta tese, também recorreu a essa escolha léxico-gramatical. Entretanto, no caso de Bolsonaro, o extenso uso de referência a si mesmo é a expressão de opiniões pessoais do candidato (muitas vezes em combinação com metáforas interpessoais, como “eu acho”, “eu acredito”) sobre temas que são de interesse público, como o racismo e a política de cotas.

Dez orações foram categorizadas como exemplares do tópico **Liberdade e Democracia**. Em três delas, Bolsonaro trata sobre democracia em geral com conotação negativa, ao qualificar a Casa Civil como “filtro” às propostas legislativas do Executivo; ao apoiar atos do governo militar não democrático por meio do modo subjuntivo “eu se *fosse* militar naquela época”, comparando-se aos ex-presidentes e afirmando que tomaria as mesmas decisões; ao duvidar sobre a lisura do processo eleitoral brasileiro e projetar que as eleições de 2018 “estarão sob suspeição” por utilizarem a urna eletrônica em vez do voto impresso.

Completam esse quadro duas orações que retratam o constitucionalismo de forma negativa. Ambas colocam em dúvida o processo eleitoral por voto eletrônico, como é representado na oração selecionada a título de exemplo em (197).

(197)	que (=impressão do voto)	<u>serviria</u>	como uma pesquisa
JMB18#E	<i>Portador</i>	<i>Processo relacional atributivo circunstancial</i>	<i>Circunstância de Papel</i>

As urnas eletrônicas são adotadas no Brasil desde 1996 e, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, elas possuem mecanismos de segurança que impossibilitam a

invasão do sistema para execução de fraudes<sup>94</sup>. Contudo, o candidato alimenta um discurso de dúvida sobre esse processo e sugere que uma parcela das urnas no país tenha voto impresso. No Exemplo (197), Bolsonaro justifica o papel do voto impresso, ao utilizar o processo relacional “servir”, no sentido de “ter a função de” e qualificá-lo pelo uso do Atributo circunstancial “como uma pesquisa”, um recurso para dirimir qualquer dúvida que se pressupõe que o eleitorado possua e que é incorporada nas palavras do candidato.

Em outras três orações, identificadas ao longo da entrevista, o assunto é a Lei da Anistia (Lei nº 6.683 de 1979) que está relacionada ao período de transição do regime militar para o regime democrático. No grupo verbal, o modo subjuntivo do processo “ser” (*fosse*) realiza a potencialidade dessa Lei sob a ótica de diferentes atores. Por exemplo, os militares, no discurso do candidato, pleitearam para que a “(a Lei da Anistia) *fosse* ampla, geral e irrestrita”, “(a Lei da Anistia) *fosse* dessa forma”. Entretanto, a classe política (leia-se Casa Civil) é construída linguisticamente como um grupo que defendeu que “(a Lei da Anistia) *fosse* mais restritiva”. Com isso, temos o significado de que os representantes do governo militares eram favoráveis ao retorno dos exilados políticos, enquanto a classe política era contrária a esse retorno e à política de compensação.

Ainda em outras duas passagens, localizamos duas orações que fazem referência positiva ao regime militar de duas formas: ao caracterizar como duvidosa a morte do jornalista Vladimir Herzog na prisão “*seria* impossível [[alguém morrer enforcado]]” e ao caracterizar uma situação hipotética atual de que “(nós) seríamos uma Cuba” se o poder não tivesse sido tomado do ex-presidente João Goulart em 1964.

Identificamos oito orações que constroem imaginários sobre **Estrutura da Sociedade**. Todas elas abordam questões relacionadas à segurança pública. Nessas orações, o candidato constrói, linguisticamente, pertencimento a e disposição em defender um grupo da sociedade que sente ou vivencia insegurança, pela apologia à compra de armas pelos cidadãos.

---

<sup>94</sup> Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Julho/sistema-eletronico-de-votacao-garante-seguranca-do-voto-e-liberdade-democratica>. Acesso em: 10 maio 2021.

(198)	que (=quem não quiser ter arma)	não	<u>tenha</u>	(arma)
JMB18#E	<i>Portador</i>	<i>Adjunto de Modo</i>	<i>Processo relacional atributivo</i>	<i>Atributo</i>

Em (198), no nível da oração, a figura formada pelo modo subjuntivo do processo relacional atributivo possessivo “ter” e o Atributo/Possuído “arma” é direcionada a um Portador/Possuidor genérico, isto é, todo e qualquer cidadão que não quiser ter posse ou porte de armas, mencionado na oração anterior e retomado na forma pronominal “que”. Jair Bolsonaro sugere à parcela da sociedade favorável ao desarmamento que se abstenha de adquirir armas, na situação hipotética futura, em que ele, como presidente eleito, compromete-se a trabalhar em favor de uma legislação pró armamento da população.

Além do uso do modo subjuntivo na construção desse imaginário sobre liberação de armas de fogo, identificamos o recurso argumentativo de dupla negação (“não quiser/não tenha”). A função dessa escolha, característica da oralidade e da linguagem popular, segundo Moura Neves (2011), é intensificar o valor negativo da oração.

Em **Economia**, identificamos seis orações cuja figura constrói imaginários. O conteúdo desses imaginários versa sobre economia de livre mercado (como no Exemplo 199), Ministério da Ciência e Tecnologia e críticas aos direitos estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho para os trabalhadores rurais.

(199)	[[que a nossa economia	realmente	<u>passasse a ser</u>	liberal]]
	<i>Oração encaixada</i>			
	esse		é	o nosso <u>sonho</u>
JMB18#E	<i>Identificado</i>	<i>xx</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>

No Exemplo (199), a concepção da vida econômica do país vai ao encontro dos interesses de um grupo da sociedade – o empresariado brasileiro. Esse imaginário é realizado pela linguagem, inicialmente, no uso do grupo verbal “passasse a ser” cujo primeiro componente está na forma verbal do pretérito perfeito do modo subjuntivo. O significado de que a economia não é liberal está implícito nessa oração encaixada,

pois para que algo venha a ser é necessário que não o seja no momento em que o discurso é produzido. A oração encaixada ([[que a nossa economia realmente passasse a ser liberal]]) é retomada anaforicamente pelo pronome demonstrativo “esse”, em uma relação de equivalência ao lexema “sonho”, segunda forma que realiza imaginário no excerto, o qual remete a uma perspectiva futura, a um ideal a ser alcançado pelo candidato.

Jair Bolsonaro utilizou cinco orações que fazem referência à categoria de **Sistema Político**. Desse total, duas identificam competências pessoais do candidato para concorrer, como em (200), e três constroem atribuições sobre corrupção.

(200)	Eu	<u>vou</u> estar	na luta	de qualquer maneira
JMB18#E	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>	<i>Circunstância de Modo</i>

Nessa oração, o foco é a competência pessoal do candidato para concorrer às eleições de 2018, ação concebida por Bolsonaro, em oração antecedente, como uma missão, ao indagar aos jornalistas “qual outro caminho eu tenho se não participar das eleições?”. O grupo verbal “vou estar” está direcionado para um futuro próximo, o período eleitoral que ocorreria três meses após a entrevista. O pleito eleitoral é representado com léxico bélico, pelo identificador “na luta”, que define onde o candidato estará independentemente das circunstâncias.

A categoria **Bem-Estar Social** está presente em duas orações ao longo da entrevista: uma versa sobre o ensino superior público federal e outra elabora um imaginário sobre regime de aposentadoria para uma determinada classe de servidores públicos. Dentre as inúmeras classes de trabalhadores que compõem a classe trabalhadora brasileira e que, à época, protestavam contra a possibilidade de reforma da Previdência, o candidato escolhe uma específica para defender os direitos, como exemplifica (201), já identificada nas passagens analisadas no Plano de Governo em relação ao tema de segurança pública.

(201)	ele (Michel Temer)	<u>vai</u> estar	do lado dele (do policial de 65 anos)	com fuzil ou com uma muleta?
JMB18#E	<i>Identificado</i>	<i>Processo relacional identificativo</i>	<i>Identificador</i>	<i>Circunstância de Acompanhamento</i>

Bolsonaro defende o estabelecimento de idade diferenciada para a aposentadoria de policiais em relação às demais classes de trabalhadores. Para tanto, abre o espaço dialógico para os jornalistas ao questionar a proposta de reforma da Previdência proposta pelo presidente à época, Michel Temer. A noção de *irrealis* (HALLIDAY, 2014) é construída no grupo verbal “vai estar” e recorre a uma metáfora para justificar o ponto que defende. Essa metáfora coloca a hipótese de o presidente Michel Temer estar ao lado do policial para combater (fuzil) ou custear aposentadoria por invalidez (muleta), caso seja mantida a proposta de aposentadoria aos 65 anos para a categoria. Jair Bolsonaro considera tal idade avançada e justifica seu posicionamento ao mencionar dados sobre a expectativa de vida dos policiais militares no Rio de Janeiro. Linguisticamente, os participantes Identificado e Identificador são referidos por pronomes e, por esse motivo, os nomes da primeira referência são supridos entre parênteses. Como se trata de discurso oral, o candidato utiliza pronomes para retomar os nomes mencionados na oração anterior pois, provavelmente, pressupõe que seus interlocutores imediatos, os jornalistas da bancada do programa Roda Viva, acompanhem sua fala e saibam a qual “ele” e “dele” Bolsonaro se refere.

O candidato não construiu imaginários sobre Relações Internacionais na entrevista. Há vinte orações sobre essa temática, porém todas são representações do passado ou do presente. Essas representações tratam das Forças Armadas, críticas à política de imigração brasileira em relação, especialmente, aos cidadãos venezuelanos e referência à política norte-americana de exaltação de valores patrióticos.

Como apontado por Antunes (2021), em estudo sobre as perguntas dessa entrevista, a retomada de falas polêmicas do candidato deixou pouco espaço para o debate de propostas de governo. As características léxico-gramaticais dos imaginários identificados na transcrição da entrevista demonstram que eles são realizados por *modo subjuntivo* (16 ocorrências), seguido de *futuro do pretérito do modo indicativo* (9 ocorrências), a expressão de *modulação* “ter que” (5 ocorrências) e grupos verbais no presente do indicativo com sentido de futuro, por exemplo, “passar a ser”, “vou estar”, “vai estar”, “vai ter” (5 ocorrências).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de doutorado foi desenvolvida no âmbito dos Estudos Linguísticos, na linha de pesquisa Linguagem no Contexto Social, da Universidade Federal de Santa Maria. Os resultados obtidos vêm juntar-se ao conjunto de trabalhos desenvolvidos pelos integrantes dos projetos Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (NELP) - Fase II, Mídia, Política e Gramática Sistêmico-Funcional - Fase II e do Grupo CNPq Sistêmica, Ambientes e Linguagens (SAL).

A pergunta que norteou a pesquisa foi *Como as escolhas linguísticas de candidatos à presidência representam um país imaginado?*

Para responder a essa pergunta, estabelecemos o objetivo geral de *identificar, comparar e sintetizar os recursos léxico-gramaticais e os parâmetros semânticos utilizados por candidatos eleitos à presidência do Brasil, no período de 1989 a 2018, na construção de imaginários eleitorais*. Esse objetivo foi desdobrado em quatro objetivos específicos: 1) Identificar qual tipo de oração é recorrentemente utilizado para a construção de imaginários eleitorais; 2) Relacionar a categoria sociológica imaginários aos parâmetros semânticos identificados como categorias temáticas do Projeto MARPOR nos *corpora* selecionados; 3) Mapear e comparar a recorrência de cada categoria temática do Projeto MARPOR nos *corpora*; 4) Definir se há um padrão linguístico (em termos de regularidade/recorrência) de realização da categoria sociológica imaginários ao longo do período analisado.

Ao efetuar o levantamento da literatura sobre a descrição linguística de Planos de Governo, localizamos publicações sobre variáveis de registro, representações para o lexema “imigração”, identificação do tempo verbal predominante (BANKS, 2009); uso do pronome pessoal “nós” e dos indefinidos “cada”, “todo” e “todos/todas” (SAVOLA, 2006); modais de obrigação e volição (OLIVEIRA, 2019); metáforas ideacionais (SOARES, 2015); representações de mulher (BATISTA; OTTONI, 2012) e divergências e aproximações entre discurso da imprensa e discurso do partido (ALVES, 2004). A primeira lacuna que encontramos é o pequeno número de trabalhos na área dos Estudos Linguísticos sobre a descrição linguística de Planos de Governo no Brasil, uma vez que os dois primeiros mencionados, de Banks (2009) e Savola (2006), foram produzidos em língua inglesa e referem-se ao contexto eleitoral britânico. A segunda lacuna, referente aos outros quatro trabalhos produzidos em língua portuguesa sobre o contexto político brasileiro, diz respeito ao enfoque em

Planos de Governo de um ano eleitoral específico em um *corpus* relativamente pequeno (de um a quatro textos). Destacamos a importância dessas pesquisas para estabelecermos o ponto de partida para esta tese. Nesse sentido, o presente trabalho contribui para esse conjunto de pesquisas já realizado, ao ampliar o tamanho do *corpus* (8 Planos de Governo) e o período de abrangência (1989-2018) e também ao investigar a realização léxico-gramatical de representações de futuro (*imaginários*) nesses textos.

Com relação às entrevistas com presidentiáveis no Programa Roda Viva, identificamos dois trabalhos sobre o discurso de Lula para as eleições de 2006 (IGLÉSIAS, 2009; CONCEIÇÃO, 2016), o primeiro direcionado a representações de ética, e o segundo voltado para o mapeamento de conectores concessivos. Além desses, há ainda uma pesquisa sobre imaginários em narrativas de vida de Aécio Neves, Fernando Henrique, Lula e Marina Silva em entrevistas concedidas no período de 1988 a 2006 (MAIA, 2015). A partir desses trabalhos prévios, buscamos estender a análise ao documentarmos os recursos linguísticos utilizados pelos candidatos para representar diferentes tópicos situados em uma realidade futura.

Teoricamente, esta tese tem embasamento na Linguística Sistêmico-Funcional (LUKIN, 2019; HALLIDAY, 2014; FUZER; CABRAL, 2014; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), a qual tem por objeto de estudo a linguagem em uso (textos) vista como um processo de escolhas semânticas paradigmáticas. A partir dessa perspectiva, concebemos os textos eleitorais que constituem os *corpora* como sequências ordenadas de escolhas léxico-gramaticais e semânticas, organizadas pelo componente experiencial do Sistema de Transitividade, dentro do potencial de significados da língua portuguesa. Na abordagem teórica com a qual nos alinhamos, esta pesquisa também contribui com os estudos de discurso político que vêm sendo desenvolvidos no Brasil e para a descrição da linguagem do futuro (*imaginários*), a qual, segundo levantamento que efetuamos, foi foco de análise apenas em Dunmire (2011), com relação ao contexto político norte-americano.

Metodologicamente, a principal abordagem da pesquisa é qualitativa, complementada pelo uso de ferramentas quantitativas, da Linguística de *Corpus*. Os *corpora* são constituídos de textos eleitorais nas modalidades escrita (8 Planos de Governo) e oral (transcrição de 5 entrevistas concedidas ao Programa Roda Viva, da TV Cultura), o que totaliza 254,825 *tokens*. Para o recorte de seleção de Planos e



entrevistas, consideramos somente aqueles produzidos por candidatos à Presidência que fizeram campanha e venceram o pleito eleitoral.

O Quadro 19 apresenta o estrato a que se refere cada objetivo específico, as possíveis respostas para o que é proposto em cada objetivo, como cada método contribuiu na elaboração de respostas e um sumário dos resultados obtidos.

Quadro 19 – Relação entre objetivos, métodos e resultados

Estrato	Objetivos específicos	Possível resposta	Método	Resultado
Léxico-gramática	Objetivo 1 Identificar qual tipo de oração é recorrentemente utilizado para a construção de imaginários eleitorais	Orações relacionais são características do discurso do político (com base na análise de debate televisivo por Cabral (2015).	1. Geração de listas de palavras para cada conjunto de textos, utilizando o <i>WordSmith Tools</i> 8.0 (SCOTT, 2020); 2. Identificação dos dez lexemas mais frequentes.	Orações relacionais atributivas
Semântica	Objetivo 2 Relacionar a categoria sociológica imaginários aos parâmetros semânticos identificados como categorias temáticas do Projeto MARPOR nos <i>corpora</i> selecionados.	Economia e Bem-Estar Social são as categorias temáticas altamente recorrentes nos textos (VIZONÁ, 2019; MADEIRA; VIEIRA; TAROUÇO, 2017)	1. Seleção de orações relacionais e marcação de lexemas pertencentes a campos semânticos etiquetados de acordo com as categorias temáticas do Projeto MARPOR	Planos de Governo – Economia  Entrevistas – Sistema Político
Semântica	Objetivo 3 Mapear e comparar a recorrência de cada categoria temática do Projeto MARPOR nos <i>corpora</i>		2. Classificação das orações selecionadas nas categorias do Projeto MARPOR e quantificação da recorrência temática em cada Plano e entrevista;	
Léxico-gramática	Objetivo 4 Definir se há um padrão linguístico (em termos de regularidade/recorrência) de realização da categoria sociológica imaginários ao longo do período analisado.	Imaginários caracterizam-se não somente em grupos verbais no tempo futuro (LIU; HOOD, 2019; LÓPEZ, 2018; BANKS, 2009), mas também em grupos nominais e adverbiais em diferentes funções da oração e por modulação.	Segmentação e classificação das orações de acordo com as categorias do sistema de transitividade	A função mais recorrente em que o imaginário se realiza é o Processo, seguido do Atributo

Fonte: Elaborado pela autora.

No capítulo de Metodologia, apontamos que primeiramente realizaríamos a descrição do contexto histórico de produção dos textos, o que foi feito na primeira subseção referente a cada candidato, e descreveríamos as variáveis dos parâmetros contextuais (LI; LIU; FUNG, 2020), as quais são retomadas no Quadro 20, com dados dos nossos *corpora*.

Quadro 20 – Parâmetros de campo, relações e modo em Planos de Governo e entrevistas políticas televisivas

(continua)

Parâmetro contextual	Glosa	Variáveis	Descrição
Campo	O que está acontecendo	processo sociossemiotico	Natureza da atividade do discurso político: 1) Planos de Governo – recomendação (tipo primário de processo); promoção (tipo secundário de processo); 2) Entrevistas políticas televisivas: relato (tipo primário de processo);
		domínio experiencial	Políticos candidatos ao cargo de Presidente da República em campanha para convencimento do eleitorado de suas propostas de governo.
Relações	Quem está participando	papel institucional	Planos de Governo: discurso de candidatos à Presidência a potenciais leitores de suas propostas de governo; Entrevistas: Políticos candidatos à Presidência e jornalistas;
		papel do poder (status)	Em ambos os casos, há assimetria de poder, pois nos Planos de Governo, cabe ao leitor decidir se confiará ou não seu voto ao candidato e, nas entrevistas, os entrevistadores organizam as pautas e o tempo de fala dos entrevistados.
		contato (familiaridade)	Os interagentes conhecem pouco uns aos outros.
		papel sociometrico	Planos de Governo: os candidatos buscam elevar o nível de empatia com os potenciais leitores pela utilização de léxico avaliativo, o que não foi objeto de investigação desta tese; Entrevistas: Há baixo nível de empatia entre entrevistadores e entrevistados, pois os atores políticos são questionados pelos jornalistas a respeito de tópicos muitas vezes polêmicos;

Quadro 20 – Parâmetros de campo, relações e modo em Planos de Governo e entrevistas políticas televisivas

(conclusão)

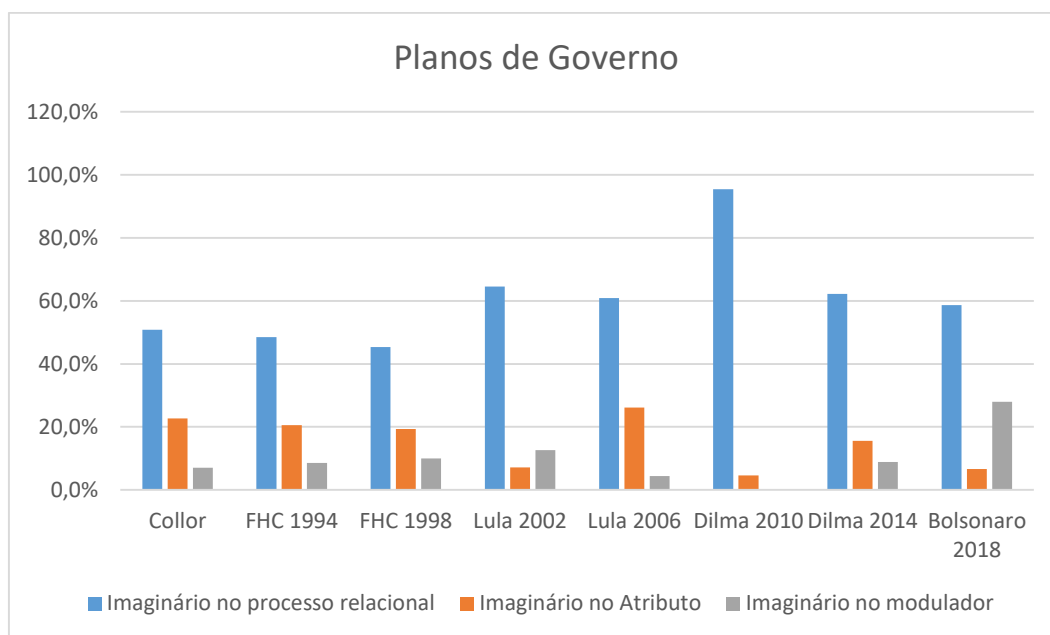
Parâmetro contextual	Glosa	Variáveis	Descrição
Modo	Que papel a linguagem desempenha	meio/canal	Planos de Governo: discurso escrito; Entrevista: discurso oral
		divisão do trabalho	Papel majoritário da linguagem para constituição da atividade política
		orientação	Discurso político orientado primariamente para o campo, pois o assunto (temática) é o eixo principal tanto nos Planos de Governo quanto nas entrevistas

Fonte: Adaptado de Li, Liu e Fung (2020, p. 68) com dados dos nossos *corpora*.

No nível da léxico-gramática, distinguimos orações relacionais atributivas como as mais recorrentes na construção de imaginários. A noção de futuro, em muitos casos, é marcada no Atributo por Epítetos como “indispensável”, “imprescindível”, “necessário”, que funcionam para chamar a atenção do leitor/ouvinte para o grau de obrigatoriedade ou necessidade de uma proposta de ação, a qual somente poderá ser concretizada se o candidato/produtor do texto for eleito. Desse modo, juntamente com a pesquisa de Cabral (2015), que investigou debates televisivos, nossos resultados, que tiveram por *corpora* de análise Planos de Governo e entrevistas televisivas, contribuem para o avanço da hipótese de orações relacionais serem características do discurso político.

Ainda no nível da léxico-gramática, outra contribuição desta pesquisa de doutorado diz respeito ao mapeamento das formas linguísticas de realização da categoria sociológica de imaginários. Nossos resultados concordam em parte com os de Banks (2009) sobre Planos de Governo de partidos britânicos, em que o autor aponta o tempo verbal futuro como característico dos textos analisados e com Liu e Hood (2019) que caracterizam a categoria *irrealis* pelo sistema de tempo futuro. Em nosso caso, os imaginários foram substancialmente materializados no participante processo, em grupos verbais temporalmente marcados nas formas futuras do indicativo ou no modo subjuntivo (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Formas de realização léxico-gramatical de imaginários



Fonte: Elaborado pela autora.

A segunda forma mais recorrente de realização de imaginários, nos Planos, é no participante Atributo, conforme detalhado no parágrafo anterior, quando explanamos a recorrência de orações relacionais atributivas nos *corpora*. Já a terceira forma mais recorrente de realização dos imaginários ocorreu por meio de moduladores como “dever” e “ter que”. A exceção é o candidato Fernando Henrique Cardoso, para o qual modulação é a quarta forma mais frequente de realização de imaginários, e a terceira é no participante Identificado, com 30 ocorrências em um total de 280 orações analisadas. A realização de imaginários na Circunstância (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012) foi pouco recorrente na maior parte dos *corpora*, à exceção do Plano de Governo de Fernando Henrique Cardoso para as eleições de 1998, no qual essa ocorrência foi observada em 10% das orações relacionais que constroem representações de futuro.

Nas entrevistas, o único padrão observado é o de realização de imaginários no processo, que corresponde a mais de 50% das orações analisadas para todos os candidatos. As demais formas de realização oscilaram nas transcrições da fala de cada candidato.

Um segundo padrão observado foi a realização dos participantes Portador e Identificador por orações materiais não finitas, na modalidade escrita dos discursos

eleitorais. Os candidatos que mais recorreram a esse recurso foram Fernando Henrique, em 1998, Luís Inácio Lula da Silva, em 2006, e Dilma Rousseff, em 2014. Nesses anos eleitorais, todos esses candidatos concorriam à reeleição, portanto, o discurso político de reeleição nos Planos de Governo é caracterizado por um nível de comprometimento elevado com o que é dito, uma vez que os candidatos descrevem as ações concretas que executarão se obtiverem a confiança do eleitorado. Especialmente no Plano de Fernando Henrique, essas orações são temporalmente marcadas na Circunstância para delimitar o prazo em que a ação ocorrerá, por exemplo, pelos grupos preposicionais “para 1999”, “para dezembro de 1999” e “em meados de 1999”.

Identificamos as escolhas léxico-gramaticais de Dilma Rousseff, em orações relacionais, como uma quebra de padrão. Collor e Bolsonaro, por exemplo, se contrapõem ao presidente, partido ou regime anterior, com escolhas linguísticas tais como “a vigilância da imprensa livre que temos”, do primeiro em relação ao regime militar ou “organizar e desaparelhar as estruturas federais” do segundo em oposição aos anos de governo petista. Rousseff, por sua vez, utiliza processos que indicam continuidade de algo que já vinha sendo feito, como “continuará”, “permanecerá” e referências avaliativas positivas ao ex-presidente Lula, que também é membro do Partido dos Trabalhadores, pelo qual ela concorria.

Em resposta à pergunta de pesquisa no início deste Capítulo, afirmamos que, em textos eleitorais produzidos em língua portuguesa, tempo, aspecto e modalidade realizam a função linguística de *irrealis* (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; DUNMIRE, 2011; LIU; HOOD, 2019; HOLSTING; NIELSEN, 2020) na categoria sociológica de imaginários. Desse modo, esta tese avança nos estudos sobre a categoria *irrealis* em língua portuguesa, no domínio do discurso político, da perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional que, como discutido no Capítulo de Revisão da Literatura ainda apresenta escassez de estudos. Para o campo da Ciência Política, a descrição aqui apresentada tem potencial para auxiliar na análise de textos do contexto político/eleitoral com embasamento em categorias léxico-gramaticais que constroem significados no estrato da semântica de versões da realidade discursivamente construídas. Para os políticos e para a sociedade, a presente pesquisa expõe que, ao longo de trinta anos, a temática **Economia** tem prevalecido no discurso de presidentiáveis (escrito), seguida de **Sistema Político** (oral), o que relega papel secundário a promessas sobre temáticas como Bem-Estar Social

(educação, saúde, proteção ambiental), Estrutura da Sociedade (segurança pública, defesa dos direitos indígenas) ou ainda Grupos Sociais (minorias). Essas construções específicas de realidade futura, juntamente com fatores contextuais, tiveram por consequência a reação dos eleitores nas urnas, pela qual elegeram cada um dos candidatos cujo discurso eleitoral integrou nossa análise.

A tese que defendemos é que ***a categoria sociológica de imaginários e a categoria linguística irrealis realizam-se linguisticamente, no discurso eleitoral, não somente na função processo, mas também em outros constituintes da oração, de modo a atravessar as metafunções ideacional (processos, participantes e circunstâncias) e interpessoal (modulação).***

Este trabalho enfrentou limitações em seu escopo. Nossa proposta inicial era mapear o caminho percorrido por um imaginário do discurso eleitoral até se tornar política pública. O primeiro obstáculo foi o tamanho do *corpus* gerado para a tarefa de segmentação e classificação das orações manualmente. O segundo obstáculo tem relação com a forma de tramitação de propostas legislativas. Ao esquadriharmos cada texto e o caminho percorrido para se tornar lei, verificamos que em muitos casos a proposição original fora efetuada por um Ministro e não pelo Presidente. Além disso, a falta de aprovação de uma proposta envolve fatores externos à disposição do Presidente da República em torná-la lei. É necessário que haja deliberação e aprovação na Câmara dos Deputados para então prosseguir para votação no Senado Federal. Por envolver a ação de diferentes atores do cenário político (Executivo e Legislativo), nossa proposta inicial de acompanhar a performatividade de promessas de campanha de presidentiáveis tornou-se infértil.

As linhas que compõem este Capítulo não demarcam um ponto final no tema, mas sim na parte da pesquisa que nos propusemos a desenvolver. Dada a escassez de descrições de *irrealis*, bem como o lento avanço dos estudos sobre discurso político no Brasil e afora sob a perspectiva Sistêmico-Funcional, há muitos pontos a serem desenvolvidos. Um deles seria adentrar as metafunções Interpessoal e textual para sistematizar a realização de *irrealis* a partir desses enfoques. Com relação ao discurso dos políticos, merecem investigação as orações materiais no discurso eleitoral para determinar quem é o participante Beneficiário das orações. Com isso, pode ser feito um trabalho de acoplamento (*coupling*) com a metafunção interpessoal para averiguar a construção linguística de afiliação (MARTIN; WHITE, 2005; BEDNAREK; MARTIN, 2010). Se considerarmos a virada da década 2010-2020, em que políticos em

diferentes países recorreram às redes sociais em período de campanha para se comunicarem com potenciais eleitores, um *corpus* de interesse poderia ser constituído a partir de postagens e imagens (*Instagram, Facebook, Twitter*) ou feita a transcrição de vídeos do canal *Youtube* dos candidatos.





## REFERÊNCIAS

- ACHUGAR, M. **What We Remember**: The Construction of Memory in Military Discourse. Amsterdam: John Benjamins, 2008.
- ALLEN, N.; BARA, J. Marching to the Left? Programmatic Competition and the 2017 Party Manifestos. **The Political Quarterly**, [s.l.], v. 90, n. 1, p. 124-133, 2019.
- ALMEIDA, M. D. de. **Neoliberalismo, privatização e desemprego no Brasil (1980-1998)**. 2009. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- ALMEIDA, M. P. **Reformas neoliberais no Brasil**: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. 2010. 427 f. Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- ALVES, D. **A imprensa e o PT**: uma análise de aspectos da polêmica em torno do Plano de Governo de 2002. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística)–Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2004.
- ANTELMÍ, D.; SANTULLI, F. The presentation of a new Government to Parliament from ritual to personalization. A case study from Italy. In: ILIE, C. (Org.). **European parliaments under scrutiny**: discourse strategies and interaction practices. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2010. p. 111-134.
- ANTHONY, L. **AntConc 3.5.8**. Tokyo: Waseda University, 2019. Disponível em: <<https://www.laurenceanthony.net/software>>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- ANTUNES, M. P. Polêmicas discursivas: as perguntas a Jair Bolsonaro no Roda Viva. **Macabéa**, Crato, v. 10, n. 3, p. 100-118, 2021.
- ARAÚJO, C.; COSTA, S. F.; FITTIPALDI, I. Boa noite, e boa sorte: determinantes da demissão de ministros envolvidos em escândalos de corrupção no primeiro governo Dilma Rousseff. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 93-117, abr. 2016.
- ARES, C.; VOLKENS, A. ¿Por qué y cómo se está extendiendo el Manifiesto Project a América Latina? **Revista Española de Ciencia Política**, Madrid, n. 43, p. 115-135, 2017.
- ARISTÓTELES. **A política**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1252].
- ARRUDA, R. F. **Imagens de Lula e Dilma em artigos de opinião**: um estudo à luz da linguística sistêmico-funcional. 2018. 168 f. Tese (Doutorado em Letras)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- BAKER, P. Analysing representations of obesity in the *Daily Mail* via corpus and down-sampling methods. In: EGBERT, J.; BAKER, P. (Org.). **Using corpus methods to triangulate linguistic analysis**. Abingdon: Routledge, 2020. p. 85-108.

BAKER, P.; EGBERT, J. **Triangulating methodological approaches in corpus-linguistic research**. New York: Routledge, 2016.

BANKS, D. The position of ideology in a systemic functional model. **Word**, Oxfordshire, v. 60, n. 1, p. 39-63, 2009.

BATISTA, M. E. **Implicações socioeducacionais do ensino de inglês em escolas públicas**: linguística sistêmico-funcional e representação da prática pedagógica. 2012. 272 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem)– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

BATISTA, R. de O.; ANDRADE, M. S. de. Autovalorização e descortesia no debate eleitoral: uma análise do debate político televisivo de 1989. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 253-268, 2017.

BATISTA, C. T.; OTTONI, M. A. R. A representação da mulher no discurso de candidatos à Presidência da República nas eleições de 2010. **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 1-25, 2012.

BAYLEY, P. Analysing Language and Politics. **Mediazioni**, Forli, n. 1, p. 1-9, 2005. Disponível em: <[https://www.academia.edu/855194/Analysing\\_language\\_and\\_politics](https://www.academia.edu/855194/Analysing_language_and_politics)>. Acesso em: 9 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Cross-cultural perspectives on parliamentary discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2004.

BEDNAREK, M. **Emotion talk across corpora**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2008.

BEDNAREK, M.; MARTIN, J. R. **New Discourse on Language**. Functional Perspectives on Multimodality, Identity, and Affiliation. London: Continuum, 2010.

BIBER, D.; CONRAD, S. Lexical bundles in conversation and academic prose. In: HASSELGARD, H.; OKSEFJELL, S. (Org.). **Out of corpora**: Studies in honour of Stig Johansson. Amsterdam: Editions Rodopi B. V., 1999. p. 181-190.

BIBER, D.; CONRAD, S.; REPPEN, R. **Corpus linguistics**: Investigating language structure and use. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BOCHETT, A. et al. Concepções de discurso político: caminhos para uma discussão teórica. **Revista Moara**, Belém, PA, n. 47, p. 128-151, jan./jun. 2017.

BORBA, F. M.; VEIGA, L. F.; MARTINS, F. B. Propaganda negativa na campanha presidencial em 2014. Ou como tudo que é frágil se desmancha no ar. **Revista Estudos Políticos**, Niterói, v. 6, p. 182-200, 2015.

BORTOLUZZI, V. I. **Que justiça é essa?** Aspectos teórico-metodológicos da investigação de representações discursivas da justiça em acórdãos de habeas

corpus e cartas do leitor. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Letras)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008.

BUDGE, I. The Internal Analysis of Election Programmes. In: BUDGE, I.; ROBERTSON, D.; HEARL, D. (Org.). **Ideology, Strategy and Party Change: Spatial Analyses of Post-war Election Programmes in 19 Democracies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 15-38.

BUTT, D. G. The Robustness of Realizational Systems. In: WEBSTER, J. (Ed.). **Meaning in Context: implementing intelligent applications of language studies**. London: Continuum, 2008. p. 59-83.

BUTT, D. G.; LUKIN, A.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. Grammar – the first covert operation of war. **Discourse & Society**, Thousand Oaks, v. 15, n. 2-3, p. 267-290, 2004.

CABRAL, S. R. S. **A mídia e o presidente: um julgamento com base na teoria da valoração**. 2007. 249 f. Tese (Doutorado em Letras)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2007.

\_\_\_\_\_. **Mídia, Política e Gramática Sistêmico-Funcional - Fase II**. Projeto de Pesquisa registrado no Gabinete de Projetos da Universidade Federal de Santa Maria sob o nº 049420, 2018.

\_\_\_\_\_. Transitividade e auto/representação em um debate político. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, DF, v. 16, n. 1, p. 9-35, 2015.

CARDOSO, F. H. Entrevista conduzida por Marcos Antônio Beal. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 34, p. 232-256, 2016.

\_\_\_\_\_. Interview conducted by Pedro Luiz Lima. **Revista Estudos Políticos**, Niterói, n. 6, p. 22-36, 2013.

CARREIRÃO, Y. S. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 22, jun. 2004. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3668/2925>>. Acesso em: 4 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Relevant Factors for the Voting Decision in the 2002 Presidential Election: an analysis of the ESEB (Brazilian Electoral Study) Data. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 70-101, 2007.

CHILTON, P. **Analysing political discourse: theory and practice**. London: Routledge, 2004.

\_\_\_\_\_. Missing links in mainstream CDA: modules, blends and the critical instinct. In: WODAK, R.; CHILTON, P. (Org.). **A new agenda in (critical) discourse analysis: theory, methodology, and interdisciplinary**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005. p. 19-51.

CHILTON, P.; SCHÄFFNER, C. **Politics as text and talk: analytic approaches to political discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2002.

COLLOR, F. **Brasil: um projeto de reconstrução nacional**. Brasília, DF: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1991.

CONCEIÇÃO, L. V. **Construções concessivas em entrevistas jornalísticas orais: um estudo funcionalista**. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem)–Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói, 2016.

CORRÊA, E. K. C. **Não é não, não?** Um estudo sobre o marcador negativo “não” em discursos políticos de presidentes brasileiros na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional. 2019. 236 f. Tese (Doutorado em Letras)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.

CRYSTAL, D. **Cambridge Encyclopedia of the English Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

DALY, T. **Populism, Public Law, and Democratic Decay in Brazil: Understanding the Rise of Jair Bolsonaro**. [S.l.: s.n.], 2019. Disponível em: < [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3350098](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3350098) >. Acesso em: 9 dez. 2021.

DANDOY, R.; MUSEUR, C. Les programmes électoraux des partis francophones en 2007 et 2010. In: BAUDEWYNS, P. **Être électeur en Wallonie**. Le comportement électoral des Wallons lors des élections législatives de 2007 et de 2010. Louvain-la-Neuve: Presses Universitaires de Louvain, 2015. p. 83-97.

DÄUBLER, T. The preparation and use of election manifestos: learning from the Irish case. **Irish Political Studies**, Oxfordshire, v. 27, n. 1, p. 51-70, 2012.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2018.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 127-153.

DESOUZA, V. F. **Power Relations In Padre Cícero’s Epistolary Political Discourse: An Investigation in the Light of Systemic-Functional Grammar and Critical Discourse Analysis**. 2011. 173 f. Tese (Doutorado em Letras)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

DOBBERNACK, J. ‘Things fall apart’: social imaginaries and the politics of cohesion. **Critical Policy Studies**, Oxfordshire, v. 4, n. 2, p. 146-163, 2010.

DÖRNYEI, Z. **Research Methods in Applied Linguistics: Quantitative, qualitative and mixed methodologies**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

DUNMIRE, P. L. **Projecting the future through political discourse**: the case of the Bush doctrine. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2011.

EGGINS, S. **An introduction to Systemic Functional Linguistics**. New York: Continuum International Publishing Group, 2004.

EKSTRÖM, M. Politicians interviewed on television news. **Discourse & Society**, Thousand Oaks, v. 12, n. 5, p. 563-584, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: Textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. Critical discourse analysis and critical policy studies. **Critical Policy Studies**, Oxfordshire, v. 7, n. 2, p. 177-197, 2013.

FAIRCLOUGH, I.; FAIRCLOUGH, N. **Political Discourse Analysis**: a method for advanced students. Abingdon: Routledge, 2012.

FERNANDES, S. Dilma Rousseff and the challenge of fighting patriarchy through political representation in Brazil. **Journal of International Women's Studies**, Bridgewater, v. 13, n. 3, p. 114-126, 2012.

FETZER, A.; BULL, P. Political interviews in context. In: CAP, P.; OKULSKA, U. (Org.). **Analyzing genres in political communication**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2013. p. 73-99.

FIGUEIREDO, A. C. The Collor Impeachment and Presidential Government in Brazil. In: LLANOS M.; MARSTEINTREDET, L. (Org.). **Presidential Breakdowns in Latin America**. New York: Palgrave Macmillan, 2010. p. 111-127.

FIGUEIREDO, D. Context, register and genre: Implications for language education. **Signos**, Valparaíso, v. 43, supl. 1, p. 119-141, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-09342010000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-09342010000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 out. 2021.

FIRTH, J. R. **Papers in Linguistics (1934-1951)**. Oxford: Oxford University Press, 1957 [1935].

FLETCHER, W. "**Phrases in English**" FAQ. 2020. Disponível em: <<http://phrasesinenglish.org/FAQ.html>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

FLORENCIO, J. A. **Representações de atores sociais em fontes autorais e não autorais em relatórios de estágio de um curso técnico em agropecuária integrado**: um estudo sistêmico-funcional. 2018. 367 f. Tese (Doutorado em Letras)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.

FREITAS, J. C. **Corrupção na Lava-Jato**: desvio individual ou mal social? Uma análise das representações pela mídia na perspectiva da LSF. 2017. 176 f. Dissertação (Mestrado em Letras)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

FUZER, C. **Linguagem e representação nos autos de um processo penal**: como operadores do Direito representam atores sociais em um sistema de gêneros. 2008. 269 f. Tese (Doutorado em Letras)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

GARCEZ, P. M.; BULLA, G. S.; LODER, L. L. Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. **DELTA**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 257-288, dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502014000200257&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502014000200257&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 7 jul. 2019.

GARCIA, O. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2010.

GOATLY, A. Corpus linguistics, systemic functional grammar and literary meaning: a critical analysis of Harry Potter and the Philosopher's Stone. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, n. 46, p. 115-154, Jan. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/7398>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

GOMES, K. D. **Quem ensina, aprende a vencer os desafios da profissão**: o papel do coletivo. 2016. 238 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

GOMES, N.; ANTONIOLLI, J. Le rôle de la publicité dans la construction de la nouvelle image de Lula. **Sociétés**, [s.l.], n. 83, p. 19-34, 2004.

GOMES, R. de A. **1989**: a maior eleição da história. Porto Alegre: Lorigraf, 2014.

GOODWIN, M.; MILAZZO, C. Taking back control? Investigating the role of immigration in the 2016 vote for Brexit. **The British Journal of Politics and International Relations**, Thousand Oaks, v. 19, n. 3, p. 450-464, 2017.

GOULART, M.; FERREIRA, A. R. Centro esquerda e social-democracia no Brasil: uma análise dos programas eleitorais do Partido dos Trabalhadores e do Partido da Social Democracia Brasileira nas eleições de 2014. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ABCP), 10., 2016, Belo Horizonte. **Anais....** Rio de Janeiro: ABCP, 2016. p. 1-28.

GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, jun. 2009. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/27795>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

GRAHAM, P. Predication, propagation, and mediation: SFL, CDA, and the inculcation of evaluative-meaning systems. In: YOUNG, L.; HARRISON, C. (Org.).

**Systemic Functional Linguistics and Critical Discourse Analysis.** London: Continuum, 2004. p. 53-67.

GRANT, J. On the critique of political imaginaries. **European Journal of Political Theory**, Thousand Oaks, v. 13, n. 4, p. 408-426, 2014.

GRUBER, H. Genres in political discourse: the case of the 'inaugural speech' of Austrian chancellors. In: CAP, P.; OKULSKA, U. (Org.). **Analyzing genres in political communication.** Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2013. p. 29-71.

HABERMAS, J. **¡Ay Europa!** Pequeños escritos políticos. Tradução P. Madrigal e F. J. Gil. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar.** London: Edward Arnold, 1994.

\_\_\_\_\_. **Halliday's Introduction to Functional Grammar.** 4. ed. Revised by C. Matthiessen. London: Routledge, 2014.

\_\_\_\_\_. Language and knowledge: the 'unpacking' of text. In: ALLISON, D. et al. (Ed.). **Text in Education and Society.** Singapore: University Press and World Scientific, 1998.

\_\_\_\_\_. **On Grammar.** Edited by Jonathan J. Webster. Collected Works of M. A. K. Halliday. London: Continuum, 2002.

\_\_\_\_\_. Part A. In: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context, and text:** aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. **Spoken and written language.** Oxford: Oxford University Press, 1985.

\_\_\_\_\_. **The Language of Early Childhood.** London: Continuum, 2003.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in English.** New York: Longman, 1976.

\_\_\_\_\_. **Language, context, and text:** aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An Introduction to Functional Grammar.** London: Edward Arnold, 2004.

\_\_\_\_\_. **Construing experience through meaning:** a language-based approach to cognition. London: Continuum, 1999.

HALLIDAY, M. A. K.; WEBSTER, J. (Ed.). **Continuum companion to Systemic Functional Linguistics.** London: Continuum, 2009.

HASAN, R. Code, register, and social dialect. In: BERNSTEIN, B. **Class, codes and control: Applied Studies towards a Sociology of Language**. London: Routledge, 2003. v. 2. p. 224-254.

HOLSTING, A.; NIELSEN, M. S. Irrealis i engelsk, dansk og tysk – en grammatisk kategori uden systemisk adresse. **Globe**, [s.l.], v. 10, p. 120-142, 2020.

HOY, G. M. V. **Representação da narradora como experienciadora e dizente em Inés del Alma Mía e na tradução para o português brasileiro**: uma abordagem sistêmico-funcional. 2017. 129 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

HUNTER, W.; POWER, T. Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006. **Latin American Politics and Society**, Miami, v. 49, n. 1, p. 1-30, 2007.

IGLÉSIAS, M. P. F. **A construção da identidade do presidente Lula**. 2009. 102 f. Dissertação (Mestrado em Linguística)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ILIE, C. Parliamentary debates. In: WODAK, R.; FORCHTNER, B. **The Routledge Handbook of Language and Politics**. New York: Routledge, 2018. p. 309-325.

ITUASSU, A. **1989, um país de cabeça para baixo**: o Brasil e a economia mundial no ano da virada – uma análise política de representações midiáticas. 2008. 191 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

IVANKOVA, N. V.; CRESWELL, J. W. Mixed methods. In: HEIGHAM, J.; CROKER, R. A. (Org.). **Qualitative research in Applied Linguistics**. London: Palgrave Macmillan, 2009. p. 135-161.

JENSEN, N. M.; SCHMITH, S. Market Responses to Politics. **Comparative Political Studies**, Thousand Oaks, v. 38, n. 10, p. 1245-1270, 2005.

JESSOP, B. Recovered imaginaries, imagined recoveries: a cultural political economy of crisis construals and crisis management in the North Atlantic financial crisis. In: BENNER, M. **Before and Beyond the Global Economic Crisis**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2013. p. 234-254.

\_\_\_\_\_. **State power: a strategic-relational approach**. Cambridge: Polity Press, 2008.

KENNEY, C. D. Outsider and anti-party politicians in power: New conceptual strategies and empirical evidence from Peru. **Party Politics**, Thousand Oaks, v. 4, n. 1, p. 57-75, 1998.

KILGARRIFF, A. et al. The Sketch Engine: ten years on. **Lexicography**, New York, v. 1, n. 1, p. 7-33, 2014.



KINCHELOE, J.; McLAREN, P. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 281-314.

KRAUSE, W.; LEHMANN, P.; MATTHIEß, T. et al. **The Manifesto Data Collection: South America - Codebook**. Manifesto Project (MARPOR). Version 2019. Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB), 2019.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LAMOUNIER, B. **Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

LAUERBACH, G. The television election night broadcast: a macro genre of political discourse. In: CAP, P.; OKULSKA, U. (Org.). **Analyzing genres in political communication**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2013. p. 135-185.

LEMOS, C. E. (Org.). **Por entre fatos, fotos & telas, o Brasil elegeu Lula**. Belo Horizonte: Armazém das Ideias, 2003.

LI, E. S.; LUI, P. L.; FUNG, A. K. **Systemic Functional Political Discourse Analysis: a text-based study**. Abingdon: Routledge, 2020.

LIMA, K. R. R. **A reforma do Estado e da educação no governo Fernando Henrique Cardoso: o ENEM como mecanismo de consolidação da reforma**. 2005. 249 f. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2005.

LIU, F.; HOOD, S. Rhetorical strategies of political persuasion: The play of unrealis and realis meaning in re/aligning readers in newspaper editorials. **Text & Talk**, Berlin, v. 39, n. 5, p. 589-611, 2019.

LÓPEZ, J. J. **Human rights as political imaginary**. Ottawa: Palgrave Macmillan, 2018.

LUKIN, A. **War and its ideologies: A Social-Semiotic Theory and Description**. Singapore: Springer, 2019.

LUKIN, A. et al. Halliday's model of register revisited and explored. **Linguistics and the Human Sciences**, Sheffield, v. 4, n. 2, p. 187-213, 2011.

MACIEL, D. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. 2008. 387 f. Tese (Doutorado em História)—Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MADEIRA, R.; VIEIRA, S.; TAROUÇO, G. Agendas, preferências, competição: PT e PSDB em disputas presidenciais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 80, p. 257-273, maio 2017. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792017000200257&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792017000200257&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 out. 2019.

MAIA, J. G. **Imaginários do discurso político e a construção da identidade**: um estudo sobre narrativas de vida na entrevista. 2015. 338 f. Tese (Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso)–Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MALINOWSKI, B. K. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1984 [1922].

MARTIN, J. R. Discourses of science: recontextualisation, genesis, intertextuality and hegemony. In: MARTIN, J. R.; VEEL, R. **Reading science**: critical and functional perspectives on discourses of science. London: Routledge, 1998. p. 3-14.

\_\_\_\_\_. **English text**: system and structure. Amsterdam: John Benjamins, 1992.

\_\_\_\_\_. Meaning matters: a short history of systemic functional linguistics. **Word**, Oxfordshire, v. 62, n. 1, p. 35-58, 2016.

\_\_\_\_\_. The discourse semantics of attitudinal relations: continuing the study of lexis. **Russian Journal of Linguistics**, Moskva, v. 21, n. 1, p. 22-47, 2017.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. **Working with discourse**: meaning beyond the clause. London: Continuum, 2007.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The language of evaluation**: Appraisal in English. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

MARTIN, J. R.; WODAK, R. **Re/reading the Past**: Critical and Functional Perspectives on Time and Value. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2003.

MARTINS, I. S. **Construção e representação de realidades no discurso de falantes com esquizofrenia**: uma abordagem sistêmico-funcional. 2008. 238 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. Descriptive motifs and generalizations. In: CAFFAREL, A.; MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Language typology**: a functional perspective. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2004. p. 537-673.

\_\_\_\_\_. Modelando contexto e registro: o projeto de cartografia de registro a longo prazo. **Letras**, Santa Maria, RS, v. 25, n. 50, p. 15-90, out. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/20205>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

MATTOS, S. **História da televisão brasileira** – uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Um Perfil da TV Brasileira** (40 anos de história - 1950/1990). Salvador: A Tarde, 1990.

MEURER, J. L. Genre as diversity, and rhetorical mode as unity in language use. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, n. 43, p. 61-82, Jan. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/7602/7027>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

MILANEZ, M. K. **Histórias de professores universitários sobre ensinar Inglês para Fins Específicos**. 2014. 232 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada)–Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MISHLER, E. G. **Research interviewing**: context and narrative. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

MOLEK-KOZAKOWSKA, K. The late-night TV talk show as a strategic genre in American political campaigning. In: CAP, P.; OKULSKA, U. (Org.). **Analyzing genres in political communication**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2013. p. 321-343.

MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Neo-Developmentalism and the Challenges of Economic Policy-Making under Dilma Rousseff. **Critical Sociology**, Thousand Oaks, v. 38, n. 6, p. 789-798, 2012.

MOTTA-ROTH, D.; HEBERLE, V. O conceito de “estrutura potencial de gênero” de Ruqayia Hasan. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 12-28.

MOURA NEVES, M. H. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MULDERRIG, J. Textual Strategies of Representation and Legitimation in New Labour Policy Discourse. In: GREEN, A.; RIKOWSKI, G.; RADUNTZ, H. (Org.). **Renewing dialogues in Marxism and education**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2007. p. 135-150.

\_\_\_\_\_. The Grammar of Governance. **Critical Discourse Studies**, Oxfordshire, v. 8, n. 1, p. 45-68, 2011. Disponível em: <[https://lexically.net/wordsmith/corpus\\_linguistics\\_links/mulderrig/Grammar%20of%20Governance.pdf](https://lexically.net/wordsmith/corpus_linguistics_links/mulderrig/Grammar%20of%20Governance.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2020.

NAY, O. **História das ideias políticas**. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2007.

NEUMANN, W. L. **Social research methods**: qualitative and quantitative approaches. Boston: Pearson Education, 2011.

NIEDERAUER, A. F. E. R. **O papel do engajamento na construção do discurso sobre privatização em notícias acerca da polêmica de adesão de hospitais universitários federais à EBSERH**. 2017. 173 f. Tese (Doutorado em Letras)– Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

OLIVEIRA, A. S. Os valores modais de obrigação e volição no Plano de Governo do candidato à Presidência Jair Bolsonaro. **Revista DisSoL**, Pouso Alegre, v. 10, p. 6-27, 2019.

OTEÍZA, T. Mapuche People: Valuing a Colonial Past in the Official Primary History Textbook from an Intermodal Perspective of Historical Sources. **Journal of Foreign Languages**, [s.l.], v. 44, n. 1, p. 41-63, 2021.

OTEÍZA, T.; CASTRO, C. Dictatorship and the cold war in official Chilean history textbooks. In: CHRISTOPHE, B.; GAUTSCHI, P.; THORP, R. (Ed.). **Teaching the Cold War: International Perspectives on Memory Practices in Educational Media and in the Classroom**. New York: Palgrave, 2019. p. 219-245.

OTEÍZA, T.; CASTRO, C.; PINUER, C. Graduating political crisis and violence in the discourse of history: The role of Spanish suffixes. **Discourse Studies**, Thousand Oaks, v. 23, n. 3, p. 296-323, 2021.

PAPA, S. M. B. I. **O Professor Reflexivo em Processo de Mudança: na Sala de Aula: Caminhos para a Auto-emancipação e Transformação Social**. 2005. 208 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

PASCUAL, M. La violación a los derechos humanos en la Argentina: dinámica evaluativa de dos décadas de representación en medios. **Discurso & Sociedad**, Logroño, v. 11, n. 3, p. 388-413, 2017.

PIOVEZANI, Carlos. Usos e sentidos da voz no discurso político eleitoral brasileiro. **Alfa**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 163-176, 2011.

PIRES, A. P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 43-94.

PLATÃO. **A república**. Tradução Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2012 [427-347 a.C].

PLUG, L. J. R. Firth: A new biography. **Transactions of the Philological Society**, London, v. 106, n. 3, p. 337-374, 2008.

PORTO, M. P. Democratization and Election News Coverage in Brazil. In: STRÖMBÄCK, J.; KAID, L. L. **The Handbook of Election News Coverage Around the World**. New York: Routledge, 2008. p. 252-272.

\_\_\_\_\_. Framing Controversies: Television and the 2002 Presidential Election in Brazil. **Political Communication**, Oxfordshire, v. 24, n. 1, p. 19-36, 2007.

PORTO, W. C. **Dicionário do voto**. São Paulo: Editora Giordano, 1995.

PRETI, D. **Estudos de língua falada: variações e confrontos**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.

REISIGL, M. Rhetoric of political speeches. In: WODAK, R.; KOLLER, V. **Handbook of communication in the public sphere**. Berlin: Walter de Gruyter GmbH & Co., 2008. p. 243-270.

REPOLÊS, M. C. P. **Coleções didáticas de língua inglesa/PNLD: apropriação do material didático por professores e alunos de escolas públicas mineiras**. 2019. 225 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens)—Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

RHEINDORF, M.; WODAK, R. Borders, Fences, and Limits—protecting Austria from refugees: metadiscursive negotiation of meaning in the current refugee crisis. **Journal of Immigrant & Refugee Studies**, Oxfordshire, v. 16, n. 1-2, p. 15-38, 2018.

RIBEIRO GUEDES, S. M. S. **O estilo avaliativo de textos instanciadores do gênero artigo científico nas áreas de química, engenharia civil, antropologia e linguística**. 2017. 374 f. Tese (Doutorado em Linguística)—Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

ROCHA, F. F. S. **A imprensa e a construção do discurso da ditadura civil-militar brasileira de 1964: um estudo sistêmico-funcional**. 2018. 248 f. Tese (Doutorado em Letras)—Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

RODRIGUES, D. L. **A interpessoalidade nos discursos de posse presidencial do Brasil (1985-2011)**. 2017. 209 f. Tese (Doutorado em Letras)—Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

RODRIGUES-JÚNIOR, A. S. **A representação de personagens gays na coletânea de contos Stud em sua tradução As Aventuras de um Garoto de Programa**. 2006. 255 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada)—Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

RODRÍGUEZ, M. J. G. Tracing context in the discourse of the media: features of language-in-use in the British Press. **Revista Alicantina de Estudios Ingleses**, Alicante, n. 19, p. 149-168, 2006.

ROSE, D. Pitjantjatjara Processes: An Australian experiential grammar. In: HASAN, R.; CLORAN, C.; BUTT, D. (Org.). **Functional Descriptions**. Theory in practice. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1996. p. 287-322.

SALLUM JR., B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 23-47, out. 1999.

SARDINHA, T. B. **Linguística de Corpus**. Barueri: Manole, 2004.

SAULL, R. Racism and Far Right Imaginaries Within Neo-liberal Political Economy. **New Political Economy**, Oxfordshire, v. 23, n. 5, p. 588-608, 2018.

SAVOLA, P. **More than Words?** An Analysis on the Language and Structure of General Election Manifestos of the British Labour Party 1983-2005. 2006. 165 f. Master's thesis (Master's in English Philology)–University of Turku, Turku, 2006.

SCHMIDT, A. P. C.; CABRAL, S. R. S. Know your audience: the role of modulation and figurative language in the rise of conservatism in Brazil. In: INTERNATIONAL SYSTEMIC FUNCTIONAL CONGRESS (ISFC 2019), 46.; CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA SISTÉMICO FUNCIONAL DE AMÉRICA LATINA (ALSFAL 2019), 15., 2019, Santiago. **Proceedings...** Santiago: ISFC/ALSFAL, 2019a. Disponível em: <<https://easychair.org/smart-program/ISFC2019/2019-07-23.html>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. O Brasil que nós queremos: imaginários em discursos de campanha como estratégia persuasiva. In: JORNADA ACADÊMICA INTEGRADA, 34., 2019, Santa Maria/RS. **Anais...** Santa Maria, RS: UFSM, 2019b. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/jai/trabalho/anais.html>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

SCHNEIDER, B. R. Brazil under Collor: anatomy of a crisis. **World Policy Journal**, Durham, v. 8, n. 2, p. 321-347, 1991.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SCOTT, M. **WordSmith Tools 2.0**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

\_\_\_\_\_. **WordSmith Tools 8.0**. Stroud: Lexical Analysis Software, 2020.

\_\_\_\_\_. **WordSmith Tools Manual**. Stroud: Lexical Analysis Software, 2015.

SCRETI, F. Defending Joy against the Popular Revolution: legitimation and delegitimation through songs. **Critical Discourse Studies**, Oxfordshire, v. 10, n. 2, p. 205-222, 2013.

SILVA, J. M. Le déterminisme électoral cassé. **Hermès**, Paris, n. 35, p. 247-252, 2003.

SILVA, R. C. **Representações do livro didático de inglês**: análise dos discursos de produtores e usuários com base na Linguística Sistêmico-Funcional. 2012. 332 f. Tese (Doutorado em Letras)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SKIDMORE, T. E. **The politics of military rule in Brazil, 1964-85**. New York: Oxford University Press, 1988.

SOARES, M. R. Metáforas ideacionais: propriedades da língua voltadas para o discurso. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 16, n. 1, p. 157-172, 2015.

SOARES, P. C.; OLIVEIRA, L. C.; LOPES, M. F. S. O debate político no Brasil de 2014: as perguntas na construção do discurso polêmico. **Diálogo das Letras**, Paços dos Ferros, v. 5, n. 1, p. 122-138, jan./jun. 2016.

SOUZA, C. C. “**Onde que a gente se encaixa aqui?**”: (re)construções de identidades de uma professora em formação no estágio de inglês para fins específicos sob a perspectiva da linguística sistêmico-funcional. 2018. 222 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SUPLICY, E. M.; NETO, B. A. M. Políticas Sociais: o Programa Comunidade Solidária e o Programa de Garantia de Renda Mínima. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 12, p. 39-63, jun./dez. 1995.

TAYLOR, C. **Modern social imaginaries**. Durham: Duke University Press, 2004.

THOMPSON, G.; COLLINS, H. Interview with M. A. K. Halliday, Cardiff, July 1998. **DELTA**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 131-153, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502001000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502001000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 nov. 2019.

VAN DIJK, T. Política, ideologia y discurso. **Quórum académico**, Zulia, v. 2, n. 2, p. 15-47, 2005.

VEIGA, L. F.; ROSS, S. D. Os determinantes da avaliação da economia na eleição presidencial brasileira em 2014. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 524-549, dez. 2016.

VIAN JR., O.; IKEDA, S. N. A análise do discurso pela perspectiva sistêmico-funcional. In: LEFFA, V. (Org.) **Pesquisa em Linguística Aplicada**: temas e métodos. Pelotas: Educat, 2006. p. 31-69.

VIAN JR., O.; RAMALHO, H. A. Processos mentais em portfólios de professores de Inglês em formação inicial. In: CABRAL, S. R. S.; BARBARA, L. **Estudos sistêmico-funcionais no âmbito do Projeto SAL**. Santa Maria, RS: UFSM, PPGL, 2018. p. 110-130.

VIANA, V. P. **A universalidade do direito à saúde no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. 2004. 215 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

VISENTINI, P. G. F.; SILVA, A. L. R. da. Brazil and the economic, political, and environmental multilateralism: the Lula years (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 53, n. esp., p. 54-72, dez. 2010.

VIZONÁ, A. **Discursos eleitorais de PT e PSDB nos programas de governo e debates televisivos**: ideologia, estratégias e pragmatismo. 2019. 171 f. Tese

(Doutorado em Ciência Política)–Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2019.

VOLKENS, A. et al. **Mapping policy preferences from texts**: statistical solutions for manifesto analysis. Oxford: Oxford University Press, 2013.

WALGRAVE, S. Again, the Almighty Mass Media? The Media's Political Agenda-Setting Power According to Politicians and Journalists in Belgium. **Political Communication**, Oxfordshire, v. 25, n. 4, p. 445-459, 2008.

WEBER, M. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1970.

WEBER, S. **Ditadura civil-militar em livro didático de História**: uma análise de gêneros textuais na perspectiva sistêmico-funcional da linguagem. 2019. 196 f. Dissertação (Mestrado em Letras)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.

WILLIAMSON, J. The strange history of the Washington consensus. **Journal of Post Keynesian Economics**, Oxfordshire, v. 27, n. 2, p. 195-206, 2004.

WODAK, R. Entering the 'post-shame era': the rise of illiberal democracy, populism and neo-authoritarianism in Europe. **Global Discourse**, v. 9, n. 1, p. 195-213, 2019.

\_\_\_\_\_. **The discourse of politics in action**: politics as usual. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

ZAPPAVIGNA, M. Ambient affiliation: A linguistic perspective on Twitter. **New Media & Society**, Thousand Oaks, v. 13, n. 5, p. 788-806, 2011.

ZAPPAVIGNA, M.; MARTIN, J. R. **Discourse and diversionary justice**: an analysis of youth justice conferencing. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2018.

## TEXTOS CONSULTADOS

CARDOSO, F. H. **Mãos à obra Brasil**: proposta de governo. Brasília, DF: Centro Edelstein, 1994.

\_\_\_\_\_. **Avança, Brasil**: proposta de governo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CLARET, M.; BRUNO, J. C. **O fenômeno Collor**. São Paulo: Martin Claret, 1989.

COMISSÃO DE PROGRAMA DE GOVERNO. **Programa de governo 2002**. Coligação Lula presidente: um Brasil para todos. São Paulo: Comitê Nacional Lula Presidente, 2002.

\_\_\_\_\_. **Lula de novo com a força do povo**. Lula Presidente – Programa de Governo 2007/2010. Disponível em: <[http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Programa\\_de\\_governo\\_2007-2010.pdf](http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2019.



COMISSÃO DE PROGRAMA DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO “PARA O BRASIL SEGUIR MUDANDO”. **Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira**. Disponível em:

<[http://deputados.democratas.org.br/pdf/Compromissos\\_Programaticos\\_Dilma\\_13%20Pontos\\_.pdf](http://deputados.democratas.org.br/pdf/Compromissos_Programaticos_Dilma_13%20Pontos_.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MAIS mudanças, mais futuro. Programa de governo Dilma Rousseff 2014.

Disponível em:

<<http://www.archivoelectoral.org/archivo/doc/ProgramaDilmaRousseffPresidencialBrasil2014.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

O CAMINHO da prosperidade: proposta de Plano de Governo, 2018. Disponível em:

<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>>. Acesso em: 20 nov. 2019.